

EDIÇÕES
ELECTRÓNICAS
CEAUP



RELATÓRIO SOBRE OS USOS E COSTUMES NO POSTO ADMINISTRATIVO DE CHINGA

[DISTRITO DE MOÇAMBIQUE, 1927]

Francisco A. Lobo Pimentel

**RELATÓRIO SOBRE OS USOS
E COSTUMES NO POSTO
ADMINISTRATIVO DE CHINGA**

[DISTRITO DE MOÇAMBIQUE, 1927]

Manuscrito existente no Arquivo Histórico de Moçambique

RELATÓRIO SOBRE OS USOS E COSTUMES NO POSTO ADMINISTRATIVO DE CHINGA

[DISTRITO DE MOÇAMBIQUE, 1927]

Manuscrito existente no Arquivo Histórico de Moçambique

Francisco A. Lobo Pimentel



RELATÓRIO SOBRE OS USOS E COSTUMES NO POSTO ADMINISTRATIVO DE CHINGA, 1927

Manuscrito existente no Arquivo Histórico de Moçambique

Autor: Francisco A. Lobo Pimentel

Editor: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Actualização de fixação do texto: ex- Comissão para as Comemorações dos
Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1999

Notas: de rodapé e a actualização da grafia dos vocábulos macua no texto, entre
parênteses recto, Eduardo Medeiros.

Colecção: e-books

Edição: 1.^a (Fevereiro/2009)

ISBN: 978-989-8156-13-6

Localização: <http://www.africanos.eu>

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

<http://www.africanos.eu>

Preço: gratuito na edição electrónica, acesso por download.

Solicitação ao leitor: Transmita-nos (ceaup@letras.up.pt) a sua opinião sobre
este trabalho.

©: É permitida a cópia de partes deste documento, sem qualquer modificação, para utilização individual.
A reprodução de partes do seu conteúdo é permitida exclusivamente em documentos científicos, com in-
dicação expressa da fonte.

Não é permitida qualquer utilização comercial. Não é permitida a sua disponibilização através de rede
electrónica ou qualquer forma de partilha electrónica.

Em caso de dúvida ou pedido de autorização, contactar directamente o CEAUP (ceaup@letras.up.pt).

ÍNDICE

Introdução	11
1.0 Raças	41
2.0 Área, geografia e hidrografia	45
Serras	45
Rios	46
3.0 Antropologia	49
4.0 História e cronologia	53
5.0 Divertimentos	55
Batuques só para homens	55
Batuques para homens e mulheres conjuntamente	57
Batuques só para mulheres	60
Batuques de guerra	61
6.0 Marcas de tribos: usos e costumes	63
Vestimenta e adornos	63
7.0 Regime tributário	69
8.0 Instabilidade da população	70
9.0 Instintos guerreiros: armas ofensivas e defensivas	73
10. Emigração	74
11. Homenagens e saudações	77
12. Constituição da família	80
13. Casamento	82
14. Nascimentos	86
15. Irmãos	87
16. Circuncisão ou fanação. Calãüa	88
17. Divórcio	90
18. Óbitos	92

19. Sucessões, régulos e sua história	94
20. Do domicílio	101
21. Da ausência	104
22. Poder paternal e legitimidade dos filhos	105
23. Classificação das coisas públicas	106
24. Propriedade e sua organização	107
25. Da ocupação	108
26. Caça	109
27. Pesca	118
28. Fauna	120
1.º grupo — Mamíferos monodelfos	120
1 — Bimanos	120
2 — Quadrúmanos	120
3 — Cheiropetros	121
4 — Insectívoros	122
5 — Roedores	122
6 — Carnívoros	123
Digitígrados	123
Plantígrados	125
Jumentados	126
Ruminantes	127
Porcinos	128
Desdentados	128
Aves	129
Trepadoras	129
Pernaltas	130
Corredores	130
Palmípedes	130
Tenuirrostrós	131
Répteis	132
Batráquios	134
Peixes	134
Articulados ou anelados	135
Insectos	135

Crustáceos	137
Anelídeos	137
Gasterópodes	138
29. Agricultura	139
Trataremos do europeu	150
Trabalho compelido	159
Trabalho voluntário	160
Serviço compelido	160
Agricultura indígena	165
Defesa das machambas	170
30. Flora e madeiras	172
1. ^a classe — Acotiledóneas	174
2. ^a classe — Monohypogynia	174
3. ^a classe — Monoperigynia	175
4. ^a classe — Monoepigynia	175
5. ^a classe — Hypocorollia	175
6. ^a classe — Synantheria	176
7. ^a classe — Corysantheria	176
8. ^a classe — Epipetalia	176
9. ^a classe — Hypopetalia	176
10. ^a classe — Peripetalia	176
11. ^a classe — Diclinia	177
31. Comércio	180
Comércio do indígena	187
32. Indústria	191
Fundição de ferro. Serralharia — ferreiro	197
Vários utensílios — Outros artigos de uso	208
Linhas — Fazem duas qualidades: para coser pano e para pesca	212
33. Navegação	221
34. Justiça	223
35. Astros, clima, meteoros e meteorologia	236
36. Recursos sanitários e higiênicos	238
37. Superstições	239

38. Guerras	240
39. Prova por meio de juramentos	241
40. Estado sanitário e assistência ao indígena	245
41. Alimentação	260
42. Bebidas fermentadas	267
43. Arrolamento de palhotas e recenseamento da população	270
44. Escolas	284
45. Estradas, reparações e construções	287
46. Pessoal ao serviço do posto	294
47. Culturas do posto	295
48. Imposto de palhota	296
49. Correios e telégrafos	302
50. Conclusão	306
Posfácio sobre o Contexto Histórico, Autor e Relatório por Gerhard Liesegang	306
1. Introdução	306
2. Biografia de F.A. Lobo Pimentel	307
2.1 Percurso	307
2.2. Personalidade e inserção social de Pimentel	311
3. Situação sociopolítica na qual a obra surgiu	312
3.1. Os Serviços dos Negócios Indígenas e a recolha de informação etnográfica	313
3.2. Contexto administrativo imediato	315
3.3. Situação sócio política e económica no distrito de Moçambique	316
4. Estrutura do Relatório	318
4.1. Contexto e Estrutura	318
4.2. A obra como retrato da ideologia e territorialidade coloniais	319
4.3. A contribuição etnográfica e histórica da obra	320
Bibliografia e Fontes	322

INTRODUÇÃO

Exmo. Sr. Administrador

Ao terminar o primeiro ano da minha administração neste Posto, permita-me V. Ex.^a que exponha, em poucas palavras, o que notei durante a minha jurisdição, desde que assumi a chefia deste Posto.

O cargo de chefe de posto, para quem o queira desempenhar cabalmente, dentro do possível, é claro, é muito trabalhoso e acarreta responsabilidades e desgostos.

Cumpre-me, na minha missão de europeu civilizador, como todos o devemos ser, assegurar aos indígenas o exercício dos seus direitos, bem como o gozo das vantagens que a lei lhes concede; atendê-los nas suas pretensões e reclamações justas; tratá-los com bons modos e boas palavras, sem contudo abandonar a firmeza e persistência necessárias, tratando-se de entes que não têm educação nem instrução, mas mantendo sempre o prestígio da autoridade. Mal de nós se vamos a dar ao preto muitas vantagens, que ao europeu se não dão, porque o negro não agradece, sobretudo o macua que nem tem na sua língua palavra que traduza «muito obrigado»¹.

Já em 1886, os ilustres viajantes M. Capelo e R. Ivens, na sua descrição da viagem de Angola à Contra-Costa, reconheciam que «a ingratidão e a perfídia, essas torpes faculdades tão comuns nas inteligências rudimentares formam o traço característico do negro».

Portanto, provado está que ao negro não se pode dar mais vantagens que ao europeu e sobre o caso, dizia o grande colonial António

¹ No idioma macua (emakhuwa) existe o verbo *oshukuru* (ou *oshkhuru*) que significa «agradecer», «demonstrar gratidão», «dar graças». *Koshukhuru vantxene* significa «estou muito agradecido», «muito obrigado». Esta expressão tanto é corrente no litoral como no interior. Mas no litoral islamizado também se usa a expressão *kofurahiwa* que tem o sentido de «estou agradecido».

Enes «...e as autoridades administrativas foram encarregadas de proteger contra qualquer atentado, o sagrado direito de ociosidade reconhecido nos africanos».

Passo a tratar de assuntos diversos, que, não sendo da índole deste relatório, ligam-se no entanto com a administração deste Posto.

V. Ex.^a permitir-me-á que dê algumas opiniões e alvitres que são dum mesquinho chefe de Posto, sim, mas de um velho colono que conta mais de vinte anos de residência na Província, sempre com a boa vontade de trabalhar, para bem das regiões que tem directamente administrado. Em toda a narração dos vários factos contidos neste mal alinhavado relatório, mas verdadeiro, emprego a franqueza de que sou dotado, pois creio que não mente nem pode mentir quem for franco.

Sendo, me parece, indispensável uma codificação completa e modernizada dos usos e costumes indígenas, tratar destes, dentro do possível, para o que consultei, em partes para mim desconhecidas, um indígena de avançada idade (82 a 85 anos aproximadamente).

Não me parece fácil uma codificação completa dos costumes indígenas por variarem de região para região, e só reunindo os de todos os Postos e sedes de Circunscrições, alguma coisa neste sentido se faria.

É pois este motivo que me leva a tratar de assuntos que, em meu fraco entender, são inalteráveis por natureza sua; e por índole outros, visto que não noto tendência por parte do indígena do interior a modificar os seus hábitos e nem daqui a muitos anos ele avançará um passo para modificar os seus usos e costumes de forma a mostrar indícios de civilização, já porque o preto é de espírito conservador, já porque, achando-se talvez bem no meio em que vive, só a muito custo e talvez à força se consiga que eles modifiquem, em seu benefício, os meios que actualmente usam na sua vida indolente.

Resolvi seguir o «Questionário Etnográfico» acerca da população indígena da Província, de 1916, e é acompanhando sempre a ordem dos quesitos do tão bem elaborado «Questionário», que formulei este relatório a que vou dar começo. À falta de máquina fotográfica, emprego a minha pouca habilidade em pintura, tendo o cuidado de «mencionar o que as várias figuras representam, para que não haja confusões», crendo no entanto que dão uma pequena ideia do assunto a que respeitam.

Os termos em língua indígena escrevo-os a tinta encarnada, para melhor se distinguirem, fazendo uso do sinal longo sobre a letra ã que se confunde com a letra u².

Tomei posse da chefia deste Posto em 12 de Outubro do ano findo e foi-me entregue pelo Ex.^{mo} Sr. João Teixeira Gomes de Barros; exerço portanto a minha jurisdição nesta região há um ano, motivo porque não pode ser completo o meu trabalho, acrescentando a essa ser do meu valor pessoal; no entanto, incompleto que seja, no que não restará a menor dúvida, satisfeito ficarei se me forem relevadas algumas insuficiências encontradas.

Como fraco escritor, de certo errarei, mas *errare humanum est* e limito-me aos poucos conhecimentos que possuo e devo ao Colégio Militar onde fui educado e passei a minha infância.

O Posto Administrativo de Chinga para mim não é novo, pois já em 1915 fui comandante do então Posto Militar; mas novos são os atritos que se me têm exposto até hoje, para administrar esta região bem ou mal, dentro dos meus fracos conhecimentos, pouca inteligência e habilidade. Eis pois o motivo por que neste relatório não só fala o chefe de Posto como um velho colono, desprotegido da sorte, se tal nome se lhe pode dar, com mais de 20 anos de residência nesta Província, sendo 3 do Distrito de Tete; 2 nos territórios de Cabo Delgado; 1 em Lourenço Marques e 15 consecutivos no Distrito de Moçambique. Conheço, sem dúvida, colonos com mais anos de permanência nesta Província, mas talvez não tenham percorrido tanta extensão de território; são pois os 20 anos de permanência nesta Província, que me levaram à convicção de que o progresso desta colónia depende de uma boa administração e política indígenas. Realmente, em terra de pretos, qual é o melhor contribuinte? O preto, como é natural. Qual é o instrumento essencial que dá alma a todos os ramos de actividade em África? O preto. As próprias receitas cobradas, para ocorrer às necessidades monetárias para as avultadas despesas a efectuar na Província, são provenientes da actividade

² Na transcrição para a letra de forma do manuscrito não foi repetida esta maneira de fazer do autor. Adoptamos o seguinte: à frente de cada termo macua escrito à maneira de Lobo Pimentel foi acrescentado, entre parênteses rectos, o termo macua na sua grafia encontrada nos dicionários consultados. Os casos em que a palavra não foi identificada são assinalados com asterisco.

do europeu sim, mas coadjuvado pelo principal elemento, que é o preto. E sem ele nada há feito. É da mesma opinião Chaby Bert quando diz na sua obra *Dix anneés de politique coloniale – 1902*: «Sem indígenas, nada de produção, nada de impostos, isto com respeito ao Governo; sem indígenas, nada de agricultura, nada de indústria, isto pelo que interessa ao plantador; sem indígenas, nada de negócios, isto pelo que respeita ao negociante; sem indígenas nada mais teríamos que fazer do que evacuar o território.» Mas, para chegar a esta conclusão, será necessário recorrer a opiniões de estrangeiros? Não; pois é um facto que cabe na capacidade mais rudimentar e, realmente, sem imposto indígena, ou seja, o imposto de palhota, único que o Governo lhes exige, falta a principal receita, se não uma das maiores; sem agricultura e indústria, deixam de existir as transacções e então o que fazemos nós, europeus, sem o preto? Nada, na acepção da palavra. É o indígena, pois, o ponto de partida não só para a produção das receitas para o desenvolvimento da Colónia, como ainda a máquina que produz os melhoramentos, construções, Caminhos-de-Ferro, etc., provado como está que o europeu nestas terras inóspitas d'aquém-mar não suporta trabalhos pesados, devido aos seus três maiores inimigos: «clima, mosquitos e efeitos do álcool». É portanto o preto o nosso grande auxiliar e, sem ele, nada se faz. Pode em África viver o preto sem o branco? Pode. Pode em África viver o branco sem o preto? Não pode. E então o que há a fazer? Tratar o preto benevolamente e com a perícia necessária para o conservarmos ao nosso lado. Costuma dizer-se: «com vinagre não se apanham moscas».

A acção do europeu, pelo que deixo dito e me parece ser a expressão da verdade, limita-se a um protector, director e educador do indígena; e, sendo assim, todo o europeu que se destine a administrar ou mesmo lidar com indígenas tem que ser previamente educado e preparado, factores estes importantes que se adquirem com a prática e educação, sem ser necessário, creio eu, grandes cursos, pois nada adianta, em política indígena, o europeu saber que a «matéria atrai a matéria, na razão directa das massas»; que houve um Arquimedes que descobriu que «qualquer corpo mergulhado num líquido, sofre uma impulsão, de baixo para cima, igual ao peso do volume do líquido deslocado; que em álgebra é necessário pôr o problema em equação para solução da incógnita; que

as plantas, em Botânica, se dividem em duas grandes famílias: fanerogâmicas e criptogâmicas, etc., etc. Sem dúvida, em qualquer missão do homem, é bonito e próprio o terem-se certos conhecimentos e, confesso, conveniente seria colocar rapazes com conhecimentos, como adjuntos ou ajudantes dos actuais chefes de postos para então ficarem com os dois predicados: política indígena e ilustração; é mesmo natural que, com o tempo, tal se consiga, mas «agarrar» num indivíduo com muitos cursos mas que nunca pôs pé em África e no mato, não concordo. Habilitados, sim senhor; mas com a prática precisa para lidar com pretos e não tendo feito para lidar com indígenas e vindo com a mania de que estes são uns bichos, então é melhor mudar de ofício.

Em resumo: é necessário que o europeu conheça a missão que vem desempenhar.

É pois a boa política que conserva o preto e o traz satisfeito; para tal, necessário é que o preto compreenda que o europeu não é o seu carrasco e «senhor» mas sim o protector pronto a protegê-lo de acções estranhas que o prejudiquem; zelar pelo seu bem-estar e interesses; mas infelizmente isto não é compreendido por todos os que administram e lidam com o preto ou pelo seu espírito bárbaro ou por seu interesse, muitos destes indivíduos têm cursos; é o tal caso, e é de lamentar; estes homens consideram o preto um ente desprezível, mas chegando-se a eles quando precisam, o que então é muito pior. O europeu vem da Metrópole e transita por Lourenço Marques (tal como eu em 1907); encontra-se com outros europeus (a maioria nunca saiu de Lourenço Marques) e fica envenenado com as conversas sobre pretos e o mais interessante é que se convence que o preto é um bicho que só vai à pancada; chega a Moçambique e encontra-se com um ou outro indivíduo que precisa do preto, seja como for, querendo fazer dele um manequim, só em seu proveito, e então aconselha o europeu recém-vindo a dar «lambada» no preto, pois a não ser assim, dizem eles, «nada se faz»; e é assim que muito europeu, vindo da Metrópole, para desempenhar cargos administrativos por este vasto interior do Distrito, está convencido de que o preto só vai à «lambada» e então aplica-a desalmada e barbaramente e a maior parte das vezes injustamente por fazer fé num intérprete, preto também, mas o indivíduo mais perigoso e prejudicial para a boa administração e política

indígena, principalmente quando tem liberdade.

Eu, confesso, tenho sido mártir por assim pensar, mas, digam o que disserem, façam-me a campanha que quiserem, que não temo, é minha opinião que o indígena com uma política paternal, benevolente e protectora, respeitando-se os seus costumes e crenças que não ofendam a moral ou prejudiquem a sua organização social, longe da incompatibilidade e dos nossos princípios humanitários, que estes também temos por dever fazê-los seguir, o indígena, como ia dizendo, torna-se um grande auxiliar do europeu. Uma boa política indígena é melhor que quantos regulamentos e outra legislação se adoptar, que a maior parte das vezes estabelece confusão e má interpretação e, portanto, a confusão, digo, a desarmonização. Galhieni (de Madagáscar) dizia: «é da acção combinada da política e da força (esta com certos limites) que deve resultar a boa organização e pacificação. A acção política é a mais importante e tira a sua maior força da organização do país e dos habitantes».

Provada que está a importância de uma boa política indígena, necessário seria conjugar todas as dos chefes de Postos e administradores das Circunscrições e, para tal, três vezes por ano, pelo menos, reunirem-se na sede da Circunscrição para tratarem do assunto; mas necessário é também que o administrador atenda os alvites e opiniões dos chefes dos Postos, lembrando-se que estão ali reunidos tantos administradores de indígenas para concorrerem a um único fim que é a melhor forma de trazer os pretos satisfeitos, embora cumpram os serviços a que foram compelidos; isto era um bem para o indígena, para o serviço e para a Colónia. Para o serviço, digo eu, porque nada mais natural que o administrador ser novo em África e portanto pouco ou nada conhecer do meio indígena e, no entanto, com as suas ordens, que têm de ser cumpridas, ir desarmonizar e até mesmo desorganizar o que o chefe do Posto tem feito com a sua longa permanência no Distrito que lhe deu muita prática; eis a grande vantagem em estes funcionários se reunirem e creio que, enquanto assim se não fizer, nada se consegue sobre uma boa política indígena. Mas haverá administradores que aceitem os alvites do chefe do Posto? Creio que alguns não aceitarão.

Em tempos, quando militar, tive subordinados europeus; hoje ignoro se os tenho, pois embora seja certo que as categorias por ordem hierárquica no Quadro Administrativo, são:

Administrador (1.º oficial), secretário (2.º oficial), chefe de Posto (3.º oficial), 1.ºs aspirantes e 2.ºs aspirantes; há 2.ºs aspirantes actualmente dando ordens nos chefes dos Postos, quando é certo que os aspirantes são os substitutos legais dos chefes de Posto. Mas tanto noutros tempos em que tive subordinados como ainda hoje com os indígenas (actualmente únicos subordinados) aceitei e aceito alvitres e opiniões.

Estou por exemplo dirigindo a construção de uma ponte e se o preto me disser que a madeira *A* é melhor do que a *B*, concordo e substituo a *B* por *A* sem a menor repugnância, visto o preto conhecer mais das madeiras da flora africana do que eu; aceito pois o alvitre com o melhor prazer, não só para bem do serviço como também para aprender e conservo sempre na minha mente que o serviço, e não erro, creio, dizendo a própria Nação que é sempre a alvejada pelo estrangeiro, nunca deve ser prejudicada pelos caprichos de cada um. Todos estes casos se têm dado comigo e eu vou aprendendo.

Creio que o indivíduo que é subordinado a outro, é inferior de esse outro, salvo erro, inferior é o que, por diversas condições, está colocado abaixo d'outrem na ordem social. Todo o inferior tem deveres para com os superiores e, *ipso facto*, o superior também os tem para com os inferiores, mas apenas atendê-los, tratá-los com benevolência, pondo-se sempre no seu lugar. Diziam os antigos que «o amo altivo arrisca-se a ser odiado por maior que seja o salário que dê ao criado». Parece-me pois que o superior não se deve humilhar por ouvir um alvitre ou opinião de um seu subordinado feitos ou ditos respeitosamente; a sua própria autoridade pode tirar proveito. Sobre este caso dizia um moralista italiano: «Nos superiores, a indulgência e a afabilidade são virtudes que lhes custam pouco e lhes rendem muito.» Portanto, repito, só harmonizando a política indígena entre aqueles que a exercem, se conseguirá a solução de tão importante assunto; longe de mim a ideia de querer civilizar o preto porque nem daqui a cinquenta anos se chegará a ver o preto civilizado e todas as tentativas até agora feitas para o assimilar ao europeu têm sido de efeito nulo. Temos, por exemplo, os ingleses que têm procurado assimilar os indígenas nas suas colónias, mas têm-lhes também perturbado a moral e desorganizado as normas do seu viver, pretendendo fazê-los beneficiar de sistemas novos, o que tem trazido a raça

numa desordem que é bem evidenciada pelas crises produzidas; nestas condições, limitemo-nos a codificar os seus usos e costumes e então, e lentamente, modificando os seus hábitos, porque o indígena ainda durante muitíssimos anos há-de conservar os seus usos e costumes, devido ao seu espírito de conservação. Para que a assimilação um dia se faça, é necessário o exemplo e educação do europeu que é, ou deve ser, o seu educador. Francamente, se nós queremos acabar com castigos bárbaros entre indígenas, como se pode admitir que o europeu faça deles uso para castigar o próprio indígena? Se nós queremos fazer do preto homem de palavra nos seus contratos, como se pode admitir que haja europeus que digam ao preto que para eles trabalhou «espera que venha o dinheiro» e outros que não lhe pagam? Adiante tratarei deste assunto, pois tenho na área deste Posto um exemplar destes; assim nunca o preto compreenderá a obrigação que lhe cabe como homem que é, embora de raça inferior à europeia.

Portanto, o europeu tem que dar o exemplo, fazendo ver aos indígenas as suas necessidades, provocando necessidades novas, facultando-lhes trabalho certo e remunerado, com pontualidade, não o fazendo estar meses aguardando o seu salário, e só assim se afeiçoará ao europeu e se tornará trabalhador. O europeu, a par do exemplo, tem que possuir uma boa política para lidar com o indígena do interior.

O preto não é falta de inteligência, como muita gente pensa, o preto é inteligente, na maioria, mas velhaco e reservado; a tudo se cala e se submete, mas na primeira ocasião, vinga-se; por este motivo é preciso conhecê-lo para com ele lidar e eis aqui a dificuldade e só muita prática e convivência entre eles (nunca familiar) leva o europeu a saber o que é o preto no íntimo. Tem grande satisfação em enganar o europeu e a mania que sabe mais; o preto, quando não arranja propositadamente doenças com remédios cafriais, extraídos de plantas, inventa as doenças, mas com uma tal habilidade que, quem o vir e o não conheça, diz que a doença é real; têm-se dado destes casos comigo; em tempos, no Posto de Minte, tinha um homem preso que se lembrou de estar doente, para ir para casa, e o que faz ele? Agarrou-se a um bambu e, encostado a ele, andava todo dobrado para o lado direito gemendo, dando aparência de gravemente doente; eu, na dúvida, mandei-o embora, mas segui

atrás dele, escondido pelo mato de forma a ver sem ser visto. O homem ia andando muito lentamente sempre na mesma posição e arrumado ao bambu, de vez em quando olhava para trás, os presentes que viam a cena, riam-se. Voltou à estrada e, já distante, atira fora o bambu e ele lá vai fino e são; nesta altura, mandei o cipai que comigo estava para o trazer; e o homem que havia instantes não podia andar, desata a correr; foi agarrado e voltou para a prisão, e como este, muitos mais casos se dão. No entanto ficaram aqueles homens convencidos que não era fácil enganarem-me e realmente o número de doentes diminuiu por se convencerem que me não podiam enganar.

Eu digo sempre ao preto que, se fosse mais estúpido do que eles, não estava aqui, pois tinha vergonha.

Deu-se um outro caso muito interessante. Durante as operações contra os alemães, comandava eu o 2.º grupo de auxiliares, constituído por indígenas do regulado Mucapéra e entre eles um sobrinho deste, de nome Lapane, muito esperto, falando bem português, sabendo cozinhar, etc. Num acampamento proibi os auxiliares de dali se afastarem, dei pela falta do dito Lapane que tinha ido para uma palhota próxima; vindo à minha presença, quando eu me indignava, apresenta um lenço meu dizendo que o tinha ido lavar, e o lenço molhado; embora merecesse castigo, fiz-lhe ver que cometeu a falta e a história do lenço era uma mentira, pois quando se ausentou levou o lenço para arranjar uma desculpa, e não o castiguei.

Muitos e muitos casos destes que o europeu tem que mostrar perceber a mentira ou fica pelos indígenas considerado pateta, *êtôto* [nat-totto]³. Eu conto, como disse, mais de 20 anos de permanência nesta Província, onde lidei com *ajáuas* [ayao], macuas [amakhuwa], aquimuanes [wamwani], zambesianos e landins e, à excepção destes últimos, sempre no mato em contacto com eles, estudando os seus costumes e índole, já por curiosidade e já porque assim tem que proceder quem se destina a administrar indígenas e esteja resolvido a aqui estabelecer-se

³ A grafia mais correta será *nattotto*; mas há outras palavras na língua macua para designar «pateta»: *nanlosoye*, *mulolo*, *nipwenge* e *mukwanepa*. O termo *nattotto* designa a qualidade de quem sofre de problemas psíquicos; também serve para traduzir «maluco». Mas no sentido que lhe quer dar o autor usa-se o termo *mulolo*, isto é, um adulto que em algumas circunstâncias age como uma criança, sem razão, irracionalmente.

sem estar com o pé no estribo pronto a abalar para a Metrópole logo que consiga uns milhares de escudos de economias ou coisa parecida, com o mesmo nome.

Ao europeu recém-vindo para a África é-lhe muito conveniente escolher, entre os antigos residentes, algum que o possa elucidar sobre a melhor forma de lidar com o preto, seus usos e costumes, mas, infelizmente vêm com a mania de saberem muito e parece até darem ao desprezo o velho colono; pensarão eles que o velho colono se tornou preto? («Pelas alminhas não façam a mim o que fazem ao preto.») Eu creio que estes indivíduos julgam que a permanência em África torna o branco em preto. Não me admira desde que presenciei um caso que passo a narrar: «Fazia eu parte, como 2.º sargento, das forças em operações, em Nampula, e numa ocasião entrei de ronda aos postos avançados com um alferes do extinto Quadro Privativo da Forças coloniais, chegámos a um posto comandado por um soldado do contingente expedicionário do Regimento de Infantaria N.º 29 e qual o nosso espanto quando se apresenta um soldado indígena a reconhecer a ronda; o alferes mandou chamar o soldado europeu que, sendo presente, foi delicadamente repreendido pela falta; resposta do soldado: «Como V. Ex.^a é do exercito de cá, pensei que era um preto que o reconhecia.» Seriam instruções recebidas pelo soldado? Ignoro; o que é certo é que o facto deu-se e garanto sob minha palavra de honra a sua veracidade. Vê-se pois o juízo que este soldado fazia do exército colonial. Indivíduos há então que não só não consultam os antigos colonos como até armam em sabichões e «dão bota»: mas esta bota não magoa os pés, magoa e prejudica mais alguma coisa importante e se é em serviços administrativos vêm estragar o que outros fizeram, sabe Deus com que sacrifícios, até da própria vida. Eis o motivo por que, em minha fraquíssima opinião, os administradores novos no Distrito deviam conferenciar com os chefes dos postos reunidos e cada chefe de Posto ter como seu auxiliar um aspirante que ia conhecendo a região, população, usos e costumes indígenas, etc. e seria o seu substituto legal.

A minha contínua permanência em Moçambique, pelo interior, em contacto com o indígena, e ainda o que tenho presenciado e aprendido, leva-me a crer que todo o administrador deve possuir, sobre tudo o mais, um pleno conhecimento dos costumes, índole, organização social,

língua, leis, necessidades e aptidões dos indígenas da região que administra ou vai administrar, o que se não consegue em 2 ou 3 anos; vê-se pois que é cheia de escolhos a missão de administrador de pretos e o procedimento e atitude do europeu são factores importantíssimos para a criação e prestígio não só dele mas da raça.

Mais uma vez digo que necessário se torna o indígena ter confiança no europeu e ver nele um seu protector e não um carrasco. Haverá coisa mais triste que o europeu chegar a uma povoação que, pela má fama que tem entre os indígenas, foge toda ou quase toda a população? A maior satisfação que posso ter, é chegar a uma povoação de indígenas e ficar rodeado de crianças a quem distribuo açúcar; isto deu-se comigo inúmeras vezes quando chefe do Posto de Muíte. Eu quero e exijo que o preto me respeite, mas não quero que de mim fuja com medo; há que distinguir entre o respeito e o medo. O europeu que se faça respeitar não é odiado pelos indígenas; mas, desde que crie fama de carrasco basta aproximar-se de uma região para começar a debandada da população. Isto tem-se visto, infelizmente, e dá-se não só com chefes de posto como com administradores, visto serem todos administradores, e a categoria destes não os inibe de prevaricar, porque *errare humanum est* e ninguém nasce ensinado. Também acontece, como tive ocasião de dizer, o chefe do Posto prevaricar e até exercer má política indígena devido a ordens emanadas da Administração e que é obrigado a cumprir hierarquicamente. Alguém dirá: «a responsabilidade é de quem manda», será; mas, além «da corda quebrar pelo mais fraco», acima de tudo, sou português; como tal nasci e como tal desejo morrer. Este e outros casos têm-se dado comigo, velho colono que apenas zelo pelos interesses dos indígenas e tenho empregado e empregarei todos os esforços e a minha boa vontade para não contribuir para as acusações que nos fazem os estranhos, com os quais toda a cautela é pouca. Provo este facto com as visitas de estrangeiros ao Posto de Muíte, donde fui deslocado para Chinga. Da primeira vez, foi um inglês que se dizia caçador de leões, mas que por acaso nunca matou um só e isto porque se lhe eu dizia que os leões abundavam nas margens do rio Lurio (Norte), ele ia acto contínuo para o rio Muíte (Sul). Casualmente, quando o inglês chegou ao Posto estava eu a distribuir aos régulos soluto muito fraco de permanganato que em dois ou três dias

debela a inflamação dos olhos que em certa época (fortes ventos) ataca os indígenas da região e é contagiosa em extremo. O inglês ficou muito admirado não só da cura, que ignorava, como da minha paciência. Mais tarde, apareceram dois alemães; um de nome Muller, que, disse, andava coleccionando passarinhos, e outro, um visconde que foi capitão dos hulanos e, dizia ele, entrou na Bélgica, quando da invasão alemã. Estes homens, chegados ao Posto, a primeira coisa que me disseram é que eu era o pai dos pretos e passados momentos perguntaram-me por que é que o Governo não acabava com a Companhia do Niassa, devido a coisas espantosas que os pretos residentes na margem aquém do rio Lurio lhe contaram e queixas por eles feitas. Realmente tinham vindo do Niassa para Muíte, para cima de duas mil famílias, desde que tomei posse da chefia e esses indígenas que interroguei um por um fizeram declarações espantosas que passei para uma exposição que enviei para a sede da Circunscrição em Muecate. Aqueles alemães interrogaram ou não os indígenas? Estou certo que sim pois os indígenas espontaneamente não se lhe queixavam. Dali seguiram para Imala e transitaram pela povoação do régulo Inxiquiche [Inxikixe] e como os trazia vigiados, soube que eles perguntaram aos pretos para quem se destinavam tantas *ipahas*⁴ que estavam fazendo e os indígenas disseram que eram para a sede em Muecate; perguntaram se lhe as pagavam; disseram que sim; era para pagarem o imposto de palhota. Dali seguiram com carregadores do regulado In-chiquiche para Nacarôa; perguntariam mais alguma coisa aos pretos da área de Imala e portanto da sede? Estou certo que sim, tal como perguntaram aos de Muíte; e as respostas daqueles seriam iguais às dos indígenas do Muíte? Ignoro. Mas estes estrangeiros que vêm aqui sob vários títulos, embora o fim seja um, não acusam A ou B e fazem as acusações à nossa administração colonial, incluindo tudo sem distinção e é assim que por causa de dois ou três sofrem mais e até a própria Nação.

O grande colonial, general, Ex.^{mo} Sr. Alfredo Augusto Freire de Andrade, sendo entrevistado pelo jornal *Diário de Notícias*, sobre o assunto, disse: «Por banda dos estranhos não temos que recear qualquer ataque, garanto-lhe eu em meu nome, se ele para alguma coisa no caso serve. O

⁴ A ortografia correcta é *ipaha*, que é o plural de *epaha*. Esta palavra designa a alcoba feita da folha da palmeira brava chamada *mikhutta* e/ou *mikwarakwa*.

perigo parte de nós próprios. Não; o estrangeiro não nos ameaça; nós é que nos ameaçamos. Temos que dar o exemplo da nossa própria devoção cívica e das nossas aptidões e faculdades de trabalho. Sem isso, nada feito. Oferecendo o quadro de uma administração colonial que se não impõe, oferecemos o flanco a todas as investidas. No horizonte não descortinei sequer as nuvens a que tanto se têm referido. Essas nuvens, porém, podem surgir. Nada temos a recear nesta hora, e por isso se nos impõe muito juízo e muita cautela. Ambições estranhas há, mas é necessário que esbarrem com as trincheiras da nossa aptidão colonial e da nossa acção de europeus e civilizadores.»

Foram estas as palavras de um, incontestavelmente, grande colonial.

O que é facto é que o Ex.^{mo} Sr. Freire d'Andrade diz «Ambições estranhas, há» e o ex-oficial do extinto Corpo do Estado-Maior, Ex.^{mo} Sr. Aires d'Ornelas, também grande colonial, disse, no Senado: «Durante o exílio estive três meses no estrangeiro, corri a França, Itália e Alemanha, parece-me que posso dizer, sem exagero, que poucas vezes notei um tão cobiçoso interesse pelo domínio colonial português.» Isto lê-se no jornal *O Século* de 6 de Agosto de 1925.

Na Sociedade das Nações, foram-nos realmente feitas graves acusações sobre a nossa administração colonial; vendo o perigo, os jornais da Metrópole, principalmente os de maior circulação, protestaram; organizaram-se manifestações patrióticas e a Academia toma a seu cargo a defesa do nosso património colonial. Mas como nos havemos de defender se um jornal de Lourenço Marques, *A Liberdade*, de 3 de Março de 1924, se a memória me não falha, diz numa local: «Por Moçambique — Somos informados de que por Moçambique, em algumas Circunscrições lavra grande descontentamento entre os indígenas, devido aos maus tratos e violências cometidas pelos senhores administradores e demais pessoal das administrações. Os castigos corporais — “palmatoadas, chicotadas com cavalo marinho” — são excessivos; as prisões de régulos e chefes de povoação são arbitrariamente feitas e o Regulamento do Trabalho Indígena é abusivamente aplicado, tudo isto representa violências que podem ter maus resultados e para as quais chamamos a atenção do Sr. Alto Comissário. O Distrito de Moçambique não está

verdadeiramente apaziguado e não é com abusos, com violências que se criam amizades. Não poderá a falta de critério da parte dos representantes da autoridade provocar, amanhã, uma revolta da parte dos indígenas?» Isto lê-se num jornal da capital da Província e, com este espelho, o que dirão os estrangeiros? Tanto o director do jornal *A Liberdade* como os estrangeiros são livres e estão no direito de dizerem o que lhes apetecer sem fugir à verdade, nós que administramos pretos é que devemos evitar censuras por parte dos estranhos.

O autor da local do jornal *A Liberdade*, ignoro quem seja, como é natural, mas certamente é indivíduo que sabia muito bem o que nalgumas Circunscrições se passava, pois, caso contrário, não se atrevia a publicar num jornal tão graves ocorrências. Seria verdade ou mentira? Muito eu diria sobre o assunto se a índole do relatório o permitisse, mas o que é um facto é que não houve um administrador que protestasse nem desmentisse tais acusações.

Eu, em minha consciência, tenho desempenhado o meu cargo o melhor possível e provo com atestador de dois administradores da Circunscrição de Imala; notas diversas em que sou louvado pelo actual administrador, e ainda o aumento de população no Posto de Muíte, onde encontrei 380 palhotas cobráveis e tive o prazer de deixar perto de 2500. Creio que o chefe do Posto que administre mal não pode originar um tão considerável aumento de população na área que administra. Quando li o jornal estive para protestar contra a local e ainda hoje possuo o rascunho da carta, mas não só receei por ser empregado público como ainda poder ferir alguém.

Que os estrangeiros nos acusam, não resta a menor dúvida e o que o autor da local referida viu e publicou também alguns estrangeiros vêem, sabem, mas não publicam; informam os seus que depois nos vêm acusar. Há tanto neste Distrito como em Cabo Delgado (Niassa) muitos alemães e lembro-me ainda do que diz Aires d'Ornelas na sua obra *O segundo ano de guerra (1918)*: «Antes desta guerra os alemães eram certamente os que de maior influência neste país dispunham. Os alemães eram todo-poderosos, e na mesma continuarão depois da guerra se o país não reformar os seus sistemas de comércio e ensino.» Quem me avisa, meu amigo é.

Necessário é pois tratar o indígena humanitariamente, empregando todos os esforços possíveis para o progresso desta rica Colónia, não dando ocasião à crítica dos estrangeiros que, abusando da boa hospitalidade, andam por este Distrito vendo, ouvindo e escrevendo, principalmente os gananciosos que, à custa do pequeno e pela inveja, desejam adquirir colónias, apoderando-se do que nos pertence, e, certo é, que as nossas colónias foram o alicerce único que sempre deu e dará alma à nossa tão querida Pátria.

É da historia de séculos, Ex.^{mo} Sr. que de certo está na mente de todo o português que seja patriota.

Já o grande orador que foi José Estêvam de Magalhães, no seu grande discurso de 13 de Fevereiro de 1840, na Câmara dos Deputados, dizia, com toda a franqueza e lealdade de que era dotado:

«Estamos aqui reunidos, enquanto um *fireman* do Governo inglês não caça o nosso mandato, os nossos juizes vestem suas togas, ocupam suas cadeiras, enquanto o governo inglês não restringe sua jurisdição e não chama aos seus tribunais os súbditos portugueses; os nossos soldados levantam com euforia suas armas, a nossa bandeira tremula ainda entre nossas falanges, enquanto o governo inglês não põe aos pés de uns poucos de oficiais seus os brios do nosso exército...» E mais adiante: «Há quase dois séculos, senhores, que os ingleses tomam arbitrariamente os nossos navios; há quase dois séculos que os ingleses castigam com o roubo a nossa virtude; há quase dois séculos que os ingleses infringem descaradamente os tratados, para nos vexarem; há quase dois séculos que os ingleses, depois de nos injuriarem, nos obrigam a estipulações desonrosas; há quase dois séculos que se declaram legítimos senhores daquilo que contra direito houveram de nós e nos pedem o pagamento do que devemos!!!»

Passam-se 87 anos e infelizmente ainda hoje podemos dizer que há quase três séculos só temos sido vexados pelos ingleses que, ao ouro português, se pode dizer, devem a grandeza a que a sua nação chegou e é com ele que, ainda hoje, embora à sombra, nos tentam prejudicar.

Fazendo uma pequena digressão pela história do nosso País, nela se vê o que esta pequena, mas valente Nação tem passado para manter o seu património colonial, herança dos nossos antepassados. Actualmente não se pode admitir que pela má administração dum ou outro indivíduo, pelo

interior de África, padeça uma nação inteira; em minha consciência, tenho feito o que posso para o preto sob a minha administração viver satisfeito e dizer ao estrangeiro o que disseram os da área do Posto de Muite, então sob minha jurisdição, e sinto satisfação por tal suceder; sou criticado por alguns indivíduos, sei-o bem, mas em nada me incomoda a crítica e sob a minha palavra de honra aqui o juro que o meu proceder para com os indígenas há-de ser sempre o mesmo; fazer-lhes justiça; ser benévolo para com eles; atendê-los nas suas reclamações justas, doa a quem doer. O interior da Colónia, ou seja, o mato, é o seu coração, e ferido este, morre a Colónia.

Passando pois a examinar a história do nosso País, reunindo dentro do possível factos diversos que põem em evidência o que disse José Estêvam em 1840, vê-se:

Que no ano de 1372 — D. Fernando I tinha uma filha de nome Beatriz cujo casamento ajustou com el-rei de Castela, com a condição de se reunir à coroa portuguesa a de Castela e numa aliança cujas estipulações nos eram muito vantajosas. A Inglaterra, a quem tal facto não convinha, entende-se com o homem mais antipático que ao tempo existia em Portugal, um célebre Fernandes Andeiro, que consegue negociar a mão da dita princesa Beatriz com um duque inglês a troco do auxílio da Inglaterra para conquistarmos o trono de Castela. Eis o primeiro tratado entre Portugal e a Inglaterra; e como terminou? Não em nosso proveito, mas infelizmente como até nossos dias os ingleses em Portugal cometeram toda a casta de roubos e barbaridades pelo que foi necessário lutar com dois inimigos: um dentro e outro fora do País e foi preciso que o rei Fernando cometesse à sua espada a execução do tratado por não ver auxílio algum por parte dos seus aliados ingleses.

Passam-se quase 200 anos e em

1571 — Tremulava a nossa bandeira em África e nossos fiéis aliados e sinceros amigos (dos seus interesses), para que não desfrutássemos do nosso esforço aventureiro, começam a invadir os portos de África. Como era natural, houve reclamações e queixas por parte dos ingleses, que terminaram com o tratado negociado com a rainha Isabel da Inglaterra e no qual se lia *ut perfecta sit amicitia et liberum utrinque romerium*.⁵

⁵ para que a amizade seja perfeita e (permita) que de ambos os lados o romeiro livre (transite).

— Dois anos decorridos, em

1573 — Como os ingleses apresentassem queixas de que sofriam violências e roubos por parte dos portugueses, no comércio em África, manda a mesma rainha Isabel dispor da propriedade portuguesa para pagar as reclamações dos negociantes ingleses. Começam nesta data os ingleses a roubarem descaradamente o que é nosso.

1640 — Por um golpe audaz de meia dúzia de portugueses patriotas, livramo-nos do jugo castelhano, sob o qual vivíamos havia 60 anos, durante os quais perdemos muito do nosso património colonial. Desde então os ingleses, por sua conveniência, fizeram nascer uma série de tratados que arruinaram a nossa prosperidade, gabando-se terem-nos garantido a dinastia de Bragança, como uma grande preciosidade, pois foi ela que deu começo à decadência da nossa Pátria.

1642 — No reinado de Carlos I de Inglaterra, novo tratado se estipula cedendo nós aos ingleses a franquia dos nossos portos da Europa; extinção de todos os monopólios de comércio, etc. Este tratado mal foi cumprido.

Passam-se 12 anos e em

1654 — É renovado o tratado de 1642, mas ainda mais vexatório para nós do que o precedente. Concede-se aos ingleses a franquia do comércio das colónias, é entregue a árbitros ingleses as desavenças entre negociantes ingleses e a Alfândega, e Portugal obriga-se a pagar todas as dívidas contraídas entre o nosso Governo e súbditos ingleses, sujeitando-se a restituir toda a propriedade britânica que tinha sido apreendida em represália da pirataria do almirante Blacke. No entanto, em quanto dávamos tanta garantia à Inglaterra, o seu ministro Cromwell, célebre na história do seu país, prejudica os interesses da nossa marinha mercante com o célebre Acto de Navegação. Como a Inglaterra tinha interesses na Península Ibérica, e dava-lhe que fazer a Espanha, aproveitando o facto da nossa libertação do jugo espanhol, o que faz ela? Em

1661 — Estipulou com Portugal um tratado. Mas malfadado foi ele, pois cedemos ao rei de Inglaterra a mão da princesa Catarina, a posse de Tânger, a cessão de Bombaim, hoje capital dos domínios ingleses na Índia, grandes somas de dinheiro e o direito a todas as conquistas que das nossas terras fizessem aos holandeses. Reciprocamente, os ingleses obrigavam-se: a defender-nos como a si próprio, a segurar-nos as nossas

colónias, a restituírem-nos todas as possessões que a Holanda nos tomasse depois daquele e, finalmente, a restituírem-nos a parte das rendas e território de Colombo, quando esta ilha, por qualquer modo, lhes fosse à mão. Este tratado, como veremos, não foi cumprido e a ilha de Colombo ainda hoje está em poder dos ingleses. O tratado desagradou à Espanha, que ainda se achava em guerra connosco. Os ingleses vieram combater a nosso lado, vencendo connosco a batalha de Amexial, mas como precisavam de forças para apanharem aos holandeses as terras por nós cedidas procuraram forma de se conseguir a paz e mesmo, e principalmente, para estorvar a aliança da França que se inclinava para nós. A paz foi feita em 1668 e uma das condições era a cessão de Ceuta; e os ingleses que, no tratado de 1661, se tinham obrigado a defender-nos como a si próprios e a integridade das nossas colónias, foram os mesmos que nos obrigaram a ceder Ceuta aos espanhóis. Para os ingleses, os tratados eram «papéis» tal como o disse o ex-imperador da Alemanha, Guilherme II.

E foi assim que começámos a perder o património colonial que tanto sangue fez verter a portugueses e tanto luto nesta pequena Nação, e os ingleses, defraudando os nossos interesses em seu proveito, arrastando-nos a estipulações ruinosas, e, em vez de aliança, temos visto opressão.

Em 1703 — Com promessa de aumento de território e da aliança matrimonial da princesa Teresa com o pretendente à casa de Áustria, instigados pela nossa grande aliada Inglaterra, que neste País descobriu uma mina como a do Transval, fomos envolvidos na desastrosa guerra da sucessão ao trono de Espanha, do neto de Luís XVI. O que auferimos nós desta guerra? Nada, na verdadeira acepção da palavra e apenas assinámos o tratado de aliança e outro de comércio, neste mesmo ano de 1703, conhecido pelo tratado de Metwen, que arruinou a nossa indústria. Como era de prever, só a Inglaterra honrou, cobrindo as despesas da guerra, negociando assim a ajuda dos nossos soldados e o auxílio dos nossos já parcos haveres, e assim nos íamos arruinando em proveito da Inglaterra, que ainda hoje, na sombra, nos prejudica.

Em virtude do tratado comercial de Metween, o comércio de Inglaterra com Portugal subiu de £ 300 000 a um milhão esterlino, o número de navios ingleses entrados nos nossos portos quadruplicou, os principais negociantes ingleses tinham o arrojo de dizer: «Que con-

servar intactas aquelas relações era ter segura a prosperidade da Inglaterra e que a infracção do tratado de Metwen seria a sua ruína, porque com grande custo se achava entre eles moeda que não fosse feita com ouro português.»

Em 1761 foi feita contra a Inglaterra a colisão conhecida por Pacto de Família e a França instou para que Portugal se lhe unisse, nós, como leis que sempre fomos e escravos da palavra, combatemos ao lado dos ingleses e o que lucrámos? A perda da colónia do Sacramento.

Aparece na história da Europa um homem extraordinário que foi Luiz Napoleão Bonaparte, e nos anos decorridos de

1807-1810, intima Portugal a fechar os portos à Inglaterra para levar a efeito o bloqueio que projectava; Portugal, mais uma vez escravo da sua palavra e nunca os tratados os considerou como «papéis», recusou-se terminantemente. Napoleão, como visse que jamais conseguiria que o príncipe regente de Portugal acedesse ao dito bloqueio «sistema continental», tomou então o partido de riscar esta Valente Nação da carta política da Europa e pelo tratado de Fontainebleu, assinado em 27 de Outubro de 1807, entre a França e a Espanha, foi Portugal retalhado aos bocados para o que entrou no nosso País um exército de 50 000 homens sob o comando do general francês Junot.

Dezoito foram, mais tarde, as batalhas que, aliados com o exército inglês, sob o comando de Wellington, tivemos com os franceses, sempre vitoriosos, conseguindo escorraçá-los de Portugal, ficando assim mais uma vez a nossa tão querida Pátria livre do jugo estrangeiro. Os ingleses vieram em nosso auxílio, é uma verdade, mas nada mais fizeram que um dever, pois só para seu bem nos envolvemos em tais guerras. No entanto, eles não perdiam as passadas; exploraram até à ultima o Brasil, fazendo dele um refúgio para as suas últimas calamidades.

Nesta guerra, só em proveito dos ingleses (nunca ficam prejudicados), sofreram os nossos jovens soldados, os cofres, e por fim a Inglaterra pouco considerou tantos sacrifícios; e é assim que os ingleses se gabam e apregoam que foram os salvadores da nossa nacionalidade!! A Inglaterra que só combateu em proveito da sua independência e riqueza que goza ainda hoje! E nós o que lucrámos? Perdemos a Guiana, por mero arbítrio dos ingleses, sem ao menos sermos ouvidos; recebemos indemnizações

inferiores às dadas à mais insignificante potência e nem ao menos nos perdoaram as dívidas da guerra. Este facto é, *mutatis mutandis*, o que se deu no final (se é que terminou) da grande guerra desencadeada pela ambição do ex-imperador da Alemanha, Guilherme II.

Em 1810 — A título de organizar o nosso exército, ficou em Portugal o célebre marechal inglês Bersford, que antes vencera Soult na batalha de Albufeira; este homem praticou prepotências infames, chegando a substituir no exército os nossos oficiais que exerciam comando, por oficiais ingleses; nessa ocasião disse o marechal duque de Saldanha, ofendido na sua dignidade, que «o nosso exército só tinha portugueses os soldados e era português por estar em Portugal, de resto, era uma dependência da Grã-Bretanha». Apresentou-se mais tarde o general Gomes Freire de Andrade, que foi tomar o comando do exército, para pôr termo a tantos abusos; logo de princípio foi vexado pelo tal Bersford e por fim executado em 18 de Outubro de 1817. Isto revolta todo o português que se preze em ser amigo da sua pátria. Passados cinco anos, após estes factos em 1815, a 22 de Janeiro, a Inglaterra reconhece como limites das nossas possessões na África Oriental, ao Norte, Cabo Delgado e, a Sul, a baía de Lourenço Marques.

Vamos assistir a uma série de factos tristíssimos, em que a Inglaterra, já rica à nossa custa e sobre a sua esquadra e seus canhões, nos humilha até ao último extremo. Passam-se 7 anos e em

1822 — Um célebre capitão da marinha de guerra inglesa, William Fitz Owen, que se dizia incumbido de certos estudos às costas de Madagáscar, pediu para visitar a baía de Lourenço Marques, o que lhe foi autorizado pelo nosso Governo, tendo sido ordenado às autoridades que lhe prestassem todo o auxílio e facilidades (tal como hoje). Desde então, começam por enquanto os nomes ingleses em territórios portugueses, tal como: King Georges River – era o rio de Espírito Santo, Delagoa Bay – a baía de Lourenço Marques, nome este que ainda hoje os ingleses lhe dão em jornais e outros escritos. O que é triste é haver portugueses que têm o desprazo de falarem inglês em Lourenço Marques. Um ano depois, em

1823 — Os franceses invadem a Espanha, o que foi um golpe formidável na Inglaterra que necessitava garantir a sua influência em Portugal, onde então foi promulgada a Carta Constitucional. Neste mesmo ano de

1823 — Volta a Lourenço Marques «pesquisando» o tal capitão Owen, que ali fora no ano anterior. Não perdeu o tempo, parece, pois que passados dois anos, em 1825, volta novamente, mas, abusando da boa hospitalidade que lhe fora proporcionada, obtém cessão de territórios por parte de alguns régulos, conseguindo que Mahota como seu avô Capela se submetessem à Inglaterra, isto com o fim de assegurar no futuro as ilhas Inhaca e Elefantes, quando é certo que, em 1823, aqueles régulos prestaram vassalagem a Portugal. Conseguiu também a mesma vassalagem do régulo Macassane.

O governador do então Presídio de Lourenço Marques, após a saída do dito capitão inglês, fez com que aqueles régulos renovassem em público a sua já antiga submissão a Portugal. Por fatalidade, foi aprisionado no mesmo ano de 1825, no rio Maputo, o navio inglês *Eleonor*, que andava contrabandeando, e o mesmo capitão Owen não só o tirou à força às autoridades portuguesas como ainda matou a tiro um tambor da Praça. No dia 31 fez mais: sitiou a fortaleza e ameaçou arrasá-la, se não se rendesse em 24 horas. A nossa bandeira foi arrancada de Tembe e levada para Londres. Vá-se vendo o arrojo com que este pirata enxovalhou a bandeira, símbolo da Nação!!!

Decorridos três anos em

1828 — Outro navio foi aprisionado e nos foi tirado também à força por um navio de guerra inglês. O governo protestou e os ingleses foram buscar as tais cessões feitas ao capitão Owen. Novo protesto da nossa parte, mostrando o tratado de 1817 entre Portugal e Inglaterra e então os ingleses calaram-se, mas não por muito tempo, como vamos ver.

No ano de 1829 — Veio para Lourenço Marques, como governador, Paulo José Miguel de Brito, a quem o conde de Basto, então ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, recomendou a máxima cautela, pois havia uma Companhia das Índias Orientais da Grã-Bretanha, que projectava apoderar-se da baía de Lourenço Marques.

No mesmo ano, digo, Passou-se três anos e no de

1832 — O governo inglês priva-nos dos direitos diferenciais para os nossos vinhos. Sempre a prejudicarem-nos.

Em 1839, a 15 de Fevereiro, escrevia Lord Howard a Lord Palmenson, dizendo: «que dissera ao visconde de Sá da Bandeira, que Portugal

seria denunciado como protector do tráfico de escravos, e que os discursos mais injuriosos contra a Nação e Governo português iriam sem resposta por todas as partes do mundo, enquanto as réplicas que nas cortes portuguesas se fizessem contra a Grã-Bretanha não seriam ouvidas ou lidas fora de Portugal».

1839 — A rainha Vitória de Inglaterra manda dispor dos nossos fundos para pagar as reclamações de Sir John Myl Doyle.

Em 1840 — O brigadeiro Pereira Marinho queixa-se para a Metrópole que os navios ingleses sujeitam os nossos aos maiores vexames a pretexto da repressão do tráfico da escravatura, sem respeito pela bandeira portuguesa.

Passam-se 17 anos de relativa calma, mas no ano de

1857 — A 14 de Dezembro, dá-se o aprisionamento da barca francesa *Charles et George*, na baía da Conducia, por se dedicar ao tráfico da escravatura. O governo francês vexou-nos, tirando-nos sob os seus canhões a barca legalmente apreendida. Recorremos à Inglaterra que apenas nos aconselhou que procurássemos um meio honroso de resolver a contenda; isto dito pela Inglaterra, que tanta represália nos fez por causa da escravatura, dando uma resposta de tal natureza a uma Nação que lhe pede auxílio e que já tantos lhe prestara.

1861 – Em 5 de Novembro, os ingleses, seguros ainda às tais cessões feitas ao capitão Owen, sem o mínimo respeito e consideração à Nação sua aliada, a quem tanto devia e deve, apresenta nas águas de Lourenço Marques o navio *Narcissus* da Estação Naval do Cabo (que nosso foi). O capitão Bickford salta em terra, acompanhado de uma escolta, e manda içar a bandeira inglesa, apoderando-se em nome da rainha de Inglaterra das ilhas Inhaca e Elefantes, que ficavam fazendo parte da colónia do Natal, segundo ele próprio comunicou ao Governo de Lourenço Marques. O governo protestou perante o comandante da Estação Naval, que era o almirante W. Walker e este respondeu que apenas cumpria ordens do seu governo, e assim era, porque o conde de Lavradio, então nosso representante em Londres, em nome do Governo Português, apresentou os seus protestos ao gabinete britânico que se limitou a mostrar mais uma vez as tão faladas cessões ao capitão Owen. Houve troca de notas entre as duas nações e o caso ficou como dantes, ou seja, Portugal continuou

superintendendo nas ilhas Inhaca e Elefantes.

Em 1868 — Começam a emigrar para Manica muitos ingleses do Transval e Cabo que iam bem armados «até aos dentes». O número de imigrantes foi aumentando até que no ano de 1888, como adiante tratarei, alcançaram Lobengula. No ano imediato, em

1869 — A 29 de Junho, assinámos o tratado de paz com a Republica da África Meridional em Pretória, estipulando-se uma linha de fronteira, sendo reconhecida como portuguesa toda a baía de Lourenço Marques. Era de prever que a Inglaterra não concordasse com tais estipulações e voltam «à carga» com as tais faladas cessões ao capitão Owen. Desta vez, porém, o governo português opôs-se a reconhecer tais cessões e ordenou a ocupação imediata das ilhas Inhaca e Elefantes, o que teve lugar a 12 de Maio de 1870, recomendando muita vigilância sobre navios estrangeiros, principalmente ingleses, a fim de obstar a qualquer tentativa de Bickford. No entanto, o Governo recorria a uma arbitragem e no ano de 1872, a 25 de Setembro, foi assinada a convenção, escolhendo para árbitro Thiers, depois substituído pelo marechal, também francês, Mac-Mahon. Houve, como era de esperar, protestos de direitos adquiridos, apresentando a Inglaterra, outra vez, as estupendas e falsas cessões ao capitão Owen.

Finalmente, três anos depois, em

1875 — O árbitro deu a sentença, reconhecendo como nossos limites ao S. o paralelo 26° 35' do Atlântico aos Libombos. Ficamos enfim liquidados com a Inglaterra, que viu frustradas todas as suas prepotências e então encolheu as garras, mas não desistiu de nos perseguir porque neste ano de 1875, por Portaria de 28 de Junho, o Governo autorizou um «quidam» chamado Yang a percorrer as margens do Niassa onde se queria estabelecer para uma missão religiosa escocesa. Veremos que «missão» desempenhou esta missão e qual a religião.

Atrás deste, outros vieram, sempre auxiliados pelo Governo e formaram as missões de Blantyre e Mondale; mais tarde, vieram comerciantes, etc., e assim se formou um núcleo de população, importante. Desenvolveram-se as explorações «missionárias» e passados 3 anos.

1878 — A missão religiosa atira com os santos para a mala e transforma-se numa importante companhia a que denominam «The

African Lakes Company Limited», ainda recomendada pelo Governo Português. Esta Companhia, ainda em 1907, ano em que eu fui para Tete, tinha nesta vila uma importante sucursal e quando estive no Niassa, havia outra em Porto Amélia. A sua sede ainda hoje é em Blantyre.

1882 — Em 7 de Outubro, ratificamos o tratado com a República da África Meridional, já sob a tutela da Inglaterra.

1886 — A 30 de Dezembro, ficou estabelecido por um pacto com a Alemanha, que este império reconhecia-nos o direito de exercermos a nossa influência civilizadora e soberana, nas regiões situadas entre Angola e Moçambique, sem prejuízo dos direitos adquiridos por outras potências. Foi em virtude deste pacto que nós organizamos o «mapa cor-de-rosa», por ser esta a cor da faixa que ligava Angola a Moçambique, e que tantos desgostos e perturbações produziu no País e foi a origem da desventurada revolta de 31 de Janeiro de 1891, nunca esquecida. No ano seguinte

1887 — A 27 de Fevereiro, ocupámos o Tungue pela força e seguidamente dominámos M'buézi, Kionga e Rovuma. (Kionga, não por muito tempo). Aparecem acto contínuo os ingleses com os seus protestos disparatados, mas de inveja, alegando que o Tungue estava independente desde 1862, sem reclamação por parte de Portugal. No entanto, morria o sultão e sucedia-lhe seu filho, ficando o Tungue definitivamente colónia portuguesa. Neste mesmo ano de

1887 — A 13 de Agosto, a Inglaterra envia a Portugal um enérgico *memorandum*, protestando e dizendo não poder de forma alguma deixar passar o «mapa cor-de-rosa» proveniente do pacto com a Alemanha no ano anterior. Era então ministro dos Negócios Estrangeiros, Barros Gomes. Houve explicações e notas diplomáticas de parte a parte, mas a nada se moviam os... ingleses. Em

1888 — Os ingleses conseguiram obter do régulo Lobengula a cessão das suas terras, por meio de um «patusco» e irrisório auto. Governava então no Cabo um nosso fidalgo inimigo, Cecílio João Rhodes, que entendeu que desde que o Lobengula cedeu as suas terras, a Machona, que era sua tributária, passava a ser inglesa. Os emigrantes para o Cabo aumentavam. O Governo português concede que a já citada Companhia Inglesa importasse armamento e material de guerra pelo nosso território indo as peças de artilharia para Karonga. (Estava o Governo a dar a corda.)

A grande expansão inglesa estava a tornar-se num perigo para a nossa soberania, e então o Governo ordena a ocupação imediata dos seus territórios, para o que enviou diversas expedições ao Niassa, Unfũli, Panhane e Sanhate. Iam avassalando régulos pacificamente; foram também organizadas missões de estudo e, entre elas, uma pelo major Alexandre de Serpa Pinto, que se destinava a proteger os estudos de engenharia na margem do rio Chire. No ano imediato, em 1889, os macololos atacaram o navio inglês *Lady Niassa*, isto em Setembro, e o cônsul pediu auxílio ao comandante militar de Massingire, que, por sua vez, se dirigiu a Serpa Pinto, que nesta altura estava em Mopéu [Mopeia], na margem esquerda do rio Zambeze, onde actualmente se encontra uma importante fábrica açucareira. Mas Serpa Pinto, como ia em missão de paz, não desejava meter-se em hostilidades, mas foi pessoalmente ver se conseguia sossegar o régulo revoltado, que era o Melàure. No entanto, o seu companheiro Álvaro Pereira Ferraz prosseguia com a missão de estudo, tomando o comando da expedição e dirigiu-se a Mupassa, onde foi recebido a tiro pelo chefe Calebarica, no que as nossas forças responderam, procedendo seguidamente ao assalto.

Ao Melàure juntaram-se mais três régulos bem armados para nos atacarem. A 8 de Novembro, o inimigo, portador de bandeira inglesa (fornecida propositadamente pelos ingleses), ataca a expedição Serpa Pinto, que o repeliu, tomando-lhe a bandeira. Na mesma data, o próprio Melaure manda à povoação de Mebeu, então chamada «Neves Ferreira», declarar ao governador militar, João de Azevedo Coutinho, que sempre se considerou vassalo do rei de Portugal, acrescentando que entregava desde aquela data todas as suas terras. Assim terminou a campanha dos macololos, que depois tantos trabalhos e preocupações nos deu por causa da Inglaterra, déspota.

Os ingleses apresentaram ao nosso Governo petição para organizarem uma Companhia, que foi realmente organizada com o título de «The British South African Company», em 29 de Outubro, cujo capital se elevava a um milhão de libras esterlinas. Esta Companhia ocupou Salisbury, Victoria e Charter, constituindo assim uma grande colónia a que chamaram Rodésia, em homenagem ao secretário da Companhia que era o nosso inimigo, Cecílio João Rhodes [Cecil John Rhodes].

A 18 de Dezembro do mesmo ano de 1889, o ministro inglês em Lisboa apresentava queixa do seu governo contra o procedimento de Serpa Pinto, atacando os macololos que se achavam sob a protecção da bandeira inglesa (a bandeira foi propositadamente entregue ao macololos para reforçar o protesto). O Governo declarou que Serpa Pinto não atacou, mas sim foi atacado e, como tal, se defendeu como era seu dever. O caso ia-se agravando e o Governo tentou a arbitragem com as nações da conferência de Berlim, o que aos ingleses não convinha por saberem qual o seu procedimento no caso, e então logo no princípio do ano seguinte 1890, a 10 de Janeiro, o governo inglês sem mais preâmbulos, exigiu terminantemente que mandassem retirar as forças e autoridades portuguesas que estavam nos macololos e não aceitou arbitragem alguma, como era de esperar daqueles sinceros amigos, e no dia imediato, novo *ultimatum* com as mesmas exigências, já a Inglaterra arreganhava os dentes para, pela força, conseguir o que antes não conseguira diplomaticamente, obrigando a pequena mas valente Nação a ceder às suas exigências e, assim, já tinha nas águas de Vigo, o navio de guerra *Enchantress*; em Zanzibar ancoravam 10 navios de guerra; de Gibraltar e de Cabo Verde anunciavam a passagem de navios de guerra ingleses com rumo desconhecido. Estava a Inglaterra armada em «papão» com as guelas escancaradas pronta a engolir a pequena Nação que havia séculos a engrandecera com o seu ouro e o seu sangue; mas certo estou que durante a deglutição havia de encontrar muitos ossos que a engasgariam.

No entanto, o Governo Português cedeu, para não cortar as relações com os amigos e aliados ingleses: «a quem tantos favores devia».

Em Lisboa e Colónias produziam-se manifestações de desagrado contra os ingleses, que estiveram bastante sérias. Várias nações e associações estrangeiras, incluindo inglesas, testemunharam ao Governo Português a sua simpatia e solidariedade.

Procedeu-se a novas negociações, mas já constava existirem conluios entre ingleses e o Gungunhana. A 20 de Agosto foi proposto um *modus vivendi* por 6 meses, e a 14 de Novembro foi assinada a convenção.

Quando menos se esperava, e para que jamais entrasse a tranquilidade no País, os ingleses voltam a incomodar-nos e foi o caso que a 29 de Novembro do mesmo ano de 1890, forças da Companhia Inglesa do Sul

de África, a mesma organizada em 29 de Outubro do ano anterior, marcharam do forte de Salisbury para Manica, a fim de ocuparem o distrito que, diziam os directores, havia sido cedido pelo chefe Chifambócio, quando é certo que este chefe se submeteu em 1876 ao comandante militar de Sena, oferecendo as suas forças, que orçavam por 6000 homens, e havia provas autênticas que provavam ser Manica portuguesa, como é.

Sabendo-se em Portugal este triste facto a aditar a tantos já passados, alguns portugueses dirigiram-se ao chefe Chifambócio para se certificarem se ele realmente era ou não fiel a Portugal. Mas achados lá e quando menos esperavam, são surpreendidos com a presença do capitão inglês Forbes que os prende, enquanto soldados da tal Companhia desarmavam os nossos. Houve protestos para Londres, donde diziam que Manica era inglesa pelo tratado de 20 de Agosto. Ao mesmo tempo que estes factos se davam, agentes da mesma Companhia ocupavam Macequêce, protestando o nosso Governo. Dizia então em Londres o «inteligente» Cecil Rhodes, que era necessário enviar quanto antes 50 000 homens para invadir Manica, que não podia ceder, e ainda que fôssemos sem demora salvar Macequêce, já iríamos tarde. Houve então um valente português, major Caldas Xavier, que, com um grupo de voluntários, se dispôs a marchar sobre Manica e a 5 de Maio de 1891 chegavam a Macequêce, depois de muitos trabalhos, tendo feito uma marcha de quatro dias; tiveram combate, mas recebendo ordem para retirarem, em 4 de Setembro, desembarcavam em Lourenço Marques.

Vá-se vendo o que nos fez e tem feito a nossa secular aliada. Mas não ficou por aqui.

1891 — A 17 de Janeiro o Governo Português apresentou um novo tratado de fronteira. Resolveu recorrer a nova arbitragem, mas, como sempre, a Inglaterra não aceitou. A 31 de Janeiro dá-se a revolta do Porto. A 24 de Fevereiro, Glyn Petre apresenta um *memorandum* sobre a posição do Gungunhana entre os dois Governos, alegando que não tínhamos forças para fazerem frente às do Gungunhana que eram numerosas «e armadas pelos ingleses». A 11 de Junho, depois de muita troca de notas diplomáticas, é finalmente ratificado o tratado e posto em vigor. Entram em cena os alemães; eram os «grandes» a quererem comer o pequeno, mas que sempre se soube defender. Foi assim que no ano de

1894, a 16 de Junho, recebe-se a triste notícia que o barão de Schele, governador da África Oriental Alemã, içará a bandeira do Império em Kionga. «Quem lhes havia de dizer nessa data, que passados vinte e um anos, Portugal reaveria o que fora seu e tão traiçoeiramente lhe fora tirado.» Houve reclamações, recorreu-se a nova arbitragem, apresentaram-se razões plausíveis, tudo debalde e a pequena Nação mais uma vez era espoliada e vítima do despotismo das grandes nações!! O que fizeram os nossos amigos e senhores aliados? Nada, e mais tirariam, se pudessem, como já o tinham tentado fazer por várias vezes.

Começa o Governo a pensar em abolir de vez o poderio do Gungunhana, que tão prejudicial nos estava sendo e resolve organizar uma expedição para seguir para a África Oriental.

1895 — Dá-se a campanha contra o Gungunhana, onde António Ennes evidenciou a sua vasta inteligência e sangue-frio. Mas lá estavam ingleses armados em jornalistas a amesquinhar-nos e, entre eles, dois e um americano pagaram com as ventas o arrojo, pois Paiva Couceiro, à laia de D. Fuas, esmurrou-lhas, bem esmurradas; deu-se esta cena a 13 de Fevereiro.

No entanto, o Gungunhana foi vencido e preso e assim fizemos ver aos ingleses que as forças numerosas de que dispunha o Gungunhana, armadas por eles, não nos amedrontaram e fomos capazes de as vencer.

1898 — A nossa fiel aliada estabelece um convénio com a Alemanha, na qual se trata da partilha da Colónias Africanas Portuguesas entre a Alemanha e Grã-Bretanha, quando as «circunstâncias levassem Portugal a ceder esta gloriosa herança».

1913 — Novo conluio da Inglaterra com a Alemanha (secreto) para a partilha das Colónias Africanas Portuguesas.

Em Agosto do mesmo ano (1913) na Deutch Colonial Zeitung, Singelmann, nosso cônsul em Brunswick (foi espião em Angola), demonstrava que três milhões de alemães cabiam à vontade no planalto de Benguela, servido pelo Caminho de Ferro do Lobito, que em breve seria alemão. Isto foi escrito um ano antes da Grande Guerra.

1915 — Entramos na guerra em África, contra os alemães.

1919 — Entram os alemães no Distrito de Moçambique. Os ingleses cá apareceram, para... «salvarem a Rodésia». O que eles fizeram

no Distrito e a sua infidelidade no Niassa são factos bem recentes e conhecidos. Quando eu era amanuense do Comando Militar do Erate em Namapa, onde ainda se achava a coluna de reocupação, de que eu fazia parte, apareceram dois oficiais ingleses (creio que transvalianos), um capitão e um tenente, que entraram em Namapa como em território conquistado e perguntaram ao comandante militar «porque matava ali gente?», ao que aquele senhor lhe respondeu, servindo-se de mim como intérprete, que «não tinha satisfações a dar-lhes». Neste instante levanta-se grande algazarra no acampamento dos presos de guerra, onde vou encontrar o tenente inglês a tirar fotografias; acto contínuo o pus fora e como ele expulsasse os cipais e auxiliares, mandei formar o destacamento, armar baioneta e declarei-lhe que ou mandava sossegar os seus askaris ou carregava sobre tudo aquilo à baioneta. O homem muito indignado retirou-se e foi-se queixar ao comandante militar.

Eu, pessoalmente, também tenho sido infeliz com ingleses e isto porque eles entendem que hão-de enxovalhar-nos «em nossa casa», o que não lhes consinto nem consentirei enquanto tiver forças para tal.

Quando em 1909-1910, fui comandante militar da Marávia, em Chinfumbaze (Distrito de Tete), um inglês de nome Walles, desrespeitou-me e vi-me na necessidade de o desarmar, amarrar e levá-lo para o Comando; é preciso notar que recorri ao último extremo por o súbdito inglês apresentar muita resistência.

Mais tarde, outro no Niassa, que era agente de emigração e para se tornar agradável aos pretos, dizia-lhes que os que não quisessem pagar imposto se escondessem num barracão que ele lá tinha; um dia à noite, fui lá buscar tudo; o homem ameaçou-me de morte, mas felizmente continuei «vivinho da costa»; e mais casos passados com ingleses que abusam da boa hospitalidade e delicadeza da autoridade, em território português.

Dito isto, passo a tratar do assunto deste relatório, que me levou a expandir-me tanto e que V. Ex.^a estou certo, perdoará, atendendo a que sou português e amigo da minha Pátria, únicas heranças que meu pai me deixou e que eu conservarei até ao último momento da minha existência. Não desejo salientar-me e longe de mim tal ideia, porque é qualidade que não tenho e apenas tenho no espírito humilde a ideia do bem da

minha Pátria. Trabalharei enquanto puderem as minhas forças e evitarei a reforma ou aposentação, pois entendo que a aposentação não é meio industrial, mas uma garantia que me dá o Estado, para a velhice, quando de todo não possa trabalhar.

RAÇAS 1.0

A primitiva raça que se veio estabelecer em Chinga, e que ainda hoje se conserva é a Namulnica⁶. Distinguem-se os indígenas desta região pela tatuagem (incisões feitas na pele) *éhùco* [ehuku]⁷, que são quatro; uma a cada canto da boca e outra a cada canto exterior dos olhos, feitas obliquamente e para baixo. Junto uma figura (fig. 1) do tipo do indígena de Chinga, que, falando a verdade, é o de todo o preto, distinguindo-se apenas pelas tatuagens e outros usos. Noutros tempos, a incisão era feita no meio da testa e em forma de meia lua com a parte convexa para cima. Alguns usam a tatuagem por todo o corpo.

Os primeiros indivíduos que vieram para esta região tiveram a sua proveniência na serra Namuhuca⁸, cujo nome aproveitaram para indicarem a raça; esta serra fica situada entre os rios Ligonha e Lalau⁹, afluente da margem esquerda do primeiro. Vieram sob a chefia do ex-régulo Namacoro. Pelo visto, vieram de oeste para leste. Os motivos da sua vinda para esta região eram: aproximarem-se do comércio e, principalmente procurarem terras virgens e boas para as suas culturas.

A população de Chinga compreende uma única raça e alguns indígenas vindos de Ligonha e Niassa.

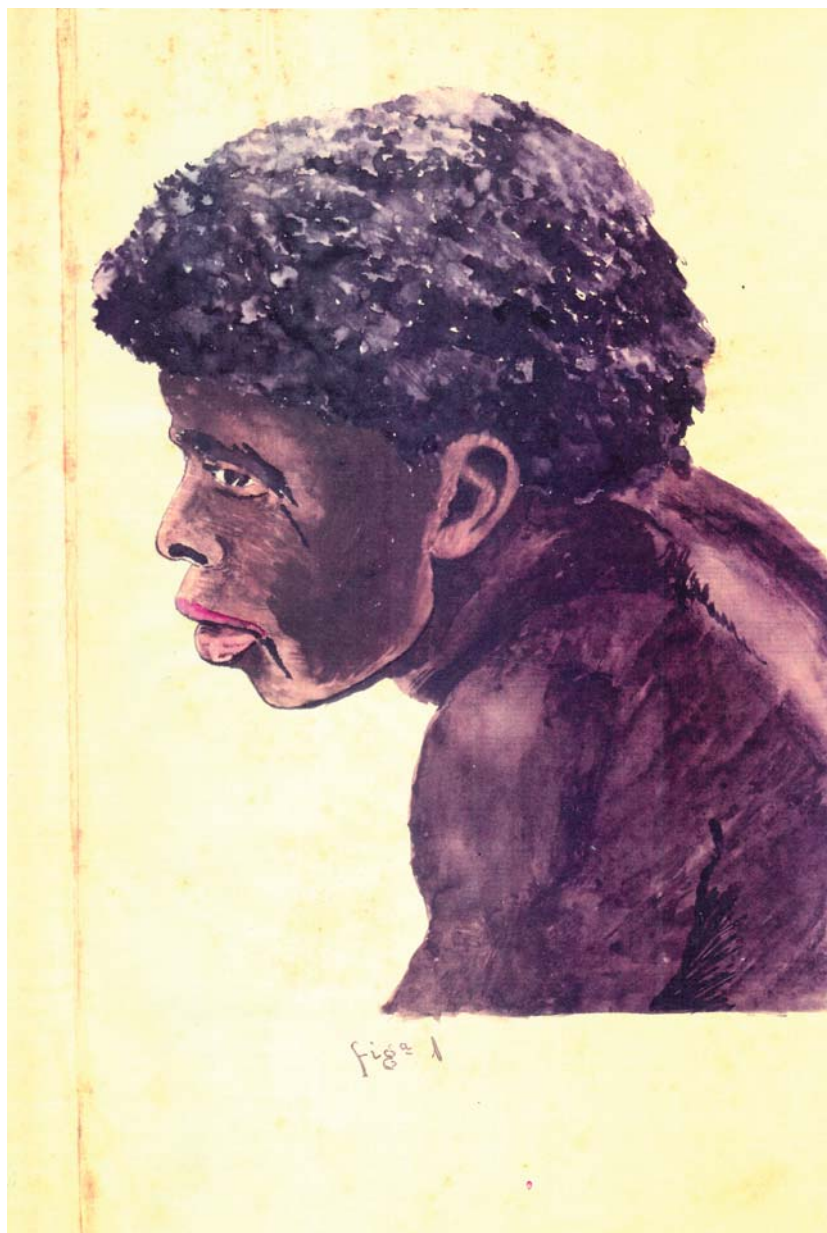
Noutros tempos limavam os dentes tornando-os pontiagudos e usa-

⁶ O autor considera os habitantes de Chinga como uma raça no sentido que damos hoje à palavra etnia. Considera também que esta raça é originária dos montes Namúli, na Alta Zambézia, e por isso lhes chama Namulica! A maioria dos clãs macuas fazem de facto referência a uma origem mítica nos montes Namúli.

⁷ A palavra *ehuku* (plural: *ihuku*) é a designação genérica de tatuagem e tem como sinónimo *nikwanca*. Fazer tatuagem diz-se *opopha ehukú*, *wàra ehikú*, ou *wàra nikwanca*.

⁸ Namuhuka é o nome de um monte situado no actual distrito de Murrupula. Mas a origem mítica é nos montes Namúli como ficou referido na nota 5.

⁹ Nome de um rio que nasce entre Ribáuê e Murrupula, na zona Sakayeke.



vam um pequeno pau, *m'pina* [mpina]¹⁰, a atravessar o lábio superior; este pau é extraído dum arbusto chamado *m'tũcũmũco*¹¹. Usaram também umas rodela grandes no lábio superior e nas orelhas; às rodela chamavam *m'djádgi* [ntxatxe]¹². Estas rodela ou *m'jádgi* são muito usadas pelas mulheres macondes e os macuas do Medo, no Niassa¹³. Posso dizer alguma coisa sobre este hábito por conhecer os macondes e habitantes do Medo, principalmente: Muália, M'tanda, Montepuez, Iàcòne, etc.

A rapariga, desde que perdeu a virgindade aplica no lábio superior, atravessando-o, ou na orelha um pequeno e fino caniço, passados uns dez dias, tiram aquele e aplicam outro de maior diâmetro, e assim sucessivamente, obrigando o orifício a alargar de tempos a tempos, E a certa altura, que é o máximo, aplicam uma enorme rodela de madeira com o feitio duma roldana; como esta rodela pode ferir o lábio inferior com o constante contacto, aplicam neste, do mesmo material, uma espécie de pienha, ficando o pé para baixo, saindo do lábio, como se vê na figura 2. Assim, já a rodela do lábio superior bate na do lábio inferior, evitando o ferimento. A rodela pode ser ou de madeira preta ou de chumbo e, algumas vezes, latão, mas o mais usual é a madeira preta¹⁴. Só visto se faz uma ideia da triste figura que estas mulheres fazem, com uma beíçola descomunal, dificultando-lhes a fala e a mastigação dos alimentos, chegando mesmo a dobrarem o pescoço para verem para baixo. Nas orelhas, fica aquela grande rodela entalada num círculo formado por uma ténue pele que a circunda. Junto uma figura (fig. 2), que dá, creio eu, uma pequena ideia destes exemplares que, como o ornitorrino, podem marcar a passagem dos mamíferos para as aves.

Pretas há, relativamente simpáticas, que se tornam horrendas com a tal rodela.

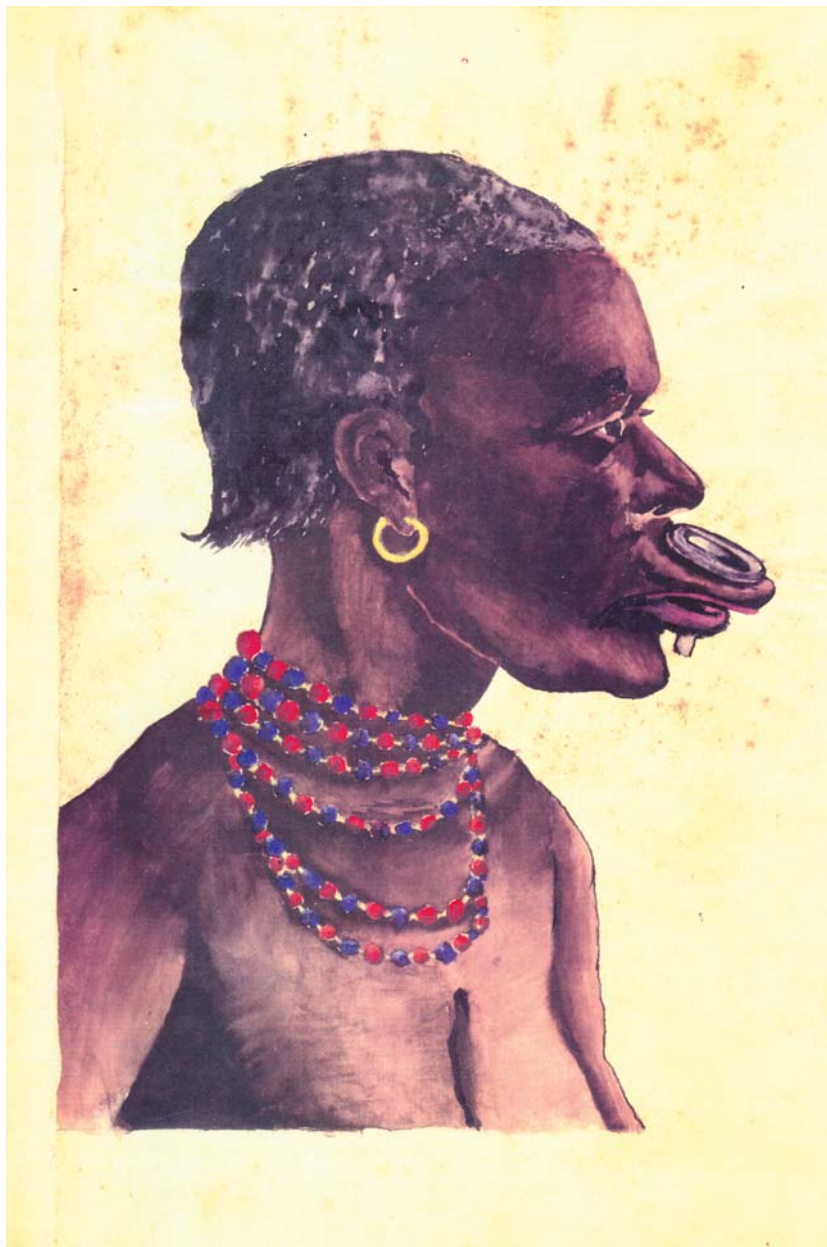
¹⁰ O mesmo que *etxipini*. Adorno ou enfeite de pau-preto usado antigamente pelas mulheres no lábio superior. A mesma palavra servia para designar o *botoque* e a peça de alumínio em forma de funil também usados no lábio superior.

¹¹ Palavra e planta não identificadas. Talvez se trate de uma planta conhecida hoje no actual Chinga por *mthukumuka*.

¹² O mesmo que *mpina*, mas de proporções maiores.

¹³ Os macondes ocupavam na época os planaltos de Mueda e de Macomia e os macua-mêto todo o Sul de Cabo Delgado e algumas regiões contíguas do Niassa.

¹⁴ A utilização das rodela caiu em desuso há vários decénios. Algumas explicações têm sido dadas para o seu uso, sendo a principal a defesa contra a escravização.



ÁREA, GEOGRAFIA E HIDROGRAFIA 2.0

Infelizmente, consegui apenas levantar um fraco croquis¹⁵ da região aproveitando a época da reparação de estradas, visto não me ser autorizada a despesa em carregadores, conforme verbalmente me foi dito pelo 2.º aspirante Araújo, actualmente encarregado do expediente e outros serviços na Administração, na ausência de administrador. Como se não tratava de luxos, não pude ver; paciência.

A área do Posto é, aproximadamente, de...¹⁶

Acha-se na altitude de 443-445 m, segundo fui informado respectivamente pelos Ex.^{mos} Srs. Engenheiro Mendonça e comandante José Torres, pelo que merece absoluta confiança. Àqueles Ex.^{mos} Srs. agradeço tão importante informação.

É uma região relativamente acidentada. A sede do Posto está numa planície bastante extensa para NO. É banhada por muitos rios, alguns deles simples riachos provenientes de charcos ou pântanos.

SERRAS

Minchine [Mítxini] a NE grande. Chinga a NO é a maior e deu o nome à região. Iònũa [Ionwa] a NO. Môpui [Mupwi] a SSO, perto do rio M'Luli. Mácaça a SSE. Calalane [Palalani] a NO. Épila [Ipila] a SO, também não muito longe do rio M'Luli. M'Coracóra [Mukorakora] a O. Namirúco [Namiluku] a SSE. Távaláca a O. Titi [Títithi] a S, também perto do rio M'Luli. Namavuto a SSO, não muito longe do rio M'Luli e Muacópampa [Mwakopompa] a N. Algumas destas serras estão fora da área do Posto.

¹⁵ Este croquis não se encontra junto do manuscrito e ainda não foi localizado.

¹⁶ No original não vem registada a área.

RIOS

Para melhor os mencionar, formulei a relação que segue. Os nomes de rios seguidos dum asterisco são os que conservam água todo o ano.

Nome¹⁷	Nascente	Foz	Direcção da corrente	Observações
Malapame*	Pântano	Nádginê	O-S	Pequeno
[Malapane]				
Mirũto*	»	»	SO-S	»
[Mirutto]				
Nàculuê*	»	Malapane	S-O	»
Namingine	»	Nadgiúêê	E-O	»
Namigirãua	S. de Chinga	Malapane	S-N	Grande (em extensão)
Nàdgiuê*	S. Miuchine	M'Luli	S-NO	»
Napàcàla	Pântano	Nàdgiuê	O-E	Pequeno
M'Tèlèca*	»	»	NE-SE	Grande
[Muttelekha]				
Namejuro	»	Tèlèca	»	Pequeno
[Nàmejuro]				
Mèhèame*	»	Malapane	SE-S	»
[Neheyane]				
M'Pèpèreia	»	Namaíta	N-S	Grande
[Pepherya]				
Macuano	»	Nicuàpê	NO-NE	Pequeno
[Nàkane]				
Namiãvi	»	»	N-SE	»
[Namiãvi]				
Namiòpê	S. Mácàméla	M'Pèpèreia	N-S	»
Nacuculo	»	Namaíta	N-SO	»
Namipaué	Pântano	»	S-SO	»

¹⁷ Entre parênteses os nomes actuais; informação colhida pelo Dr. Adelino Zacarias Ivala a 11-9-1997.

Nome ¹⁷	Nascente	Foz	Direcção da corrente	Observações
[Namipawa]				
Nàhèlène*	»	Nicuàpê	NO-SO	»
Namavàca	»	Nadgiúé	NO-NE	»
[Namavaka]				
Napàpára	»	»	N-SE	»
Nacucupa*	»	M'Tèlèca	N-S	»
[Nakusupa]				
Mūriliá	»	»	NE-SO	»
[Murirya]				
Namiláze	S. Minchine	Laláu	NE-SE	Grande
Namicope	Pântano	M'Tèlèca	NE-NO	Pequeno
M'Ticanha	S. Wàcòlê	»	»	Grande
[Mutikanya]				
M'Titôaràpê	Pântano	M'Pèpèrcia	N-SO	Pequeno
[Muthitorapê]				
Namàle	»	Namaita	NE-NO	»
M'Tamàpo*	»	»	NE-O	Grande
[Mutthamapo]				
Uàtòli	»	M'Pèpèreia	N-S	Pequeno
[Wattorya]				
Mūhàpaita	»	Malapane	NE-O	»
Nàtèré	»	M'Luli	NE-SO	»
Naminhalo*	»	Malapane	SO-NE	»
Mucuze	S. Chionga	Laláu	NO-NE	Grande
[Mukàsi]				
Nicature*	»	Mucàze	»	»
[Nikhattiri]				
Nàvèvène*	Pântano	Laláu	NNO-E	Pequeno
M'Djàdgê*	S. Chinga	»	»	Grande
Mamurrómerrèquèlê	»	»	NNO-NNE	Pequeno
Mamurrômejaia*	Pântano	»	NO-NNE	»
M'Luli*	»	Oceano	N-SSO	Grande

Nome¹⁷	Nascente	Foz	Direcção da corrente	Observações
Namaita* [Namaittha]	S. Chinga	Nadgiuê	NNE-SE	»
M'Tèacòlo* [Mutthawakholé]	Pântano	Namaita	SO-NE	»
Napito*	S. M'tuvia	»	SE-NE	»
Nàpàrra* [Napurai]	»	M'Luli	WE-SO	»
Nàcuri	Pântano	»	N-SO	»
Mâcôzine*	»	Nàpàrra	»	»

O Posto é limitado pelo N com o rio Múcato [Mukattho] que o divide da área da Circunscrição de Ribáuê. Ao S o rio Nadgiuê [Natxiwe], que o separa da área do Posto de Murrupula [Murrupula] e a NE o rio M'Luli que divide o Posto da área da sede da Circunscrição.

ANTROPOLOGIA¹⁸

3.0

A cor do indígena desta região regula entre a preta (a maioria) e encarnada, a que chamam *màvèlê*¹⁹. O que realmente é mais curioso é que no regulado Namacóro é onde há mais gente de pele avermelhada, incluindo o próprio régulo. A mulher desta raça tem o prazer de assim ser, e até mostra certa importância, chamando ao marido «preto», como ofensa, mas está provado que é gente mais estúpida. O crânio na maioria da população é de forma alongada «dolichocéfalos». Cabelo, em geral disperso uniformemente, havendo alguns homens que rapam à navalha a parte de baixo até meia altura da cabeça, formando uma espécie de cofió ou fez. De certa idade para cima, já homens, apresentam cabelo pelo corpo e poucos o depilam. Não são muito corpulentos e a maioria atarracados; em geral, a altura regula por 1,54 m a 1,69 m, o máximo. O homem, como em geral o macua, é indolente, passando os dias sentados ou deitados à porta da palhota, a maior parte das vezes catando os parasitas e a mulher é que trata do arranjo da casa, carrega a água e lenha, confecciona os «manjares», etc. e é por este motivo que a mulher macua é não só mais desenvolvida como até mostra mais vida e actividade, mas não quer isto dizer que também não sejam indolentes e pouco amigas do trabalho, dedicando-se a este porque o marido a manda; no entanto, casos há em que a mulher é mais ativa que o marido; neste Posto, por acaso, ainda se não deu, mas em Muito apresentou-se-me na secretaria um homem pedindo-me para «deixar sua mulher» porque ela lhe batia, estando ela presente; e realmente a mulher mostrava-se tão

¹⁸ Trata-se de Antropobiologia.

¹⁹ Com o significado que o autor lhe dá esta palavra é desconhecida; para significar encarnado ou vermelho (aquilo que tem cor semelhante à do sangue) utilizam os macuas as seguintes palavras: «oshéra», «oshurumala», «okhwila» e «ophilivila». «Amavele» é o nome de um clã.

impertinente que pouco faltou para, mesmo na secretaria, desatar à bofetada ao «marido».

As crianças mamam até à idade de andarem e então as mães começam a ministrar-lhes um caldo feito de milho fino²⁰ «verde», triturado no pilão, *èriaũ* [eryawe], ou de farinha, a que chamam *mahása* [mahasa]²¹. Como em todas as raças, crianças há que teimam em mamar, ultrapassada a idade e então as mães aplicam malagueta pisada ou piripiri nos bicos dos peitos; tinta da resina da árvore *m'bila* [mpila], cuja seiva é encarnada. No entanto, enquanto mamam, as mães dão aos filhos *utéca* [otheka], cerveja cafreál, e na época da colheita das machambas, ou seja, da abundância, dão-lhe também milho fino verde, em grão, e é assim que o estômago das crianças se dilata de forma fenomenal.

Conhecem os velhos pelo cabelo branco e rugas na cara e no corpo, principalmente barriga; entre homens e mulheres, velhos, mostram-se mais decrépitas as mulheres e compreende-se, desde que é a mulher que tem mais actividade. No indígena, a dentadura é, no geral, admirável e, facto curioso, o preto trinca ossos de galinha («ou galo») com uma facilidade extraordinária; come porcarias. Pois chegam a comer o recheio das tripas e do estômago de qualquer ruminante, alegando que já está cozinhado. A carne deteriorada comem-na tanto ou com mais satisfação do que a sã e dizem que coze mais depressa, e, no entanto, apenas limpam os dentes, a maioria, com um bambu ou a raiz subterrânea dum arbusto chamado *mũlãũ* [mukhava]²², batido na ponta à laia de pincel. Fazem uso de várias espécies destes «pincéis» ou «escovas de dentes». Pode ser o próprio bambu *milaze-milaze*²³. Para a mulher é destinada a raiz dum outro arbusto chamado *m'làla* [mulala] que é de sabor picante e deixa os lábios um tanto corados, ao pincel, em geral, chamam *m'sũaque* [musuwakhi ou mushuwakhi]. No Muíte vi fazer uso duma raiz de casca amarela, duma planta chamada *raqũe* [eràkhi]²⁴. Desta forma o

²⁰ O milho fino de que se refere é a mapira, «mèle», isto é, o sorgo (*Sorghum vulgare Pers.*) que quando «verde» o grão pode ser comido ou triturado com vista à obtenção de um líquido leitoso que se pode beber ou então fazer papas, ditas «mahasa».

²¹ Ou «mahaza». Caldo com pouco arroz ou pouca farinha. Caldo ralo. Papas ralas.

²² *Landolphia Kirki*, Dyer.

²³ Palavra não identificada. Talvez a *muthala*.

²⁴ *Eràkhi* ou *karakhi* é uma planta que cresce normalmente junto dos morros de muchém.

preto macua não faz uso da pasta *Couraça*²⁵, nem elixires dentífricos de espécie alguma e «cientificamente» preparados de tal forma que, alguns, «cientificamente» arruinam os dentes. O preto, terminada a refeição, vai acto contínuo bochechar a boca com água simples.

Não quer isto dizer que aos pretos não caíam os dentes, vendo-se alguns, mas poucos, com dentes a menos, chegando mesmo a cair todos, devido a uma doença a que chamam *nihôca* [nihoka]²⁶; e aos velhos, como é natural, caem como ele mesmo há-de cair na sepultura. No indígena, é rara a calvície, e quando tal facto se dá atribuem a Deus que mandou cair o cabelo. À expressão «cair o cabelo» dizem *n'tari* [ntari]²⁷. O albinismo²⁸ no preto não há, no entanto, em alguns apenas aparece nos olhos ou num uma mancha branca sem brilho, a que chamam *mũana* [mwàna], filho, isto porque dizem eles «o olho tem filho que o não deixa ver».

Deformações de nascença há algumas e interessantes, bem como a loucura a que chamam *nêpa* [nepa]²⁹.

O preto tem geralmente um belo olfacto, vista e ouvidos muito apurados (vista, quando não tenha filho no olho), o que se pode avaliar pela facilidade em descobrirem os diversos animais no mato, em pontos distantes que a minha vista não alcança e, acompanhando-nos na caça, andam com as ventas afiladas à moda de cão e o caso é que, pelo cheiro, dão muitas vezes com a presença de caça. Pinta-se para isto o preto da Angonia, no Distrito de Tete. Sobre paladar, acho detestável, pelo que deixei dito quando tratei da dentadura. Infelizmente, a atitude mais vulgar no preto é a do repouso, para o que se pinta, e só a muita necessidade ou ordem emanada da autoridade o faz cair daquela posição, de inacção em que é hábito viver³⁰. Os homens sentam-se, geralmente, no chão, é

²⁵ Havia nessa altura pasta dentífrica *Couraça* no mercado?

²⁶ Aliás, *nihoka*; não se trata de uma doença conforme diz o autor; é o nome que se dá ao espaço onde cai o doente.

²⁷ *Ntari* é o nome que se dá à careca; o homem calvo é designado por *nantari* (o que tem careca).

²⁸ A aparente inexistência de albinismo na época pode ser explicada pelo facto dos recém-nascidos «defeituosos» serem eliminados nesse tempo pelas parteiras. No idioma emakhuwa o albino ou a albina é designado pelas palavras *napwere* ou *ethàtuwa*.

²⁹ A *nepa* é a designação genética de loucura. Ao louco dá-se o nome de *nànepa*.

³⁰ O autor faz aqui juízo sobre a indolência e apatia congénita do preto. Esquece-se do modus vi-vendi dum camponês, da época em que escreve, e entra em contradição com a psicologia do preto para com o europeu, como escreveu mais atrás.

claro, com os joelhos levantados e juntos, colocando sobre estes as mãos sobrepostas; as mulheres ajoelham, colocando os dois joelhos em terra e sentando-se sobre os calcanhares, colocando as mãos na frente; outras tomam perfeitamente a posição de ajoelhar para fazer fogo (militarmente falando), colocando a mão sobre o joelho do mesmo lado, que fica levantado (única diferença da posição de ajoelhar) e a esquerda caindo naturalmente.

A atitude de micção entre homens e mulheres pouco varia; o homem urina ou de pé (poucas vezes) ou sentados nos calcanhares, com os joelhos levantados e sobre eles as mãos. As mulheres, umas colocam as mãos nos joelhos e dobram-se um pouco pela cintura para a frente, tomando uma posição um tanto crítica; outras sentam-se como os homens. Como já tive ocasião de dizer, o preto é inteligente e, para prova, basta ver os estratégias que empregam para enganar o europeu, no que, diga-se a verdade, a maior parte das vezes fica gorado; no entanto, conseguem ludibriar sempre o europeu vindo recentemente da Metrópole ou de outros pontos diferentes, como seja, do Sul para Norte da Província e vice-versa; mas o europeu tem ou deve ter o cuidado e habilidade de consultar os antigos residentes da região para não ser burlado inconscientemente. Eu, confesso, conto 20 anos de residência na Província, não será fácil enganar-me e eles bem o conhecem; isto, é claro, não é devido à minha grande inteligência, predicado de que infelizmente não sou dotado, mas à muita prática e a já em tempos me terem enganado o suficiente para lhes conhecer as manhas e usos.

O preto tem uma coisa interessante: se, quando criança, é ou mostra ser muito esperto, em homem torna-se estúpido e velhaco.

HISTÓRIA E CRONOLOGIA 4.0

Lembra-se o meu informador que teria nessa época talvez 14 para 15 anos de idade. Há uns 70 anos, apareceram na região muitos landins (gente do Gungunhana)³¹, vinham de Niùiri (Ligonha) e foram até Angoche; voltaram, queimaram tudo e os residentes da região fugiram para as serras. Vinham pela Beira atravessando o rio Zambeze. A Chinga só vieram uma vez. Mataram muita gente; outros levaram; partiam as espingardas que encontravam. Quando agarravam velhos, espetavam-nos nuns bambus aguçados e espetados no chão, de forma que o bambu entrava pelo ânus e pelo corpo até o padecente se sentar no chão. Ignora o nome do chefe de guerra. Disse mais o informador que os landins³² roubavam milho, feijão, mandioca, etc., e, reunindo tudo numa palhota, chegavam-lhe fogo.

O primeiro europeu que conheceram, como autoridade local, foi o então 1.º sargento Jerónimo Lobo d'Almada Negreiros, morto no combate de Muíte, já alferes, e onde se acha sepultado³³. A este europeu davam a alcunha de M'tõtõana [mutotha owana] que quer dizer (amigo de fazer guerra)³⁴; pagavam de imposto de palhota 1\$00 ou géneros até ao equivalente àquela importância.

O outro comandante que se seguiu era um 2.º sargento, cujo nome ignoram, mas que tinha a alcunha de Namarrocôlo [namarrokolo]³⁵ (coelho); pagavam o mesmo imposto de palhota, ou seja, 1\$00.

³¹ Apesar de Gungunhana ser também nguni, os grupos de nguni e ngunizados que andaram pelo Alto Ligonha e pelo Alto Lúrio não eram provenientes das terras de Gaza, no Sul de Moçambique.

³² Leia-se *anguni*.

³³ Depois de morto foi enterrado num local entre Imala e Muíte. Mais tarde os seus restos mortais foram trasladados para Mecate, onde ainda hoje se pode ver a campa.

³⁴ *Mutotha owana*, literalmente, significa aquele que caça a guerra.

³⁵ O "namarokolo" é o símbolo da esperteza

A seguir, veio o sargento a que os indígenas chamavam Chicote; creio eu que é o 2.º sargento Escoto; pagavam o mesmo imposto de palhota. 2.º sargento Duwens, a quem chamava «Dúva»; pagavam o imposto de palhota de 2\$00 ou o equivalente em género. 2.º sargento Pimentel (o actual), conhecido por Muêtápurê [mwèttapure]³⁶; pagavam 2\$00 de imposto de palhota ou géneros.

Dizem os indígenas que todos estes eram bons, por não maltrataram com muita pancada o preto.

2.º sargento Nunes, «Namapŭrŭro» [namapururu]³⁷, porque usava a barba grande. Dizem que não era bom e fugiu muita gente. Pagavam de imposto de palhota 2\$00.

1.º sargento Mourão, «Mourão». Passou o imposto de palhota a 2\$50. Era bom e muita gente voltou.

2.º sargento Rubio, «Rubi». Esteve na ocasião da guerra. Não era bom. Pagavam de imposto de palhota 2\$50.

2.º sargento Sousa. Também não era bom e pagavam o mesmo imposto de palhota.

2.º sargento Sande, *Épotoco, pelo feitio da cabeça alongada. Era bom. Passou o imposto de palhota para 3\$50.

Aguiar, «Aguiar». Era «muito malandro»; fugiu muita gente para Nampula, Murrupula e Ligonha. O imposto de palhota passou para 22\$00.

Trigueiros, «Néruculo» [nèrukulu]³⁸ (barriga grande). Era bom e voltou muita gente que fugira. Era o imposto de palhota 22\$00.

Barros, «Namŭalo» [namwalo]³⁹ (traseiro pequeno). Era bom e o imposto de palhota era 70\$00.

Voltou novamente o Pimentel, «Chavilica» *[xàvirika] (estar sempre a dançar com as pernas). Actualmente tem a alcunha de «M'Pèhèria» [mpeherya]⁴⁰ (levanta-se muito cedo). Imposto de palhota, o actual.

³⁶ «Mwèttapurê» significa «vadio», o que anda ou que se comporta à toa, malcriadamente.

³⁷ Literalmente significa «peludo».

³⁸ Aliás, «nèrukulu» = barrigudo.

³⁹ Namwalo significa «o que traz consigo a faca ou objectos cortantes» e não traseiro pequeno.

⁴⁰ O madrugador.

DIVERTIMENTOS 5.0

O preto macua não é nem tem grandes divertimentos. Se não há batuque, *gôma* [ekomà]⁴¹, por qualquer circunstância, têm por hábito, principalmente em noites de luar, as famílias vizinhas reunirem-se em conversa amena que, geralmente, versa sobre o europeu, seus costumes, qualidades, etc.; sobre monhés e panos e quase sempre contando anedotas sem nexos, mas indecentes. O mais curioso é que se riem pela mais insignificante «piada», que a maior parte das vezes não tem graça alguma. «Não usam as serenatas.» Quando Deus quer, no melhor da amena conversa, aparece o célebre leão *carramo* [kharamu] ou *mũâtô* [mwattô ou mwatxó], que leva um para a sua última refeição daquele dia.

Os batuques podem ser: só para homens⁴², só para mulheres. Ou então para os dois sexos, em conjunto ou separadamente.

BATUQUES SÓ PARA HOMENS:

Siripũiti [nsiripwiti]. *Chalàla* [shalata ???]. **Chicòpê*. *Nicũmũe*⁴³. *Harapa*. *Nácũla* [nakula]. **N'lasũenha* e **M'Nàquiréla*.

Vou ver se consigo dar uma pequena ideia destes batuques. Em todos ou quase todos são empregado uns tambores ou coisa parecida, que têm vários nomes conforme os batuques ou danças a que se destinam.

Siripũiti [nsiripwiti] — Os homens formam um círculo e numa fila, com as latas presas a uma corda à cintura e às vezes nas pernas. Estas latas são uns pequenos quadrados de folha, de pouco mais ou menos 0,04 m de lado; são unidos pelos vértices dos quatro ângulos e fica um

⁴¹ Nome genérico dado aos tambores e às danças.

⁴² “Ekomà ya m'lápa”.

⁴³ Palavra não identificada. Talvez “nakula”.

espaço no meio, depois de unidas as arestas, tendo previamente colocado dentro pequenas pedras. Os músicos ou «tambores» estão no meio tocando nos seus instrumentos chamados *gômas* [ikomà]⁴⁴. Um toca num *gôma* coberto só dum lado com a pele de uma cobra aquática chamada *èhála* [ehala]⁴⁵, outro toca noutra semelhante e os outros tocam num maior também coberto com pele igual. Chamam à primeira *gôma m'làpa*⁴⁶, à segunda *êgôma* ou *d'jôdjo*⁴⁷ e os outros *pétene* [pettheni ou petxeni]⁴⁸, que é semelhante ao *m'làpa* [nlapa], mas de menores dimensões; só neste tocam com dois pequenos bambus em compasso apressado e batendo com os bambus alternadamente; os outros batem com os dedos, tendo as mãos estendidas e são estes que tocam ao compasso da dança. Estes homens que formam a «orquestra» estão sentados com os tambores entre as pernas e com estas seguros, à excepção dos que tocam as *n'lápas*, que as assentam sobre painéis com a boca para cima, para darem melhor som. Os da roda vão dançando a compasso, andando à roda ao mesmo tempo que, também a compasso, fazem soar o chocalhar das latas, dando os necessários movimentos ao corpo e pés.

Este batuque também tem lugar pelo falecimento dalgum habitante da povoação. Geralmente, estes batuques são acompanhados da inseparável cerveja cafreal *utéca* [otheka], de que adiante tratarei.

Chalàla [shalala] — Perfeitamente igual ao *Siripüiti*, com a única diferença, que em lugar das latas usam tecido feito da casca de árvore e a que chamam *Nacôto* [nakotxo ou nakotto] cortado às tiras e atados a uma corda que cerca a cintura.

**Chicòpê* — A dança é a mesma, colocando em volta da cintura, como faixa, pano encarnado **húli*. Três tocam *gôma* e quatro, dois de cada lado dos «músicos», cantam. Este batuque tem lugar em qualquer altura.

**Nicũmuê* — Formam uma roda e vão dançando e rodando. Colocam em volta da cintura, e principalmente nas pernas, desde os pés até ao joelho, uma corda onde foram atravessados, como missangas, os frutos secos de uma árvore chamada *mũheia* [muhèya]; estes frutos têm

⁴⁴ Ekomà, plural: Ikomà.

⁴⁵ Ehala é o varano ou iguano.

⁴⁶ Ekoma ya n'lápa ou n'lapa

⁴⁷ Ekoma d'jojo = txutxu.

⁴⁸ Nome de um tambor pequeno.

umas sementes soltas que dentro do fruto, fazem barulho, e no conjunto mais barulho fazem, como é natural. A música é constituída por três que tocam no tambor e todos cantam ao mesmo tempo que os da roda dançam batendo com força, mas a compasso, com os pés no chão, para as sementes soarem bem. Algumas vezes, as raparigas (quase mulheres) múali, dançam ao lado, sem se juntarem aos homens.

Haràpa — Sentam-se no chão todos, menos dois que dançam, com dois pequenos bambus que estão sempre batendo sobre dois ou três bambus colocados no chão e unidos, sendo apertados em vários pontos entre dois pequenos bocados de bambu cravados no terreno. Sai um ou dois de cada vez para dançarem, seguindo o compasso das pancadas dos bambus. Todos cantam. A certa altura, o que está dançando, volta para o seu lugar e vai outro, continuando assim sucessivamente. Quando morre um homem tido entre eles como pessoa importante, fazem este batuque, dando a família do falecido a utéca [otheka] e, não tendo esta, uma ou duas galinhas para todos comerem.

Nàcũla [nakula] — O mesmo, mas juntamente com os bambus tocam três «gômas». É feito em qualquer ocasião.

Màçôma [mwàkoma] — Os homens dançam formando roda. Tocam três «gômas»: uma grande *màçôma* [massoma]⁴⁹ e duas pequenas *d'jôdjo*⁵⁰.

BATUQUES PARA HOMENS E MULHERES CONJUNTAMENTE:

Chòpa [shopa] — Um homem aplica pancadas soltas na pele duma «gôma» grande chamada *cricálamo* [nikalamu?], que tem dos dois lados pele duma cobra chamada *inhôto* [inhotto]⁵¹.

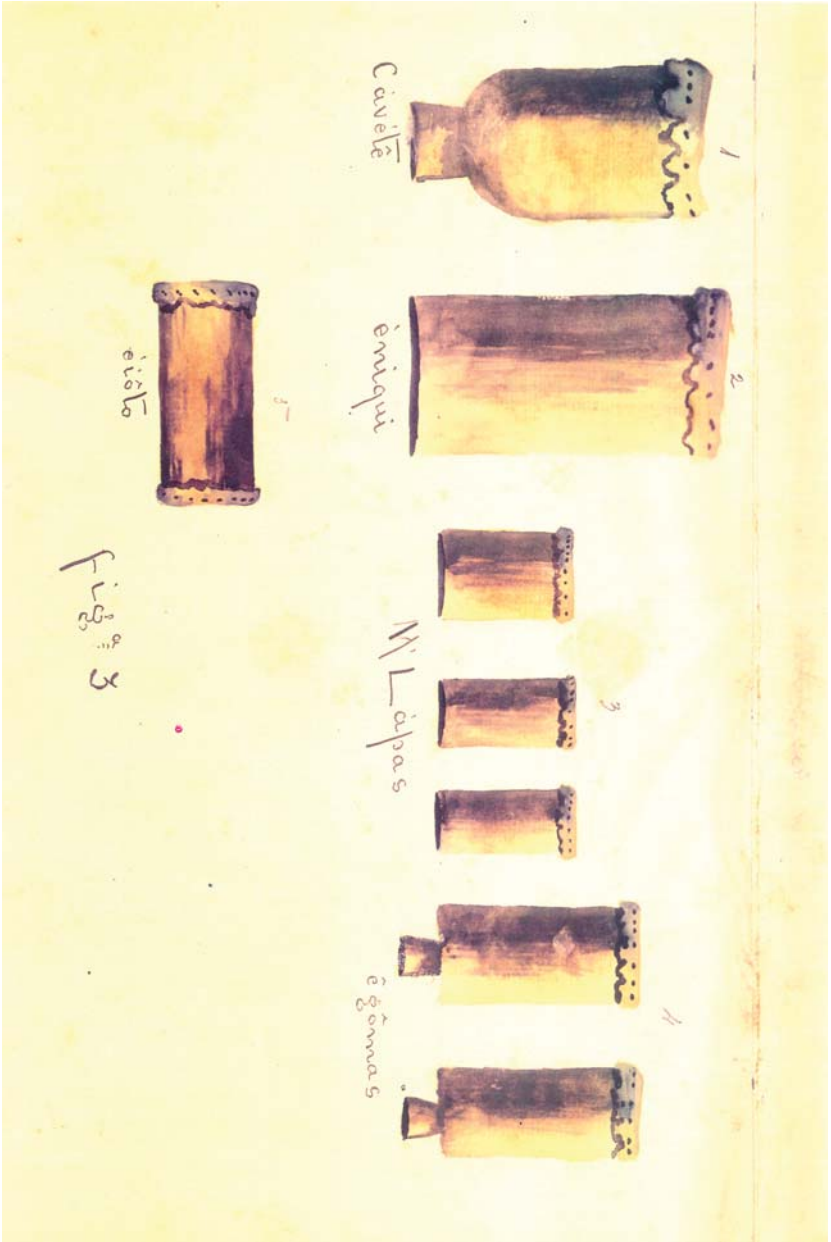
*M'Nàquirèla*⁵² — A mesma coisa que o *harapa*, mas as mulheres estão todas sentadas no chão e quando o homem que está dançando diz o nome duma das presentes, esta sai para a frente e dança, mas não se chega ao homem, como sempre.

⁴⁹ O termo “masoma” (sing. “nsoma”) significa cerimónias ou rituais que envolvem danças e tambores. O autor talvez pretenda designar aqui o grande tambor chamado “ekhavette”.

⁵⁰ O mesmo que “txutxu”.

⁵¹ O “enyòtto” é um lagarto terrestre.

⁵² Palavra não identificada. Talvez “kopiliko”.



Yôto [eyòtto] — No Muite, *nicàlamo* [nikalamu]⁵³, doença do diabo. Esta doença é uma forte dor de cabeça, talvez semelhante ao que chamamos hernicranes e a que o macua chama *mũnêpa* [munepa]⁵⁴.

O batuque começa ao anoitecer e, embora haja homens presentes, no batuque só tomam parte as mulheres e o «cirurgião»⁵⁵.

O doente está deitado numa tosca cama ou no chão dentro duma palhota; fora estão muitas mulheres no batuque, em que 3 ou 4 homens tocam «gôma» [ekomà] e uma mulher de cada vez dança ao compasso da cantiga das restantes. Geralmente a mulher a dançar limita-se a avançar e recuar muito pouco, os pés, alternadamente e na altura competente, começam a tremer ou fazer tremer as nádegas com uma velocidade espantosa; outras vezes, fazem rodar o traseiro, conservando o corpo firme até à cintura; é caso difícil de explicar mas que se pode fazer uma pequena ideia pela figura que junto⁵⁶ e para o que se procede da seguinte maneira. «Em casa um tanto escura, segura-se na figura com a parte branca voltada para os nossos olhos e a face onde está a figura, para trás; é preciso ter o cuidado, antes, de separar bem do papel a parte da figura que não está colada; coloca-se por detrás um fósforo aceso, a que se dá o movimento de rotação ou rectilíneo de baixo para cima e vê-se então a figura fazer os movimentos que a mulher faz quando dança.

Continuando com a narração do batuque. Vão para dentro da palhota onde está o doente, cinco mulheres com a «gôma» [ekhomà] colocada entre o braço esquerdo e corpo, batendo na pele com a mão direita e cantando, fazendo um barulho infernal. Faça-se uma simples ideia do que serão cinco mulheres macuas de guelas ??? escancaradas a gritarem como uns chibos, e ainda tocando com toda a força na «gôma» dentro duma acanhada palhota circular cheia de fumo! E é neste meio e atuando toda esta doidice, que o desgraçado padecente há-de melhorar. Eu, confesso, preferia ficar diabo toda a minha vida a aturar aqueles ver-

⁵³ “Nikalamu” é o nome de um tambor que se toca por ocasião das cerimónias da doença caracterizada pelo autor.

⁵⁴ “Munepa” (plural: “minepa”) quer dizer espírito. “Eretta” significa «doença». “Eretta ya minepa” é uma doença que é atribuída aos espíritos dos antepassados que se apoderam do indivíduo para exigir dele alguma coisa.

⁵⁵ Trata-se do curandeiro dos espíritos da possessão.

⁵⁶ Não foi possível reproduzir convenientemente esta imagem.

dadeiros diabos. No entanto, já de dia têm ido três homens para o mato com a rede caçar um cabrito silvestre *nàhe* [nahe]: extraem ao cabrito o coração, *mũrrima*, e vão escondê-lo no mato. O batuque dura até de madrugada; quando aclara a manhã, vai toda a gente ao mato procurando o coração do cabrito, até que o encontra e fica curado, dizem eles. Mas o que é mais interessante é que ele encontra sempre o coração, mas só fica curado quando... «tem sorte». Seguidamente o doente vai banhar-se ao rio, sempre acompanhado daquela tropa toda que faz uma algazarra infernal. Assim termina a cerimónia e a receita «médica executada». Esqueci-me de dizer que, enquanto as cinco mulheres ou os cinco diabos berram dentro da palhota onde está o padecente, quatro, segurando painelas com um remédio especial, andam à roda da palhota arrastando as painelas sobre o capim da cobertura.

BATUQUES SÓ PARA MULHERES:

M'Côrompũa [mukhorompwe] — Este batuque, embora o macua de Chinga, Muite e outros digam que não, eu garanto porque sei, é originário do Niassa.

O batuque é como todos os das mulheres, duas dançam como já foi dito e as outras, que às vezes são muitas, cantam; mas até a cantiga aqui, se não parece com a do Niassa. Eu vi este batuque executado por macuas do Posto de Nanrripo da Companhia do Niassa, mas como de lá fugiu muita gente para Muite, Uante, Imala, etc., etc., trouxeram para cá o uso do batuque *m'côrompũa* [mukhorompwe]. Cantam e dizem «que o cabo Marimussa roubou meu filho e levou», necessário, ou por outra, interessa, saber esta história. No Posto de Nanrripo havia um 1.º cabo do Corpo de Polícia Militar que era intérprete, capataz-mor das grandes machambas do Chefe do Posto e sabia os segredos deste, bem como os cipais, de forma que faziam ali o que queriam: roubavam, matavam, cometiam barbaridades, etc., e o cabo chegava a levar as crianças que roubava às mães e, confesso, como o estilo da música é triste e as mulheres cantam, lamentando-se pela ausência do seu filho roubado, gostava de ouvir aquela cantiga e ao mesmo tempo revoltava-me contra tudo aquilo em Naurripo, lamentando não poder remediar um tal estado de barbarismo.

São estes os civilizadores de pretos!!!

Caràrê [kàrare] — É o batuque dedicado às mulheres a quem chega a menstruação, *onrupa vátí* [onrupa vathí], ou seja, traduzido à letra, «deita por baixo»⁵⁷. O homem não pode assistir a este batuque, que é feito no cercado da palhota, e se cai algum na asneira em ir espreitar, é «corrido à pedra»; mas é um facto curioso que tive ocasião de ver, é que nem um lá vai (neste ponto são mais sérios que o europeu; pois estou certo que o europeu não deixava de espreitar se tal caso se desse com mulheres europeias). Eu, para tudo ver e conhecer os costumes indígenas, fui ver um por instantes, mas sabendo da cerimónia, mandei prevenir e ainda assim, à minha chegada, ainda vi algumas mulheres a cobrirem-se com o pano à pressa. Como sempre, levava-lhes bananas, arroz, açúcar, cigarros e galinhas.

Neste batuque não há «gôma», as mulheres cantam em coro e andam à roda, mas de costado (permita-se-me o termo da táctica de infantaria) e então, umas atrás das outras, fazem uns movimentos interessantes e indecorosos. No entanto, elas divertem-se e então... «que tenham muita saúde».

BATUQUES DE GUERRA:

Chôpa [shopa] — Já atrás foi descrito, quando feito em tempo de paz; em tempo da guerra, aquele batuque é feito depois do combate e os homens que mataram durante o combate pintam ou desenhavam, mesmo com os dedos, umas cruces com cinza ou farinha, na testa e nas faces.

Cavàco [kàmake]⁵⁸ — Em Muíte: *cavêê* [ekhavette]. Um homem está constantemente aplicando com um bambu pancadas soltas numa «gôma» que na figura 3 tem o n.º 4. Os restantes andam correndo dum lado para outro gritando: «muanacô, muanacô» [mwànakó] (o meu filho, o meu filho), mas isto é cantado monotonamente e, confesso, incomoda quem ouve, sobretudo depois de combate. Só vai ajoelhar-se debaixo da «gôma»,

⁵⁷ O sentido mais correcto é «dormir no chão» ou «deitar-se no chão». A expressão aplica-se às mulheres que se encontram menstruadas pelo facto do seu «estado impuro» só poderem dormir no chão sobre uma esteira velha.

⁵⁸ É o nome de um tambor grande, símbolo da realeza, e que se toca apenas em ocasiões muito especiais, tais como a morte de um chefe ou dignitário influente, anunciar a aproximação de gente inimiga em tempo de guerra, aclamação de um novo chefe, etc.

cantando, os que mataram gente. Dizem eles que choram porque mataram pretos como eles e, portanto, choram os seus irmãos. Vi este batuque executado pelo 2.º grupo de auxiliares de Nampula, que eu comandava. Fui atacado em marcha, de noite, e os auxiliares, que, diga-se a verdade, aguentaram-se muito bem, embora houvesse «menino» que consumiu 150 cartuchos em questão de uma hora se tanto. Quando regressavam, no caminho, já vinham com a mesma cantiga «*mũanacô, mũanacô*».

São estes os batuques dos macuas desta região e talvez até de quase todos, com algumas variantes.

De resto, o macua não tem mais divertimentos⁵⁹, a não ser uma visita a um parente doutra povoação; alguns instrumentos musicais, de que adiante tratarei; e passam assim o tempo quando não estão deitados ao sol, se o há, de «papo» para o ar, ou na palhota, junto à tradicional fogueira, ou ainda sentados, catando os parasitas com a maior naturalidade deste mundo. Eu creio que eles têm os parasitas como animal de estimação e creio que os que não os têm pedem uma cria ao vizinho para os criar. Passam também o tempo sentados, fazendo esteiras, quitundos, gamelas, etc., de que adiante falarei.

⁵⁹ É profundamente incorrecta e etnocentrica esta afirmação.

MARCAS DE TRIBOS

USOS E COSTUMES

6.0

O indígena, em geral, distingue-se entre tribos⁶⁰, pela tatuagem, *éhũco* [ehuku].

Em Chinga, formam uma tribo única com os mesmos sinais. A tatuagem é executada da seguinte maneira. Com uma pequena faca, própria, *èhòca* [ehoka], fazem uns pequenos golpes dispostos a formarem a figura que desejam, como círculos, meia lua, estrelas, linhas rectas e curvas, etc., até sair algum sangue, *èpòme* [ephomé]; pisam no pilão ou doutra qualquer forma, carvão e aplicam este pó sobre os golpes, mas de forma a introduzir-se no golpe; seco que esteja, vão ao rio tomar banho e depois esfregam-se com azeite extraído da semente do pepino, *mechire* [muxiri].

VESTIMENTA E ADORNOS

A maioria do indígena desta região aparece vestido com panos decentes, na época da venda dos géneros das suas machambas; de resto é sempre o pano de tradição extraído dum tronco de uma árvore. Ao pano propriamente dito chamam *angũò* [ekuwo]⁶¹, ao tecido chamam *nacôto* [nakotto] e há ainda outro *nimôto* [nimotxo]⁶². O *nacôto* é extraído da seguinte forma: corta o tronco da árvore do tamanho que lhe apetece, abre a casca e apresenta-a sobre um pau, aplica-lhe fortes pancadas com outro pau para extrair a parte rija; quando fica reduzida à fibra, vai puxando para os lados até formar o tecido. A árvore donde extraem o teci-

⁶⁰ Falando dos macuas e das tatuagens a palavra tribo deve ser entendida como sub-grupo étnico, nos quais havia alguma especificidade nas marcas corporais; já o destintivo clânico pela tatuagem era menos frequente.

⁶¹ Significa «pano».

⁶² Ou «musamwa».

do chama *èhàcàta èhàcàta* [ettakattha ou mutxakatxa]. Costumam tingir estes tecidos de preto, cinzento e vermelho.

Para a cor preta, fazem o seguinte: tomam uma porção de vagens dum arbusto chamado *tũira* [mukhurya], em Muite, **nivũnha*, e põem-nas ao sol para secarem. Estas vagens, secas que estejam, tornam-se pretas e então são trituradas num pilão, *êriàũ* [eryawe], e o pó resultante deitado em água, *màze* [màsi], que se contém em uma panela *mũàpo* [mwàpu] e colocam no fogo a submeter a água à ebulição, *maze utòcòta* [màsi ottokotxa]⁶³; a água torna-se preta, *orripa* [oripa], e então mergulham o tecido que se conserva no líquido até ficar preto. Para obterem a cor cinzenta, o caso complica-se mais. Tira a casca da fibra e esta divide-a em duas ou três partes, abrindo-a no sentido do comprimento. Estende uma e aplica-lhe em cima, bem espalhada, terra, *n'tópê* [nttophè ou mattope], põe outro tecido sobre este e espalha sobre ele cinza, *ètũria* [ettũrya], qualquer e assim sucessivamente; aperta estes tecidos (espalmados) entre bambus sobrepostos superior e inferiormente, molha e deixa assim ficar por um certo espaço de tempo; decorrido este, batem sobre os tecidos com um pau sobre outro pau, *m'nàco* [munakwa] e, depois, tira os bambus e espreme os tecidos, pondo-os ao sol para secarem. A cor encarnada é extraída da casca (verde) de uma árvore chamada *mũma* [moma]; esta casca é cortada aos bocados e deitada numa panela que contém água e é submetida ao fogo. Quando a água entra em ebulição, vai-se tornando encarnada e com a evaporação diminui o volume de água e mais encarnada fica; nesta altura, mergulham o tecido.

Modo de vestir os panos: os homens usam o pano atado na frente e a parte que fica, passando entre as pernas, vai cair atrás, *tòto* [tòto]⁶⁴; outros da mesma forma, mas a parte maior vem cair à frente (é o mais usado na Zambézia), e ainda outros usam-nos como saias, seguros com um cinto na cintura. As mulheres casadas atam o pano por acima dos peitos.

Indígenas há que fazem uma espécie de camisa com o *nacôto* [nakotto]. Como disse, os homens ou rapazes usam cintos para segurarem os panos; estes cintos ou são comprados nas lojas comerciais ou são por eles feitos, e é destes que vou tratar: se podem alcançar um bocado de

⁶³ Literalmente significa «água fervida».

⁶⁴ Uma espécie de tanga.

pele de boi, *sapàla* [eshapala]⁶⁵, cortam-na formando uma tira das dimensões que desejam, aplicando-lhe depois um toско fecho de arame, imitando os fabricados e vendidos nas lojas; outros, cortam a casca dum pau, *tàcàta* [muttakattha], e põem-na na água para lhe darem o feitio que desejam, e depois cortam o cinto. A uns e outros dão-lhes a cor preta ou encarnada. A tinta preta é extraída das folhas dum arbusto, cujo fruto é uma vagem, *namacôto* [namakotto]⁶⁶, que comem. As folhas são trituradas, formando uma massa que espremem entre as mãos, expelindo um líquido, verde, como é natural, o que deixam cair sobre o cinto e espalham por igual; colocam o cinto ao sol, e logo que seca fica preto. A tinta encarnada é a mesma que a do pano, extraída da casca da árvore, *mũma* [moma]. Sobre os panos, tem graça perguntar-lhes se a tinta não sai; dizem eles: «não sai porque não lava» — está provada a existência de tanto parasita, seu companheiro inseparável.

Como adornos, usam muito a missanga *m'côva* [mukhova ou nkhova]. Antigamente usavam umas contas grandes a que chamavam **m'cótéra*. Depois que apareceu no comércio a missanga miúda, preferem esta e preferem azul, branca, preta, amarela, verde e encarnada. O homem em tempos usou missanga; hoje é só a mulher e prefere colocá-la no pescoço, *chicô* [exiko] e na cintura *mũũmũne* [mwiýùnuni]⁶⁷; têm muito prazer em ver os filhos com missangas no pescoço e pulso, *môno* [mòno]⁶⁸. Como adorno, usam mais: anéis de latão, arame, chumbo ou ferro, nos pulsos e tornozelos, e chamam *nhàto* [enhattu]⁶⁹; brincos, *niquirinha*⁷⁰; rodela pequena no nariz, **màicôa*; pequeno lenço sobre os peitos a tapá-los, *namàpèlè*⁷¹; faixa que atam à cintura, *mũtchéca*.

Palhotas: são geralmente, ou quase todas, circulares. São construídas da seguinte maneira (figura 4): marcam uma circunferência no terreno,

⁶⁵ A palavra “esapala”, “exapala” ou “ekattakha” nalgumas regiões significa pele de qualquer animal.

⁶⁶ “Namakotto” é um tipo de feijão semelhante à fava.

⁶⁷ “Mwiýùnuni”, na cintura; “eyùnu”, cintura.

⁶⁸ “Mòno” significa braço. Pulso diz-se “va nshikhani” ou “mu nshikhani”.

⁶⁹ Ou “enyattu”.

⁷⁰ Palavra não identificada. Outras designações: “ashivève”, “ipirinku”, “marikhowa”.

⁷¹ A palavra “namapele” designa uma planta cuja polpa ou «cebola» cortada e aplicada sobre os peitos das mulheres que provoca grande comichão e, em seguida, abundante secreção láctea. Também é conhecida por “samapele”, “mukotho” e “enekeneke”. A palavra é também o nome de um cogumelo e de uma mulher que tem seios muito grandes. Modernamente serve para designar o “soutien” e na época o pano que tapava os seios.

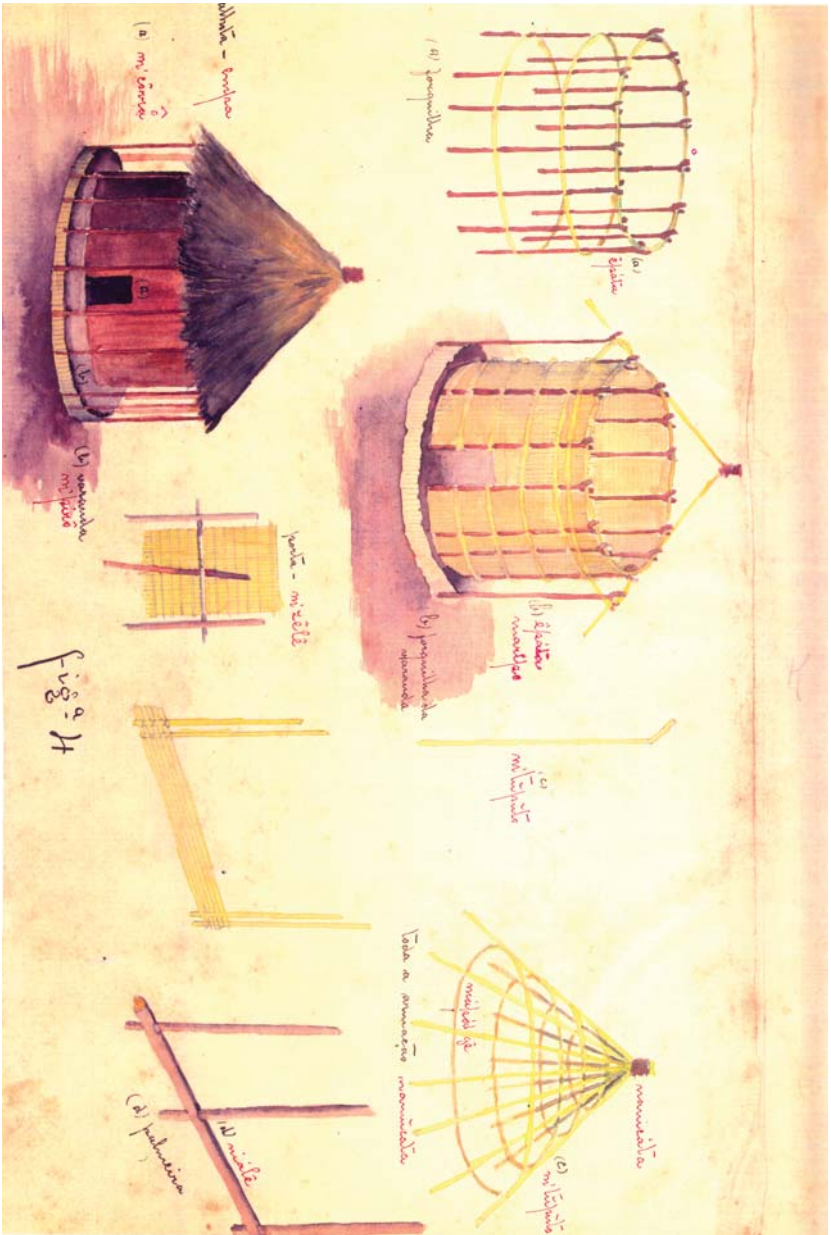


Fig. 4

tal como os jardineiros europeus para marcarem os canteiros circulares; cavam as covas necessárias, onde entram as forquilhas; seguidamente atam em volta bambus, que são batidos para poderem dobrar, sendo colocados pela parte de fora; depois colocam, perpendicularmente, bambus até à altura das forquilhas, *m'pata* [nipatho]⁷², pela parte de dentro, preenchendo o espaço entre as forquilhas, tudo ligado com corda, *cambala* [khampala]⁷³, de casca de árvore; armam o «carapuço» que a figura 4 representa e é colocado sobre a armação já feita; o «carapuço» deve ter um diâmetro maior que a palhota. Feito isto, cobrem com capim, *malache* [malaxi], tendo o cuidado de começar de baixo para cima e, no bordo inferior do cone, é colocado em pequenos molhos. Este capim é seguro por meio de corda, que é aplicada como quem está a cozer: um enfia a agulha de bambu, onde a corda está presa, de cima para baixo; outro, em baixo, enfia-a de baixo para cima e assim sucessivamente, dando a volta à superfície do cone, que é o tecto. Depois, por fora da palhota e à volta, a certa distância, espetam uns pequenos bambus, formando uma espécie de varanda, ficando fora do terreno, uns 40 centímetros; tanto a varanda como dentro da palhota são cheias de terra, formando o solo que é humedecido e batido ou esfregado com força com uma pedra lisa. Feito isto vão maticar, ou seja, cobrir a parede por fora e por dentro com argamassa de terra argilosa. Para isto, juntam terra no chão e, fazendo uma cova ao centro, nela deitam água e amassam com os pés, apoiados a um bambu para não caírem, visto a argila ser muito viscosa e poderem escorregar. A argamassa vão atirando aos bocados, com força para se introduzir entre os bambus, começando de baixo para cima; quando esta camada está apenas húmida, aplicam outra que colocam com a mão, estendendo-a com a palma da mão, com movimento de baixo para cima e para os lados; esperam que esta camada seque para ver se rachou e, se assim for, aplicam outra camada. Janelas não usam e apenas uma pequena porta por onde entram, abaixando-se, e um buraco por onde urinam para fora, de noite, para não serem filados pelas feras.

⁷² Nalgumas regiões a forquilha é designada por “nivatta”, plural: “mavatta”. As estacas são chamadas “mukuro”, singular: “mikuro”.

⁷³ A corda extraída da casca de árvore tem o nome de “mukhoiy”, plural: “mikhoiy”. “Kampala” é uma espécie de cabo trançado de folhas de palmeira.

A corda *cambala* [khwampala] é extraída de quatro qualidades de árvores: *n'tònia* [nttònya], *nampôvê* [namphovo], *tàcàta* [muttakattha] e *m'tàcũre*⁷⁴. Não usam a do embomdeiro *m'lapa* [mulapa] porque, dizem, apodrece e parte com facilidade. Para a extraírem, dão um golpe a machado no tronco junto ao terreno e puxam as tiras de baixo para cima.

Para a aplicarem, secam-na ao sol e põem-na de molho, em água, para não apodrecer dentro da parede. Note-se que o preto não tem estes cuidados com a casa ou palhota a construir para o europeu. Terminada a palhota, formam um cercado de paus bem espetados para a preservarem dos ataques das feras. Alguns fazem ainda um compartimento dentro da palhota. As portas são construídas de bambu e são feitas como indica a figura 4. Para a construírem, espetam no solo quatro bambus, dois a dois fronteiros, com o intervalo suficiente para caberem um ou dois; vão introduzindo os bambus naqueles espaços e atando cordas para os segurar, apertando; chegando à altura que desejam, cortam até ficar nas dimensões, digo, um pouco maior que a porta; para a fecharem, por dentro da palhota, e junto à porta, e de cada lado, espetam um pau bem seguro; a porta é colocada entre estes paus e a parede; depois encostam um pau e sobre este assenta um que o aperta de encontro à porta.

No Niassa, Lurio e onde há palmeira brava, vão buscar as nervuras principais das folhas, junto ao pecíolo, tirando-lhe este, ou seja, a parte mais grossa; cravam no chão, a distância conveniente, dois paus, arredondados, e mais ou menos aparelhados e a medida da distância entre estes é aplicada na palmeira e aí fazem dois buracos, cujo diâmetro é igual ou pouco maior do que a do pau, aplicando a palmeira (nervura) sobre os paus, de forma que estes entrem nos buracos previamente feitos. Sucessivamente, fazem a porta. Sobre mobiliário, trato no capítulo «Indústria».

Há muitos mais usos e costumes indígenas que estão tratados em capítulos respectivos.

⁷⁴ Palavra não identificada. Será “mutakure”?

REGIME TRIBUTÁRIO 7.0

Pouco tenho a dizer sobre este assunto, porque o indígena, actualmente, nenhum tributo ou quase nenhum paga ao régulo ou chefe⁷⁵. O que vai de novo residir na povoação oferece ao chefe tabaco ou galinhas. Ainda assim em Chinga mostram menos atenção para com o régulo, porque no Muite, por exemplo, se o régulo passa mal por qualquer circunstância, a população socorre-o, e em Chinga não. Quando vão à pesca ou à caça, dão sempre ao régulo uma parte, e sendo caça dão um braço ou uma perna do animal que caçam. De resto, actualmente o régulo não recebe tributo algum; isto devido ao pouco respeito que hoje lhe têm, embora tenham algum⁷⁶.

⁷⁵ Isto é contraditório com o que escreve a seguir que são formas de tributo.

⁷⁶ O autor omite a introdução da legislação portuguesa sobre o imposto de palhota e a influência da administração colonial na escolha dos régulos.

8.0 INSTABILIDADE DA POPULAÇÃO

O indígena tem muita facilidade em mudar de residência, porque o seu mobiliário reduz-se a uma esteira, *êtérê* [etthère]⁷⁷ ou *m'táto* [n'tthatto]⁷⁸, panelas e alguns géneros que lhe restem da última colheita. Toma amizade à terra onde se estabeleceu e até onde nasceu. No entanto, por vezes vê-se forçado a transferir a sua residência para outra região e os motivos são os seguintes: quando a restante população, por qualquer circunstância, o despreza; despotismo das autoridades indígenas ou europeia; enfraquecimento das terras para a cultura e perseguição para demasiados serviços. A questão do imposto de palhota em nada influi na fuga do indígena⁷⁹, e isto posso eu garantir porque quando fui chefe do Posto de Muíte, fronteiro ao de Nanrripo da Companhia do Niassa, fugiam de lá para cá do rio Lurio aos centos, embora o imposto de palhota fosse ao tempo de 8\$50 naquela Companhia e 22\$00 no Governo; fugiam porque em Nanrripo, como outros postos da Companhia, os indígenas são maltratados, roubados pelos cipais, mal pagos (quando lhes pagam); trabalhavam na descomunal machamba do chefe do Posto sem remuneração alguma, etc., factos que se não davam em Muíte, como se não dão actualmente em Chinga. Da área deste Posto, também fugiu muita gente: mas porque houve um chefe do Posto, Aguiar, que fez aqui «tropolias» espantosas e sobretudo um célebre sentenciado, Ramalho, que foi «encarregado» da abertura da estrada Nampula-Ribáuè, onde só não maltratou com pancadas barbaramente como até ordenava aos cipais que lhes «dessem para baixo» e, assim, até alguns falecerem com os

⁷⁷ Esteira feita de caniços dos rios.

⁷⁸ Esteira feita de palha de uma espécie de palmeira silvestre.

⁷⁹ A história do imposto de palhota em Moçambique é uma história de imposições e de resistências, entre as quais a fuga.

maus tratos. Actualmente estão voltando e porquê? Porque eu não consento que o cipai toque num preto; faço-lhe justiça, atendo-os nas suas reclamações e em tudo procedo para com eles correctamente. No princípio do relatório tratei do assunto. Quando da guerra do Muíte, fugiu muita gente, ficando uma população cujo número de palhotas era de 380. Estiveram três chefes de postos; assumi a chefia e todos voltaram e até ultrapassou o limite do número dos fugidos anteriormente e, encontrando arroladas 380 palhotas, deixei, quando retirei, perto de 2500; já por fim da minha chefia, estavam fugindo aos 10 e 12 mensalmente, mas a culpa não era minha, e sobre este assunto falo no princípio do relatório quando trato da política e administração indígenas, principais elementos para a instabilidade da população.

O preto não olha a distâncias e resiste muito, suportando longas marchas, o que se compreende, pelo hábito, visto que nunca tiveram meio de transporte de espécie alguma. Ainda não consegui em Chinga organizar uma estatística donde conste a quantia de géneros saídos da região para negócio, a média do número de quilómetros que o preto, carregado, anda por dia, à vontade, etc., e isto porque estavam habituados a irem para onde querem na época do negócio. No entanto, pelo que apurei em Muíte, vou expor o que se me ofereceu sobre o assunto. Os indígenas de Muíte a Ampuense levavam o seguinte itinerário: 1.º dia, rio M'Luli⁸⁰ (25 km); 2.º dia, Imala (60 km); 3.º dia, N'Tia [Ntthiya]⁸¹ (50 km); 4.º dia, Ampivine (55 km) e 5.º dia, Ampocuse (60 km), isto aproximadamente. A carga que transportavam (deles, é claro) regulava de 40 a 50 litros. Está provado pois que o preto pode carregar e andar mais do que se lhe exige, e isto nada é de admirar, porque na Metrópole, 4 homens (galegos) atravessam Lisboa com carga que, se o preto olhasse para ela, desatava a fugir para nunca mais ser encontrado e, no entanto, ninguém lamenta a sorte daqueles homens. Em África dá-se o caso muito curioso de se lamentar o preto por carregar 25 quilos e estou certo que se um daqueles galegos para cá vier (no posto imediato, como é hábito), bem trajado e armado em gente «grande», é o primeiro a dizer «que barbaridade, carregar assim o preto», quando ele em Lisboa era

⁸⁰ Não é o rio Mululi que passa por Chinga, mas sim o Lùli, baptizado sob o nome de Lúrio.

⁸¹ Actual Netia, posto administrativo do distrito do Monapo.

um carregador como ele, mas carregava quatro vezes mais. Há cá muito disso, infelizmente, a virem como as sopeiras que vêm em senhoras e, da «Maria» da terra, transforma-se aqui na Sr.^a D. Maria. O caso é que cada um na sua terra tem mais garantias e liberdade, o preto que o europeu. Sobre o assunto, transcrevo no capítulo «Agricultura» parte do relatório do falecido António Ennes.

INSTINTOS GUERREIROS 9.0

ARMAS OFENSIVAS E DEFENSIVAS

Os indígenas desta região não têm a tendência para guerras, pelo que dizem e é mesmo raro fazerem batuques de guerra. A forma de combater é rudimentar e aplicada ao único armamento que possuem, que é a arma branca e limita-se a: zagaia, *maváca* [mavaka]⁸², bambu aguçado que atiram como a zagaia, *m'cópí* [mukhope], faca, *muálo* [mwàlo], machado, *ipaço* [epaso], moca e catana. Dizem que não usam envenenar as lâminas cortantes e lanças, informando que os namarraes é que fazem muito uso do veneno. Fazem a guerra como todo ou quase todo o prémio, digo, o preto, que não faz uso de armas de fogo aperfeiçoadas.

Avançam em massa e, quando chegam ao alcance da zagaia, atacam. Acabado o combate, regressam a cantar e a gritar. Noutros tempos as presas de guerra eram unicamente gente. As guerras antigamente eram muito usuais. Em batuques em que houvesse *utéca* [otheka] e gente de outra tribo, acabava por tudo se envolver em desordem, matando-se desalmadamente. Outras vezes, bastava que a mulher de uma tribo tivesse relações com um homem de outra tribo, para os daquela virem atacar esta. As mulheres e os filhos escondem nas serras e no mato, sendo prevenidos a tempo. Das presas de guerra vendiam-nos por pano a gente da tribo, se a família não fosse resgatar.

⁸² “Mavaka” é o plural, o singular “nikaka”.

10. EMIGRAÇÃO

O indígena desta região, é pouco amigo de emigrar. Desde que a agricultura no Distrito continue a desenvolver-se como até agora, que estou certo que sim, não acho justa a saída de braços, onde tanta falta fazem. «Cada um que se governe com a prata da casa.»

O serviço da emigração, por parte dos engajadores, está muito mais bem feito que noutros tempos. Sem que os agentes culpa alguma tenham, me parece, o engajador, que outro vencimento não tem, faz daquele serviço uma indústria um pouco semelhante à escravatura. A característica da escravatura, mais repugnante, era a de constituir uma indústria em que se empregavam homens que compravam e vendiam outros. Sem a menor dúvida, o engajador não compra nem vende gente, mas é do que vive e o seu ganha-pão, convencer por meio de pretos «polícias» (muito instruídos e práticos a convencer os ignorantes) os indígenas a emigrarem, com muitas promessas, dizendo-lhes que lhes pagam o imposto de palhota, vê-se livre dos serviços de estrada, do Cruce, etc. É claro que, desde que o engajador não tenha um ordenado fixo, quantos mais homens arranjar, mais ganha; eis a indústria. Como disse, o engajador não compra nem vende gente, mas não deixa de representar uma actividade industrial e lucrativa. O que resulta? Lutas de concorrência pouco dignas e impróprias de europeus perante indígenas.

No ano de 1915, quando eu era comandante deste Posto, então militar, houve dois engajadores, um europeu e outro indígena, que andavam em constante disputa: um dava ao régulo Minhácua (já falecido) \$50 por cada indígena que ele conseguisse, vem o outro e oferece ao mesmo régulo 1\$00, volta o primeiro e oferece 1\$50, nesta altura, o outro achou muito e escreve-me uma carta muito indignado, dizendo que fulano dava ao régulo Minhácua um tanto por cada indígena que ele conseguisse no

seu regulado, intermetendo assim o régulo em tal serviço, contra a lei. Eu, como tinha a minha polícia em campo, já sabia do que se tratava e mandei acto contínuo chamar o régulo, ordenando-lhe que trouxesse as malas que lá tinha, o que fez. Vindo com um cipai ao Posto, por ele foram abertas as malas e nelas havia cofiós, mantas e camisolas que o régulo fornecia aos homens que obrigava a ir para S. Tomé. Já no tempo de meu antecessor Douxeur [?]⁸³, transitou por Chinga um engajador que pediu ao comandante do Posto 20 carregadores; estes foram-lhe fornecidos, mas não voltaram, porque chegados ao Mossuril, ele, invocando o nome do comandante, equipou-os e meteu-os a bordo. Dizem actualmente que destes 20 homens, nenhum regressou do Transval. A Muíte foram dois; um, conseguiu engajar 12 e o outro ficou-me devendo oitocentos e tal escudos de carregadores, porque desapareceu; o primeiro voltou lá à balenge, e como não conseguiu indígena algum, indignou-se comigo, dizendo-me que eu os proibia de emigrar; quando é certo, e ele sabia-o, que eu dizia a pretos que nem os obrigava a seguir nem os proibia e quem quisesse que fosse, isto na frente do engajador, e os pretos não quiseram. O engajador enfia por toda a parte à caça dos pretos, aproveitando as ocasiões; assim, constando-lhe que se iniciou a cobrança do imposto de palhota, metem-se logo pelo mato; quando sabem que há serviços de estradas ou outros lá vão eles; um indivíduo há que é industrial e engajador, requisita indígenas para a sua indústria e, como reconhece que o serviço é pesado, traz os polícias pelos acampamentos a convencê-los a emigrarem, o que alguns fazem; ele então pede outros em substituição daqueles que fugiram «diz ele»; e é assim que as autoridades, inconscientemente, auxiliam a emigração.

É pois este o motivo porque é dividida a emigração em três fases:

- 1.^a — Caça ao indígena pelos engajadores.
- 2.^a — A estada no compound.
- 3.^a — Contrato final e embarque para o exílio.

Compreende-se que o preto vê-se apoquentado pelos engajadores; hoje um, amanhã outro, e assim é tentado pelo seu pensar rudimentar, pela sugestão e massagem mental e lá vai ele Oceano fora, para longe dos seus lares, sem saber mesmo o que vai fazer e que vantagens aufere.

⁸³ Talvez o “Namarrokolo” referido mais atrás, no Capítulo IV.

Como disse, os indígenas desta região não gostam de emigrar. Há bastantes anos emigraram muitos para o Transval, poucos para S. Tomé e 3 para a Beira.

Do Transval não voltou um único. De S. Tomé veio um dizendo que os outros ficaram porque gostam de S. Tomé. Da Beira voltaram todos, dizendo que há lá muito serviço.

HOMENAGENS E SAUDAÇÕES 11.

O preto macua «apresenta os seus cumprimentos» quase da mesma forma para todos, diferindo do filho para o pai, a quem diz *òchililiha* [moxeleliwa]⁸⁴, «como passou» ou «bom dia». Sendo o régulo, são obrigados a cumprimentá-lo e para tal agacham-se, sentando-se nos calcanhares, joelhos unidos e levantados, colocando os antebraços sobre as coxas e assim se conservam até o régulo o mandar levantar. O mais interessante é que o régulo toma a mesma posição, a maior parte das vezes. Os termos usados nos cumprimentos, conforme as horas do dia, são: a qualquer hora do dia *òchéléliha* [mosheleliwa], «boa noite», *òhililiha* [muhileliwa ou wileliha]⁸⁵, à noite chamam *òhiũ* [ohiyu], «como passou», *machicamôlo-machicamôlo* [maxikamòlu]. Nesta ocasião, curvam-se e lançam os braços para a frente com as mãos unidas e estendidas, duas vezes, que são as duas palavras *machicamôlo*. Quando um homem encontra outro, que considera seu superior na ordem social, diz *òchéléliha* [mosheleliya] e ambos estendem o braço; o primeiro coloca a mão esquerda no pulso da mão direita (lado do braço estendido) e ambos tocam os dedos polegares, cruzando-os. Adeus, *cũahéri* [kwaheri]⁸⁶. Adeus, para a mulher, *hàlàcane* [halakani]⁸⁷. Muito obrigado não têm, porque o macua parte do princípio que tudo quanto lhe dão ou lhe fazem é por obrigação⁸⁸.

Estão sempre prontos a pedir, mas agradecer não sabem. O mais interessante é quando um chega junto a um grupo de indivíduos. O

⁸⁴ “Moxeleliwa” significa «como passastes a noite?” “Oxeleliha” (literalmente «fazer amanhecer») significa saudar, cumprimentar pela manhã e antes de entardecer.

⁸⁵ Cumprimentar ou saudar ao cair do dia ou durante a noite. É desejar a alguém uma boa noite.

⁸⁶ Palavra proveniente do kisuafli.

⁸⁷ Ficai em paz! Adeus!

⁸⁸ Na língua emakhuwa há o verbo “oxukhuru” que significa «agradecer», «demonstrar gratidão», «dar graças». «Koxukhuru vantxene» significa «estou muito agradecido», «muito obrigado».

homem chegou e sentou-se sem «ligar a menor» aos presentes. Entre europeus, apanhava uma roda de malcriado, mas entre macuas é a coisa mais natural, como vamos ver. Assim se conserva a olhar para o chão e para os presentes, como que examinando. A certa altura, pede tabaco *sône* em pó, a um, embora também o tenha, e começa com este a entabular conversa e, no meio desta, é que lhe diz *òchéléliha*, ao que o outro responde *òchéléliha* [mosheleliwa]. Depois vai-se dirigindo a cada um dos presentes, dizendo *òchéléliha*, ao que o outro responde e assim se forma uma «fita» de *òchélélihas* que nunca mais acaba e o pior, para quem os ouve, é que, a um de cada vez, perguntam pelo pai e dizem *titi òchéléliha* [tithi mosheleliwa], ao que o outro responde ài *mãe òchéléliha*, que é como quem diz «sim, está bem», «haja saúde»; seguidamente *mãma òchéléliha* [màma mosheleliwa] e o outro vem de lá com o «ai mãe» [ai mai]; isto vai assim correndo por todos, perguntando pela família e creio até pelo gato, se o tiver. Em resumo, um preto chega a um grupo de indivíduos e não cumprimenta sem ver a cara de todos e o humor de cada um; aqueles que vê de bom humor impinge-lhe o tal *òchéléliha*, aos outros que vê probabilidades de não obter a tal resposta do «ai mãe *òchéléliha*» não liga a menor importância. Eu confesso, só para não levar uma estupenda injeção de *ochéléliha*, mostrar-me-ia naquela altura de não mau, mas péssimo, humor. No entanto, a ideia é boa, porque a nós acontece chegarmos a um grupo de indivíduos e, por delicadeza, não diz *òchéléliha*, é claro, mas cumprimenta tudo ao mesmo tempo, como seja «bom dia, meus senhores», mas há um ou outro maldisposto e pensa que um indivíduo tem muita culpa do que lhe sucedeu e não dá resposta e então era muito melhor nós chegarmos a um grupo de indivíduos e apresentarmos uma «cara de polícia secreta», e tratar de examinar todos os presentes. Mas estes e outros hábitos dos macuas já vêm dos seus *trisavós* e não os deixam.

Para cumprimentarem o europeu fazem uma continência à paisana, embora haja europeus que querem por força uma continência à militar. Mas o macua, com a mão direita muito aberta e dedos estendidos, atira o braço para a frente, estendido à altura dos olhos, com uma tal força e velocidade que, à primeira impressão, parece que está disposto a aplicar-nos uma enormíssima bofetada; alguns acompanham o movimento

levantando o pé direito e sempre dizendo o indispensável *òchéléliha*, se não fala português. O cabo de terras do régulo Niheia, cada vez que vem ao Posto, à despedida, diz «até logo» e eu sempre a perguntar-lhe se ele volta naquele dia; ri-se e vai muito satisfeito. A estes falo-lhes na sua língua; mas acho graça a europeus que repreendem indígenas em português e eles retiram-se a rir-se muito satisfeitos, pensando que ainda foram louvados, sem perceberem patavina do que ouviram.

12. CONSTITUIÇÃO DA FAMÍLIA

A família dos macuas é muito pequena na questão legal do parentesco por afinidade, mas é muito grande e complicada devido aos parentescos que arranjam. Qualquer macua chama irmão ao seu vizinho, como a mulher pode ser abandonada pelo marido, pai dos seus filhos, e ir casar-se com outro. Eles chamam a este o pai pequeno e ao primeiro pai grande e com a mãe dá-se o mesmo facto⁸⁹. Um homem está casado com a mulher, mas esta se for muito mais velha e tendo filhos do outro marido falecido ou que a deixasse, para que o actual marido a não abandone, impinge-lhe uma filha e fica o homem com duas mulheres, sendo uma a enteada. É realmente uma enorme confusão, porque a família legal é relativamente pequena. Conhecem o pai, *titi* [tithi]; mãe, *mãe* [mai] ou *mamã*; irmão (filhos do mesmo pai e mãe), *mũzi* [mmusi]⁹⁰; irmã, *m'rocôraka* [murokoraka]⁹¹; cunhado, *mũlano* [mulamu]⁹²; cunhada, *namũlamo* [namulamu]⁹³ (com o cunhado, *na* quer dizer *com*⁹⁴; avô, *tátâ* [tâta]⁹⁵; avó, *munela* [amunna]⁹⁶; sogro, *piàmũana* [piyamwana]⁹⁷;

⁸⁹ Trata-se, obviamente, duma nomenclatura classificatória do parentesco: aos irmãos do pai designa-se e trata-se por «pai» e às irmãs da mãe por «mãe».

⁹⁰ A palavra «mmusi», plural: «amusi» significa irmão no sentido de parente clânico. Recordemos que os macuas estavam organizados em clãs matrilineares exogâmicos.

⁹¹ Irmã em relação a um ego masculino ou irmão em relação a um Ego feminino; ou seja: «murokoraka»: minha irmã (quando fala um homem); «meu irmão» (quando fala uma mulher).

⁹² Cunhado ou cunhada.

⁹³ Cunhada, entre mulheres.

⁹⁴ «Na» é um prefixo que tanto pode ser indicativo de companhia (p.e. «nsatthu» = com pessoas), como pode indicar qualidade («namilili» = avarento).

⁹⁵ «Tâta» designa o tio materno, o qual é um potencial sogro por causa do casamento preferencial entre primos cruzados matrilineares. Por isso, se um rapaz se casa com a filha do seu tio materno, este, para além de tio passa a ser seu sogro. Nalgumas regiões do litoral, o termo «tâta» também designa o irmão mais velho, sendo nestes casos o tio materno designado por «hâlu». Por fim, «tâta» pode designar avô no caso do pai de alguém ser ter casado com a tia paterna. São casos frequentes.

⁹⁶ A avó é designada pelo termo «munna», o qual também se aplica para designar o irmãos mai velho.

⁹⁷ É equivalente a «mâthi»: sogra.

sogra, *namatiti* [namatithi]⁹⁸; neto, *mũhimàca* [muhimaka]⁹⁹ (em Muite «amuànàca» [amwanaka]). Não conhecem outro parentesco.

O pai é o dono da casa e como tal respeitado. Tenho notado que há realmente macuas que respeitam os pais, mas a maioria não lhes têm respeito algum. O macua actualmente só respeita o europeu e há-de ser autoridade, ou que eles desconfiem que o é. Em tempos, o régulo era muito respeitado, porque se fazia respeitar; ele era juiz e exercia todas as funções de autoridade e barbaramente. Veio o europeu e o régulo perdeu muito prestígio, resolvendo hoje pequenos milandos, que ainda assim os indígenas não lhes entregam por terem de pagar, além da injustiça, visto o régulo resolver a favor de quem lhe pague mais.

⁹⁸ «Namatithi» é a sogra, no sentido de «pai mulher», isto é, «irmã do pai».

⁹⁹ «Muhimaka» quer dizer «meu irmão mais novo». Justifica-se o uso do termo neste sentido se for o tratamento de um homem para o filho da filha da sua irmã, ou então de uma mulher para a filha da sua filha.

13. CASAMENTO

O homem e a mulher, quando casam, não mudam o seu nome. O homem pode casar com uma mulher, uma rapariga dos 15 aos 18 anos, *mũàlí* [mwálí]¹⁰⁰, ou com uma criança, *muàrúcé* [mwarusi]¹⁰¹ (há poucos anos para cá).

Se é mulher que casa, é a coisa mais simples que pode haver; o homem fala com a mulher, com um descaramento inédito, ela concorda com a união e fica assim combinado (até ver).

Já a cerimónia se complica mais, se o casamento é com uma rapariga pequena, *màrucé* [mwarusi] ou mesmo *mũàlí* [mwálí].

Depois de contratado o casamento, a irmã da rapariga vai buscar um remédio, *chilêàmũáli* [nshileyamwálí]¹⁰². Este é uma pequena planta de folhas tão finas que, no seu conjunto, formam um penacho: das folhas formam uma bola que trituram no pilão e a massa resultante é lançada em água. Depois a irmã, ao descobrir que a rapariga está virgem, vai dizer ao futuro marido, que a gratifica com dinheiro, se tem, panos ou, em último recurso, uma galinha. Em tempos, nesta altura, disparavam um «bacamarte», ou seja, uma espingarda «pedreneira», *capũiti* [kapwitxi ou kapwitthi]. Seguidamente, a irmã vai ao rio buscar água, *máze* [mási], para a rapariga (sua irmã) tomar banho; findo este, a irmã senta-se próximo da rapariga, dentro da palhota, e na presença do marido puxa-lhe os lábios da vagina, *êtũnar* [ethunà]; terminada esta operação, começa o batuque, mas especial para o acto a que chamam *tchôtcho* [txutxu]. Termina assim a cerimónia, ficando o marido em posse de sua mulher.

¹⁰⁰ Rapariga depois da primeira menstruação e antes de ser mãe.

¹⁰¹ Rapariga antes da primeira menstruação e antes de ser submetida aos ritos de iniciação.

¹⁰² Literalmente: «o que inicia a mwálí».

Como é natural, em época competente, aparece à rapariga a menstruação, tendo lugar então outra cerimónia.

Chamam todas as mulheres que consigam reunir, da povoação, e vão todas (as que conhecem) para uma palhota, onde fazem um batuque, *nhipi* [onhipi], que dura um dia; no entanto uma mulher velha, *cócua-na* [kwakwàna] ou *mürrüvãle* [owuluvala], vai ensinando a rapariga a que chegou a menstruação, *namüare* [numwàri], a copular, executando todos os movimentos necessários para o que a velha se pinta e não é de admirar. No dia imediato, de madrugada, vai tudo ao mato buscar um remédio para a rapariga beber e a que chamam *chilêàmüali* [nshileya-mwalí]. No regresso, a rapariga vai para casa descansar e tapam-lhe a cara com um pano, deitado sobre a cabeça, e assim se conserva um dia; passado este, as mulheres voltam para o batuque, onde não falta a tradicional cerveja cafreál *utéca* [otheka] e, enquanto esta durar, o batuque não acaba, de dia e de noite. Terminado o batuque, mandam chamar o marido, a quem entregam a sua mulher.

Muita gente se admirará destas cerimónias. No Ibo, faz-se coisa semelhante, onde entram mulatas, filhas de europeus e algumas quase brancas ou brancas mesmo, com a diferença porém que as mulatas estão sentadas em volta de uma sala, em cadeiras, onde as suas escravas lhes vão servir chá e doces, enquanto no quintal tem lugar a «festa». Estou tratando do casamento de uma escrava de mulata com um qualquer indivíduo, que pode ser um preto e até mesmo escravo da mesma «senhora». No Ibo não dizem senhora Mariana, por exemplo; dizem «sá» Mariana; a palavra sá substitui a senhora. Nesta festa, que é dispendiosa, «arde» com a despesa a «senhora» ou o desgraçado europeu que com ela viva; dão aos indígenas presentes, que são muitos, vinho de palmeira (*sura*) [osura], come arroz, etc. Vão duas mulheres velhas verificar se a rapariga está virgem, e, sendo assim, ela recolhe-se com o noivo. No entanto, fora, quando realmente está virgem, disparam um tiro, após o qual começa o batuque e então as velhas vêm mostrar o lençol ou pano para todos rectificarem da existência de virgindade. No Ibo pintam-se para imitar perfeitamente a virgindade, com «papas de galinha», certos remédios para lavagem e outros. O que é um facto é que no Ibo as mulatas ou pretas, ou seja, as mães, dão muita importância à virgindade, e chegam mesmo a dizer às filhas: «vossemecê

agora tenha muito juízo; depois de casada, está bem, já não faz mal». Querem dizer com isto que, depois de casadas, podem armar os maridos que já não há novidade; e o caso é que elas assim o fazem, na maioria.

Entre a gente do Ibo e seus costumes, muito poderia dizer, mas não vem a propósito. Estive lá algum tempo e o suficiente para fazer um estudo especial da vida daquela gente.

Entre macuas, não há o lobolo usado para o Sul da Província e creio ser esta uma das razões para o marido deixar a mulher com tanta facilidade; se têm alguma coisa, dão, se não têm, fica assim combinado.

A mulher pode escolher o marido¹⁰³ e, quando este é da escolha dos pais, está no seu direito recusá-lo. No entanto, ao presente de «núpcias» dado pelo marido chamam-lhe *màcàricàri*¹⁰⁴. O casamento pode ser impedido por vários motivos; assim: feridas e outras doenças incuráveis, como lepra, tuberculose, etc., esterilidade da mulher; mas ainda assim o homem aproveita a mulher para tratar das suas «machambas», quando tenha duas ou três, ou uma de grandes dimensões. Nenhuma pessoa de família, ou ainda parentes, podem casar. Mas dá-se um caso muito curioso, que é o marido poder casar ou amancebar-se com uma das enteadas¹⁰⁵, e a mãe desta não faz a menor questão, sendo ela própria a entregar a filha ao marido, principalmente se já atingiu idade avançada, que é para garantir o marido e, portanto, alimentação, imposto de palhota, etc. Chegam mesmo a induzir as filhas a arranjamem pretextos para que seus maridos as deixem, para depois as entregarem ao marido (dela, mãe). Facto que tenho presenciado e que tem vindo à secretaria como milando para milando para solução, e que eu proíbo; filhas solteiras, muito bem, que as dêem; casadas, não. A diferença de tribos ou regulados não influi para o casamento, embora haja alguma relutância. O sogro não tem influência alguma no matrimónio, e nem mesmo a sogra. O macua pode ter muitas mulheres, mas a primeira é a «grande» e chama-lhe

¹⁰³ Só é aceitável esta afirmação no sentido que a rapariga tem alguma liberdade para aceitar ou recusar o pedido do pretendente.

¹⁰⁴ Palavra não identificada. Deve ser um regionalismo e uma expressão usada na época. Entre os macuas não é usual a compensação matrimonial, embora o noivo pudesse oferecer à noiva o que quisesse.

¹⁰⁵ É absolutamente errada esta afirmação. Os filhos duma mulher viúva ou divorciada que volta a casar passarão a ser considerados como tal pelo novo marido e, por isso, é proibido o casamento entre padrasto e enteada. Já o segundo casamento entre um homem e a sua cunhada é possível.

mũenétôco [munènetxoko]; procura conseguir um número de mulheres proporcional ao terreno que deseja cultivar. Cada mulher tem a palhota e machamba para alimentação, independente, mas na machamba destinada a dela tirar a importância para o imposto das palhotas e compra de panos, etc., trabalham todas. A «maior» *mũenétôco* [munènetxoko] é que superintende em todas, e se ela for de opinião todas deixarem o marido, assim o fazem. O homem é considerado superior à mulher e, entre os macuas, ainda é maior; a mulher é quase uma escrava.

O rapto das mulheres casadas, entre macuas, é assunto resolvido a troco de dinheiro, em geral; o estupro é o milando também liquidado com dinheiro ou a punição pela autoridade do usurpador; feito isto a seu contento, o marido fica com a mulher como se nada tivesse havido e, caso curioso, amigos como dantes. Sobre este assunto, há um facto interessante: os homens, quando lhes apetece e são amigos, *patanas* [apatxani]¹⁰⁶, trocam as mulheres; ou seja: o indígena A vai à palhota do seu amigo B e este, acto contínuo sai e dirige-se para a palhota do A e assim pernoitam com as mulheres trocadas; no dia imediato encontram-se e cumprimentam-se muito amigavelmente, e o caso é que, para isto, basta um passar pelo outro e dizer «como vais amigo» e seguidamente a palavra que indica o desejo ou a função da troca, *metámuéne* [nthamwene]¹⁰⁷, ou, ainda, a frase completa *òchéléliha metámüéne* [nthamwene] e o outro responder que sim: *ai mãe òchéléliha metáméne* [ai mai kosheleliwa nthamwène] para nessa mesma noite trocarem as mulheres. Aos amigos desta qualidade, que há muitos, chamam patana *metámüéne* [mpatxani nthamwène), mas o mais interessante é que se uma das mulheres gosta mais do outro homem, e este a tira ao marido, há grande milando.

O homem tem obrigação de vestir a mulher e filhos, pagar o respectivo imposto de palhota, transportar os géneros das machambas para as lojas, protegê-las e defendê-las e ajudar a culima da machamba, executando os trabalhos mais pesados, como seja, derrube das árvores, etc. A mulher deve olhar pelo arranjo e limpeza da palhota, cozinhar os alimentos para o marido, levando-os quando ele trabalhar relativamente perto, culimar a machamba, transportar água e lenha e tratar dos filhos enquanto pequenos.

¹⁰⁶ «Apatxani» ou «apatthani», sing. «mpatthani».

¹⁰⁷ «Nthamwene» = amigo, «onthamwene» = amizade.

14. NASCIMENTOS

O macua tem muito prazer em ter filhos, mas não-de ser dele, como, creio eu, ser natural, e portanto gosta da mulher que lhe proporcione tão belo prazer.

A mulher, quando em estado de gestação, manda chamar uma ou duas mulheres que saibam do ofício e a que chamam *mũáqũéla* [mwàkhe-la]¹⁰⁸ e estas, depois do parto, ligam o filho muito bem com uma fita ou faixa, *nipũanha*, em volta da cintura. O filho recém-nascido, *mũana* ou *oiàriũa* [òyariwa] *nànano* [nànano] (nasceu agora mesmo), é lavado todos os dias e sujeito a massagens nos braços e pernas; logo que nasce a criança, procedem à operação da extracção do cordão umbilical, *ètèco* [etekhú]¹⁰⁹, para o que atam um pequeno e fixo cordel envolvendo o cordão junto ao corpo, mas com força, e assim deixam ficar; em ficando seco, cai por si. Esta operação, entre nós, ou seja, entre elas europeias, creio ser melindrosa. Sendo necessário, muitas vezes, fazer uso do fórceps para extrair o filho. Mas, para a preta, creio ser a coisa mais natural deste mundo, pois o filho, a maioria das vezes, sai quando lhe dá na bolha e quer tomar ar, e muitas vezes as mulheres largam-nos no mato, pegam-lhes e trazem-nos para a palhota (mas não na boca como a gata). Nestas condições, como o filho sai em perfeito desenvolvimento deve ser dolorosa a operação, creio eu, pois elas o dirão; no entanto, perto de mim, já uma deu urros que nem um leão. Não há festa alguma na ocasião¹¹⁰.

¹⁰⁸ Mwàkhela significa textualmente «aquele» ou «aquela que recebe».

¹⁰⁹ «Mutekhu»: umbigo.

¹¹⁰ Apenas no dia da apresentação da criança à comunidade; normalmente no oitavo dia, acompanhado de uma festa.

IRMÃOS 15.

No capítulo anterior, esqueceu mencionar o seguinte: extraído o filho, a parturiente dá às mulheres que assistiram ao parto um cesto ou *etòcũ* [ethokwá] de farinha; seguidamente, uma mulher, já velha, dá um remédio resultante da infusão das folhas duma planta, *nàtéma* [nat-thema]¹¹¹ (n.º 17 do álbum de plantas). Para facilitar o parto empregam as folhas da planta **quirica* (n.º 16 do mesmo álbum).

O baptizado entre os macuas também não tem a menor cerimónia; se é varão, é o pai que dá o nome; se é fêmea, é a mãe. No entanto, o nome muda logo que o filho ande por seu pé¹¹². Não há escrúpulo algum na escolha do nome. Eu, em Muite, tinha um moleque chamado *Quissũpa* [kusupa], hiena.

Se o filho nasce defeituoso, algumas mães matam-nos logo à nascença. Entre os filhos dum casal, o mais velho é o que mais direitos tem; não há distinção entre os filhos da mulher grande *mõnènètôco* [munènetxoko]¹¹³ e das outras; todos são filhos. Vivem juntos e, enquanto pequenos, dormem todos numa palhota.

¹¹¹ Ou «mutthema», planta silvestre que dá frutos comestíveis, «itthema».

¹¹² Geralmente o nome duma criança é mudado após os ritos de iniciação da puberdade, e poderá mudar após cada passagem ritual seguinte.

¹¹³ Mais correctamente «anènetthoko». O plural honorífico é sinal de respeito.

16. CIRCUNCISÃO OU FANAÇÃO. CALÀUA

Operação tão melindrosa, que um preto executa com uma simplicidade extraordinária.

Os rapazes de 7 a 8 anos e ainda quase homens, que em idade competente não foram submetidos à operação, dum regulado ou mesmo doutros onde não haja operador, reúnem-se numa palhota onde está o operador, a que chamam **calacâte* (em Muite, rété [retthé]¹¹⁴; este vai chamando um por um e opera-os, cortando um bocado de prepúcio; feito isto, preparam um remédio formado com um pau chamado *tūpūlo* [tupulu] e que é reduzido a massa no pilão e esta massa é deitada em *utéca* [otheka], cerveja cafreál, ou água, que, depois de preparada, é dada a beber aos circuncisados, que acto contínuo vão para uma palhota, previamente construída no mato e onde se conservam 6 a 8 dias, durante os quais, o pai ou outro homem da família, lhes leva água e alimento; os rapazes não podem sair da palhota, e então passam os dias a tocarem numas gaitas feitas de pequenos bambus ligados e que não são mais do que as usadas pelos amoladores de navalhas e tesouras da Metrópole. Passados os 8 dias referidos, vai à palhota toda a gente da povoação e levam aos rapazes: pano, azeite de gergelim, *ècūria*, missanga, etc. Com o azeite untam os rapazes que vão tomar banho ao rio, findo o qual os vestem com o que lhes deram.

Dali vão os rapazes para casa do régulo, que, reunindo todos quantos tenham filhos, faz uma prelecção sobre as vantagens daquela operação e faz ver que aqueles rapazes estiveram 8 dias isolados e não morreram (um vigário). Seguidamente comparecem todos os rapazes e raparigas e tem lugar um grande batuque a que também chamam *caláua*. Este batu-

¹¹⁴ Nome duma espécie de rato cujo nariz se prolonga como uma tromba.

que não é bem após a operação, é quando os rapazes estiverem curados, o que pode levar 2 meses. O batuque dura tantos dias quantos os circuncidados. Na noite de cada dia de batuque, um rapaz dos circuncidados, escolhe uma rapariga, seja casada ou solteira, venha de futuro a ficar mulher dele ou não, que fica ao seu dispor toda a noite. A rapariga escolhida apresenta-se com toda a satisfação e importância e com o rapaz dá três voltas em roda do círculo formado pelos presentes. O caso é que a mulher não quer ter relações com homem que não esteja circuncidado. Eis no que se resume a cerimónia da circuncisão.

17. DIVÓRCIO

O divórcio é completamente desconhecido na raça macua¹¹⁵. Sem dúvida, o divórcio é uma acção jurídica que permite a separação dos nubentes, mas, se se perguntar ao macua o que é o divórcio, mesmo que previamente se lhe explique, diz que não sabe e mesmo que se lhe pergunte o nome que eles dão à acção de separação conjugal, eles respondem acto contínuo: «não tem nome; deita fora, basta». E está tudo dito. Claro está, tanto a mulher se pode separar do marido como este daquela.

Por parte do marido, os motivos da separação podem ser: por a mulher se recusar a culimar a machamba; pelo seu mau porte, ausência constante e esterilidade. Mas, no último caso, outros indígenas há que não deixam a mulher para lhe culimar a machamba e, neste caso, deixa-a andar à vontade para que outro... lhe pague o imposto de palhota e é nesta altura que aparecem imensas queixas de uns indivíduos contra outros por relações ilícitas com as mulheres. Milandos que se liquidam com o pagamento do imposto de palhota ao marido ofendido (se é que realmente se ofendeu).

A mulher pode deixar o marido pelos seguintes motivos: quando o marido é «malandro», *m'lávilàvi* [a-olavilavi ou mulavilavi]; quando não lhe dá pano para vestir; quando, tendo mais duma mulher, por gostar mais duma, não dormir com as outras; quando não dormir com ela pelo espaço de três dias, o máximo; por doença incurável e adultério (contra vontade da mulher). Se a mulher grande monènètôco [munènetxoko] for de opinião não deixarem o marido, todas o deixam.

¹¹⁵ É absolutamente errada esta afirmação. O divórcio litigioso e a separação pura e simples são frequentes entre os macuas. A separação dos cônjuges feita pelo direito costumeiro, isto é, a separação por sentença, é chamada «omwalanihiwa». Pode traduzir «divórcio» por «omwalana», «emwalanelo» e «ohiyana». Quando o homem deixa a mulher dizem «ohiya»; quando é a mulher que deixa o homem, «okhumela».

Sendo um dos cônjuges acusado pelo outro de adultério, provando-se a sua inocência, o acusador, sendo o homem, paga a mulher com dinheiro que pode chegar a 20\$00; sendo a mulher, paga ao homem pano, galinhas ou géneros da sua machamba.

Quando haja separação conjugal, os filhos ficam todos com a mãe. Mas a machamba e palhota são sempre propriedade do marido.

Geralmente para que haja separação, reúne a família para discutirem o assunto e verem se há razões para que a separação tenha lugar.

18. ÓBITOS

O óbito tem um certo carácter religioso e obedece a certas praxes um tanto curiosas. O cadáver é amortalhado em uma esteira, *èterê* [etxèrè] (figura 19). Assim, é conduzido para o cemitério da povoação, acompanhado por quase todos os habitantes, indo a família do falecido a chorar; mas esta gente é obrigada a chorar mesmo que não queira e então o chorar deles assemelha-se a uma cantiga. Chegados ao cemitério, vão ao local onde previamente foi aberta a cova, cuja profundidade chega até ao peito de um homem de altura regular; é aberta em forma rectangular; o cadáver é colocado na cova deitado de costas; sobre ele colocam paus bem unidos, mas estes paus não lhe tocam no corpo, um dos extremos do pau fica encostado à aresta inferior da face do lado dos pés, o outro extremo vai-se encostar na parte superior da face do lado da cabeça; isto porque o macua não quer que a terra toque no cadáver. A figura 5, n.º 1, dá uma pequena ideia do interior da cova. Feito isto, lançam terra por cima e depois formam a sepultura em forma de paralelepípedo oblíquo (figura 5, n.º 2). No entanto, já está gente a cozinhar a *utéca* [otheka] para o batuque desde o dia que ele morreu, porque a *utéca* [otheka] leva, pelo menos, 3 dias a fazer, pronta a beber. Sobre a sepultura colocam os panos rasgados às tiras, adornos, etc., e uma panela à cabeceira, onde, no dia do batuque, deitam *utéca* [otheka]. Do cemitério, vão para a povoação e a família deve chorar um dia. Se é homem que morre, a sua mulher, no dia imediato, vai tomar banho e unta-se com azeite. Se é régulo que morre, a cerimónia é a mesma, mas os panos são cortados às tiras e atados a umas cordas atadas a bambus que são espetadas aos cantos da sepultura. Mas as cordas são atadas no sentido da largura, ou seja, à cabeceira e aos pés, e se tem espingarda, vai para a cova com ele. Em todas as sepulturas colocam à cabeceira uma panela, onde deitam uma porção

de *utéca* [otheka] a consumir no batuque que seguidamente tem lugar e a que chamam *in'elo* [eiynlelo]; no Muite, *chèrapéle* [nsherepele] e dura três dias. Todas as pessoas de família cortam o cabelo da cabeça, completamente rapado. Para o batuque, reúnem-se às vezes muitas famílias de indivíduos já falecidos. Usam para o luto: o homem, uma fita dum pano branco comprado nas lojas, a que chamam *pafeta*¹¹⁶, atado no pulso, e a mulher a mesma fita, sobre a testa, atada em volta da cabeça. Todos os anos, enquanto se lembram, fazem o batuque pelo aniversário¹¹⁷.

Se o falecido tem alguns bens, são estes para a família, que é também responsável pelas suas dívidas.

¹¹⁶ Palavra não identificada. Talvez «milala».

¹¹⁷ O autor não descreve o ritual religioso: orações e rezas que acompanhavam. Importante distinção — enterro de uma criança; enterro de um homem; enterro de uma mulher; enterro de um régulo; etc. A cor do luto é a branca e não a preta. Pimentel não se deve ter dado conta das diferenças dos enterros das crianças, homens, mulheres, chefes, etc.

19. SUCESSÕES, RÉGULOS E SUA HISTÓRIA¹¹⁸

O régulo, em Chinga, é substituído pelo sobrinho¹¹⁹ no regulado. Não havendo sobrinho, aguardam a nomeação feita pela autoridade. O homem, em geral, é substituído pelo irmão, que casa com a viúva.

Não há festa nem cerimónia alguma, quando o homem ascende ao cargo de régulo ou chefe¹²⁰.

A história dos régulos de Chinga, é muito simples:

Namacôro (Namakhoro)¹²¹ — O antigo e primitivo régulo, veio de Laláua e foi estabelecer-se em Malapane; ainda em Chinga não havia o Posto, quando faleceu. Foi substituído por seu sobrinho M'Puitèleia, que mudou a residência para Namiópé (foi este que eu encontrei em 1915); faleceu devido a ser muito leproso. Substituiu-o o actual, de nome Muà-nivèca, mas após a posse ficou chamando-se Namacôro, porque, dizem eles, morreu o homem, mas ficou a alma; por isso o nome fica.

M'rica (Nrika) — Veio do Ligonha e foi estabelecer-se na margem do rio Nàdgiua (Nadgiwe).

Urũco (Wurukhu) — Tinha a sua povoação em Malapane. Este regulado hoje não existe, porque o ex-chefe deste Posto, 2.º sargento Sande, demitiu o régulo por não cumprir as ordens a sua gente; vendo-se sem régulo fugiu para Nampula. Quando eu fui Chefe do Posto, em 1915, este régulo sempre cumpriu as minhas ordens. Quando agora assumi o cargo, já cá o não encontrei como outros, e foi assim que Chinga se desabitou.

¹¹⁸ Em 1919 foram registados no Posto Militar de Chinga os seguintes régulos: Aule, Duduria, Macorro, Machuca, Minháua, Morrica, Muavano, Namacorro, Niapa, Niheia, Orruco e Riva (Boletim Oficial, n.º 18, 8/5/1919, I Série, p. 817).

¹¹⁹ Sobrinho materno, filho da irmã mais velha.

¹²⁰ A sucessão do régulo da administração colonial portuguesa talvez não tivesse ritual nem festa alguma, mas a de um chefe costumeiro reconhecido, tinha-a sempre.

¹²¹ Ainda é o nome dinástico do actual (1998) régulo do posto administrativo de Chinga.

No capítulo respectivo, tratarei do assunto.

Muàchitia (Mwàxitia) — Quando veio, acompanhava-o muita gente. Estabeleceu-se no rio M'Pépéria. Faleceu sem sucessão e a sua gente encontra-se actualmente no regulado Namacôro.

M'côta (Mukotta) — Veio do Ligonha e estabeleceu-se, por trás do Posto, mas muito perto, em Náhélène, onde eu o encontrei em 1915. Após a minha saída mudou-se para Namilaze, creio que por abusos de cipais, etc. Da sua gente, fugiu muita para Nampula e Murrupula, devido às proezas do chefe do Posto Aguiar e barbaridades cometidas e mandadas cometer por um célebre sentenciado Ramalho «encarregado da abertura da estrada Nampula-Ribáuê». Este sentenciado foi a Lourenço Marques responder no Tribunal, devido a um auto que há pouco lhe levantei; foi absolvido, mas como goza de protecção em Nampula, não sei porquê, cá o temos novamente em Nampula a... podar árvores. Estou ameaçado por ele, de morte, facto conhecido em Nampula.

Tàrua¹²² — Veio de Ligonha para junto da serra de Chinga, onde o encontrei em 1915. Quando foi chefe do Posto o senho Aguiar, fugiu muita gente para Ligonha, estando agora regressando alguma. O tal Ramalho também ocasionou a fuga de gente. Actualmente reside no Nicatire, perto da serra de Chinga.

Este régulo, em 1915, residiu, como disse, junto à serra de Chinga num extremo, residindo, no outro, o régulo Minhácua; não se davam bem, porque ambos queriam ser régulos grandes. No entanto, com toda a minha paciência ia harmonizando-os. No entanto, o régulo Tàrua era realmente um bom régulo, cumpridor das ordens que recebia, muito prestável e fiel. O régulo Minhàcua, como direi na devida altura, foi preso depois dum princípio de revolta, e o Tàrua conseguiu então obter a sua grandeza, tão desejada, mas sempre cumpridor dos seus deveres. Veio a guerra, e o bom do Tàrua foi, acto contínuo, a Nampula apresentar-se ao Ex.^{mo} Sr. Governador, então comandante das forças em operações, onde eu o encontrei, mas isto depois de passar na sua povoação a 11.^a Companhia, de que eu fazia parte. Nesta ocasião, mais uma vez, mostrou a sua fidelidade, pois tendo ficado abandonado o caixote que continha as

¹²² O sucessor encontra-se actualmente em Ribáuê.

cadernetas militares, que tanta falta faziam, fui eu, como o conhecia, encarregado de ir a casa dele chamá-lo de noite, o que fiz. O Tàrua, sabendo que estava ali o Mũêtàpũre (minha alcunha em Chinga, ao tempo), apresentou-se, foi cumprimentar o comandante da companhia e prontificou-se acto contínuo a mandar à retaguarda buscar o caixote, o que fez, indo ele próprio acompanhá-lo a Nampula, onde então se apresentou. Assumiu a chefia do Posto o senhor Aguiar e sentava o régulo à mesa, onde comiam e bebiam os dois; deu-lhe tanta liberdade que transtornou o régulo Tàrua a um tal ponto, que é talvez hoje o pior régulo de Chinga. De então para cá, mandou construir uma enorme casa, onde reside: tem 12 machileiros e o pior: obriga homens e mulheres da povoação a trabalharem nas suas enormes machambas, donde tira grandes lucros, sem pagar a pessoa alguma. Quando assumi a chefia do Posto, encontrei-o, fiel sim, mas abusando muito da sua autoridade; tenho-o repreendido e ele, como me conhece de longa data, vai entrando um pouco na ordem. Tem graça ele lamentar-se que muita da sua gente fugiu para Ligonha e Ribàué por causa do senhor Aguiar e sentenciado Ramalho.

É o regulado com mais população, mas é o que tem pago relativamente menos imposto de palhota e até menos gente tem fornecido para serviço de reparação de estradas.

Minhàcua¹²³ — Veio de Namurimo (Ligonha) e estabeleceu-se num extremo da serra de Chinga. Em 1915, induzido por engajadores de indígenas para emigrarem, cometia abusos, obrigando indígenas a emigrarem para o que era auxiliado pelos filhos. Este régulo, em tempos, tinha sido cipai. Comuniquei para a Capitania-Mor e foi-me ordenado que o prendesse. Mandeí dois cipais para o prenderem, mas foram recebidos hostilmente, dizendo-lhes o régulo, «que fosse». Na mesma noite marcheí, ainda por lá preendi muita gente, mas o régulo fugiu para o Alto Lurio, a recolher-se ao seu amigo Canhàua, um bom patife. Ficou o assunto liquidado. Fui substituído no comando do Posto e o meu sucessor sargento Nunes de artilharia recebeu com todas as amabilidades o mesmo régulo Minhàcua, que ficou muito seu amigo. Desencadeia-se a grande guerra e o Minhàcua, com todas as suas amizades, revolta-se e

¹²³ Emigrou para Nampula, onde, na hierarquia colonial era Cabo.

tenta revoltar Chinga. Conhecê-los é que é a dificuldade. Foi morto mais tarde, por se ter revoltado.

Foi substituído por seu filho Nácácàra, actual Minhàcua, que foi residir para junto do rio Metivaze, na área de Nampula. E assim acabou em Chinga o regulado Minhàcua.

Muàvano¹²⁴ — Era régulo em 1915. Quando agora assumi a chefia do Posto admirei-me de o ver simples chefe. Averigui então que o chefe de Posto Aguiar o demitira «por se parecer com ele». Veja-se se tal coisa se admite; que o régulo se parecia com ele na cor, não resta dúvida; nas feições, duvido. Quando procedi às operações de arrolamento, propus para que voltasse a ser régulo, como é e é justo.

Este Muàvano veio de Ligonha e foi residir em Namipiça, perto do rio Lalàu, que vai desaguar no Ligonha. Mudou para Orapane, onde teve guerra com o Namacôro, por ter matado um homem da sua povoação. De Orapane mudou-se para perto do rio Namaito e da serra Napuri, digo, finalmente mudou para além-rio M'Luli, perto da serra Napuri, na área de Nampula, onde pertence. E assim acabou o regulado Muàvano em Chinga.

Miràpũê — Também régulo em 1915, foi a sua gente agregada, por ordem do então chefe do Posto, ao regulado Minhàcua. Veio do Ligonha e estabeleceu-se aquém-rio M'Luli. Por vários motivos, passou a povoação além-M'Luli, área de Nampula. Quando agora procedi ao arrolamento de palhotas, pediu-me para ficar subordinado a Chinga e voltar a constituir o seu antigo regulado. Fiz a proposta e foi aceite, mas verdadeiramente este régulo pertence à área de Nampula.

Niheia — Veio de Ômôti (Murrupula), indo residir para Tòdcòlo, perto do rio Namoiita. Faleceu e foi substituído pelo M'Pichène. Este creio que cometeu faltas graves e foi preso para Nampula, onde ainda se encontra, sendo chefe do Posto, o Sr. Barros. Este senhor chamou o régulo Tàrua e encarregou-o de nomear régulo para substituir o M'Pichène e o Tàrua propôs o cabo de terras do ex-régulo de nome Niápa, que é hoje o actual régulo Niheia. Reside actualmente aquém-rio M'Luli, perto da estrada para Nampula.

¹²⁴ Emigrou para Nampula, onde passou a ser cabo.

Muluco — O antigo Muluco veio de Ligonha e foi residir para perto do rio Nàdgiua, depois mudou para Napára, onde faleceu. Foi substituído por seu sobrinho, que ficou chamando-se Múlúco. Devido ao chefe do Posto Aguiar, toda a sua gente fugiu para Nampula e ele ficou só, em Chinga.

Ràpiha — Veio de Côtôrupa (Ligonha) e estabeleceu-se em Nacômua. Era chefe do Posto o falecido sargento Douvens, que o mandou para o serviço militar. A sua gente, por tal motivo, vendo-se sem régulo, fugiu para Nampula¹²⁵, uma, e juntou-se ao régulo Niheia, outra; mas a maioria fugiu.

M'Riva — Veio do Ligonha e residia, em 1915, perto do rio M'Pèpèreia. Faleceu e a sua gente foi para o regulado Namacôro, mas hoje poucos restam porque no tempo do chefe do Posto Aguiar, fugiram muitos para Nampula¹²⁶.

M'Chirima — Veio do Ligonha e residia no Namavàcu. Faleceu¹²⁷.

N'Lia — Veio do Ligonha e foi residir perto do rio Malàpane. Faleceu e foi substituído por outro que fugiu devido às falcatruas feitas por um célebre intérprete Aiuba, cuja história narrarei. Está em Nampula o actual N'Lia.

Mequina — Veio do Ligonha e foi residir para próximo do rio Namaita. Foi preso quando da guerra e morreu. Da sua gente, a maioria fugiu por causa do tal sentenciado Ramalho, outra está espalhada por Murrupula e regulado M'Cota.

Maráca — Veio de Muirela (Ligonha) e foi residir para Nàhèlène. Voltou para Ligonha e lá faleceu.

Minúco — Veio de Ligonha e foi residir para Nicuàpê; juntou-se depois ao actual régulo M'Cota.

Passo a contar a história do tal intérprete. Aiuba, e é pena que o actual intérprete em Nampula, Francisco, a não possa ler, porque também uma história digna de ser escrita ele tem, e o mais interessante é que foi intérprete aqui em Chinga e demitido do cargo por fazer roubos à sombra do lugar que ocupava; foi residir em Nampula e é lá hoje o actual

¹²⁵ Onde passou a ser Cabo de outro régulo.

¹²⁶ Deixou de haver continuidade deste regulado em Chinga.

¹²⁷ Os seus sucessores emigraram para Nampula.

intérprete; o caso é que não servia em Chinga e serve «admiravelmente» em Nampula. Há pouco tempo roubou ele, aquém-M'Luli uma mulher indígena a um indígena do regulado Niheia e teve tanta sorte que o queixo-so foi apanhado pelo leão, quando não, garanto que o pagava bem caro.

Quando em 1915 assumi a chefia do Posto de Chinga, estava aqui como intérprete um célebre Aiüba, irmão do intérprete Assane, em Nampula, que era o mal. Estranhando a grandeza do intérprete, pus a «polícia em campo», e realmente ele tinha 10 mulheres, cada uma em sua palhota; 12 machileiros que o transportavam para as suas proezas, de noite e de dia carregavam barris de água para ele e suas mulheres; tinha dois moleques que chamava por apito; grandes plantações de milho, amendoim, etc.; muito dinheiro; boas mantas de leão; 30 cabritos e respectivos tratadores, etc., etc., em resumo, um fidalgo.

Na primeira oportunidade meti-o no calabouço e, acto contínuo, procedi a averiguações e soube que o intérprete cobrava imposto de palhota, apoderando-se do dinheiro e géneros, roubava raparigas e mandava-as para seu irmão em Nampula; os cabritos tinham sido todos roubados de noite; ouvindo batuque, imediatamente se dirigia ao local e exigia uma galinha de cada um dos presentes a título da falta da sua licença para batuque. Comigo fez uma, e a primeira e última, muito interessante. Quando, pelo registo de presos, eu via que algum devia ser solto por terminar a pena, dizia ao intérprete: «é preciso não esquecer que Fulano amanhã acaba o castigo». Ele ia logo ter com o preso ou família e dizia-lhe que punha o preso em liberdade se o gratificassem; a família dava-lhe dinheiro a ele, conforme minha ordem, mandava o preso em liberdade; fez isto uma vez, mas retribuiu o dinheiro e foi punido. Se fosse a contar as falcatuas deste patife, bastante teria que escrever. Levantei-lhe um auto e seguiu escoltado para Nampula, onde estava seu irmão como intérprete e gozava de muita protecção, embora tivesse um cadastro pior que o irmão em Chinga. O que lucrei eu em zelar pelos interesses dos indígenas, do próprio Estado e desempenhar assim os meus deveres? Uma perseguição infame para o futuro e o tal Aiüba foi gozar os roubos e está hoje no Mogincual a passear. Só em dinheiro tinha ele roubado perto de 600\$00. Consta-me que está em Nampula. Este Aiüba chegou a fazer o seguinte: quando faltavam meses para regressar gente do Transval, ele

mandava buscar a mulher do emigrante ou uma filha e retinha-a em sua casa; quando o homem se apresentava, ia a casa do intérprete resgatar a mulher ou filha a troco de uma libra em ouro. No entanto, consegui libertar a população de Chinga de tão formidável patife.

Actualmente, da gente que fugiu, está voltando alguma, mas já é tarde por causa dos tais celebérrimos passes que, se são prestáveis por um lado, por outro prejudicam bastante e auxiliam a fuga de gente, para fora do Distrito, como actualmente em Malema e outros pontos próximos da Companhias privilegiadas ou território inglês, onde se pintam para ouvirem as queixas dos pretos.

DO DOMICÍLIO 20.

O macua tem tantas palhotas quantas mulheres¹²⁸ e ainda uma onde ficam os filhos todos, enquanto pequenos, e uma que é o celeiro ou arrecadação dos mantimentos para todo o ano. Sobre a forma de construírem as palhotas, ficou dito no capítulo sobre usos e costumes (figura 4). Nos sítios onde há muitos leões, costumam construir palhotas sobre as árvores, a que chamam *trado* [etarato]. Para as construir, escolhem uma árvore forte e que tenha ramos que, pela sua posição, permitam entre eles construir um estrado formado de paus e bambus. Sobre este estrado fazem a palhota, onde pernoitam para se salvarem dos ataques da fera, sobretudo do leão. O dito estrado, finda a construção da palhota, é coberto a argamassa de argila, para poderem ter durante a noite a tradicional fogueira. De dia vivem em baixo nas suas palhotas, ao pôr do Sol, vão para cima, por meio de uma escada feita de bambu. No entanto, muitos indígenas, ou até a maioria, cercam toda a residência com um cercado de paus e bambu, a que chamam *càgô* [kàko]. Não pode mudar de residência sem licença do régulo, formalidade¹²⁹ hoje cumprida devido à insistência da autoridade. Acontece um homem ter mulheres em duas povoações, e então tem palhotas e machambas nas duas; mas as obrigações e direitos são os mesmos.

As palhotas, como ficou dito, são em geral redondas, muito pequenas e como costumam fazer fogueira dentro, já por causa dos mosquitos e já por causa do frio, dormem num ambiente bastante insalubre.

Dentro das palhotas, às vezes ainda com compartimentos, costumam ter o seguinte: a cama, *ôlile* [olili], que se reduz a quatro forquilhas

¹²⁸ Entenda-se aqui palhota no sentido de étoko (= lar) e não empá (= construção). Cada mulher constitui portanto um «anenetoko».

¹²⁹ Não se trata de mera formalidade, a vinculação ao régulo é um vínculo linhageiro e de segurança comunitária com matizes cosmogónicas claro que a administração colonial se aproveitou deste facto para controlar e até impedir a mudança de residência.

espetadas no chão à devida distância, de extremo a extremo, assentam quatro paus, formando um rectângulo, sobre estes, uns bambus e depois uma esteira (figura 5); dois ou três bancos de feítios diferentes (*éhidgi* [ehitxe] e *m'parato* [mpirati] — mesma figura)¹³⁰.

Em utensílios, usam os seguintes: panelas de vários feítios, mas todas destinadas ao seu fim e têm um nome, como indica a figura 7: onde também figura a bilha que em Chinga usam pouco por serem feitas em Ribàüe, onde as vão comprar. A *mũhaza* [muhasa]¹³¹, pequeno prato onde comem o caril, *matapa* [mathàpa]. Há um outro onde comem também caril e a que chamam *m'dgèdjô*¹³², mas o primeiro é só para o caril de arroz: gamela de madeira, tamanho de um prato a que chamam mesmo *gamèla mũicane*¹³³, gamela pequena. A faca por eles (ferreiros) feita, *mũalo*, e uma faca de dois gumes, *chôa* [xòwa ou etxawà]. O inseparável pilão (grande almofariz), *èriàũ* [eryawe]. Gamela grande, *gamèla*: cesto para limpar os cereais, *étôcũa*. A pedra para moer feijão, arroz, etc., fazem a farinha mais perfeita: *m'chilô* [nxilo], cuja operação é feita com o atrito entre esta e uma pequena que arrasta sobre aquela, *nàhane* [nahan]. E finalmente as esteiras, que podem ser feitas com o caniço dos rios, *étére* [etxère ou etthère] e a que dão o mesmo nome; outra feita com as folhas da palmeira brava, *micũta* [mukhutta], e a que chamam *mũtato* [ntthatto]. Comem o fruto desta palmeira, que é um pequeno coco, a que chamam *macaràcũa* [makwarakwa]¹³⁴, mas só lhe comem a casca.

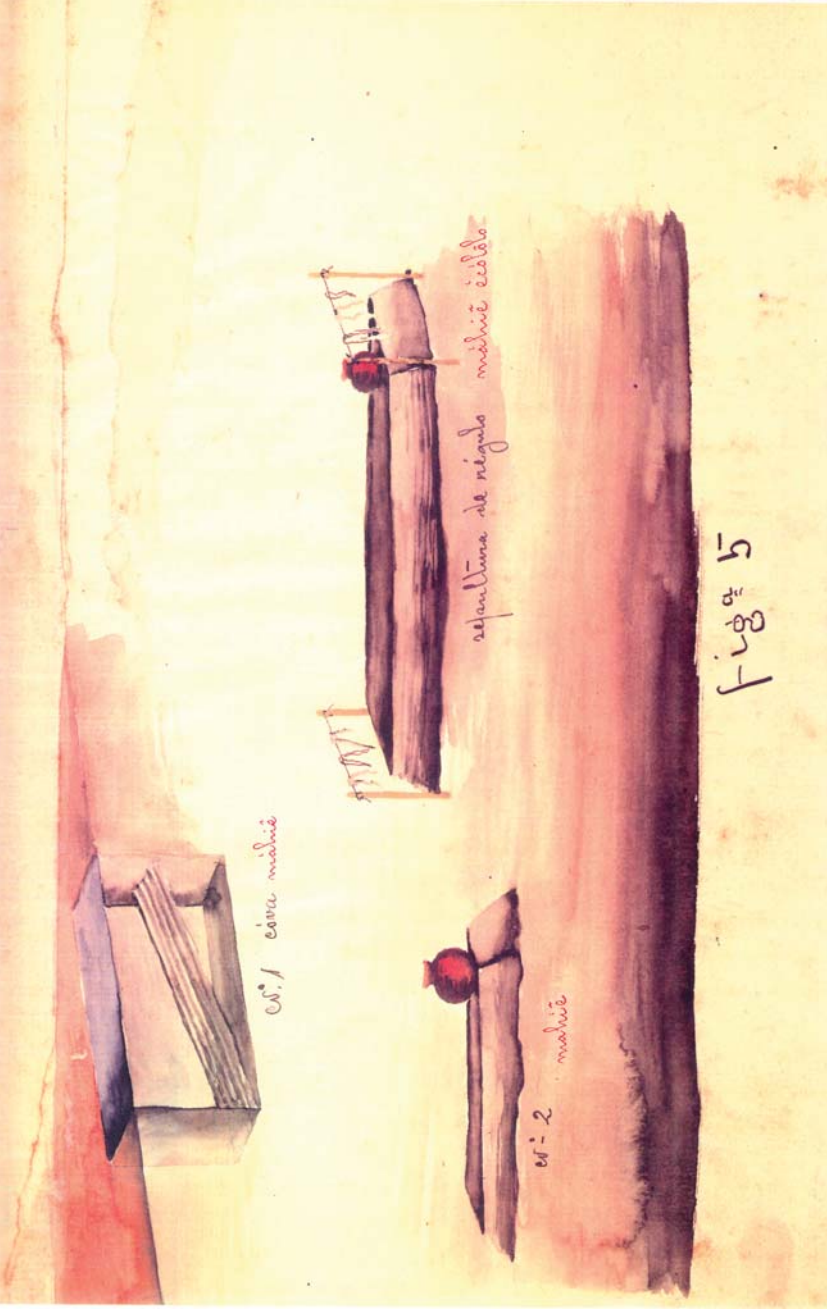
¹³⁰ O autor não se refere à orientação da «palhota», sua organização interior. É importante pela ligação que tem com o mundo dos espíritos e antepassados e os fenómenos celestes.

¹³¹ Recipiente mais ou menos raso feito de barro.

¹³² Palavra não identificada. Talvez «mulhelho» ou «mulyelo».

¹³³ Palavra não identificada. Talvez «ekhani», que significa «pequema».

¹³⁴ Singular: «Nikarakwa».



21. DA AUSÊNCIA

Quando o indígena se ausenta temporariamente, toma conta de sua mulher o seu irmão, ou a família, à falta deste, prestando contas ao ausente do comportamento de sua mulher durante a sua ausência. Quando o ausente regressa, indemniza de todas as despesas feitas com a mulher. Se o indígena se ausenta, sendo desconhecido o seu paradeiro, a família toma conta de tudo, incluindo a mulher e filhos; findo um ano de ausência, apoderam-se de tudo, dando ao irmão o que de direito lhe pertence. Se, no entanto, aparecer o indígena, passado o ano só tem direito à mulher e filhos e, se a mulher estiver casada com outro homem, este pode entregá-la ao seu marido mediante uma indemnização em dinheiro, mas geralmente recorrem à autoridade europeia.

PODER PATERNAL E LEGITIMIDADE DOS FILHOS 22.

Poder paternal e legitimidade dos filhos, quem impera nos filhos, sendo rapazes, é o pai¹³⁵, e sendo raparigas é a mãe.

Dado o caso do homem duvidar da legitimidade do filho, a mulher prova-o por meio de juras, de que adiante tratarei, ou por testemunhas. Se morrer o marido, e o irmão, seu substituto, duvidar de se o filho era realmente de seu irmão obriga a cunhada a provar a legitimidade. Se, no entanto, se prova que o filho é de outro homem, não há novidade nem zangas (não valia a pena tanto trabalho). Os pais têm o direito de abandonar os filhos desobedientes e incorrigíveis, sendo já crescido; se for pequeno, deixa-o fazer tudo quanto quer e lhe apetece. Os filhos abandonados, se têm família, recorrem a ela, se não têm, andam por aqui e por acolá pedindo e dormindo (andam aos caídos).

É um caso realmente interessante: o filho em pequeno foi mal educado pelo pai e é este mesmo que o abandona se for desobediente, quando é certo que o filho pouca ou nenhuma culpa tem.

¹³⁵ É certo que o pai tem a legitimidade paterna e influência paternal sobre os filhos varões, mas a tutoria das crianças pertence ao irmão mais velho da sua mulher, ou seja, ao tio materno dos meninos.

23. CLASSIFICAÇÃO DAS COISAS PÚBLICAS

Em assuntos desta natureza, o preto, pouco conhece. Algumas coisas têm nome próprio na sua língua, outras dão-lhe o nome em português. Assim dizem:

Estrada, *estrada* [etarata]; caminho de pé posto, *épiro* [ephiro, plural iphiro]; ponte, *m'tàtũ* [muthato]; mar, *praia* [ephareya]; rio, *mũrrô* [murrô]; leito do rio, *comũche* [ekomoxi¹³⁶]; lago, *n'ràta* [nrattha, mas também se diz n'tthiya]; corrente de água, *ôťupa* [ouwpa]¹³⁷; poço, *ihime* [ehime]; terra, *êtaia* [etthaya]; serra, *mũàco* [mwàko, plural miyako].

De resto, olham para as coisas e dão-lhes o nome que damos na nossa língua.

¹³⁶ Esta palavra significa «margem elevada».

¹³⁷ A palavra «otupa» significa «ser forte». Corrente de água propriamente é «nipili».

PROPRIEDADE E SUA ORGANIZAÇÃO 24.

Propriedade, entre indígenas, resume-se na machamba e palhotas, que são pertencentes ao homem. O macua não vende a palhota, nem a aluga, ignorando mesmo o que isso seja; sobre machamba, costumam vender apenas a que contém mandioca. O indígena, em quase toda a parte, só queima a palhota quando nela tenha morrido alguém por doença, que eles conheçam como contagiosa. Indígenas há que, por malvadez, queimam a sua palhota ou doutro, mas, neste caso excepcional, dá-se o crime punido e previsto pelo Código Penal.

As machambas são divididas por uma «picada», ou seja, por um caminho de pé posto, onde não haja rios, ou qualquer acidente do terreno.

O direito à propriedade prescreve ao fim de um ano de ausência do proprietário, quando se desconheça o seu paradeiro.

O homem, desde que a propriedade é considerada só uma, pode aliená-la sem licença da mulher ou da autoridade indígena. Eu não concordo com esta teoria, visto que a mulher foi obrigada a trabalhar, por seu marido. Garanto mesmo que ela não trabalhava nem trabalha se o marido lhe não dar ordem ou mesmo a obrigar.

25. DA OCUPAÇÃO

É a coisa mais simples deste mundo.

Tudo o que o indígena encontrar é dele, seja galinhas, patos, cães, etc. Se casualmente aparece o dono, que prove que a coisa encontrada lhe pertence, torna a reavê-la ou é devidamente embolsado do seu valor em dinheiro ou coisa da mesma espécie, se possível for.

Já vi um indígena que se apoderou de dinheiro do patrão e, nas averiguações, disse: «não roubou; encontrou no bolso das calças do patrão».

CAÇA 26.

O indígena de Chinga é muito amigo de carne¹³⁸; confesso que nunca vi gente tão amiga de carne: uma porção de amendoim que venderiam por 2\$50, «cheirando-lhe a carne», vão imediatamente trocar o mesmo amendoim de sua livre vontade e com a maior satisfação por 200 gramas de carne, aproximadamente. Como tive ocasião de dizer, comem-na devidamente cozinhada, mas é-lhe indiferente que a carne esteja sã ou podre exalando um cheiro nauseabundo¹³⁹.

Os animais que são caçados pelo indígena, são imensos, pois que, inclusivamente, até ratos caçam com várias armadilhas¹⁴⁰ e com o engenho representado na figura 8 na ocasião das queimadas; mas terminadas estas ou em local onde o fogo ainda não chegou e para onde o rato foge perseguido pelas chamas. O indígena esconde-se no capim, tendo pre-

¹³⁸ E muito amigo das caçadas. A actividade cinegética é exclusivamente masculina e prova que o homem é capaz de dirigir a casa.

¹³⁹ Na língua *emakhuwa* a palavra *enamá* tem o significado de carne, qualquer que seja o animal, incluindo o homem; só que, para designar a carne deste último diz-se *enamá ya muthu*, «carne de pessoa». A oposição entre género humano-pessoa e animal não-pessoa é traduzida pelas palavras *muthu* e *mwanamá*. Há carne de certos animais que pode ser comida sem restrições particulares, embora sempre segundo regras específicas de repartição pelos presentes; carne de outros que não pode ser comida por ser considerada repugnante, impura ou maléfica; por último, carne de alguns animais (incluindo do homem) que só pode ser comida em certas circunstâncias e por certas pessoas à exclusão de todas as outras, sob pena de graves consequências para os próprios ou para os familiares; neste último caso era geralmente necessário uma purificação prévia de carne que se comia ou uma purificação posterior da-quele que a comeu. Também certos animais não podem ser mortos, e outros quando o são, por defesa, por acidente, ou para fins rituais, colocam o caçador numa situação de impureza ritual que o obriga a submeter-se a ritos especiais de purificação. Os caçadores quando iam caçar para a floresta, tal como as crianças que eram levadas para os ritos no mato, entravam num estado de marginalidade perigosa, por isso, tanto eles como as esposas, e as mães e irmãs dos solteiros que ficavam na aldeia, preveniam-se com todos os cuidados mágicos, e quando uma anormalidade acontecia no mato, como o abate de um animal impuro, ferimento ou morte, os caçadores não podiam regressar à aldeia sem uma purificação prévia na zona de fronteira entre a floresta e o povoado.

¹⁴⁰ As armadilhas variam e adaptam-se ao tamanho e à ferocidade do animal. Ver adiante o capítulo sobre a fauna.





viamente atado o «carapuço» a um pau, logo que vê o rato, desenfreado, entrar, agarra o engenho e, ao mesmo tempo, é claro, no rato, que tira e mata; assim vão juntando uma porção deles, que depois comem como se fosse um bife à espanhola. Caçam gafanhotos, lagartas de variegadas cores e outros animais; é então para eles um bom petisco, a jibóia, ou coisa parecida, a que chamam *cũca* [ekhuka] e é uma cobra muito grossa, chegando a atingir 6 metros de comprimento, tendo a cabeça pequena, bem como a boca, que tem dentes.

O engenho a que acima me refiro para caçar os ratos chama-se *medgèra*¹⁴¹ (figura 8).

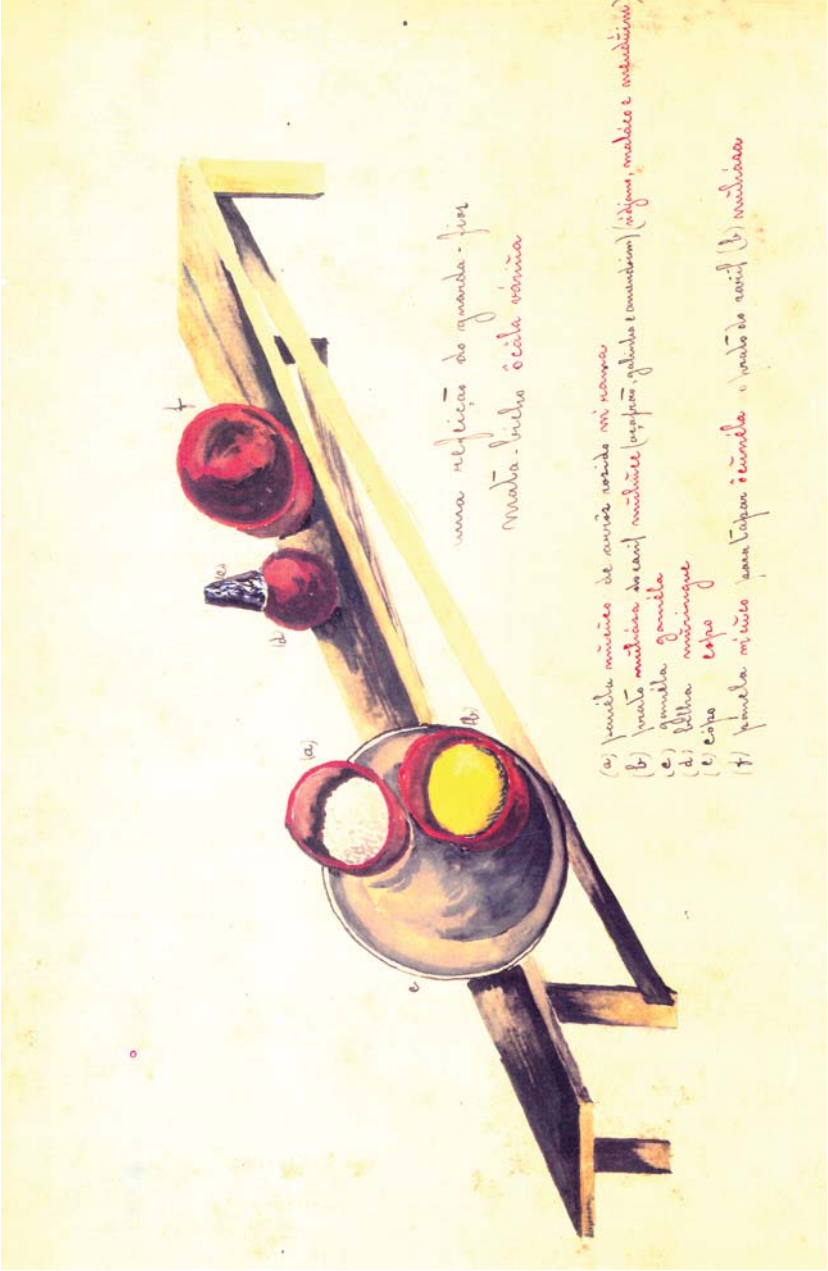
Os sistemas empregados para a caça a animais mais corpulentos são vários, e passo a mencionar os que conheço:

Montaria ???, *òhòta* [ototha] — reúnem-se muitos ou todos os homens da povoação sob a direcção do cabo de terras e, às vezes, do próprio régulo, formam uma linha e começam a bater o mato; mal pressentem a caça, começam fechando o cerco, sempre com grande algazarra e, a certa altura, aparece no meio do círculo por eles formado a peça de caça. No entretanto estão outros, à distância e do lado oposto, que, percebendo a manobra dos primeiros, vão formando uma roda que vai aumentar o diâmetro do círculo, isto para que a caça se não escape. Quando o animal, já no meio do cerco, anda à toa sem saber para onde se voltar, atacam-no à zagaia até o matarem; se for possível, não sendo porco, deitam-lhe o laço para ser apanhado vivo, para ser morto por um preto «monhé». Esta forma de caçar é muito usada para agarrar os porcos que atacam as machambas.

Écócũe [ekhokwé] — É uma cova rectangular e funda, mas mais larga em cima do que em baixo ou, ainda, vai diminuindo a largura, de cima para baixo. É coberta por cima com caniço fraco e sobre este capim com raiz para disfarçar.

Pode por acaso o animal passar por ali e o caniço quebrando obriga-o a entrar na cova, ficando entalado pela barriga, com as mãos e pés suspensos, visto, a certa altura, a abertura da cova ser estreita. De cima, com zagaia, matam o animal ou filam-no com uma corda.

¹⁴¹ Palavra não identificada. Como o mesmo sentido: «mwire».



É muito usado este sistema para apanharem e matarem o leão; em Muíte, no regulado Muaquiná, conseguiram assim matar um grande leão.

M'tàpa [N'tapha] — Um ramo duma árvore, *m'racó* [muryakho], muito flexível e de bastante curvatura, com a propriedade de voltar à posição primitiva, logo que cesse a acção que o dobrou. Na ponta que não está enterrada, ligam uma corda terminada em laço (nó corredio) e este laço é aberto e colocado, cercando uma cova feita no terreno; em volta desta cova, colocam uma roda de bambu com uma ponta do mesmo bastante enterrada no solo e um pauzinho entre esta roda e o terreno segura o laço (a roda de bambu tem que ser de menor diâmetro que a cova). A caça coloca a mão ou o pé sobre esta roda, obrigando-a a descer e soltar o pauzinho, pelo que o laço sobe pelo membro do animal, que entrou na cova. O laço, como é natural, fecha ou aperta e a caça fica filada.

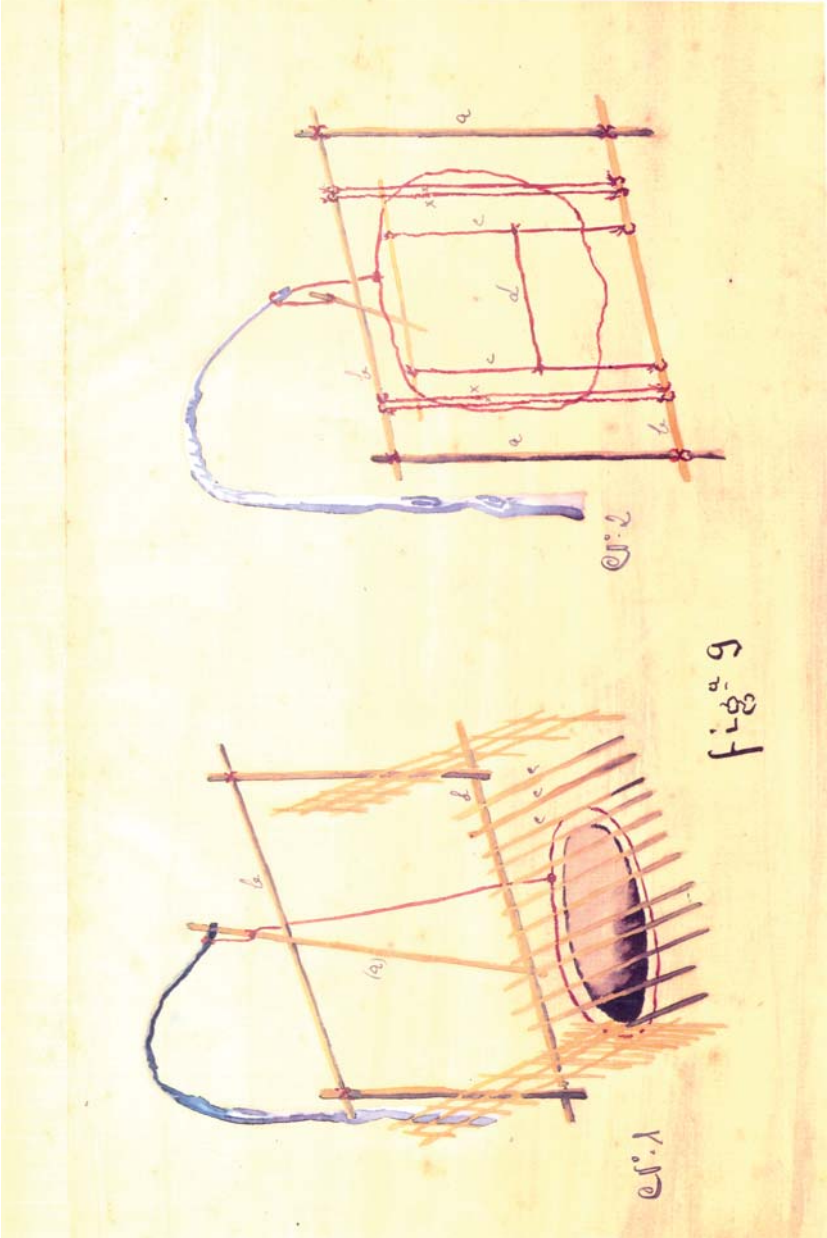
A todas as armadilhas empregadas na caça, o macua chama *m'tàpa* [n'tapha].

Vou tratar de duas qualidades de armadilha que vi em Muíte e são realmente interessantes; estão representadas na figura 9, que creio darem uma pequena ideia do engenho.

A que tem o n.º 1 é armada da seguinte forma: espetam dois pequenos bambus *milàze* [milanze ou mithala] no solo, afastados; nos extremos superiores destes, é atado outro bambu; junto abrem uma cova no terreno; à distância cravam no terreno, bem seguro, um ramo de *rôcôci* que tem na extremidade atada uma corda, da qual uma ponta é atada a um bambu e a outra forma o laço corredio; este pequeno bambu (*a* na figura) é entalado entre os dois horizontais (*b-b*), encostando-se aquém do de cima e além do de baixo; sobre o bambu de baixo, são assentes os extremos de outros (*c*) que ficam sobre a cova e com o outro extremo aquém desta.

Os lados da armadilha são tapados ou com bambu ou ramagens e, por cima dos bambus que estão sobre a cova, deitam capim para disfarçar. O animal, como nos lados está vedado, tem que passar por cima dos bambus que, devido ao peso, obrigam o bambu *b* inferior a descer, soltando o (*a*), que permite a vara endireitar-se e, como a caça meteu um membro ou os dois na cova, o laço fecha, segurando-a.

A do n.º 2 é uma coisa semelhante, mas fila o animal pelo pescoço ou meio do corpo. Espetam da mesma forma dois bambus (*a*) no chão e a



estes, pelos extremos, são ligados outros dois (*b*), mas ficam ambos ligados; espetam a vara *rôcôci* tal como no primeiro, mas o pequeno bambu é entalado e seguro, aquém do bambu *b* superior e além de outro que está atado a duas cordas *e* que têm os extremos ligados ao bambu *b* inferior; a estas cordas, a meia altura, está ligada uma *d* horizontalmente. O laço que vem da vara é aberto e amparado dos lados pelas quatro cordas *x*. Vejamos como a caça é filada. A armadilha é vedada pelos lados, tal como a n.º 1, o animal empurra com a cabeça a corda *d*, que solta o pequeno bambu, que, por sua vez, dá ocasião à vara se fechar repentinamente, digo, se endireitar repentinamente, fechando o laço que assim fila o animal. Os indígenas usam muito a caça à rede e, como já tive ocasião de tomar parte numa destas caçadas, como assistente, passo a narrar como elas são feitas.

Alguns indígenas possuem redes para caça por eles feitas (ver capítulo respectivo). Reúnem as redes que houver na povoação e vão estendendo-as e unindo-as, colocando-as perpendicularmente ao terreno (geometricamente falando), amparadas por umas pequenas forquilhas. Estas redes assim reunidas, formam um arco que, rectificado, chega a atingir 200 e 300 m. Junto à rede e do lado exterior, estão indivíduos (geralmente rapazes) acorados, aproveitando quase sempre árvores, atrás das quais se escondem; munidos de mocas ou quaisquer paus e, na parte de dentro, geralmente perto daqueles rapazes, estão homens armados de zagaias, *mavàca*, ou flechas *mũpa* [*mùpa*] prontos a atacarem algum leopardo ou outra fera que apareça e se aproxime da rede.

De grande distância e formando em linha e em arco, avançam uma grande porção de homens gritando e batendo ramos de árvores, com força; ao mesmo tempo que vão avançando, a caçada espantada, vem «desenfreada» de encontro à rede, onde se enleia; nesta altura sai o rapaz mais próximo e, agarrando-a, aplica-lhe uma mocada na cabeça, atirando-a para dentro. Há caçadores, muito às ocultas e longe da autoridade, que usam espingardas antiquíssimas, de pedreneira, a que chamam *capũiti* [*kapwitthi*]¹⁴²; carregam brutalmente estes «bacamartes» e de tal forma que, para fazerem fogo, abrem muito as pernas, ficando à

¹⁴² Ou «kapuitxi». Em certas regiões ouve-se por vezes «kaputthi».

direita, à retaguarda e fincada fortemente no terreno, o que não evita que, muitas vezes ao disparar a espingarda, recuem 2 ou 3 passos; ao disparar o gatilho, fecham os olhos e baixam a cabeça, motivo este por que a pontaria lhes falha e os ferimentos, em combate, são, na maioria, da cintura para baixo.

O preto pouco se dedica à caça de pássaros e apenas os rapazes se entretêm com tal brincadeira. Há então uma época em que as mulheres andam a apanhar os ninhos de uns pássaros a que chamam *máquêtê* e no Muite *sinhôro*. É Junho o mês da caça aos ninhos e já tenho visto dezenas de mulheres com os *quintundos* [kitundu ou kitunttu], cestas, à cabeça, cheios de ninhos, onde os passarinhos, ainda implumes, chilram, pedindo socorro; mas isto aos centos. Estes pássaros constroem o ninho nas pontas das folhas das palmeiras bravas *micuta* [mukhutta]. É realmente uma barbaridade, mas para o preto, que é bárbaro por natureza, é muito natural, e dizem eles que aqueles pássaros, na idade competente, dão-lhe cabo das machambas e eles então não os deixam chegar à idade e comem-nos.

O preto angane, em Tete¹⁴³, come e vende gafanhotos e dizem eles que como os gafanhotos comem as machambas, eles comem os gafanhotos.

¹⁴³ O fundo populacional da Angónia é cheua (cewa), mas na segunda metade do século XIX instalou-se ali um grupo de anguni e ngunizados, do que resultou o topónimo Angónia. Os anguni perderam a sua língua original e passaram a falar o cicewa.

27. PESCA

A pesca é livre nos rios que correm perto das povoações. O preto usa muita forma de pescar.

À noite usam o que chamamos «pesca à candeia», mas, em lugar da candeia, é uma espécie de archote feito de bambus às tiras ou capim seco; faz girar à roda, sobre a água, o archote aceso e, quando o peixe aparece, dá-lhe uma pancada com um pau e apanha-o.

À rede, *m'tàvi* [ntxavi] — Se o rio tem muita água, armam a rede, colocando em cima uns pequenos paus; o peixe, para saltar por cima, toca nos paus e então agarram-no, dão-lhe uma dentada na cabeça e atiram para fora da água. Se o rio tem pouca água, estendem a rede e arrastam-na unindo os extremos, agarrando o peixe que a rede arrastou.

A anzol — Tal como na Europa, mas a cana é um bambu; a certa altura da linha de pesca, *n'titũ* [nthito],¹⁴⁴ colocam qualquer coisa leve que fica boiando na água. É a esta bóia que ligam toda a atenção e sabem se o peixe picou quando a bóia mergulha.

A cambôa, *nicôva* [nikòva] — Como na área de Chinga não há grandes rios, a camboa serve mais para reservatório de peixe que outra coisa. Formam um cercado com paus e bambus, unidos dentro de água, e deixam uma pequena abertura (espécie de porta); no espaço compreendido pelo cercado, deitam casca de milho fino ou outro qualquer engodo; o peixe entra à babuge, na camboa, e ali se vai juntando; a certa altura fecham a porta que está presa a uma corda que desatam, mas esta corda está atada a um pau, fora de água.

Feito isto, ou pescam o peixe a anzol ou, ainda melhor, com a lema [elema], que é perfeitamente como as nossas, mas feitas de bambu cortado às tiras fininhas.

¹⁴⁴ Laço. Corda que aperta e esgana o animal. Aperto. Corda para apertar. Laço para enforcar.

Para apanharem o peixe, usam muitos «remédios» ou venenos; alguns perigosos para o próprio pescador. Vou mencionar alguns, todos extraídos de plantas.

**M'cũereia*, em Muite, *ocũco* [kùkhu] — É uma erva que atiram para água e atordoa o peixe, que vem à tona da água.

Rêca-cũcũçũle [mukukhurya] (em Muite, *êcoça* [ekosa]) — São uns paus que põem na água e quando os peixes lhes tocam com os olhos, cegam instantaneamente. Dizem que este pau também os cega a eles.

*Tiquire*¹⁴⁵ (em Muite, *nicéro* [nancero ?]) — Umas raízes subterrâneas que torram ao fogo e partem aos bocadinhos; atiram estes para a água e os peixes, atordoados, vêm à superfície e são filados.

M'tchatchi [mutxatxe] — Outra qualidade de raiz que prepara da mesma forma e produz o mesmo efeito.

*Làli*¹⁴⁶ — Um pau que cortam nas serras; tiram-lhe a casca e envolvem-na em capim. Um homem munido deste preparado mete-se na água e, dentro desta, bate com um pau nas cascas enroladas no capim e sai um líquido branco que mata o peixe.

Pàpa [pàpa]¹⁴⁷ — Uns paus pequeninos que partem em pequenos bocados e envolvem em capim; mergulham e batem-lhe com um pau e expele um líquido, branco, que cega o peixe.

*Mahũco*¹⁴⁸ — É uma planta que o preto semeia na machamba. Tritura no pilão as folhas desta planta e a massa resultante é colocada dentro de um quitundo, *ètôcũa* [ethokwá]¹⁴⁹. Mergulham o fundo da cesta na água e batem-lhe mesmo com as mãos, de forma a sair um líquido verde que mata o peixe, até mesmo o que está a bastante profundidade.

Este sistema de apanhar peixe será muito prático, mas não concordo com ele por dois motivos: primeiro, mata muito peixe miúdo, ou seja, criação; e tem o inconveniente, em águas tranquilas ou de pouca corrente, de as envenenar, tornando-as incapazes para consumo.

¹⁴⁵ Palavra não identificada. Talvez seja «euwyo».

¹⁴⁶ Palavra não identificada. Talvez «nakusupa».

¹⁴⁷ Talvez «nakwhata».

¹⁴⁸ Palavra não identificada. Com o mesmo sentido: «làla».

¹⁴⁹ Peneira.

28. FAUNA

A fauna, por estas terras africanas, é muito variada. Tinha o máximo interesse em apresentar os nomes dos diversos animais colocados pela respectiva classificação zoológica, mas sou inibido pelos meus poucos conhecimentos em tal assunto e limitar-me-ei ao que em tempos estudei, dando a devida classificação aos animais que conheço, deixando os restantes como não classificados. No entanto, à quantidade de animais existentes em terras africanas, interessante seria coleccioná-los, principalmente os insectos, e eu posso concorrer para tal fim desde que me sejam fornecidas as caixas com tampo de vidro e alfinetes em abundância; mas estes não faltam. Vou dividi-los em grupos, estes em classes e seguidamente em espécies, dizendo alguma coisa sobre o habitat de alguns.

1.º GRUPO — MAMÍFEROS MONODELFOS

1 — Bimanos

Compreende o homem (para o caso, preto), cujos usos e costumes estou descrevendo.

2 — Quadrúmanos

Quatro membros terminados por mãos, que servem para a palpação e locomoção; conformação análoga à do homem; dentes incisivos, caninos e molares; duas glândulas mamárias peitorais.

Os quadrúmanos compreendem: os símios ou monos e lémures. Apenas existem os monos com cauda preênsil, que são os macacos, de que há muitas espécies.

Cólê [kholé]¹⁵⁰ — O que nós chamamos «macaco cão», porque parece ladrar como um cão; este macaco é imundo, mas muito inteligente. Chega a atingir grande corpulência.

Nàvê [màvê]¹⁵¹ — O saguim. Domestica-se bem, mas qualquer mau jeito que o magoe, fá-lo zangar e morde fortemente; o cabelo é bonito e a cara preta.

Cotô [kòtto]¹⁵² (em Muíte chamam-lhe *tũpiri*). — É muito pequeno e tem a particularidade de atravessar os rios por baixo da água. Morde muito.

Nipũèrèrè [nipwerere]¹⁵³ — Parecido com o cão; ataca valentemente o homem.

M'rôane [mrowani]¹⁵⁴ — Tem o pêlo parecido com o do tigre; também ataca.

Mũcũli [mukhuli] — Por cima preto e por baixo branco. Ataca o homem pelos testículos. O preto não faz uso da zagaia para se defender dele, por não conseguir atingi-lo, devido à sua agilidade; defende-se com um pau e «vai à cacetada».

3 — Cheiropetros

Quatro membros unguiculados, formando os anteriores uma espécie de asas; nocturnos; dentição completa. Compreende os morcegos.

Os dedos são unidos por umas membranas que, da parte de dentro, são oleosas e onde se prendem os insectos de que se alimentam.

São convenientes em África por apanharem muitos mosquitos, tão prejudiciais ao homem. Na época das chuvas recolhem-se em lugares escuros, suspensos pelas unhas dos dedos polegares, e assim se conservam sem se alimentarem. De dia estão recolhidos e à noite aparecem para a caça aos insectos.

¹⁵⁰ O mesmo que “marreko no idioma elómwè”.

¹⁵¹ O plural é “anàvê”. Macaco azul que vive nos montes. É o saguim, também é conhecido por “nòvê” ou “niòvê”, e “nipuíya” no dialecto eshaka do médio Lúrio.

¹⁵² O mesmo que “siriyo”, “sherekho” e “txupili” ou “tthupili”. Em Muíte chamam-lhe «túpiri» [Tthupili]. Pequeno macaco que vive nas árvores das margens dos rios. Na linguagem popular em português de Moçambique é chamado “xico”.

¹⁵³ O padre Pires Prata diz no seu Dicionário que é uma espécie de porco-da-Índia que habita as margens dos rios.

¹⁵⁴ Gato cerval muito parecido com o leopardo. Os macuas também usam esta palavra para designar um gato grande; talvez por causa da pelagem dêem este nome ao macaco com estas aparências. “Kúathé” em exirima, eshaka e elómwè.

Nantũto [nantuthu]¹⁵⁵, pequeno. *Milêma* [mulema], grande. *Pirima* [ephirima] habita nas serras e também é grande.

4 — Insectívoros

Alimentam-se de insectos. Unguiculados: os membros anteriores próprios para escavar a terra; dentição completa; molares com tubérculos afiados.

Nàhũò [nahuwo], toupeira — O seu habitat é o mesmo da Europa, só difere na cor que é amarela, quase branca. O preto caça este animal da seguinte forma: quando pressente a toupeira, no meio do caminho subterrâneo por ela feito, na parte exterior fazem um pequeno buraco e tapam com uma folha de árvore atravessada por um pequeno bambu, cujo extremo inferior quase que toca no fundo da toca. Como são dois os buracos exteriores tapa o do lado onde não está a toupeira e aguarda que ela passe o que conhece quando o bambu atravessado na folha oscilar; nesta altura tapa o outro buraco e depois cavam até conseguirem agarrar o animal, mas com cuidado porque ele morde valentemente. O macua come a carne da toupeira e dizem ser muito gostosa; pois que lhe faça muito bom proveito.

Écà [ekhá]¹⁵⁶, ouriço — Que aqui abrange maiores proporções que na Europa. Enrola-se da mesma forma para apanhar os fonatos.

5 — Roedores

São, geralmente, frugíveros e dividem-se em claviculados e não claviculados.

Claviculados. *Càtũpo* [kattupo] — castor, cuja pele tem valor.

Nicũlê [nikhule?]¹⁵⁷, rato — há muita variedade de ratos e alguns muito curiosos. *Tutôro* [ntothoro ou thoro], rato do mato — cinzento-claro e branco na barriga (o preto come). *Mêtê*¹⁵⁸, rato do mato amarelo (come). *Ataculé* [nikhule?] (comem). *Niássà* [etxaká] — tem uma cauda plumosa e comprida, é de cor avermelhada e vive sobre as árvores. *Anr-*

¹⁵⁵ Morcego comum.

¹⁵⁶ Esta palavra servia também para designar o pangolim, o urso formigueiro e a tartaruga. O mesmo que “ekhaya”.

¹⁵⁷ “Nikhule” significa hoje o rato caseiro.

¹⁵⁸ Talvez “emethê” ou “emette”, no dialecto eshaka, “emetxe”, em exirima e elómwè [rato do campo].

rai [n'rai]¹⁵⁹ — amarelo e também vive sobre as árvores (comem). *Chũcũ* [nikwetxu?] — amarelo no dorso e branco por baixo; tem a cauda plumosa e comprida; anda nas árvores (comem). *Nicôcũê* [nikokwe]¹⁶⁰ — cor avermelhada e a cauda preta e comprida. Fila as galinhas, mata-as e leva-as para o buraco (comem). *Ninhàpa* [munyapa] — tem o pêlo como o leopardo (comem). **Sinhitê* — amarelo com cauda comprida. Mata as cobras e leva-as para o buraco para comer. Quando pressente gente, segura a parte da cabeça da cobra e deixa esta de fora que é para terem medo de se aproximarem do buraco; isto é um facto, pois que contaram-me em Muíte e agora em Chinga dizem a mesma coisa.

Nêcô [nêko], esquilo, *nhàssà* [etxaká?] ou *ètiti* [tithi], esquilo voador, *m'rei* [nrei], esquilo das palmeiras.

Roedores, *nàchinico* [nasiniyku ou nashiniyku], porco-espinho: vive nas serras, enrola-se para espetar e conduzir os frutos de que se alimenta; *matica* [matthika], lebre; *Namarrocôlo* [namarokolo], coelho¹⁶¹.

6 — Carnívoros

Membros terminados por garras, dentes incisivos cortantes, caninos longos e aguçados; língua cheia de papilas espinhosas. Dividem-se em digitígrados e plantígrados.

Digitígrados

Compreendem: o género gato, *cũato* [kwàtu], gato doméstico¹⁶²; *màlũa* [maluwa]¹⁶³, gato do mato. *Càrramo* [kharamu] ou *mũàtô* [mwa-txo], leão; chamam-lhe o rei dos animais, mas há-os piores, que são os que ele teme, como seja o rinoceronte. É um animal inteligente; deita-se às portas das palhotas dos pretos, à escuta, e, passado tempo que não houve falar ou ouve ressonar, dá um impulso forte de encontro à porta e entra para agarrar o homem ou mulher; nesta altura, se o habitante da palhota tem tempo, sai pelo tecto, partindo-o e foge. Mesmo o leão, se a porta opuser resistência, salta sobre a palhota e num instante rebenta o

¹⁵⁹ “N'rai” em elómwè, “n'rei”, no dialecto eshaka.

¹⁶⁰ Palavra elómwè.

¹⁶¹ Também designado “hukula”.

¹⁶² Também desinado por “pàkha” no Lómuè e no país Chaka, e “txónue” entre os Chirimas.

¹⁶³ “Xahupwé” no dialecto eshaka.

tecto vindo cair dentro; claro é, se o preto tem tempo, abre a porta e foge. Têm-se dado casos curiosos com o ataque do leão às palhotas. Em tempos, em Chiavende, um preto ladrão fingia ou imitava o leão para o habitante fugir e ele roubar à vontade; um dia encontra um homem arrojado que se armou de zagaia, pensando ser realmente o leão; na ocasião em que o outro imitava a fera, o habitante da palhota lança uma zagaiada por entre o caniço da porta e matou o leão fingido.

O leão conhece que os olhos em noite escura, quando bem abertos, alumiam como duas lanternas e formam dois focos que se vêem de longe; ele então, quando ouve falar, abaixa a cabeça e quando o homem lhe passa pela frente, salta e fila-o; se o homem vai pela estrada, fila-o e leva-o para o mato, mas também se o salto é maior e ultrapassa, não volta atrás; segue, correndo para o mato.

O chacal ou cão do mato, *müige* [mwìtxi]¹⁶⁴, em grande número, atacam o leão e matam-no, embora lá fiquem alguns mortos. Para tal, os dois que vão sempre na frente dão o sinal e os restantes reúnem-se acto contínuo e avançam em linha; quando se aproximam do leão, cercam-no e atacam. Por este motivo, o leão ouvindo o chacal afasta-se e então o preto em viagem, quando ouve o leão, imita o chacal. Para filar os ruminantes corpulentos, pela retaguarda, salta-lhe em cima e crava os dentes no cachaço; o boi ajoelha imediatamente, ataca assim o búfalo, ênári [enari], mas se este vai em manada, ataca o último e esconde-se; depois da manada ir longe, vai ver se o búfalo morreu ou está ferido, prostrado.

Hávára [havara], leopardo — há um que procura o homem para o atacar e comer; chamam-lhe *niquichancha*¹⁶⁵. O leopardo é muito leve, pelo que sobe a uma árvore com facilidade, e indo com a presa na boca, vai descansando nos ramos que encontra. Desce de salto, por isso, vai subindo e olhando para baixo; quando chega a uma altura donde não pode saltar, não sobe mais. Esconde-se no meio do capim, tornando-se invisível, e assim arma o salto, como um gato. Leva a presa arrastando-a pelo solo, entre as mãos, filada pelos dentes, tal como o leão.

¹⁶⁴ “Mwìtxi” ou “mwiji” é uma espécie de chacal, parecido com o lobo, o nome genérico da espécie é “kusupa” [hiena ?].

¹⁶⁵ Este nome não foi identificado. No entanto, há outros para designar o leopardo.

Há uma armadilha para apanhar o leopardo a que os pretos chamam *ingire*¹⁶⁶; é uma caixa formada de grossos paus bem enterrados no solo; é coberta por cima com paus, mas um deles atravessa um que fica ao alto com um extremo dentro da gaiola, tendo outro pregado em cruz e o outro extremo fica por cima da gaiola e tem um entalhe que segura um pau que também segura uma porta, onde também há um entalhe. Logo a seguir a esta gaiola, há outra mais pequena e mais forte, onde está um cão ou um cabrito. O leopardo entra na armadilha, visto não poder saltar por cima nem pelos lados, onde são colocados ramos espinhosos; toca com a cabeça na dita cruz, desviando o pau vertical, fazendo sair o que segura a porta e esta fecha. Está um homem de prevenção para ir imediatamente matar o leopardo ou a tiro ou à zagaia, por entre os paus.

Género cão: *malàpwa* [mwalapwa], cão doméstico; *mũige* [mwitxi], cão do mato ou chacal; *cuâtê* [khwatxe ou manthala], raposa.

Género hiena: *nipuerê*¹⁶⁷, hiena que ataca para comer; q?uissupa [ku-supa], muito cobarde e come carne em perfeito estado de putrefacção; onde passa, deixa cheiro a carne podre, motivo porque o leão mal algum lhe faz, embora ela o acompanhe sempre na retaguarda para comer o que ele deixa, porque o leão come enquanto a carne estiver quente, logo que sinta nos lábios a carne fria, larga, a não ser que a fome o aperte.

Género marta: *êpũhi* [epuhi], lontra; *ênhipi* [eniypi], doninha; *étũcô* [ettuko], texugo.

Plantígrados

Proboscídeos, *étépo* [etthepo], elefante. Alimenta-se das folhas de algumas árvores, milho, embondeiro; para tal, abaixa a cabeça e com a tromba, cujo extremo é bipartido, mete o tronco entre as pontas da tromba, sacode e a árvore cai. Para beber água, suga pela tromba e, levantando a cabeça, a água vai para a boca. Para se banhar, onde há pouca água, enche a tromba e levantando-a com força fá-la cair sobre o corpo. Quando quer atacar o homem, a fugir, arranca um pau, segura-o na tromba e atira-o para cima do indivíduo que, se cai, é completamente

¹⁶⁶ Vocabulo desconhecido. A armadilha referida é mais conhecida por “niloka”.

¹⁶⁷ Este vocabulo não foi encontrado para nomear a hiena, “nipwerere” é uma espécie de porco-da-Índia que habita nas margens dos rios.

pisado. Não come carne. «Este caso do pau, parece à primeira vista uma história, mas lendo-se a descrição da grande viagem de Angola à Contra Costa, os autores lá falam no mesmo assunto e então estou convencido que o informador não mentiu.»

Encolhe ou estende a tromba, como lhe apetece. Quando lhe apetece passar um rio que tenha muita água e o cubra, mete-se na água com a tromba levantada, fora de água, e por onde respira; a fêmea com filhos agarra estes com a tromba e coloca-os sobre o dorso. Não se deita para dormir, e encosta-se a uma árvore forte para o mesmo fim, mas pouco dorme porque está constantemente mudando de árvore, indo de umas para outras. Vira para os dois lados, mas muito lentamente e sempre contra o vento. Quando vê gente, levanta muito as grandes orelhas (para meter medo, diz o preto) e bate com elas, fazendo um barulho enorme; as orelhas podem medir 6 metros ou mais; as mãos e pés são redondos e devem medir, de diâmetro, 0,5 m aproximadamente.

Andam em bandos, às vezes de 30, a um de fundo. As suas presas constituem a substância chamada marfim. São duas pontas, mas a da direita, chamada ponta da terra, pesa mais um quilo pouco mais ou menos que a outra; a da direita é chamada da terra, porque é para a direita que ele cai, quando alvejado pela bala, sentando-se primeiro. Vive mais de duzentos anos. Domesticado não reproduz.

Jumentados

Compreendem: equídeos, rinocerontes e tapires.

Equídeos, *êpŭta* [ephutxá ou phutxá]¹⁶⁸. Não tem particularidade digna de ser mencionada.

Djôdjo [ntxotxo], rinoceronte. É um animal pesado e corpulento. O rinoceronte de África tem dois apêndices córneos sobre o nariz, três dedos em cada membro, cada um envolvido num casco e por esta razão são chamados fissípedes. Ataca, correndo com grande velocidade e marrando com as pontas. É perigoso, pois pode ir um viajante em machila por uma estrada, e se ao rinoceronte lhe dá «um ataque de estupidez» corre às cegas e atira com machila, machileiros e tudo ao chão e mal do desgraçado que for na machila. Dá-se uma caso curioso

¹⁶⁸ Trata-se da zebra.

com este animal: dorme deitado, mas estando bem pegado no sono, pode-se-lhe levantar uma perna, que ela cai naturalmente e ele ali está como morto, sem dar por tal. Para se deitar disposto a dormir, escolhe o sítio e então é que se deita. Quando acaba de defecar, escangalha o excremento com as mãos e tapa com terra; seguidamente vai numa correria vertiginosa e não torna àquele sítio; mas vai furioso e mal do que se lhe aproxime. O leão teme-o e não há mesmo animal algum que lhe faça mal, a não ser o homem, com arma de fogo, mas de calibre grande e bala expansiva. Ataca o fogo.

Ruminantes

Compreende: bovídeos, cervídeos, camelídeos e camelopardianos.

Bovídeos. Compreende os antílopes, de que há grande variedade na fauna africana. Vou tratar dos que há em Chinga e outros que conheço.

Pàcàla [epakhala]: corpulento, corno direito e ondulado, cor amarela, com riscas do dorso para a barriga.

Écócí [ekosi]: é corpulento, avermelhado, com uma risca nas ancas, corno pequeno.

**Êtata*: corpulento, cor avermelhada, cauda curta e corno grande retorcido.

Palàve [ephalavi]: é muito corpulento, cor cinzenta, corno voltado para a frente.

Malêca [maleka]: boi pequeno e muito bonito; cor avermelhada com riscas nas ancas, corno como o da *êtata* [Etxatxa?]. Corre muito. A fêmea não tem cornos.

Nametòro [namutxoro]¹⁶⁹: corpulento, cor cinzenta com pêlo comprido, corno direito. A fêmea não tem cornos.

Nàhe [nàhe], gazela; *itôvê* [etxové], outra espécie de gazela.

Nanchêrê [nanshere], cabrito do mato. **Calo*, cabrito avermelhado com os cornos muito pequenos. Anda sempre a olhar para o chão.

Êbála [epala]: cabrito pequeno, mas tem os cornos tão afiados que ataca o leão e mata-o. (Na Zambézia e Niassa também há.)

Êtũcũi [etxukwí]: cabrito pequeno com cornos muito curtos (anda nas serras).

¹⁶⁹ Ónagro ou burro selvagem.

Êpila [epila] — também pequeno e anda nas serras. **M'rũpa*, semelhante ao *êpila* [epila] e encontra-se nas serras. *Mãçôro* [nasoro] também muito pequeno com cornos muito curtos.

Porcinos

Pàco [phakó]: javali¹⁷⁰; *gũlũê* [ekuluwe]: porco doméstico e do mato (não tem navalhas).

Tòmôto [txomotxo]: hipopótamo ou cavalo dos rios. Muita gente chama a este animal cavalo marinho, mas creio haver confusão, com nome, com o cavalo-marinho propriamente dito, que é um animal pequeno, sem membros, corpo coberto de escamas semelhantes às do jacaré; cabeça perfeitamente igual à do cavalo e a cauda na ponta enrola em espiral.

O hipopótamo é o animal mais corpulento depois do elefante e rinoceronte. Anda nos rios, mas tem que vir à superfície da água para respirar, lançando então uns grandes jactos de água pelas ventas. Dizem os pretos que dando certos gritos perto da margem do rio, ele sai da água. Só vai pastar à noite. Em Muite, vi-me na necessidade de cercar a horta, por causa do hipopótamo. A fêmea coloca os filhos no dorso, para virem respirar fora da água. Tem o corpo muito luzidio, sem cabelos. Boca descomunal e pele muito rija, sendo difícil atravessá-la com uma bala; por isso a pontaria deve ser feita aos ouvidos ou aos olhos.

Desdentados

Êcaia [ekhaya], pangolim ou pangulino. Nunca vi tatus e o preto não sabe o que é.

**Mũnhàpa*, **tamanduá*.

Aves

De rapina. Compreende: diurnas e nocturnas.

Diurnas: abutres, serpentários e falcões.

Serpentários: *màtũlēcũla* [namwqatxulakula], alimenta-se de cobras.

Falcões: **M'tôta*, águia; agarra um cabrito. *Cháca* [shàka], milhafre. **M'cũàça*, falcão: **namatũpũla*, outra qualidade de falcão. Esta ave não é

¹⁷⁰ De facto, não se trata do javali, inexistente em Moçambique, mas sim do facocero.

grande, mas ataca mesmo galinhas grandes; em as vendo, dirige-se para baixo com imensa velocidade e cai sobre a galinha, cortando-lhe imediatamente a cabeça.

Nocturnas: *màcũcũne* [nikunkhuni], coruja; *cũro* [khùru], mocho. **Sici*, outra coruja.

Pássaros: Sindáctilos: *chápi* [shapi] e **màquêtê*, abelharuco ou melharuco. Este pássaro é muito interessante e interesseiro, mas ao mesmo tempo prestável. Logo que vê um favo de abelhas, pousa perto, aguardando que alguém passe, porque ele gosta muito de mel, mas tem medo das abelhas; logo que alguém passa começa a piar duma forma que o preto conhece logo; ora, se o pássaro é guloso, o preto não o é menos e dá logo sinal da sua presença, assobiando; nesta altura, o pássaro vem pousar à árvore mais próxima do preto e sempre piando vai levando-o ao local onde está o favo. O preto tira o mel como adiante direi, e retira-se; imediatamente o pássaro vai picar no mel que ficou, que é o que ele quer, mas tem medo de se chegar. O **chápi* é encarnado e o **màquêtê*, amarelo.

Nàcũeli [khuruwele]: pica-peixe verde-azulado e dourado, põe os ovos no capim, na margem do rio.

Trepadoras

Côcôti [kokotxi], pica-pau: põe os ovos num buraco que faz no pau. **Épómôpo*, tucano; **écũêhi*, piriquito.

Galináceos, compreende: pombos e galináceos propriamente ditos. Pombos: pomba, pombo doméstico, **èlica*, pombo verde (mato), *n'cia* [nsiya], rola. Há outra qualidade chamada *càũla* [kavula]; difere da primeira por um colar escuro no pescoço e pela maneira de cantar.

Galináceos: *m'tũpi* [muthupi], galo; maláco [mwalakhu], galinha; *canga* [ekhaka], galinha do mato ou pintada; *cólôlo* [ekhololo], outra qualidade de pintada com uma popa na cabeça, que parece um penacho, e é preta; *pirũ* [mpiru], peru; *m'piça* [mpisa], peru do mato; perdiz, *êcũáli* [ekhwali]; *rêtê*, [yürwe], codorniz.

Pernaltas

Corredores

Em Muite garantem os indígenas que em terras do regulado Namecoio, há o avestruz e chamam-lhe *m'côti* *, *m'cũi-cũi* *, grou.

Voadoras: *curuélê* [khurruwele], cegonha; *mũàgigi* [mwatxatxe], ai-gréte; *chamecũta*, marábi [napiri].

Palmípedes

Totipalmas: *èpòmôpo* [ephomopo], uma espécie de tucano, se não o mesmo e também tira carne de si próprio para dar aos filhos.

Brachípteros: *nàcũlêlé* [nakwele]; em Muite, *táva-táva* [txavá-txavá], mergulhão.

Lamelirostros: *m'ràta* [nratxa], pato mudo; *cũàcũàcũa* [khwakhwa], pato doméstico (marreco).

Tenuirrostros

M'lũlo [nlulu], trepadeira.

Pássaros: aos pássaros, em geral, chamam *balame* [epalame]; aos ovos, *môdgê* [mòje], e ao ninho, *èpũrũ* [epurú].

O *chirico* [shirikhu] é como o canário e canta muito bem. Faz um ninho esférico, mas, com uma pequena ponta para baixo; o **tèquèlècha* é encarnado, para fazer os ninhos juntam-se alguns e começam de baixo para cima, unidos e de enfiada; *nipũlèlê* [niphwé], perfeitamente o pardal; só põe 2 ovos num ninho que faz no chão; *nàpũro-pũro* [nàpwro-pwro] (em Muite *m'rũli* [mùrruli]); faz o ninho no chão; é todo branco; *táva-táva* [txavá-txavá], todo preto com o bico encarnado; é o mergulhão; faz o ninho no capim, à margem do rio; *nantôço* [nantoso ou nantxopi], pica-flor; pequenino; todo preto; faz um ninho pequenino com um pequeno orifício; é redondo o ninho.

**Nichèlèlê*, tem riscas pretas e brancas, faz o ninho num buraco fundo perto do rio; quando vê peixe, mergulha. *Nàcàr* [nakhawa]¹⁷¹, andorinha; tem o alto da cabeça encarnado e as penas pintadas de preto e branco (pedreiro); faz o ninho como o da andorinha, mas com um corredor comprido, por onde entram. *Mequéquéça* [nikekesa], andorinha das serras; é preta e vivem muito reunidas. Com o mesmo nome *nácàr* há a andorinha vulgar. **Nimamápila* é preto, semelhante às viúvas; cantam muito bem; branco nas pontas das asas, pescoço e cauda. Não faz ninho; onde vê um buraco entra.

¹⁷¹ Este termo serve para designar a galinha de pernas curtas; a andorinha é chamada “nankhàre” ou “nakhàre”.

**Êpũaci*, é amarelo e branco no pescoço e peito. Voa muito alto e vem a baixo com muita velocidade para mergulhar e ir ao fundo dos rios; faz ninho sobre paus altos. **M'Táta*, é preto, branco debaixo das asas, com o bico encarnado. **Níg'ana*, é preto com o pescoço verde; faz o ninho sobre um pau, perto da água.

**Mũrũmàci*: há um todo branco e outro todo preto; ambos fazem o ninho com pauzinhos, que vão procurar. Comem ratos e cobras. **Cũâr*, é todo preto com o pescoço branco. **Nàpipi*, tem uma saliência córnea no alto da cabeça; é verde. Faz um ninho grande como uma palhota com porta; parece que só trabalham no ninho de noite, porque os pretos nunca os viram fazer, mas sabem se é para um se para mais; só fazem o ninho quando começam as chuvas.

A propósito dos ninhos, vou falar em aves já mencionadas nas respectivas espécies.

Mũàgigi [mwatxatxe], aigréte: põe os ovos entre as pedras, próximo dos rios. *M'Piça* [mpisa], peru do mato, põe os ovos em buracos de troncos das árvores, furados, mas os mais altos; **ècũéhi*, piriquito; põe também os ovos em paus furados. *Sici* [esìki], coruja, vai buscar pauzinhos e faz o ninho, sobrepondo-os (dizem os pretos que quando esta coruja canta sobre o tecto da casa, alguém há-de morrer dos habitantes da palhota ou vizinhos).

Cũmũne [khùru ou navuru], mocho: é cinzento, maior que o *sici*; olhos grandes e duas penas dos lados da cabeça, como dois penachos; há outro castanho e branco, tal qual o da Europa; entra nos buracos dos paus, onde põe os ovos.

Nàcũco [nakhuku], corvo preto, com o peito e pescoço branco; cáre [khware], corvo todo preto (há poucos). Ambos fazem o ninho nas árvores, com pequenos paus que vão buscar. *Chàca* [shàka], milhafre, faz também o ninho com pauzinhos.

Répteis

Compreendem: tartarugas, sáurios ou lagartos, serpentes.

Tartarugas: *càpa* [khapá], *cágado*; **nicômo* (em Muíte, *càcápétê* [ekakapethe]); **rôpũê-rôpũê* (em Muíte, **hàrugê*); **hêrdgi*, tartaruga pequena; *hêcácia* [ehasa?], tem a casca com saliências como a do jacaré. O preto come todas, à excepção da *rôpũê-rôpũê*.

Sáurios ou lagartos: *êgônha* [ekonyá] (na Zambézia, **inhácôco*. Jacaré: vive na água dos rios, onde anda com imensa facilidade; em compensação, em terra anda lentamente, arrastando a barriga pelo solo; em terra pode-se matar com um pau aplicado com força à cabeça. A fêmea põe os ovos, num buraco que faz na margem do rio, perto da água, tapa e deita-se em cima, põe muitos ovos. Alimenta-se de peixe e carne, para agarrar gente ou animal mais corpulento, esconde-se na erva do rio, **étérê*; nem respira: quando vê ocasião, agarra com os dentes por um pé (sempre) e leva para a água. Corta com a cauda como uma serra, mas de um só golpe rápido. Não tem língua, mas as glândulas salivares inferiores são espessas e prolongam-se até à garganta; tem muitos dentes, sendo quase todos os da frente grandes e pontiagudos. Vi em Muite abrir um e encontrei no estômago pedras pequenas; como a pedra não pode alimentar, perguntei aos pretos presentes qual o motivo por que o jacaré engolia as pedras e eles disseram que as engole quando quer ir ao fundo do rio, tornando-se mais pesado. Mas o mais curioso é que o jacaré em questão, grande, tinha sido morto por um preto fora de água, com uma cacetada na cabeça.

**N'tàpûê* (em Muite, **éhála*): é um lagarto grande que há nos rios, semelhante ao jacaré, mas a pele não é escamosa. Os pretos comem-no.

Serpentes: compreende as cobras de que há muita variedade em África. Passo a mencionar algumas ou quase todas as que se encontram por Chinga.

Mũicôma [mwikhoma]: atinge 1,5 m a 2 m de comprimento; grossa, tem dentes; prateada, com escamas. Pendura-se nas árvores e morde na cabeça de quem passa matando instantaneamente.

Ètètê [ettetthe]: fina, atingindo 1,5 m de comprimento; tem dentes; no local onde morde, incha e o indivíduo pode morrer; é branca, põe os ovos num buraco que tapa.

Èvìri [evili, víbora?], (surucucu): grossa e curta, pode atingir 0,5 m de comprimento; é branca com umas malhas e riscas amarelo-escuras, formando realmente bonitos desenhos no conjunto; tem dentes; cava um buraco no solo, onde põe os ovos; é uma cobra perigosíssima, pois onde morde a carne apodrece e vai caindo aos bocados. Há um preto em Muite, de nome M'Piça, do regulado Nampatua, a quem falta o braço direito por ter sido mordido por esta cobra.

Cũca [ekhuka]: pode atingir 6 m de comprido; é uma espécie de jibóia, mas tem a cabeça pequena e a boca com dentes, mas também pequena, quando é certo que a jibóia tem a boca grande. Como a jibóia, enrola-se à presa e aperta com tanta força que a mata. Esta cobra, quando acaba de comer, mas bem, fica estendida no solo, imóvel; nesta altura não faz mal algum e então o preto dá-lhe forte pancada com um pau na cabeça. Extrai-lhe as banhas e carne, que come com grande satisfação.

Nivôo [nivouwe]: verde, com 1,5 m de comprido e fina. Quando vê gente, foge; mas se a atacam, ela defende-se e a sua picada mata. Ignoram onde ela põe os ovos.

Nivũvũri [ivuouri ou niwiwiri]: cinzenta, com 0,25 m de comprido, não morde. Come ratos.

Milhãlho [ou mulahwe]: verde com duas riscas brancas; é pequena e anda com rapidez; não morde; põe os ovos num buraco.

Namantãba [namanthapa]: verde; pequena; não morde.

Namàriáũ [namaryawe], cuspideira: amarelo-clara; não tem dentes; 1 m de comprido. Expele pela boca um líquido que produz intoxicação mais ou menos perigosa.

Nicôci [nikosi], cascavel (?)¹⁷²: tem duas cabeças e caminha para diante e para trás; 0,25 m de comprimento e não morde; cinzento-escuro; põe os ovos num buraco que faz.

Èũci [ehusi], cobra de água: preta; com 5 m de comprido o máximo; grossa; morde e a sua mordedura mata; põe os ovos no fundo do rio num buraco. Há mais no rio Malapane.

Batráquios

**Nũũma* [Nùmé], rã; *nàpũlo* [naphulu], sapo; *nàcũiti* [nakhwitti], salamandra.

Peixes

Os peixes compreendem: ósseos e cartilaginosos. Tratarei dos ósseos, que são os que abundam em rios de água doce. Há uma imensidade de peixes variados, mas vou mencionar alguns ou quase todos os exis-

¹⁷² Também se chama “ethoka”; é prenuncio de mau olhado para quem a vê. A cascavel propriamente dita chama-se “muthotha”.

tentes no rio Lúrio, por ser um grande rio e, como tal, abundar em peixe. Alguns, ou muitos mesmo, encontram-se também em Chinga nos rios maiores, como o Nàdgiũa, Namaita e M'Luli, mas principalmente o Ligonha que, em certos pontos, corre relativamente perto de Chinga.

Macũpa [makhupa] (é chamado em Tete *pende*): tem dentes só na parte de trás das maxilas. É o peixe, não mais gostoso, mas que melhor se pode comer por ter pouca espinha. Assemelha-se ao goraz.

Êtila [ethilá]: não tem dentes e tem muitas espinhas miúdas.

**Tchôtocho*: como a *êtila*, mas com dentes grandes.

Êpági [epágè]: todo branco e grande; não tem dentes e tem muita espinha.

M'cũpi [mukhupi] (em Muite, *namũũũ* [namwero]): tem riscas encarnadas pelo corpo; não tem dentes; tem pouca espinha.

Calàli [kaláli]: muito semelhante à sardinha, mas avermelhado; tem muita espinha miúda, muitos dentes pequenos (em Chinga não há).

**Tũco* ou *càtépe* [katephé] (em Muite, *tétépê*): não tem dentes; é grande e preto.

Tôpôtiro [tottompe]: a carne é muito mole; não tem dentes (não há em Chinga).

M'còpũ [mukhopo]: o siluro da Europa.

**M'pũlũmũtaca*: espécie de garoupa; há pouco no Lúrio e não há em Chinga.

M'cũpi [mukhupi]: é preto e com muita espinha.

**Namiálo*: tem uns espinhos no corpo, cujas picadas fazem feridas; olhos grandes; não tem dentes e é de cor branca.

Namalàta [namalatha]: é pequeno; tem um espinho de cada lado, cuja picada é dolorosa.

Mũca [mũka]: safio.

Namanhiòcòlo [namanyokolo], enguia.

Articulados ou anelados

Insectos

Coleópteros: *sũço* [rusú], besouro; *m'côra* [mukhori], cantárida; *êpãpane*¹⁷³, pirilampo.

¹⁷³ Nome não identificado. Noutros locais macua, “emolimoli”.

Ortopteros: *m'sòpê* [musope], gafanhotos. Há muitas espécies, e entre elas: *m'palaca* [mpalaka], gafanhoto grande e encarnado; *pèrèrê* [eperéré], castanho-claro; **m'touti*, verde, com a cabeça sobre o comprido, **côîôro*, verde e grande, faz barulho com as asas; *m'tòropa* [myoropa], castanho-claro; é o que mais ataca as culturas; **étôtôhi*, verde e pequeno; *ihéhiquine*¹⁷⁴, grilo.

Hemípteros: *inhètê* [enhete], cigarra.

Nevropteros: **müentère*, libélula; *uècha* [oweshe], formiga branca ou térmitas.

Himnopteros: *nènèlê* [enenèle]; formigas de que há várias variedades: *miçasso* [musòso], formiga preta grande, a sua picada dói pouco; *tüçüi* *, formiga encarnada que mata a formiga branca, não ferra; *pèpèço* *, formiga encarnada, pequena, ferra e dói muito; *étüi* [etxuwí], formiga preta, grande (*talàco*) [epèpèsu]. Esta formiga caminha sob o solo mas, de vez em quando, abre buraco e sai fora; marcha grandes distâncias, indo a «rainha» na frente, que sendo morta, produz o desbarato da marcha, indo cada uma para seu lado, desorientadas; mas a dificuldade está em a conhecer. Come carne e eu vi, na guerra, cadáveres abandonados, quase cobertos por esta formiga, quando vão em marcha, fazem um certo susurro e algumas há que formam alas e, pondo-se em pé, seguram-se pelas patas dianteiras formando arco, sob o qual passam as fêmeas com os ovos e as crias; as que formam o arco, estão sempre de antenas alertas, prontas para a defesa, no caso de ataque. Ferra e faz dores terríveis.

Pèpèlê [ephepele]: é o nome genérico dado às moscas e bem assim à abelha a que também chamam *ôrravo* [oravo], nome que dão ao mel.

Ôpái [opai]: semelhante à abelha, mas a sua picada é mais dolorosa. *Ócuta* [okuta], abelha pequena que vive nos buracos dos troncos das árvores, onde expele um líquido viscoso e doce que os pretos comem.

Lépidopteros: *nicūrũto* [nikuruthu]: toda e qualquer qualidade de borboletas, incluindo a *sphinge*. *Ninturo* [nintulu], traça.

Dípteros: *bilimũiti* [epwilimwithi]: mosquito anófelino, *büié*, culicíneo, **pèpèlê*; moscas e também os moscardos em geral, mas destes há outras espécies: **mũcàca*, ataca a caça e o homem; na pele a sua picada

¹⁷⁴ Nome não identificado. Nome mais usual “yipo”, “nyipo”, e variedades: “txotxolo”, “munela”, “kommwa” e “nakukhuli”.

deixa uma mancha branca e produz muito prurido; *pūrê* [phùre], ataca fortemente o gado, mordendo no homem salta o sangue do pequeno orifício produzido pelo ferrão.

**Nig'ou*: ataca o gado e até o porco, em nós dói muito e também aparece sangue à superfície da pele. **Nig'ong'olo*: aparece onde há o búfalo que é o ruminante que ela mais procura. É grande, cabeça também grande; preta, com riscas brancas no abdómen. Ferra com bastante força e dói muito.

Sifonápteros: *tòtôma* [etothomwa], a pulga que nos ataca; *ôvavane* [ovavàni], pulga dos galináceos.

Parasitas: *êtũpô* [etthupó], piolho; *nicuncune* [nikunkhuni], percevejo; *ètètê* [ettetxe], carraça.

Miriápodes: *alàla* [eyàlala], esculuprendora e também a centopeia.

Aracnídeos: **anamechirine*, aranha (a que chamamos «cavalo»); *siri* [nsiri], tarântula; ferra e produz dor que dura dois dias; *ratace* [rattasi], aranha que vive no mato; prende os fios duma árvore a outra e forma uma grande teia, em círculos concêntricos reunidos por raios; esta aranha é muito grande e apresenta várias cores às riscas: branco, azul, amarelo, preto e encarnado. Não nos atacam, mas agarram os passarinhos pequeninos que se enleiam na teia, sugando-lhes o sangue. *Caramàgê*¹⁷⁵, escorpião grande e encarnado-escuro; *ũálice* [walisi], escorpião mais pequeno, este vive no subsolo e faz um buraco em forma de meia lua para poder sair; o buraco é fundo e ele só sai à noite, chegando-se às fogueiras, onde os pretos se aquecem; **èrúpàlàquito*, é perigoso; é semelhante, no corpo, às cigarras; tem pernas como a aranha; salta, urinando para os nossos olhos, cega quase instantaneamente e para a barriga, produz feridas enormes; *èlèpèla* [elepela], a mesma espécie, mas apenas produz feridas a sua urina, é mais pequeno.

Crustáceos

Càla [ekhala], caranguejo. Há dois tipos e têm o mesmo nome; um maior que se come, outros vivem em terra, em buracos; vindo a chuva, saem. Alimentam-se de porcarias, incluindo excremento que encontram

¹⁷⁵ Nome não identificado. Conhecido por “nikhanyàpwa” ou “walisi”.

no mato. Ninguém os come. *Mechôcho* [mushosho ou muxoxo], camarão da água doce.

Anelídeos

Mūtũto [mututhu], sanguessuga; *nihàco* [muhako], lombriga.

Gasterópodes

Còrôpa [ekhoropa], caracol; à concha chamam *macôce* [mikosi]; há uma qualidade, com a concha cónica, a que chamam mesmo *màcôce*; esta concha queimada produz uma bela cal, que não liga, mas é admirável para caiação. *Nanta* [nantxa], lesma.

Na classe dos ruminantes, esqueci-me de tratar do búfalo, *ènári* [enari], o que passo a fazer: É um boi preto e corpulento. Tem os cornos voltados como os do boi, mas para dentro e para trás, formando uma testa enorme, repleta de cabelo e com que marra. Para atacar, foge e, já longe, volta-se e vai-se colocar no ponto para onde passou. Corre com os olhos abertos e portanto volta para os lados com facilidade para perseguir; quando enraivecido, os olhos põem-se encarnados como sangue; mesmo que o homem tome o recurso de subir a uma árvore, tem que escolher árvore de tronco forte para o búfalo o não partir quando marra. Andam em manadas de 50 e, indo juntos, não atacam; o leão vai pela retaguarda e salta em cima do último; ferra-lhe os dentes no cachaço e esconde-se com medo dos outros; quando a manada já vai longe, vai ao local ver se o búfalo morreu ou está prostrado, ferido, para o comer.

Tem por hábito cortar o capim em tiras com as pontas dos cornos, mas o próprio preto ignora o motivo.

Também nos digitígrados me esqueci de tratar da hiena, *qũissũpa* [ku-supa]. Anda sempre atrás do leão para comer o que ele deixa. Tem um olfacto tal, que a grande distância, descobre a presença de carne morta. Ataca o homem encontrando-o a dormir; fila um pé, por exemplo, e puxa com força. Não tem receio do leão, visto este não a atacar. Defeca sempre no mesmo sítio e geralmente perto de um pau chamado *m'cólico* [m'kóliko?]; mesmo que se afaste, ali é que é a sua «sentina».

29. AGRICULTURA

Eis um assunto que bastante me tem dado que fazer devido à má-fé de agricultores e seus empregados, por eles recrutados, sem conhecimentos agrícolas nem preparação necessária para lidarem com indígenas e até mesmo sem a educação precisa.

Na área deste Posto há duas propriedades, ambas ainda ocupadas provisoriamente; uma em Malapane, próxima do Posto, dos Srs. Conde e Pereira; outra em M'Luli, de um senhor tenente reformado António d'Oliveira.

O primeiro empregado do senhor Conde, foi um tal sentenciado João Ramalho, homem sem escrúpulos, assassino, em que a vida animal o afastou dos sentimentos morais, escrúpulos de carácter, não respeitando a vida de cada um, espetando uma faca num seu igual sem dó nem piedade; este homem, se tal nome se lhe pode dar, ainda há meses, se não está presente um outro sentenciado chauffeur e regenerado, matava com uma machadada nas costas o chauffeur Cavaco, na estrada Nampula-Riàüé.

Eu mesmo, estou ameaçado de morte, segundo estou informado, e terei que me acautelar, pois dizem-me que o tal Ramalho, como covarde que é, tem o hábito de se chegar mansamente ao indivíduo, pedindo perdão, mostrando-se muito obediente e repentinamente saca da faca, e, sem dar tempo a um homem defender-se, crava a faca no corpo do indivíduo sem dó nem compaixão.

Foi pois este sentenciado o ex-empregado de um agricultor, gozando de toda a liberdade e protecção, tendo uma propriedade que diz ser sua, além M'Luli, em Camaculo, na área da sede, assinando-se nos tiquetes que dá aos pretos, mas a quem não paga, como «proprietário» — de machila para toda a parte e respectivos machileiros, armado pelo seu patrão com espingardas e por sua conta, com zagaia, machados, etc., «um pele

vermelha» senhor da situação. Já antes fora «encarregado» da abertura da estrada Nampula-Ribàüé, onde maltratou e mandou maltratar por cipais barbaramente os indígenas do serviço, chegando a morrer um quase instantaneamente. Ele dizia aos cipais «eu vou a casa e, quando voltar, quero tudo a trabalhar; se eles não quiserem, cheguem-lhe para baixo; se assim não fizerem, são mulheres e eu como tal os tratarei», isto declarado pelos trabalhadores e cipais, após a minha chegada a Chinga. Este sentenciado chamava e chama sua casa e propriedade sua aos barracões construídos pelos indígenas da estrada e ainda hoje lá tem a preta e uma filha, géneros da propriedade, etc.

A tal propriedade chama-lhe «Quinta Aurora». Como já tive ocasião de dizer, os castigos bárbaros aplicados e mandados aplicar por este sentenciado, ocasionaram a fuga de muita gente de Chinga para Murrupula, Nampula e Quelimane; e como não haviam de fugir, se o sentenciado andava armado de um grande bengalão, com que desalmadamente com a compaixão de um sentenciado assassino batia nos indígenas do serviço? O próprio indígena ouvia o sentenciado «encarregado» dar ordens aos cipais para baterem e estes, então, aplicavam pancadas com bambus, desalmadamente. Chegou a rasgar os tiquetes a todos os homens ao serviço da estrada, não sei para quê, mas que não foram pagos. Os indígenas queixaram-se, mas creio que o sentenciado ficou-se a rir, como ainda hoje. Fazia grandes despesas na «propriedade»; lembrei-me que fosse parte do roubo dos 50 000\$00 na sede, facto que eu comuniquei para a Administração; de mais que outro sentenciado o acusou, ele chegou a estar preso em Nampula, mas como nada se provou, foi posto em liberdade e voltou para o seu cargo de «encarregado da estrada» que desempenhava conjuntamente com o de algoz dos pretos. Um caso curioso: pela teoria de muitos indivíduos, talvez que este indivíduo seja um bom administrador de pretos.

O tal «senhor» sentenciado foi convidado para «administrar» a propriedade do senhor Conde e ele aceitou, deixando o serviço da estrada, isto influenciado pelo então chefe do Posto que deu boas informações do sentenciado; ia a Nampula, de machila, quando lhe apetecia, armado; vivia sem dúvida na melhor liberdade; tinha cabritos, porcos e creio que ainda tem, com os respectivos tratadores, a quem pagava; cozinheiro;

2 moleques; 3 capatazes da «sua propriedade», tudo isto pago mensalmente; uma preta e uma filha, isto além dos homens que trabalhavam (e ainda trabalham) na sua propriedade. Vive ou não vive mais feliz este sentenciado que muitos homens honestos, sem culpa alguma, desempregados, e andam em Lourenço Marques, passando necessidades? Creio e estou certo que sim. Este sentenciado Ramalho, escreve uma carta ao seu patrão, «despedindo-se» do serviço por «não poder aturar o chefe do Posto»; o que faz seu patrão, o senhor Conde? Sem nada me perguntar, como era natural, envia à Administração da Circunscrição uma carta, dizendo «... Peço a V. Ex.^a a fineza de apurar quais são os motivos que forcem o referido empregado a despedir-se do meu serviço, se é porque este cometa abusos e por tal motivo o chefe do Posto tenha que intervir como tem por dever, ou se é o chefe do Posto que exagera as ordens de V. Ex.^a...» A Administração enviou-me a carta do tenente senhor Conde com uma nota para eu informar do que se me oferecesse sobre o assunto da carta. Enviei uma exposição em que lamentava que o tenente senhor Conde confrontasse um sentenciado assassino e um funcionário do Estado que só deseja cumprir com os seus deveres. Fazia ver que o sentenciado estava a almoçar e jantar à mesa com o meu antecessor, o que eu não quis; que o sentenciado se queria apoderar de terreno de indígenas antigos residentes na localidade; que o sentenciado violou a propriedade de uns indígenas, mandando arrancar os paus que a cercavam; que o sentenciado não pagava aos indígenas; que os indígenas se não queixavam com medo do sentenciado, devido aos maus tratos por ele aplicados quando «encarregado da estrada». Fazia ver que não tenho nem quero machambas nem negócio de espécie alguma e que não estava em Chinga para zelar pelos interesses do sentenciado Ramalho e, em resumo, que o sentenciado se despedia do «seu patrão» e queria passar «à privada» pelo seguinte:

- 1.º Não o convidei para as minhas refeições.
- 2.º Não lhe consentia abusos.
- 3.º Faço justiça e portanto nada tenho com os interesses de A ou B.
- 4.º Viu que não tenho machambas nem negócio de espécie alguma.
- 5.º e finalmente. Tem receio que eu venha a saber as faltas e abusos por ele cometidos anteriormente à minha chegada, o que depois averi-

guei e o sentenciado aqui continuou, rindo-se, como ainda hoje, disto tudo, e, vendo que mal algum lhe aconteceu, começou então a abusar, como vamos ver.

Como em Dezembro faltava muita gente para pagar o imposto de palhota, escrevi, tanto ao sentenciado como ao empregado do Sr. Oliveira, dizendo que procurassem a forma de os indígenas pagarem o imposto. Passados dias, mandei prender os ditos indígenas e recebo uma carta do senhor Conde em que me dizia que «o Ramalho» se queixava que eu prendi toda a gente ao serviço da propriedade; eu, indignado, mandei um pequeno bilhete ao tal Ramalho perguntando-lhe quantos e quais os homens presos e o sentenciado mandou-me dizer num bilhete que não estava homem algum preso; este bilhete acompanhou uma exposição motivada por uma carta ou mais «espécie de ordem e imposição» do tenente senhor Conde para a Administração, em que dizia: «... rogo a V. Ex.^a a fineza de ordenar telegraficamente ao chefe do Posto de Chinga para mandar apresentar o mais rapidamente possível todo o pessoal que está nestas condições...». Esta carta foi-me enviada com nota e eu formulei outra exposição em que dizia: que na propriedade, por acaso, não foi preso preto algum, o que provava o bilhete do tão falado sentenciado da confiança do tenente senhor Conde, dizia mais: «Os empregados dos agricultores Oliveira em M'Luli e Conde em Malapane armaram em autoridades nas áreas abrangidas pelas concessões dos patrões, e não consentem que a autoridade lá vá. Creio que os terrenos estão aforados ou concedidos, mas não formam repúblicas independentes ou companhias privilegiadas como de Moçambique e Niassa. O agricultor aforou o terreno e não os indígenas que lá residem, tornando a sua concessão em um privilégio, pondo e dispondo do indígena da forma que melhor lhes convém... etc.» Estes documentos existem no arquivo da Administração. Mas qual o resultado de tudo isto? Mais uma vez o sentenciado Ramalho se ficou a rir. Este sentenciado creio eu que julgou depositarem nele mais confiança que no próprio chefe do Posto e então começa descaradamente a abusar e mais, particularmente, ameaçou o senhor Administrador da Circunscrição e é o que se depreende de uma carta que recebi do senhor tenente Conde, muito ofendido tanto comigo como com o administrador, já falecido, mas era um homem sério, digno e reconhecia a razão, o que

142

tinha contra era ser bom de mais. Devido aos abusos do célebre sentenciado Ramalho, tive que pedir providências: assim; na nota n.º 59, de 4 de Dezembro do ano findo, comunicava: «Que o sentenciado se apoderou de terreno e casas do Estado, chamando-lhes propriedade sua, que tinha na sua propriedade 30 homens trabalhando a quem pagou em tempos 3\$00 semanais; que o sentenciado subornou as autoridades indígenas, como cipais, intérprete, a quem dava dinheiro, quando lho pediam emprestado; que o sentenciado, na data da nota não pagava aos indígenas da sua propriedade e juntava os tiquetes; que o sentenciado, antes da descoberta do roubo dos 50 000\$00 na Administração, fazia grandes despesas e que me parecia ser parte do roubo, pelo que já fora acusado, preso e posto em liberdade; que o sentenciado se gabou ao seu substituto na propriedade do senhor Conde, senhor António Pereira que «tinha pena de se ir embora quando tinha Chinga na mão» e que «o actual chefe do Posto o temia e por isso o perseguiu», que «sabia tudo quanto se fazia na Administração e no Posto», que o sentenciado cometera em Chinga faltas graves previstas e punidas pelo Código Penal; que o sentenciado, na estrada em Chaláua maltratou barbaramente os indígenas e ordenava aos cipais que assim procedessem, ocasionando, mesmo na estrada, a morte do indígena Carôa, feita pelo cipai Sèvéne, mas por ordem do sentenciado, único responsável; que passados dias, morre a mulher do falecido Carôa com fortes dores de barriga, pelo que desconfiei que fosse envenenada; que na tal «propriedade do sentenciado Ramalho, arderam os barracões, onde ficou carbonizado um rapaz que ocasionou um incêndio para cumprimento de uma ordem absurda do sentenciado seu patrão, único responsável. Pedia um intérprete para proceder a averiguações visto o do Posto não me merecer confiança e ser testemunha; que mandava retirar os indígenas que trabalhavam ilegalmente na propriedade do sentenciado Ramalho; pedia para que o dito sentenciado não voltasse à área de Chinga, onde a sua presença era prejudicial à disciplina e boa administração; que o sentenciado rasgou os tiquetes dos homens da estrada, que não receberam o seu salário; que o sentenciado, havia pouco tempo, tentara matar o chauffeur Cavaco». Da Administração, nada.

O sentenciado tinha seguido para Nampula, de machila, sem se dirigir ao Posto, pedindo carregadores como qualquer indivíduo faz e deve fazer.

Comuniquei o facto e pedia providências (nota n.º 60, de 4-12-1926). Apesar da nota n.º 59, o sentenciado Ramalho ia à «sua propriedade» de machila com machileiros de Chinga, quando lhe apetecia. Mandeí o cipai Macása para mandar retirar os indígenas que encontrasse trabalhando na «propriedade» e eram do regulado Muávano da área deste Posto. O sentenciado teve o arrojo de mandar retirar o cipai, dizendo-lhe «vai dizer ao chefe do Posto que aqueles homens não saíam, digo, saem daqui, porque é a “minha gente”». Comuniquei em nota n.º 64, de 23-12-1926, em que perguntava se tinha sido concedido algum terreno ao sentenciado e se podia fornecer-lhe trabalhadores. Da Administração nada.

No entanto, o sentenciado voltou para Nampula em machila, obrigando os mesmos machileiros a conduzi-lo. Peço providências em nota n.º 67, de 25 de Dezembro de 1926.

Como desejava proceder a auto contra o sentenciado, pedi um indivíduo habilitado para escrivão (nota n.º 69, de 26-12-1926). O escrivão até hoje aqui se não apresentou e apenas o cipai José para intérprete, mas que depois foi mandado recolher à sede. O sentenciado, vendo que nada lhe faziam pelas suas proezas e crimes, embora eu os comunicasse, continuou com os abusos, cada vez pior. Voltou à «sua propriedade» (e voltava quantas vezes queria) de machila, com os mesmos machileiros de Chinga, e ordenou que «a sua gente» fosse trabalhar para a «sua propriedade». Mandeí lá polícias e um cipai para chamar aquela gente, a fim de os interrogar; o «senhor» sentenciado, ainda hoje proprietário, aparece armado com os seus machileiros também armados, põem todos os homens fora da propriedade, ameaçando-os de pancada e mandou a sua gente para casa; como eu não podia suportar mais vexames de um assassino cumprindo 23 anos de degredo, levantei o auto da ocorrência e enviei para a sede da Administração. O Ex.^{mo} Sr. Administrador viu-se na necessidade de levantar auto de corpo de delito e é nesta altura que um aspirante da Circunscrição me previne que me acautele porque o sentenciado Ramalho dizia aos pretos que me havia de matar. Facto este que eu verbalmente comuniquei ao senhor administrador e é do conhecimento de todos os europeus em Nampula e de alguns em Moçambique. Passado tempo fui à Administração, mas já armado de pistola. O sentenciado foi para Lourenço Marques responder e, fatalidade, é absolvido (é ou não

é feliz?). Voltou para Moçambique, onde foi recebido com «guarda de honra» de dois soldados e um cabo de baioneta armada e deu entrada na Praça. Agora, o sebnhor comandante da 5.^a Companhia Indígena de Infantaria, que é conhecedor de tudo quanto atrás ficou narrado, requisita o célebre sentenciado Ramalho para... podar laranjeiras. Eis pois os vexames por que passei devido a um assassino, cujas mãos ainda hoje cheiram ao sangue do desgraçado que matou à facada. Este sentenciado não é homicida de ocasião, mas um assassino de profissão.

O meu colega de Murrupula, que o conhece de pequeno por ser natural da mesma terra, Covilhã, contou-me a vida deste bandido. Quando criança ainda, achando-se a jogar o botão com outro garoto, indignou-se com este e com uma sovelã de sapateiro espetou-lhe a cabeça produzindo-lhe alguns 70 buracos, pelo que faleceu. Parece que é mal de família; tem um tio que matou a mãe, a irmã e uma tia; a mãe deste sentenciado por pouco cortava a língua a uma mulher, etc. É este o tal Ramalho que goza em Nampula, onde se encontra, duma escandalosa protecção e que hoje se ri de mim e de todos. Mas a sua história não fica por aqui. Na devida idade foi alistado no exército e veio para Lourenço Marques colocado na Companhia Europeia. Em 1911 dá-se a revolta daquela Companhia (eu era amanuense das Obras Públicas) e este belo Ramalho, como cabeça da revolta, foi para Lisboa, onde teve baixa de serviço no Depósito de Praças do Ultramar. Meteu a caminho da Covilhã, a pé, e lá contou ao meu colega, a sua odisséia; como queria assentar praça novamente e na Covilhã era conhecido, foi para a Guarda, onde foi alistado. Mais tarde veio para a Guiné como soldado e, ali, matou a sentinela do quartel, pelo que veio para Moçambique condenado em 23 anos de degredo. Já na Praça em Moçambique, perseguiu, armado de faca, para matar, o 2.º sargento Fonseca, que participou o facto, pelo que o Ramalho foi punido com mais 4 ou 5 anos. E de então para cá, tem sido um horror. Contou-me o aspirante Araújo que chegou a estar de espingarda, pronto a matar o senhor Saldanha da Gama; outro dia em Moçambique soube que se armara de espingarda para matar o sargento Mendonça; agora estou eu ameaçado de morte e, apesar de tudo isto e de tão grande cadastro, o senhor Comandante da 5.^a Companhia requisita este assassino para... podar laranjas. Veja-se quantos vexames e desgostos sofre um indivíduo que quer

desempenhar o seu cargo, por causa de um assassino de profissão, em cujas mãos está a sua vida em jogo. Eu confesso, resido em Moçambique há 15 anos consecutivos, pois garanto, sob minha palavra de honra, que nunca vi tanta liberdade e protecção a sentenciados, alguns auferindo melhores vencimentos e louros que muitos funcionários do Estado; eles são encarregados de construções e aberturas de estradas; são amanuenses nas sedes das Circunscrições, em contacto com toda a gente honesta; não há muito tempo que, à janela duma secretaria de Circunscrição, falei com um indivíduo, todo engravatado, penteado e perfumado, conversei muito naturalmente; como não conhecia aquele aspirante perguntei quem era e qual o meu espanto quando me dizem que é um sentenciado; e eis um sentenciado equiparado a aspirante do Quadro Administrativo, lidando com correspondência oficial, sabendo os segredos da secretaria, etc.; outros auferem lucros fabulosos comprando camiões, prejudicando assim os profissionais que não cometeram crime algum; outros abrem casas de pasto onde enriquecem; enfim, perfeitos homens livres, vivendo melhor que muito homem honesto e sem crimes que nesta Província vareja procurando o indispensável para honradamente se vestir e alimentar. Há, sem dúvida, entre os sentenciados, muito infeliz, mas esses, lamento-os eu e o mais curioso é que são esses que menos protecção têm e dá-se a um assassino de profissão, como o Ramalho.

O outro agricultor nesta área, é um senhor Oliveira, sobre este, se fosse a narrar todos os tristes factos passados na propriedade deste homem, este livro não chegava; mas vou resumir para que se faça uma pequena ideia.

O agricultor Oliveira não paga aos pretos e, digamos a verdade, nem aos brancos; o actual sócio do senhor Conde foi empregado dele e ainda hoje está à espera dos seus vencimentos e o seu actual empregado Joaquim dos Reis, vive em M'Luli na miséria e enquanto o patrão anda em Moçambique a gastar o dinheiro que arranja em hotéis caríssimos, bebendo desalmadamente e jogando o soco a ponto de lhe partirem os dentes, o empregado nem uma côdea de pão tem para comer, passando miseravelmente a comer mandioca como um preto, o que o envergonha e a nós perante os indígenas. Como não paga aos pretos, não se importa que eles trabalhem 12 dias por mês e as horas que entenderem e então

dá tiquetes aos indígenas e diz-lhes que vão trabalhando porque o dinheiro há-de vir e assim há pretos que aguardam a vinda do dinheiro há quase três anos; não paga aos pretos e para lhes ser agradável, diz-lhes e garante-lhes que ali ninguém os vai buscar para outros serviços e imposto de palhota e é esta a razão por que o régulo, indo lá já por duas vezes procurar os indígenas que ainda não pagaram o imposto de palhota, foi maltratado com pancadas e proibido de lá voltar.

Tanto o régulo, como o cabo e até cipais, têm medo de ir ali. Todas as ocorrências tenho comunicado para a Administração e só a uma deram andamento, proibindo-me de me dirigir aos agricultores e de mandar prender ou chamar indígenas sem autorização do agricultor; não admira, porque esta ordem foi dada por um agricultor.

Como todo este triste assunto está arquivado ou consta da secretaria da Administração, dou um resumo do proceder do senhor Oliveira e seu empregado, factos provados com testemunhas.

Não quer nem consente que a autoridade vá à propriedade (que está concedida provisoriamente) e onde residem indígenas da área do Posto e portanto a este subordinados. Chama sua gente aos indígenas residentes na propriedade. O empregado desrespeita a autoridade ameaçando-a, armado, acompanhado dos seus serviçais também armados. Ameaça os pretos que auxiliam a autoridade de lhes queimar as palhotas. Esconde num barracão, perto de sua casa, os indígenas que não querem pagar o imposto de palhota ou não o podem fazer por não terem dinheiro. Esconde os indígenas ao arrolamento. Não paga aos indígenas. Apodera-se dos tiquetes. Manda fugir os indígenas quando da aproximação da autoridade. Critica as ordens superiores perante os indígenas. Com a promessa da vinda de dinheiro (que nunca vem) engana os indígenas para trabalharem de graça. Dos indígenas ali residentes, manda-os para a propriedade em Nampula, sem licença. Desafia os indígenas para irem para a sua propriedade, dizendo-lhes que lá ninguém os prende. Intriga os indígenas contra o régulo. Obriga à força os indígenas a conduzirem a machila e não lhes paga. Resolve milandos. Dá tiquetes aos indígenas para não serem presos. Obrigou um indígena a receber panos como pagamento de salário. Com a promessa de não serem incomodados pela autoridade para outros serviços, convence-os a não se queixarem. Tudo

isto consta de documentos na Administração, remetidos por este Posto, pedindo providências.

O régulo queixa-se que a sua gente em M'Luli não lhe liga a menor importância.

Quando procedi ao arrolamento de palhotas, tudo correu muito bem, menos no regulado Ninheia e estou certo que ficaram indígenas por arrolar, assim como capatazes que já não pagam o imposto de palhota há 3 anos.

Destes factos, certamente o indígena não tem culpa, mas eu também não e sou obrigado a desempenhar o meu cargo como me cumpre.

Estes indivíduos indignam-se quando lhes prendem «os voluntários»; eu não mando prender voluntários, mando procurar os homens que não foram arrolados e não pagaram o imposto de palhota. Não os prenderia se trabalhassem como determina a lei, mas trabalham 12 dias por mês como o próprio empregado do agricultor Oliveira diz na relação mensal que me envia. O caso é que aos indígenas convém este estado, porque à sombra do voluntário, não prestam serviço algum ao Governo; não comparecem ao arrolamento, não pagam o imposto de palhota e não respeitam a autoridade indígena e até europeia. Isto não pode ser. Se houverem nesta área cinco agricultores como um Oliveira, este Posto não tem gente para reparação de estradas; não cobra imposto de palhota, etc.? O próprio régulo Niheia já uma ocasião foi pedir por favor ao empregado Joaquim dos Reis para pagar à sua gente, porque o chefe do Posto (senhor Barros) exigia o imposto de palhota e o tal Reis desata à pancada ao régulo. Algumas providências são necessárias para pôr cobro a factos destes e creio que o melhor é acabar com o voluntariado, pelo menos para agricultores como este.

Reconheço que a agricultura, após prolongamento do Caminho-de-Ferro, há-de ser a única riqueza deste Distrito, mas não a agricultura à maneira do senhor Oliveira.

Há a acrescentar que este senhor tem em M'Luli um empregado a quem ainda não pagou, mal vestido, vivendo e alimentando-se como um preto; que respeito pode ter o preto a um homem destes ou mesmo ao senhor Oliveira que lhes não paga e pede por favor que esperem pelo dinheiro e não se queixem? São estes homens que dizem com o maior

desplante «que o preto actualmente não tem respeito ao europeu» como eu já ouvi, não tem nem terá enquanto o senhor Oliveira proceder como procede, vigarizando o preto; e o que realmente é um facto, é que o preto vai fazendo uma fraca ideia do homem branco, perante homens destes; chega ao apuro de correr na boca do preto que branco, como o preto, pode ter duas mulheres.

Todo o agricultor honesto até gosta que a autoridade prenda os vadios que, dentro da sua propriedade, não queiram trabalhar, para os obrigar a pedirem trabalho; mas o senhor Oliveira não consente; e note-se que dou sempre ordem para não trazerem indígenas que sejam encontrados a trabalhar na propriedade e apenas os que estão sentados nas palhotas.

É justo que se exija serviços de reparação de estradas aos indígenas dos restantes régulos da área do Posto, e os residentes em M'Luli sentados a embebedarem-se com *utèca* [otheka]? É justo obrigar os indígenas a pagarem o imposto de palhota, e os de M'Luli não porque o senhor Oliveira, em vez de lhes pagar, andar a vigarizá-los gastando o dinheiro que é dos pretos? Não senhor; e necessário se torna acabar com casos destes para bem da disciplina e da ordem; quem não pode ou não sabe ser agricultor não o é.

Para exemplo do procedimento do senhor Oliveira e seu empregado, em M'Luli, vou narrar factos recentes:

Precisando de gente para a reparação da estrada, disse ao cabo de terras do régulo Niheia que fosse a M'Luli e entregasse ao cipai que está vigiando o serviço os homens que não têm dinheiro para o imposto de palhota. O cabo assim fez, mas foi espetado por uma zagaia, pelo cozinheiro do empregado do senhor Oliveira que diz «que ali manda o seu patrão e não o chefe do Posto!!!». Um ajudante do cabo foi levado, entre grandes risadas, a casa do Joaquim dos Reis; este fechou a porta e ordenou que todos lhe batessem, o que fizeram, incluindo o próprio Joaquim dos Reis. Como se vê, este homem está a produzir ali uma insubordinação geral; o preto perdeu por completo o respeito à autoridade.

Há dias, o Joaquim dos Reis, às 3 horas da manhã, vai ao acampamento dos homens que trabalham na estrada e exigiu ao cipai que lhe entregasse um homem seu protegido; o cipai negou-se e então aquele

senhor Reis desata à bofetada ao cipai e por fim levantou uma enxada para lhe bater; o cipai tirou-lhe a enxada da mão; ele então agarrou numa espingarda que um seu capataz tirou também; então o senhor Reis desata a correr para casa. Que lindas figuras faz este homem na presença de pretos.

Dito isto, que não é tudo, vou entrar no assunto deste capítulo. A agricultura pode dividir-se em duas espécies: a do europeu e a do indígena. Tanto o europeu como o indígena são proprietários, e é atendendo a esta circunstância que tão difícil se torna servir os agricultores sem prejuízo para o europeu e para o indígena. No entanto, o europeu, na maioria, é trabalhador e o preto, muito indolente; pelo que necessário é obrigá-lo a trabalhar, para ao trabalho se afeiçoar; e eis em que se resume a grande dificuldade da aquisição de braços para a agricultura; não a haveria se a Natureza desse uma época de chuvas para o europeu e outra para o indígena, mas a época das chuvas vem para todos e portanto o preto tem que abandonar os seus trabalhos agrícolas para trabalhar para outro. Mas haverá um meio de se remediar tão importante assunto? Creio que sim.

Trataremos do europeu:

O europeu que se dedique à agricultura terá que adquirir ou possuir conhecimentos agrícolas da espécie a que se dedica; da política indígena, visto com ele ter que lidar; ser honesto e ainda, delicado. Os meus poucos conhecimentos não me permitem expandir-me sobre se o Distrito será de futuro um próspero centro de produção agrícola, mesmo porque no Distrito apenas conheço: Memba, Simúco, Chaonde, Imala, Mũêcate, M'Cübũri, Namissaco, Mátiléne, Fernão Veloso, Matibane, Nacala, Mossuril, Muhelia, Lúrio, Muite, Nampula, Murrüpũla, Chinga, Ribãué e poucas mais regiões, mas reporto-me à sábia opinião de dois ex-governadores do Distrito, já falecidos, que nos seus relatórios dizem: «o general Ex.^{mo} Sr. Duarte Ferreira, em 1913... as zonas verdadeiramente agrícolas e colonizáveis, que principalmente, dos primeiros contra-fortes de serra de Chinga se estende até à fronteira oeste do rio Lúrio, oferecem o mais excelente e animador aspecto dum país próprio a todos os empreendimentos agrícolas pela fertilidade dos terrenos e às iniciativas das indústrias consequentes pela soma das formidáveis energias contidas na

hulha verde que os seus rios fartos e insecáveis podem fornecer interminavelmente...». No relatório de 1908-1909, dizia o Ex.^{mo} Senhor coronel Aníbal Augusto da Silveira Machado, do extinto Quadro da Província e com o curso do Colégio Militar:

«... Hoje, passados 11 anos, sabe-se que o interior da região não é dotado dessa fertilidade agrícola tão decantada, e apenas mediocrementemente fértil na zona norte, uma faixa ao longo do Lúrio e outra ao sul em Angoche. A maior parte do resto é pobre, oferecendo a aparência esquelética dum planalto a que a erosão levou os depósitos superficiais, deixando à vista o desolador aspecto dos áridos e desnudados maciços graníticos.»

Angoche, infelizmente, não conheço; mas o Lúrio conheço bem; as suas margens são muito produtivas e nelas se encontra café selvagem em abundância; no Posto, donde ultimamente fui deslocado, Muite, há bons terrenos e café em abundância; eu deixei na sede do Posto dois mil pés de café plantados como herança à Circunscrição, onde tanto trabalhei e tão ingrata para mim foi. Há pontos no Distrito bons para a agricultura, como o Muite, mas estão, sem dúvida, afastados demasiadamente do porto de embarque; este mal está remediado em breve com o Caminho-de-Ferro. Há anos, quando a tracção automática era uma quimera haveria dificuldades em vencer tão longa distância; hoje, no Distrito, só se vê nas estradas de comunicação com os centros mais comerciais camiões cruzando-se (quando podem) numa velocidade vertiginosa e, confessemos, até perigosa.

Há actualmente neste Distrito muitos agricultores que se dedicam à cultura de amendoim, gergelim, arroz, tabaco e algodão, ou seja, plantas quase todas tropicais; mas pelo interior há plantas espontâneas para aproveitar e era a estas que se podiam dedicar os tão falados colonos a virem de futuro para a Província, aproveitando-se a borracha, várias plantas fibrosas; madeira, mandioca, etc. Há realmente plantas de valor pelo interior que se poderiam aproveitar em mãos de europeus, o que se realizará um dia em que a colonização portuguesa seja um facto; no entanto direi: nem todo o homem branco se presta para colonizar e a prova está-se vendo; é de grande necessidade, sem a menor dúvida, colonizar estes vastos territórios, fazendo-os progredir, o que tem a grande vantagem de nacionalizar o preto, hoje tão desnacionalizado.

Houve em tempos portugueses que aqui se estabeleceram e viveram bastantes anos e principalmente alguns sargentos e oficiais dos Quadros Coloniais que, honra lhes seja feita, com muitas poucas excepções têm colonizado e são hoje, na maioria, os agricultores portugueses no Distrito, mas os Quadros Coloniais acabaram, formando um só exército, e veremos de futuro os funcionários adventícios demorando-se apenas o tempo da comissão a que se obrigam e abalando, logo que ela termine. É digno da máxima consideração todo o português que venha para as colónias para se estabelecer com sua família, colonizando-as para bem dos seus e da própria Pátria. Está em Nampula um destes indivíduos; o capitão reformado, Ex.^{mo} Sr. Manuel Lopes de Sousa, que só mostra vontade de trabalhar e fazer progredir o terreno que lhe foi concedido, empregando toda a sua actividade já cansada pelos muitos anos de permanência em África; é um velho colono, tendo junto de si seus filhos, que se seguirem o bom exemplo do seu pai serão de futuro grandes agricultores; mandou este sernhor construir uma casa, que é o máximo que se pode exigir; boa criação de gado suíno. Hoje ainda há muitos homens que aqui se estabeleceram e tomaram amizade a esta Província Ultramarina. Longe vai o tempo em que se construíam casas e se mobilava com gosto, não esquecendo os pequenos jardins a darem vida a estas terras daquém-mar, insalubres e monótonas hoje; as antigas casas desmoronam-se transformando-se em ruínas, todos com o pé no estribo para uma abalada, vivendo em palhotas de pau a pique. Voltemos os olhos para os nossos vizinhos ingleses, em Blantyre, Zomba, Fort-Jameson, etc., que, numa velocidade de progresso, estão desenvolvendo as colónias da África do Sul de tal forma que nos assusta a espontânea aparição, como um fantasma, da grande nação resultante da União Sul-Africana, de que já se fala e que ocasionará a integridade desta Colónia, que, embora o nosso amor pátrio não evitará se não desenvolvermos estes territórios ricos por natureza; colonizarmos; educarmos o indígena e principalmente nacionalizá-los, para o que é necessário muita força de vontade e saber viver com o indígena e conhecê-lo tal como trato no princípio deste mal alinhavado relatório.

Eu, na minha tão diminuta opinião, mas falando com toda a franqueza, acho que a vinda de europeus para esta Colónia a fim de se de-

dicar à agricultura tem muito a aprender e também a estudar; sobre as vantagens ou desvantagens a advir da colonização europeia. De facto, para que a colonização se faça com eficácia e bons resultados, é imprescindível que o europeu compreenda a missão que vem desempenhar e imprescindível é a presença da mulher europeia, pois são estes indivíduos que produzirão no futuro o homem branco africano que, devidamente educado, nacionalizará o preto e tornará esta Colónia numa terra de brancos devidamente aclimados e portanto aptos para desempenhar todo e qualquer serviço; sem a mulher branca, dá-se um facto que não pode ser desatendido por dar resultado exactamente contrário ao que se deseja alcançar; pelas leis da natureza, o homem não pode estar sem a mulher; e não havendo mulheres europeias, o que faz ele? É fácil de compreender, junta-se à mulher preta; e o resultado? Fundirem-se com o correr do tempo, ambas as raças, formando uma, que já hoje existe em grande escala, nem branca nem preta. A aniquilação da raça negra, evidentemente que nunca se dará e nem pensar em tal é bom, porque era aniquilar a raça que povoa um território onde o europeu não pode trabalhar. A nova raça formaria um povo muitíssimo diferente dos dois que lhe deram a proveniência, e sendo em avultado número no futuro, terá para nós as mais perniciosas consequências. Da fusão do branco com a preta, resultaria, como disse, um povo degenerado, sem que nele se encontrem qualidades de branco nem do preto, e sim de enfraquecida energia física, mental e moral; portanto, creio que a colonização deverá fazer-se, sim, mas com a presença da mulher branca; não sendo assim, dada a colonização, o europeu junta-se à mulher preta que, em grande quantidade, resultaria a morte da raça e o suicídio da nacionalidade.

Voltando ao assunto da agricultura pelo europeu, há a entender, entre outros, aos seguintes quesitos a dar solução:

Educação do indígena. Salários. Alimentação. Empregados europeus dos agricultores; seu recrutamento. Boletim agrícola. Número de agricultores. Mão-de-obra. Fornecimento de indígenas. Voluntários. Compelidos. Qualidade do indígena e sua produção. Agricultura em geral e qualidade do europeu, digo, e aptidão do europeu. Política indígena a seguir pelos agricultores e seus empregados. É pois do que, com os meus fracos conhecimentos de chefe de Posto, vou tratar.

Muito europeu, infelizmente, considera o preto como um ente de uma espécie diferente, entre o género humano, abusando da raça inferior; mas são estes os que os não sabem aproveitar, ensinando-os e educando-os, como devem, e então obrigam-nos ou querem obrigá-los a trabalhar, produzindo como uma máquina, sem atenderem ao seu fraco estado moral e intelectual. O que a maior parte daqueles indivíduos desconhece. Actualmente, abusa-se muito da fraqueza da raça, prendendo-se arbitrariamente, aplicando barbaramente castigos corporais, etc. Devemos partir do princípio que o preto está ainda longe de compreender o que são necessidades, porque usando como usam os seus hábitos primitivos, com estes se governam e vivem; estes hábitos de há séculos é que são um segredo que a raça branca não conseguiu desvendar.

A terra africana constitui um velho Continente, cuja história só nos nossos dias se tenta estudar, mas tarde e muito tarde; e então que não nos restam dados para a conhecermos, devemo-nos convencer que nunca será possível escrever ou saber-se a história da África. Diziam os antepassados que aprender é viver e Cícero era da opinião de que «Não conhecer o que se passou no mundo, antes de nós, é permanecer na infância»; pois permanecerei na infância, embora a velhice se me aproxime. O que é facto é que o preto, um dia que longe está, há-de passar por uma evolução que difícil é adivinhar qual ela será. Limitamo-nos, de futuro, a compilar o que possível for encontrar em obras antigas sobre a história africana, e escrevendo-se o que se for ouvindo de pretos velhos, sobre os seus hábitos noutros tempos; no entanto, não creio que se consiga, sem sair dos usos e costumes dos indígenas, melhorar a sua indolente situação; muito se fará fazendo-os aproximar da civilização, criando-lhes necessidades e obrigando-os a trabalhar para ao trabalho se habituarem. Será isto difícil? Não, porque o preto é inteligente, como provam trabalhos manuais por eles feitos; o preto é indolente e, mesmo assim, não o é para ele quando precisa e então o que há a fazer é obrigá-lo ao trabalho devida e pontualmente pago e eis a razão por que entendo que devia desaparecer o voluntariado nos trabalhos agrícolas e industriais. Pois como se compreende que podendo o preto auferir 30\$00 mensais e alimentação, como compelido, se sujeite a trabalhar voluntariamente por 10, 15 e 20\$00 mensais, sem alimentação para o mesmo serviço? É

fácil de compreender: como compelido, é obrigado a trabalhar diariamente e a horas certas e, como voluntário, trabalha quando e como quer e isto porque europeus há que mesmo os 15\$00 lhes não pagam, como seja o dito senhor Oliveira em M'Luli, onde há pretos que há dois ou três anos não recebem os seus salários, sem que, no entanto, se queixem ou deixem de trabalhar, já na esperança de um dia receber os salários em atraso e já porque, conforme lhes diz o patrão, ou melhor, o agricultor, enquanto ali estão, ninguém os incomoda com serviços compelidos e até mesmo com o pagamento do imposto de palhota, a que todo o preto é obrigado. Portanto, repito, obrigue-se o preto a trabalhar para que ele de futuro ao trabalho se dedique; eis a razão por que entendo que não devia ser permitido ao agricultor ou industrial o recrutamento de voluntários.

Do voluntariado resulta a liberdade dada ao preto de trabalhar se quiser. Na Europa, o europeu é obrigado a trabalhar se não quer ser considerado vadio e deslocado da sua terra natal para as Colónias, dando-se assim ao negro uma liberdade que se não dá ao europeu; sobre o assunto, veja-se o relatório do grande colonial, falecido, António Enes que diz:

«O que se fez porém? Por medo de que as práticas do regime abolido lhe sobrevivessem, elaboraram-se leis e regulamentos encimados por uma espécie de declaração dos direitos dos negros, que lhes dizia textualmente: 'De ora em diante ninguém tem obrigação de trabalhar'; e os tribunais, e as autoridades administrativas, foram encarregadas de proteger contra qualquer atentado o sagrado direito de ociosidade reconhecido aos africanos. Na Metrópole não se reconhece aos brancos semelhante direito. Na Metrópole todos são obrigados a procurar adquirir trabalho e meios de subsistência que lhes faltam, sob pena de serem considerados vadios. Na Metrópole professa-se uma filosofia e uma jurisprudência que preceituam a todos os seres racionais o cuidarem do seu aperfeiçoamento; a todos os membros da sociedade a cooperarem para o bem da colectividade. Todavia, o pavor da escravatura, o frenesim de opor às doutrinas dos seus defensores rasgadas reclamações liberais e humanitárias, saltaram por cima do código e da moral, do bom senso e das necessidades económicas para ensinarem ao negro que tinha a liberdade de continuar a viver no estado selvagem, pois que tal é a necessária consequência da liberdade de não trabalhar, deixada a quem só pelo tra-

balho pode entrar no grémio da civilização. Essa liberdade de ociosidade foi também cautelosamente protegida pelos regulamentos que sujeitaram a severas restrições o direito de persuadir os negros a trabalharem, e de os contratar para trabalho.»

«Os regulamentos tratam os patrões como acelerados, contra cuja maldade todas as precauções são poucas e parecem considerar o trabalho como o flagício que se pretende aplicar ao indefeso negro. Quem contrata serviçais fica sendo mais vexado do que o gatuno recomendado pelo juiz à vigilância da polícia. E as comodidades e regalos que o indígena há-de ter quando se digne trabalhar? Em África dormem milhões de negros sobre a terra nua, e os reumatismos e os catarros ainda não exterminaram a raça; mas se algum deles se contratar para serviçal sob a égide da lei portuguesa, hão-de pôr-lhe para ali cama levantada do chão, que assim ordena essa lei piedosa. A comida será mais variada e succulenta do que o rancho das tropas na Metrópole. Se o colono viajar, a autoridade irá primeiro medir a cubagem de ar das cobertas dos navios, solicitude esta que não obtêm os emigrantes brancos de Portugal e dos Açores. Tão-pouco será lícito a qualquer fazer contratos de serviços com os africanos; essa prerrogativa é reservada a personagens de alta respeitabilidade, abonadas pelo Governador da Província. Por sua parte o negro não é obrigado a coisa alguma, com sanção eficaz. Fixa o salário, marca o tempo do trabalho, conservando de facto a faculdade de o abandonar quando lhe aprouver; e se faltar a todos os seus compromissos, se fugir com dinheiro ou fazendas do patrão, se lhe devastar ou incendiar as plantações, se for incorrigivelmente madraço e vicioso, o pior que lhe pode acontecer é ter comida e alojamento de graça num lugar de beatitude... em que se não trabalha.»

Não concordo, em parte, com a parte do relatório de António Enes, que deixo transcrita. O primeiro período confirma a minha opinião de acabar por completo com o voluntariado. Quando aquele grande colonial diz «os regulamentos tratam os patrões como acelerados, etc.», foi em 1893, mas se fosse possível ele hoje assistir a factos que se estão dando com alguns agricultores, decerto mudaria de opinião e exigiria uma forte fiscalização sobre os agricultores como o senhor Oliveira, a que já me referi. Sobre as camas altas, não são actualmente exigidas,

mas se nós queremos colonizar e civilizar o preto temos que ir banindo lentamente os seus antigos usos e não consentir-lhos. De resto, concordo com o que escreveu talvez o melhor administrador que tem vindo a esta Província.

O pior de tudo isto é a pouca educação e fraco entendimento de alguns, poucos, agricultores e principalmente seus empregados europeus, que consideram a propriedade e seus habitantes coisa sua, não consentindo que a autoridade do Governo ali exerça a sua acção e a que por lei é obrigado, e isto porque lhes não convém. O agricultor, atendendo à carestia do empregado, aceita qualquer cidadão que às vezes só deseja o suficiente para viver modestamente, mas que não tem os conhecimentos precisos para o desempenho do cargo a que se compromete, e isto quando não chama para seus empregados os célebres sentenciados, alguns, assassinos de profissã, como o Ramalho, a que me referi e que tanta confiança merecia ao patrão, mas que, se não sou eu, bastante o prejudicaria e comprometeria; e, vamos lá, que não era só ao patrão.

Como no Distrito de Moçambique, a agricultura transformou-se numa doença contagiosa, atingindo os próprios funcionários do Estado, todos estes agricultores a recrutarem empregados sem a educação precisa e eles próprios a procederem como um senhor Oliveira, que é um exemplar, mal dos agricultores honestos, mal da agricultura e mal do funcionário administrativo; estes indivíduos mal seleccionados e alguns quase analfabetos, abusam, dando-se-lhes alguma liberdade, a maior parte das vezes por se tratar com europeus entre pretos (na terra dos cegos, quem tem um olho que seja...) e depois é vê-los armados em autoridades. Eles querem o exclusivo de regulados inteiros; entendem e chamam «sua gente» aos habitantes na propriedade; pagam-lhes salários irrisórios, quando lhes pagam, enganando-os com a promessa que a autoridade os não vai procurar para outros serviços, imposto de palhota, arrolamento, etc., factos que se dão em M'Luli, e é triste dizê-lo, até o sentenciado Ramalho já chamou sua gente, armado em agricultor, aos indígenas residentes numa área de terreno que ele roubou ao Estado e a que ainda hoje chama propriedade sua, tendo lá a «sua gente» a trabalhar, o que, no entanto, é do conhecimento da Administração em Nampula.

Talvez que quem leia estas mal escritas palavras, note em mim inimizade à agricultura ou a quem a ela se dedica; longe de mim inimizades e a ideia de prejudicar alguém (se possível fosse); creio não ser considerado um mal a exposição da verdade e de factos autênticos, que só vindo à luz podem remediar muitos males. A minha opinião é que se desenvolva a agricultura que é e será sempre a maior riqueza do Distrito; mas os agricultores que se dediquem a ela a fundo, como alguns que conheço, e não armem em simples exploradores de pretos e é a estes, para bem dos outros, que se torna necessária uma rigorosa fiscalização para os obrigar a cumprir as suas obrigações como agricultores e como homem branco entre indígenas, quando os agricultores não sejam também indígenas não assimilados, facto que se dá em Nampula, onde intérprete e até os cipais recrutam voluntários para as «suas propriedades», a quem não pagam. A mão-de-obra não falta, o que é necessário é seriedade nalguns indivíduos e são estes os que preferem os voluntários para, a vários pretextos, não pagarem, como sucede em M'Luli, onde há indígenas dos tais voluntários que há perto de três anos não recebem salários. Opiniões há e muitas, que deve acabar o trabalho compelido; eu creio que deve acabar exactamente o voluntário, em que o preto, na maioria, é explorado; o que necessita fazer-se é uma séria fiscalização, mas como? Conforme já expus, o régulo Niheia em M'Luli, que é uma autoridade, não foi fiscalizar mas unicamente pedir para que pagassem aos pretos, a fim de satisfazerem o imposto de palhota, e este régulo foi corrido à bofetada, isto por duas vezes; a autoridade manda procurar os indígenas que ainda não pagaram o imposto pela autoridade indígena, e esta é espetada por uma zagaia aplicada pelo cozinheiro do empregado do agricultor; este esconde os indígenas ao imposto de palhota, etc., e maltrata os cipais, dizendo-lhes que aquela gente é dele; outras vezes, se não tem tempo para mandar esconder os indígenas, apresenta-se armado, com os seus capatazes também armados e maltrata os polícias e cipais, libertando presos, etc., etc.; nestas condições, só indo eu; mas pergunto: o agricultor ou seu empregado acataria a minha ordem? Ver-me-ia na necessidade de empregar a força? São estes tristes factos que desejo evitar. Com os indígenas compelidos, não se dão estes factos, pois não só são pagos na Administração como, por consequência, o agricultor não pode faltar

às suas obrigações. Sem dúvida, o trabalho compelido sobrecarrega o pessoal das Administrações, já com o fornecimento de pessoal e já com a contabilidade, mas o Estado paga-nos para desempenharmos os serviços que forem necessários dentro das nossas atribuições.

Trabalho compelido

A palavra compelido, ou seja, obrigatoriedade, é um tanto ou quanto antipática, mas é ela a base da regulamentação do trabalho; muita gente chama a obrigatoriedade uma espécie de escravatura; não é e está muito longe de o ser, visto que o Estado lucro algum tira pelo fornecimento de indígenas, e, se algum lucro há, é para o próprio indígena. O que é certo é que se torna necessário obrigar o indígena a trabalhar, e não é com o voluntariado que tal se conseguirá, mas sim com a imposição, embora acompanhada de incentivos. Sem dúvida, o voluntariado convém ao agricultor e ao indígena, mas um e outro andam iludidos. Ao europeu convém pelo seguinte: mais ou menos, tem sempre trabalhadores; não lhes dá alimentação, o que é grande economia e pagam salários a 10\$15 e 20\$00 mensais; isto é importante no sentido económico monetário, mas não o é em trabalho. O indígena recebe um tiquete e trabalha semanas alternadas (isto é em M'Luli, por exemplo) ou mesmo quando lhe apetece e o agricultor não pode nem deve recorrer à autoridade com quem se não entendeu para fazer o contrato com o indígena e é esta a razão por que o indígena, podendo auferir 30\$00 mensais e alimentação certa, como compelido, sujeita-se a receber 12 a 15\$00 sem alimentação; mas há mais factos favoráveis ao indígena: está perto de sua mulher e portanto da sua residência, onde pernoita, trabalha quando quer e lhe apetece; como o patrão não recorre à autoridade, trabalha pouco e portanto produz pouco; com o tiquete em seu poder, escapa-se a outros serviços, como estradas, cargas, etc. Nestas condições o agricultor que for honesto não quer voluntários porque não lhe convém. Mesmo na área perto do Posto está um agricultor, sócio do senhor Conde, que é de opinião que o voluntariado deve acabar, mas já o senhor Oliveira em M'Luli é de opinião contrária; e porquê? O primeiro paga aos indígenas mal terminem o tiquete e o senhor Oliveira tira os tiquetes aos indígenas e há dois, quase três, anos que não lhes paga; para este convém o voluntário

porque o vai enganando, dizendo-lhe que trabalhe que o dinheiro há-de vir; faz-lhe ver que, se não tiver o tiquete, a autoridade vai buscá-lo para outros serviços e, assim, embora trabalhem 20 homens por dia, não resta dúvida que tem gente a trabalhar, embora ludibriada, para não lhe dar outro nome. A este facto e outros necessário se torna pôr termo, talvez usando de uma rigorosa fiscalização; mas como fazê-la? Estou proibido pela Administração de mandar buscar indígena algum sem autorização do agricultor e de a este dirigir qualquer bilhete sobre assuntos que se relacionem com o serviço da minha missão e então tenho-me limitado a comunicar e pedir providências à Administração que, no entanto, creio não as ter dado, porque continuam as faltas gravíssimas cometidas na propriedade do senhor Oliveira que até hoje ainda não pagou aos indígenas e há em M'Luli capatazes que durante dois anos não pagaram imposto de palhota. Em resumo:

Trabalho voluntário

Vantagens para o europeu no voluntariado: ter sempre gente mais ou menos barata e sem alimentação, o que representa economia.

Desvantagens: o indígena produzir pouco, sem que a autoridade possa intervir. Vantagem para o indígena: estar sempre perto de casa. Trabalhar quando lhe apetece. Estar livre da perseguição para o imposto de palhota, quando o agricultor é da qualidade do senhor Oliveira e seu empregado Joaquim dos Reis. Vantagens para o Estado: nenhuma. Desvantagens: falta de braços para estradas e outros serviços com a história dum «tiquete», que nada representa. Prejuízo no imposto de palhota, porque o preto, encostado ao serviço do agricultor, limita-se à machamba, para a sua alimentação, e maior ainda, quando o agricultor lhe não paga. Acostumar o preto a não trabalhar e, portanto, um vadio. Mau exemplo para os restantes indígenas da região que são obrigados a trabalhar enquanto os de M'Luli passam os dias sentados a beberem *utêca* [otheka], cerveja cafreál.

Serviço compelido

Vantagens para o requisitante: ter indígenas sempre garantidos. O indígena trabalhar por ser a isso obrigado. O indígena comparece ao ser-

viço diariamente e a devidas horas. O indígena pernoita na propriedade. O indígena trabalha consecutivamente.

Desvantagens: nenhuma. Dá-lhes mais salário e alimentação, mas tem braços garantidos. Vantagens para o Estado: obrigar o indígena a trabalhar, educando-o e levando-o a bom caminho. Os seus salários estão garantidos e são sagradamente pagos. Acabar de uma vez com o caso do agricultor chamar «sua gente» à residente na propriedade. O indígena conhecer só, como autoridade, a local propriamente dita, o que é vantagem para a política indígena. Desvantagens: nenhuma.

Pelo que deixo dito, creio, no meu fraco entender, que entre o recrutamento voluntário e o compelido, é preferível este último. Há ainda um caso a atender: haverá vantagem ou pelo menos não prejudicará que alguns agricultores tenham a liberdade de recrutar compelidos e voluntários? Não senhor, e dou para exemplo o que se passou na propriedade em M'Luli já referida. Havia lá voluntários e compelidos e o empregado Joaquim dos Reis, certamente por ordem de seu patrão, estabeleceu uma diferença considerável no tratamento dado a uns e outros, assim: o compelido pernoitava no acampamento e de madrugada estava trabalhando, o voluntário ia para o serviço às 8 horas ou mais. Ao compelido é exigido trabalho perfeito; ao voluntário é-lhe facultado trabalhar como quiser. O compelido era maltratado com pancadas; no voluntário não se tocava, etc., isto foi-me apresentado como queixa, pelo indígena Muêto de regulado M'Cota, ao tempo compelido na propriedade do senhor Oliveira.

Provado como está, que o indígena que se diz «voluntário» sujeita-se a receber 10\$00 mensais, sem ração, por interesse e portanto plenamente satisfeito, porque não há-de trabalhar e ser tratado como os compelidos? Todos são trabalhadores e portanto o serviço, horário e trabalho hão-de ser iguais para todos e não se pode admitir que se favoreçam uns em prejuízo de outros; o que é uma injustiça flagrante que se não pode consentir. Será razoável obrigar os indígenas dos regulados A ou B a serem compelidos para diversos serviços. Longe de suas casas, como o Crúce, e não os do Niheia em M'Luli porque estão dentro do terreno aforado pelo senhor Oliveira ou outro agricultor? Será justo obrigar os indígenas dos régulos A e B a pagarem o imposto de palhota e não os de M'Luli? Este estado é conveniente acabar para bem da moral e da justiça e só

há um meio: proibir o voluntariado ou permiti-lo dando aos voluntários as mesmas garantias e obrigações que aos compelidos com uma rigorosa fiscalização. Mais tarde, o preto compreenderá que precisa trabalhar para se vestir e outras necessidades, saindo da actual vida indolente que desfruta e meio imundo em que vive, passando os dias sentado ao sol catando os seus companheiros inseparáveis, parasitas, *etŭpô* [etxupó].

Admitindo mesmo como único, o trabalho compelido, necessário se torna que o fornecimento seja feito sem prejuízo para o europeu e para o indígena, visto ambos serem agricultores e contribuírem com a sua quota-parte para a riqueza do Distrito. O indígena é proprietário? É-o por natureza e neste caso não é justo inibi-lo de tratar do que é seu e que, verdadeiramente, lhe dá mais interesse. O europeu agricultor ou industrial é proprietário, e então precisa de braços para desenvolver e valorizar a sua propriedade; como pois resolver tão importante assunto sem prejuízo para ambas as partes em questão? Reduzir o trabalho compelido a um mês: só assim o indígena não é nem pode ser prejudicado, visto que trabalhando um mês ficam-lhe e teve, respeitosamente, os meses anteriores e posteriores àquele e em qualquer mês do ano que vá trabalhar para outro, não o prejudica. Diz o agricultor: «o indígena num mês não aprende coisa alguma». Mas aprender o quê? O que é que o agricultor lhe ensina? Aos tais voluntários ensina-os a serem malandros, vadios e a desrespeitarem a autoridade (facto que se dá em M'Luli) e aos compelidos, nada. Mesmo o funcionamento de compelidos poderia e era conveniente fazer-se por zonas e haver um só funcionário encarregado do fornecimento de indígenas. Como se compreende que havendo em Chinga dois agricultores, o Posto forneça gente para o Cruce e outros locais relativamente distantes? O indígena tem muito prazer em ver de vez em quando sua mulher e que esta se lembre dele, levando-lhe uma lembrança que geralmente é alimento, que ele não precisa, mas que recebe com imensa satisfação. Sobre este assunto, no entanto importante, muito diria se este pequeno relatório desse espaço... Passo então a tratar da agricultura na acepção da palavra, embora não possuir competência nem habilitações para a fundo tratar de tão importante ramo de actividade humana; mesmo assim, alguma coisa direi, talvez errando, mas errar é dos homens.

A agricultura em pequena escala, empregando processos rudimentares e contando apenas com o braço do indígena, é muito difícil, porque o preto não tem necessidade e portanto não está resolvido a trabalhar porque tem o terreno que quer e diz: «que para trabalhar para os outros, prefere trabalhar para ele», o que realmente lhe é mais conveniente e produtivo, dando-lhe muito mais interesse. E se não vejamos: o preto, num mês, com sua mulher e filhos prepara uma área de terreno onde pode colher 3 ou 4 cargas de oleaginosas; supondo o preço do presente ano, ou seja, a 1\$20 o litro, e ainda que cada carga comporta em geral 30 litros, auferire por carga 36\$00 ou, pelas 4, 144\$00. Ora, trabalhando para o europeu, num mês, a trabalhar forçado, com o competente capataz atrás dele e quando Deus quer, mimoscado com uma bombadusita ???, auferire 30\$00 e alimentação que, no total, será aproximadamente 42\$00 para 144\$00; dá-lhe um prejuízo pelo menos de 102\$00 e mesmo a alimentação nem todos lhe dão legal e é só para ele, mas a mulher e os filhos? É pois esta a razão que me leva a crer que há grande vantagem em que o fornecimento de indígenas compelidos seja por um mês. Diz o agricultor que o indígena num mês nada aprende; mas o indígena não está ali para aprender o que ele já sabe, visto que o europeu, quase na totalidade, dedica-se à cultura de tabaco, algodão e oleaginosas e, caso curioso, alguns, milho fino e feijão e ainda mandioca, tudo à macua.

O agricultor deve ensinar a fundo os capatazes e estes é que, por sua vez, ao mesmo tempo que mandam executar as ordens do patrão, vão ensinando a forma de fazer o serviço; ao que, no entanto, o preto importância alguma dá; mas o preto, mesmo com o europeu, não aprende coisa alguma. Melhor seria realmente que o ensinassem para que ele abandone os seus conhecimentos rudimentares, e com isto só o agricultor tem a lucrar; caso contrário, o branco, longe de ser um esteio e amparo do preto, é apenas a planta parasitária que o suga; e digo assim porque ainda hoje o agricultor não gasta com o preto trabalhador os fabulosos lucros que tira; vejamos: uma tonelada de tabaco é vendida por £ 95-0-0, ou seja, 9500\$00, isto em pouco mais de um hectare de terreno. Veja-se o lucro que resulta, no caso, é claro, de bom tempo para a agricultura; dizem alguns agricultores «isto não dá nada», mas eu vejo-os em Moçambique a despenderem dinheiro que eu ou qualquer funcionário não pode; isto é que é um facto.

Do que não resta a menor dúvida é que o preto é um agricultor e proprietário em pequena escala, mas a descomunal quantidade deles, todos dedicados à agricultura, é que produz a enorme exportação de produtos, principalmente oleaginosas; nestas condições, como quer o europeu dedicar-se à cultura de um produto com um concorrente daquela natureza? O europeu deve cultivar produtos ricos, como: tabaco, café, algodão, coconote, dendém, borracha, etc. Estou convicto que num futuro próximo, com a conclusão do Caminho-de-Ferro, que hoje é uma realidade, a agricultura tomará um incremento importante e necessário e então a presença de técnicos que percorram as propriedades demoradamente, elucidando o agricultor sobre a cultura a que se dedica, insectos que atacam as plantas e várias doenças; anotando erros que encontrem e remediando-os; finalmente, um estudo geral do problema agrícola, para com o auxílio do que viu e ouviu e dos seus conhecimentos; resolver de vez a melhor forma de tornar em realidade o que ainda hoje é uma utopia para muito europeu que se diz agricultor. Vontade nalguns há muita, mas o estudo da agricultura neste Distrito ainda não está feito. Talvez que, para o mesmo fim, fosse suficiente um boletim agrícola donde constasse a época da sementeira das várias espécies; como esta foi feita; etc., que seria o companheiro e guia do agricultor; mas conveniente seria também o agricultor, sem atender a prosa e unicamente aos seus conhecimentos, formular anualmente um relatório donde constasse a data em que as plantas atingiram o desenvolvimento (compreende-se, na maioria); data da colheita; quantidade colhida e preço de venda; abundância ou escassez de chuvas (por meses); insectos que apareceram na sua propriedade; quais as plantas atacadas, enviando numa caixa, espetados em alfinetes os insectos com especificação das plantas que atacaram (espécie), tudo dirigido à Repartição de Agricultura que, por sua vez, obviaria os males e, em conformidade com as indicações fornecidas, formularia o boletim agrícola que, devidamente impresso, era distribuído pelos agricultores que tivessem enviado o relatório referido.

O caso é que o agricultor não é quem quer, pois necessita de conhecimentos agrícolas, trabalhar, vigiar e saber lidar com o preto. Repito, não sou contra este ou aquele; neste ponto, sou imparcial, para o que basta a circunstância de não ser agricultor e portanto positivamente

neutro na questão; mas francamente, como se pode chamar cuidadoso a um agricultor que permite que o capim suplante e abafe por completo as plantas que ainda despontam? Eu entendo que quem quer dedicar-se à agricultura tem que abandonar outros cargos que tem por dever desempenhar e aplicar toda a atenção ao trabalho agrícola, que, sem dúvida, é a principal fonte de riqueza deste Distrito; ou então prejudicará uma das funções necessariamente. É justo, e muito justo, que o agricultor seja auxiliado pela autoridade, mas justo é também que o agricultor compreenda que a autoridade não é «seu moleque» e tem forçosamente de cumprir com as suas obrigações, doa a quem doer. Um agricultor, por exemplo, requisita 50 homens, são-lhe fornecidos e o que faz ele? Entrega-os ao capataz que, sem conhecimento algum, por não estar devidamente educado para aquele fim, se limita a vigiar e... bater de vez em quando; de resto, o trabalhador é atirado para o campo, tal como o rancheiro-mor no rancho geral dos quartéis na Metrópole atira com o grão-de-bico para o caldeiro, dizendo «vai para ali ladrão dos meus dentes; se queres coze, se não queres, vai para o raio que te parta».

O agricultor fará melhor, me parece, dedicar-se a uma só espécie de cultura de rendimento. Além, é claro, das espécies necessárias para alimentação do pessoal: em Nampula, alguns agricultores cultivaram tabaco, algodão, gergelim, amendoim e arroz; realmente como pode um só homem, que não é agricultor, e, às vezes com outras obrigações a seu cargo, ligar atenção, a tantas espécies de culturas? O resultado é de prever, dizem alguns: «se falha o tabaco, pode não falhar o algodão»; peço vénia para declarar que não concordo; abstraindo a qualidade da terra, só a falta de chuvas ou invasão de insectos podem produzir as falhas; mas se não vier chuva para o tabaco, também não vem para o algodão; e se o insecto atacar o tabaco, lá irá às outras espécies.

Agricultura indígena

Agricultura indígena: pode dividir-se em dois grupos: cultura de rendimento e cultura de manutenção. Uma e outra são feitas da mesma forma e é do que passo a tratar.

O preto entende que a melhor terra para culturas é a preta e prefere próximo das serras, já por chover mais e já porque há sempre rios. As ma-

chambas para sua alimentação são perto da palhota da residência e tão perto que chega a abafar por completo a habitação. Pois é este o motivo das feras filarem o indígena com facilidade ou à noite ao luar na conversa ou quando vêm fora satisfazer alguma necessidade corporal. Escolhida a terra, é o homem que, com o machado, *ipàço* [ipasó], derruba as árvores, cortando-as acima do solo coisa de 1 metro a metro e meio; os ramos maiores são colocados, com o tronco para dentro, em volta da machamba e os filhos, se os têm, vão juntando os ramos pequenos em molhos, que depois são queimados, cujas cinzas servem de adubo. Feito isto, a mulher e o marido, cada um com a sua enxada, *ipa* [ihipá], vão culimar, ou seja, arrancar as ervas pela raiz e ao mesmo tempo cavando fundo (para eles é fundo e bem fundo), enquanto os filhos juntam o capim ou as ervas e vão lançando-as para fora da machamba ou juntam para, depois de secas, serem queimadas, tornam a cavar a terra muito bem, partindo os torrões, segurando-os na mão esquerda e aplicando-lhes com força com a parte superior do cabo da enxada, operação esta que também fazem para tirar a terra das raízes das ervas depois de extraídas à enxada. Fica assim o terreno preparado. Esta primeira operação é iniciada às primeiras trovoadas que ouvem. Passam seguidamente à sementeira, que é feita por espécies agrícolas e estas nas épocas respectivas como indico no quadro que se segue.

Têm o cuidado de puxar a terra ao pé da planta quando esta está desenvolvida e a maioria, quando o milho fino atinge 1 metro, cortam-lhe as pontas das folhas para mais depressa desenvolver. Aproveitam as languas para o arroz; este é semeado e quando algo crescido, tiram-nos, lavam-lhes a raiz e vão plantá-los na lingua; são semeados em sítios húmidos e sombrios, perto da palhota. O preto não tem método na sementeira; não faz alinhamentos, não dá a distância devida, etc.; é tudo rudimentarmente feito.

Designação das espécies	Meses em que têm lugar as sementeiras	Modo de semear e n.º de sementes	Levadas ao mercado para venda ou permuta
Milho grosso ou burro, <i>nacúuo</i> [nakhuwo]	Novembro	5 grãos	vende (pouco)
Milho fino, <i>mèli</i> [mèle]	Dezembro	muitas, em cova	idem
Batata-doce, <i>carráca</i> [kharaka] (a)	Janeiro	transplantação	não vende
Espécie de alpista, <i>marūpi</i> [marrupi]	Novembro	a lance	não vende
Meixoeira, <i>mahélé</i> [mahele]	Janeiro	poucas sementes	não vende
Espécie de meixoeira, <i>nâgê</i> [nâtxe]	Novembro	a lance	não vende
Arroz, <i>m'vūuca</i> [mvuka], <i>n'soro</i>	Fevereiro	2 a 3 sementes	vende
Pepino, <i>mechire</i> [mushiri] (b)	Março (?)	2 sementes	não vende
Melancia pequena, <i>maràca</i> [nraka, plural: maraka]	Março (?)	2 sementes	não vende
Abóbora amarela, <i>marápo</i> [marapo] (c)	Março (?)	2 sementes	não vende
Abóbora semelhante à carneira, <i>massū uco</i> [nsuku, plural: masuku]	Março (?)	2 a 3 sementes	não vende
Melancia, <i>mahūrio</i> [niuwryo, plural: mauwryo]	Março	2 a 3 sementes	não vende
Melão, <i>nâŭirūcŭlê</i> [nawirukule]	Março	2 a 3 sementes	não vende

Designação das espécies	Meses em que têm lugar as sementeiras	Modo de semear e n.º de sementes	Levadas ao mercado para venda ou permuta
Ricino (mamona), <i>icũria</i> [ekhurya]	em qualquer	espontânea (d)	vende e produz óleo ???
Gergelim, <i>mũhácũ</i> a [muhakwa]	Novembro	a lance	vende e produz óleo
Amendoim, <i>metêcha</i> [matxuvi ou mutesa]	Abril	uma semente	vende e produz óleo
Feijão (verde pequeno), <i>ólôco</i> [holoko] (e)	Novembro	3 a 5 sementes	vende pouco
Feijão encarnado, <i>êcûtê</i> [ekutxe]	Dezembro	3 a 5 sementes	não vende
Feijão jugo (??? amarelo, esférico), <i>êtão</i> [ettavo] (f)	Novembro	uma semente	não vende
Feijão com pêlos que incomodam sobre a pele, <i>namàra</i> [namàra] (g)	Janeiro	2 sementes	não vende
Feijão boér, <i>namacôto</i> [namakotxo]	Novembro	uma semente	não vende
Feijão (a casca é partida), <i>êpũiri</i> [epwiri] (h)	Janeiro	2 sementes	não vende
Tomate, <i>chũáre</i> [eshwàrì]	fim das chuvas	espontânea	não vende
Mandioca, <i>[mandiôca</i> matxiyokha]	em qualquer	de estaca	vende (1)
Novembro			

(a) Arrancam os rebentos com raiz e plantam (ficam de um ano para outro).

(b) Há uma qualidade de fruto amargo, outro doce; a semente tem a mesma aplicação

(c) Abóbora de polpa amarela.

(d) Semente caída e fica de um ano para outro.

(e) O feijão holoko verde e pequeno é o alimento do baniane.

- (f) O feijão jugo é amarelo e esférico; é colhido pela raiz como o amendoim. Há uma outra qualidade no mato: o òlielê [oyele].
 (g) Feijão com pêlos que incomodam a pele.
 (h) A casca é partida
 (i) Vendida seca chama-se macaca [makhaka].

O preto, como disse, conhece a aproximação das chuvas pelas primeiras trovoadas que ouve ao longe e ainda quando desaparece, ou por outra, deixam de ouvir a cigarra (espécie de) *nhètê* [enyeté] ou quando ouvem cantar um passarinho encarnado a que chamam *quiàra* [kiyara ou kiyare] e ainda quando a via-láctea *àciciri* [asiriri] fica para ocidente.

Muita gente, principalmente agricultores, é de opinião que a mulher é o principal elemento da machamba, mas não é entre macuas; entre landins, será; mas entre macuas não; prova as mulheres solteiras ou viúvas caso algum não fazerem das culturas, a dificuldade em pagarem o imposto de palhota, ficando milhares por pagar em todo o Distrito; mas há mais: muitos homens deixam as mulheres por abandonarem o serviço agrícola e muitas vezes o homem volta dos serviços a que foi compelido e não encontra a machamba feita; portanto, e é certo, a mulher, sem o homem presente que a obrigue, não pega na enxada senão para a machamba para seu alimento e muito pequena. Os régulos zangam-se com as mulheres solteiras ou viúvas para que façam a machamba para pagarem o imposto de palhota e elas respondem: «você não é meu marido, não tem nada que mandar». Isto é um facto.

Defesa das machambas

As machambas estão sujeitas a ataques exteriores que o preto tem sempre forma de as defender. O javali¹⁷⁶ ataca muito o amendoim; eles cercam a machamba com paus espetados no solo e ramagem espinhosa entrelaçada. Pássaros e outras aves: umas vezes são as mulheres e crianças gritando constantemente; outras, fazem um «espantalho» da seguinte forma: atam uma corda de uma árvore a outra e nesta corda estão penduradas algumas latas mais ou menos juntas; fazem oscilar a corda puxando por outra atada a esta e segura por um rapaz sentado e descon-

¹⁷⁶ Trata-se do facocero.

dido e então as latas chocam-se, fazendo barulho. Outras vezes fazem a citada caçada aos ninhos. Para os insectos, nada usam por não saberem.

Sem dúvida, é necessária a colonização europeia, mas não esquecer a agricultura indígena, dando-lhe protecção. A terra cansa: o preto não dispõe nem conhece adubos químicos para valorizar a terra e limita-se a mudar a sua machamba para outro local; mas aumentando o número de agricultores, como é natural, o preto fica sujeito a não sair do mesmo terreno já cansado e que nada produz. Na Metrópole, nem todos são agricultores, mas em África todos os milhões de indígenas são agricultores e comerciantes: como comerciante, não olham a transporte e distâncias e como agricultor não olham ao terreno; hoje está e daqui a dois ou três anos, ao perceber a terra cansada, vai procurar novo terreno.

O indígena tem a sua machamba, nela quer trabalhar e dela se não esquece e por isto não devia ser compelido a trabalho por mais de um mês.

30. FLORA E MADEIRAS

Não é muito rica esta região em madeiras e plantas de valor, embora silvestres. Quando fiz o croqui que junto¹⁷⁷, durante as operações do arrolamento, notei o seguinte: para Murrupula até ao limite do Posto, rio Nàgiua, passei uma área pantanosa e seguidamente uma vegetação herbácea raquítica e enfezada, vendo-se por meio plantações de mandioca, dos indígenas, e de vez em quando, na proximidade de algum charco ou lagoa, um pequeno oásis de verdura, pondo uma nota ridente no meio da desolação da paisagem. Além rio Nagiua, já área de Mürrüpula, começam então a aparecer melhores terrenos e mais verdejantes.

Indo para Nampula, do lado esquerdo, depara-se-nos um quadro semelhante ao já descrito a partir do rio Namaita, mas desde este rio e além, o caso muda de figura, começando a região a melhorar de aspecto, cortada de rios e regatos, alguns dos quais conservam água durante todo o ano; próximo do rio M'Luli vêem-se densas e belas florestas até ao rio, cujas margens são admiráveis para explorações agrícolas, sendo de lamentar estarem entregues a um agricultor Oliveira, que nada produz nem deixa produzir. Desbastou e limpou terreno onde plantou tabaco e onde trabalham 20 homens do régulo Niheia como voluntários, na mira de que ali ninguém os incomoda para outro serviço nem imposto de palhota, completando um «tiquete» de 30 dias, ao fim de 3 meses, estando há 2 e 3 anos sem serem pagos pelo agricultor; enfim, um quadro desolador de miséria que melhor seria bani-lo, pois estou certo que aquele belo terreno entregue aos indígenas da região produziria muito mais e daria mais interesse do que entregue àquele agricultor, que está ensinando aos pretos a vadiagem e a desrespeitarem a autoridade tanto europeia como

170

¹⁷⁷ Este croqui não se encontra junto do original.

indígena. Estou certo que os indígenas aproveitariam muito melhor o terreno e o tempo que gastam sentados a beber utêca, indo quando lhes apetece buscar enxada para fingir que trabalham na propriedade do senhor Oliveira, a fim de garantirem o tiquete, seu salvo-conduto para a vadiagem e indolência, mãe de todos os vícios.

Dirigindo-nos do Posto para Ribáuê, a um quilómetro começa a propriedade dos senhores Conde & Pereira, dirigida por este último, que, vindo em Novembro do ano findo, conseguiu colher perto de seis toneladas de bom tabaco, única espécie a que se dedicou. Prova pois que tem trabalhado, embora de princípio lutasse com bastante dificuldade, prejudicando a própria saúde e passando necessidades; no entanto, este passou necessidades e ainda hoje vive modestamente, mas paga ao seu pessoal; facto que se não dá com o senhor Oliveira em M'Luli, que vive como um lorde mas não paga aos serviçais.

Nesta região, como em todas, há plantas oriundas de África e outras aclimadas, mas trazidas de terras estranhas. Como ia dizendo, passado o rio Nhamhuto, na estrada para Ribáuê, entra-se numa região montanhosa e muito arborizada, cortada de regatos e de rios de água límpida, excelente. Andados uns 8 quilómetros, vê-se a grande serra de Chinga e então várias paisagens deliciosamente encantadoras, sobranceira, a serra que se estende quase até à área de Ribáuê e em baixo um vale fértil cortado de linhas de água, onde se vêem magníficos exemplares de fetos. O prolongamento do Caminho-de-Ferro virá prestar um considerável benefício à agricultura destas terras, que formam uma região salubre, abundante em água e onde, creio, a vida do europeu é fácil e possível a propagação da raça. Em boas madeiras também aquela região abunda, bem como a compreendida entre os rios Namaita e Téréne, na estrada para Nampula, encontrando-se muito no rio Namaita o sândalo.

Passo a indicar algumas plantas silvestres sim, mas de valor medicinal e que podem ser aplicadas a vários fins.

Barassus flaberiformes, palmeira brava, *micuta* [mikhutta]: pouquíssimas em Chinga, havendo bastantes em Nampula. Desta planta aproveita-se o tronco, que tem a probabilidade de não apodrecer na água, podendo serem aproveitados para pilares de pontes, das ramificações das folhas, devidamente secas, fazem os pretos a corda, *cambala*

[ekhampala], que aplicam nas toscas camas, *quitandas* [ekhittanttha], substituindo o «colchão de arame». O fruto, pequeno coco, é conhecido entre os indígenas com o nome de *macaràcua* [mukwarakwa, makwarakwa ou makarakwa] e comem-lhe apenas o pericarpo, que é fibroso, de cor amarela e pouco succulento, mas doce e um tanto aromático.

Embondeiro, baobabas, *m'lapa* [mulapa]: tronco dum diâmetro espantoso. Dá um fruto proximamente como o melão, mas com casca muito rijá. A semente está envolvida por uma polpa rosácea que o preto come, aproveitando a casca para transporte de água, *utèca* [otheka], etc., e partida pelo meio, das metades, bem ligadas a bambus, fazem remos para a navegação em casquinhas.

Para melhor elucidação, vou procurar indicar as plantas que em Chinga se podem cultivar e as silvestres, por famílias, dentro do possível.

Como disse, a flora é muitíssimo variada e interessante, merecendo mesmo o estudo especial por técnicos e coleccioná-las, o que poderá muito auxiliar o estudo da botânica nas escolas da Europa, onde os alunos apenas vêem colecções de plantas da Europa. Também me comprometo a organizar uma colecção das plantas existentes em Chinga, necessitando apenas de papel e mata-borrão em abundância; estas plantas podem ser numeradas e, seguindo a numeração, num livro junto, fazer a sua descrição; era uma colecção interessante e instrutiva, bem como o é, como atrás disse, a colecção dos insectos e outros animais que, em tubos de vidro devidamente vedados com cera ou estearina, são conservados em álcool.

1.^a classe — Acotiledóneas

Compreende: cogumelos, *òtêpo* [otxepo ou otthepo], de que há várias espécies¹⁷⁸, mas a melhor e que se come bem, sem perigo, é um cogumelo grande e de cor branca, muito carnudo e succulento.

Lichens (sem nome) [natxwi], musgos; *namàlelê* [namalele], fetos¹⁷⁹. *Polypodium filixmas*, *namàpiro* [namaphiro].

¹⁷⁸ O nome genérico para os cogumelos é “owá” ou “ovilu”. Os macuas conhecem muitas espécies.

¹⁷⁹ De facto os fetos são designados por “iyasi”; “namalele” também significa musgos.

2.^a classe — Monohypogynia ???

*Massetas ??? — plantas aquáticas.

Gramíneas: cana-de-açúcar ou cana-sacarina (*Sacarina officinarum*), *cana* [muhalí]. O preto corta-a aos bocados, depois de lhe tirar a casca exterior, e chupa a água que é bastante doce. Arroz, *m'vũca* [mvuka ou musoro ou thili]; milho grosso ou milho-burro, branco, *nàcũo* [nakhuwo]; milho fino, *méli* [mèle]; cana, *etêrê* [etxère]; bambu, *milaze* [milansi] ou *mitàla* [mithala]. Espécie de alpista, *marũpi* [marupi]; meixoeira, *mahèlê* [mahele].

3.^a classe — Monoperigynia

Palmeiras: palmeira chamada *còrôro* [khoròro]¹⁸⁰ (parece ser o marfim vegetal); encontra-se perto do rio Namaita. *Cocociro* ???, *êcòlê*¹⁸¹; dá-se bem em Chinga e na horta do Posto; há quatro que dão bons cocos.

Liliáceas: lírio (do mato: amarelo ou azul), **nèquènèquê*; alho, *alho* [ayò]; cebola, *sabôla* [esapola]; dão-se bem em Chinga. Aloés ou azêbre (*Alôe soccotrina*), *aloé* [eloye]; há muito no mato.

Irídeas: açafrão (*Curcuma tintorea*), *édjano* [ntxànu ou ntxàlu].

Narcíseas: ananás, *mandêhe* [enanahi].

4.^a classe — Monoepigynia

Bananeiras: há várias qualidades de bananas, *nica* [enika]: grande, não muito saborosa, *nachapáto* [nasapatxu]; *nêhire* [nèhiri], encarnada; **m'nèrê*, prata; **nimôro-môro*, grossa e curta; *màpèlamuðli* [mapeleamwali] (peitos de rapariga); grossa e comprida, *mũêlo* [mwèli].

5.^a classe — Hypocorollia

Borragíneas: borragem, **nhànhôco* (não lhe conhecem outro nome).

Solaneas: tabaco, fumo, nicociana ou erva santa, *sòne* [sòne ou sòna].

Batatas: da Europa, *batata* [patata]-doce, *carráca* [kharaka]; calum-

¹⁸⁰ Esta palmeira vive junto dos rios e é parecida com a palmeira do coconate; dos frutos fazem os macuas amuletos, sobretudo para as crianças.

¹⁸¹ Nome não identificado. O nome mais comum para o coqueiro é “mukole”.

ba, *calŭpa* [kalumpa], de que se faz a goma para engomar e que se pode comer; **lanque*, batata muito grande, cujo sabor é semelhante ao da Europa, mas a rama é muito trepadeira, **èdgià*.

Beringela, beringéla. Tomate, *chuare* [eshwàri] (toda a qualidade se dá muito bem). Cabaceira, *écŭicŭli*¹⁸².

Labiadas: hortelã, *ortelã*.

6.^a classe — *Synantheria*

Chicórias: alface, escorioneira e chicória (os nomes em macua são os mesmos)¹⁸³.

7.^a classe — *Corysantheria*

Rubiáceas: cafezeiro (coffee arabica), *écáfe* [ekafé].

8.^a classe — *Epipetalia*

Umbelíferas: salsa, cenoura, aipo (o mesmo nome)¹⁸⁴.

9.^a classe — *Hypopetalia*

Crucíferas: mostarda, agrião, todas as variedades de couves; rábano.

Amantiáceas: laranjeira [muraranje], *laranja*; limoeiro, *ôdjàre* [otxare]; chá, *écha* [eshà].

10.^a classe — *Peripetalia*

Portuláceas: beldroega (Portulácea oleracea), *titiŭiri* [tuthuli ou tititiwiri] (abundância).

Rosáceas: roseiras

Pomaceas: goiaba (Psidium guajava), pêra [epèra].

Fragarias: amoreira (Rubus jamaicenus ???), amora (pega de estaca).

Vinhas: vinha (vêm-se na propriedade dos senhores Conde e Pereira, bem formadas).

Malváceas: algodoeiro, *inchôtô* [ntxotxe ou nshotte] ou **litonge*.

Baobab, embondeiro: *m'lapa* [mulapa] (tira-se boa fibra da casca do tronco).

¹⁸² Nome não identificado. O termo mais comum para a cabaça é “ekhali”.

¹⁸³ Isto é: vocábulos da língua portuguesa que foram macuisados, como “alufase”.

¹⁸⁴ Isto é: vocábulos da língua portuguesa que foram macuisados.

Caryophleas: saponária, salamalite (trepadeira; a especialidade saponária tira-se da raiz que é um tubérculo); **nametáliüa* (tira-se a qualidade saponária das folhas).

11.^a classe — Diclinia

Euphorbiáceas: rícino (Palma Christi ou Ricinus), *mamôna*¹⁸⁵.

Comúnis: *icûria* [ikhurya] (as folhas são cáusticas e da semente extrai-se óleo).

Mandioca (Marichot Utilissima), *mandioca*¹⁸⁶; depois de seca, *macaca* [makhaka].

Cucurbitáceas: pepino (há duas qualidades), doce e amargo, *mechire* [mushiri].

Melão, *mechirimàca* [mushiri maka] e *nàüirücülê* [nawirukule]. Abóbora-menina, amarela¹⁸⁷,

maràpo [marapo], espécie de carneira, *massûco* [masuko]. Melancia, como a da Europa, mas de polpa branca, *mâhûrio* [mauwryyo]; esférica e pequena, *maràca* [maraka].

Terebintáceas: mogno, *môco* [mòko], boa madeira de seiva encarnada, *m'bila* [mpila] ou **mugunda*.

Leguminosas: feijão, pequeno, verde, *ôlôco* [holokho]; encarnado, de forma semelhante ao chícharo, *êcütê* [ekhutce]; amarelo, esférico, *jugo* (aliás, oyele) ou *étao* [etxau]; com uns pêlos que causam prurido sobre a pele, *namàcôto* [namakotto]; o mesmo, mas espontâneo no mato, *óiélê* [oyele]; com a casca partida obliquamente, *êpûiri* [epwiri]¹⁸⁸. Lentilha, *namàra* [namàra]. Pau-preto (nó da madeira), *m'pivi* [mphivi]. Tamarindo (Tamarindus Indica), *uêpa* [wèpa]. Acácias: há várias espécies: **m'páre* (umas de flor branca e outras de flor encarnada). **Môco* (feijão preto com uma espécie de cofió encarnado, grande, flor branca). **Nampinimini* (flor pequena e escura; feijão pequenino e todo encarnado; os monhés ourives em Moçambique aplicam estes feijões nos brincos e anéis, imitando pedraria e as pretas formam colares). **Namisálôco*

¹⁸⁵ Nome não identificado. O nome mais comum do rícino é “mukhura” ou “mukhurya”.

¹⁸⁶ Há várias variedades cada qual com o seu nome, por exemplo: “matxiyokha”, “mpwaphwa”, “kammanya”, etc.

¹⁸⁷ Nome não identificado. Os temos mais usuais são: “marapo” e ethakelo”.

¹⁸⁸ Feijão boer trazido em tempos do Transvaal. Nota do autor.

(flor escura e feijão preto, pequenino). **Mücrüss*, boa madeira (há muita na serra de Chinga).

Outras plantas: *Mukunite*¹⁸⁹ (boa madeira). Borracha em arbusto e trepadeira, *m'pira* [mphira]. Gergelim (*Sesamum orientale*), *mühácũa* [muhakwa]. Mamoeiro (*Carica papaya*), *papaia* [epaphaya]. Cajueiro (*Anacardium occidentale*), *càju* [mukasu]. Amendoim ou mandobi (*Arachis hypogoea*), *m'técha* [mutesa] ou mendum [manttvi ou mattuvi].

Além destas, encontram-se por este extenso mato vários frutos que o preto come (e alguns até eu) e são saborosos:

**Macũnàpa* ou *zũlũlo* [isululu]: a folha é muito semelhante à do cajueiro e os frutos são do tamanho de uma rainha-cláudia (se não mudou de nome desde 1910): de casca amarelo-escura e dura; a polpa amarela, doce e aromática; tem quatro sementes unidas duas a duas. *Tũcũra* [tukhura] ou *chimbalaũ*¹⁹⁰: como a azeitona, mas de maiores dimensões; casca, uma película arroxeadada; polpa branca e doce e uma só semente, semelhante à da cereja; seca e feita em compota, imita perfeitamente a ameixa. Mangueira, *manga* [mmanka]: contém muita terebintina; é muito conhecida. *Itẽma* [itxemà]: fruto gostoso, do tamanho duma ameixa; a casca ou episperma é uma película de cor avermelhada; contém muitas sementes semelhantes às da goiaba, mas menores; a folha é perfeitamente a da ginja ou cereja. *Màrula* [marrula] (em Muite, **marói*), fruto como a laranja, mas com a casca mais dura e lisa. *Êcũla* [etthula], do tamanho duma ameixa, preto, com semente também preta; é muito doce; a árvore é grande e o tronco de madeira preta. *Zũlũlo* [isululo]: pequeno arbusto; o fruto como o da macunàpa, tendo também 4 sementes juntas duas a duas. *Itũlo* [itthulo]: casca fina e verde-clara; é ácido como vinagre e quando maduro toma uma cor amarelada e abandonado no solo exala um cheiro semelhante ao ponche inglês (as mulheres grávidas comem este fruto, mas ignoro para que fim). *Rèpèrèpè* [reperèpe]: fruto encarnado e alongado; é doce; costumam espremer a polpa na água e bebem a mistura resultante que, «pela razão directa das massas», é doce também. *Mũrrimo* [murrimo] (em Chinga não há, mas há muito em Muite nas margens do rio Lúrio)¹⁹¹: é uma palmeira muito

¹⁸⁹ Nome não identificado. Talvez a “mukhuni”, o sândalo africano (*Spirotakhyis africana*).

¹⁹⁰ Fruto do jambalau.

¹⁹¹ Trata-se da palmeira *Borassus aethiopum*.

alta e o fruto é perfeitamente um coco, mas suspenso por um pedúnculo comprido e forte; o preto chupa o líquido extraído da casca fibrosa, que tem um aroma muito agradável, semelhante ao ananás, mas muito mais forte. *Maépê* [nhiyèpe]¹⁹² (ata do mato): é perfeitamente uma ata, bem como a árvore; o fruto tem a casca amarelo-escura e a polpa amarelo-vermelhada; a semente é igual, mas cor de castanha. **Môcũcũrê* é um arbusto; o fruto é pequeno; em verde, é branco e depois de maduro torna-se encarnado; é doce; a semente é como a do pepino. *Nàcôco* [nakhoko]: trepadeira; tem um fruto como o pepino, mas a casca é amarelo-vermelhada, com umas saliências córneas; a semente é como a do pepino; há duas qualidades: uma amarga e outra doce. *Maitôpàla* [maitho-a-esisi?] é um arbusto; o fruto igual à *êtêma* [etxemà] já descrita; é doce. *Ipilũlo* [iphuru?]: mesma coisa que o anterior. *Êtũpi* [ethupi]: uma árvore; o fruto como uma ameixa; cor castanho-clara; tem uma só semente. **Meculuu* é uma árvore; o fruto é também como a ameixa, mas preto; as sementes como a da laranja; é muito doce. *Êdjáia*: uma árvore; o fruto é grande, regulando pelas dimensões da cabeça de um homem; é cor verde-clara; só comem as sementes e assadas. *Màpê* [màpe ou mòpe] é uma planta como a borracheira, mas trepadeira; o fruto é grande, verde-claro, quando verde; tornando-se encarnado depois de maduro; tem 5 a 6 sementes do tamanho da cabeça de um dedo; come-se-lhe tudo. *Ràpalála* [rapalala]¹⁹³ é como a borracheira; bem como o fruto e sementes; come-se-lhe tudo, menos a casca. **Mancópèla*: árvore como a laranjeira; fruto semelhante a uma pêra, de cor encarnada, tem 2 a 3 sementes; come-se-lhe tudo, incluindo a casca. Este fruto Mancópèla produz uma tinta muito encarnada e curiosa.

Como se vê, há uma imensidade de plantas desconhecidas na Europa. Creio que estas plantas enxertadas com as da Europa produziriam novas espécies curiosas e aproveitáveis. Em flores há também muita variedade e algumas lindas e há muitas árvores aqui não mencionadas; uma, por exemplo, tem a folha perfeitamente como a da oliveira, e como esta outras.

¹⁹² Plural: “mayèpe”.

¹⁹³ Também conhecida por “murravá-rava”, “mrava-rava” e “rava-rava”.

31. COMÉRCIO

O comércio aqui pode considerar-se dividido em três espécies: comércio europeu, comércio do monhé e comércio do indígena.

Tratarei apenas do comércio indígena que, por sua vez, se relaciona com o do monhé, que soube catequizar o indígena de tal forma que ele a mais ninguém se chega se não ao asqueroso monhé, a quem dá a cabeça se lha exigir.

O comércio indígena está, pode dizer-se, monopolizado pelo monhé da Índia, o que ocasiona a inutilidade da concorrência com o europeu português. Hoje, já o europeu, poucos, se vai defrontando como o monhé, mas são tão poucos que em nada os incomoda ou prejudica.

Todo ou quase todo o movimento comercial é produzido pelo indígena, com os milhares de toneladas de oleaginosas, principalmente, que incansavelmente transporta para as baiucas sórdidas dos monhés, onde é seriamente ludibriado ou, para melhor dizer, roubado por uma permuta manhosa e miserável. O que é evidente é o perigo que resultará da permanência do monhé nesta Província porque o monhé possui qualidades imorais que se coadunam perfeitamente com as do preto, como: indolência, vício do roubo, imundície e, acima de tudo, isto acresce a circunstância de que a maioria dos monhés são da Índia inglesa e isto é auxiliar um tanto importante para a desnacionalização.

É também evidente a habilidade do monhé para enganar, ou seja, roubar, o preto sem que ele dê por tal. Um exemplo: o preto comprou um metro ou dois de pano branco, único para que chegam as suas posses, o monhé assenta uma aresta do pano sobre o metro e quando a mão direita chega ao extremo, ele adianta-a um pouco dizendo ao preto que aquele bocado é «mata-bicho», mas, quando a esquerda vai unir à direita para cortar o pano, recua não só o bocado que lhe disse, como ainda mais,

ficando o preto roubado em 10 ou 20 centímetros; mas faz esta manobra com tal ligeireza e habilidade que parece mais um prestidigitador que um comerciante; isto é um facto por mim presenciado muitas vezes.

O europeu, se quer fazer frente ao monhé, enquanto este tiver a liberdade que tem hoje, negociando ou roubando à vontade, sem a mínima fiscalização, há-de lutar sem desânimo, com sacrifício, com dinheiro, com inteligência, empregando como caixeiro o asiático, fazendo-lhe uma terrível campanha, mostrando ao preto quanto é roubado pelo monhé e ainda ter a loja com bastantes panos, missangas e outros artigos de uso do indígena.

Mas há sempre um obstáculo que ao europeu se depara: podendo realmente, como mais inteligente, activo e previdente vencer o monhé na luta comercial, não o vence na vida económica. O monhé alimenta-se por pouco dinheiro, visto apenas consumir arroz e manteiga de búfalo que importa directamente da Índia, relativamente barato, e ainda galinhas e ovos, que tem a habilidade de comprar ao preto por metade do preço que nós compramos; anda descalço, calçando-se apenas com uma sandália ou tamancas baratas para passear e para se apresentar na secretaria, quando é chamado; não usa os chamados trajos menores e apenas sobre a pele uma farpela que nem os Armazéns Grandela L.^{da}, no seu atelier de alfaiataria, sabem classificar, feita com um pano branco muito transparente, que mandam vir directamente da Índia por uma bagatela; não usam sala de visitas, casa de jantar e desgraçadamente nem quarto para dormir; a loja é tudo; ali comem comodamente sentados no chão, pernas abertas, fazendo uso do garfo de 5 dentes, ou seja, comendo com a mão, directamente, tal como o preto e o macaco, seu parente chegado. Têm as quitandas imundas, no quintal da espelunca e à noite trazem-nas para a loja, onde ficam alinhadas e onde aqueles animais inqualificáveis dormem desalmadamente cobertos com as mantas que estão na prateleira para venda; de manhã abrem a porta e por esta sai um aroma desconhecido em parte, produzido pela saída de gases que, embora não sejam asfixiantes deixam o indivíduo que próximo está, a espirrar meia hora.

O europeu já não é o mesmo; tem que se alimentar bem ou modestamente, para o que gasta cinco vezes mais que o monhé; na sua residência vive, embora modestamente, com decência, para o que tem que possuir

o respectivo cozinheiro, moleques, etc. É este pois um obstáculo que se depara sempre ao europeu.

Nas lojas de monhés vende-se de tudo, sendo o seu principal negócio e o que mais interesse lhe dá a permuta ou até venda das fazendas; mas, o que é essa permuta feita sem consciência por esses peçonhentos comerciantes, escusado será encarecer por ser conhecida e bem conhecida. Dizem «o comércio é livre», mas não se deve consentir que à sombra da liberdade se façam todas as explorações, as mais revoltantes e menos honestas, é necessário estabelecer um dique ao indecoroso comércio feito hoje pelo monhé, que não é se não uma torpe exploração de que a vítima é o desgraçado do preto. Ao monhé não devia ser permitido negociar com o indígena à noite de porta fechada; na permuta feita, o monhé devia ser obrigado a dar aos artigos permutados um valor consciencioso e do mercado. Como tenho percorrido várias casas de monhés em diversas localidades (o aprender não ocupa espaço) vou dar uma vaga ideia do negócio feito pelo monhé com o indígena e alguns exemplares que põem em evidência a veracidade do que deixo dito.

Os monhés estabelecem-se geralmente dum e doutro lado da rua da chamada «povoação comercial». Na aparência, parece que vivem muito bem uns com os outros, mas é um puro engano, devido à ganância de negociarem ou roubarem ou até monhésarem (sinónimo de roubar) o preto, cortam na lapela uns dos outros que é um horror, chamando-se mutuamente ladrões quando ladrões são eles todos; «faz lembrar o caso das meretrizes».

Estão à porta da loja sempre à coca duma porção de indígenas que apareçam com as suas cargas, e é vê-los a chamarem os pretos com uma ganância vergonhosa. O preto, se não tem destino, por indicação do régulo ou seu freguês antigo, enfia por qualquer porta; chegado à loja, o monhé não pergunta quanto quer pela mercadoria, como qualquer comerciante honesto; o preto sem mesmo parar na loja, acompanhado por outro preto como ele, mas com o curso da «roubalheira», vai, logo que chega, para o quintal e para o armazém, onde descarrega a mercadoria; alguns pesam-na com a tara, na balança decimal cheia de manhas e parece até que devidamente instruída pelo monhé como os cavalos em alta escola; o monhé toca-lhe do lado da mercadoria e ela imediatamen-

te cede para esse lado; o preto ou pretos voltam para a loja e sentam-se em arco de círculo, onde o monhé já está sentado de joelhos levantados, unidos e entre os braços com as mãos dobradas e sobrepostas, na frente, a pensar no vigário que lhes há-de impingir e que, na essência, é sempre o mesmo. Começa o monhé com a sua lengalenga, em macua, falando mal do europeu, dizendo que o branco rouba o preto com o imposto de palhota, etc., e no fim de toda esta conversa, manda o preto escolher pano; este olha desvairado para as prateleiras a ver aquelas variedades de cores, azul, amarelo, encarnado, branco, preto, verde, etc., e escolhe um pano que mais lhe agradou; o monhé, com aquela cara de bandido, tira o pano para baixo e começa com uma complicação descomunal, falando de câmbios e preço da libra, de que o preto nada percebe, mas compreende que o pano é muito caro e portanto não o pode levar e, no fim de tudo isto e de tanta complicação, acaba por levar pano branco a que o monhé dá vários nomes, mas que é todo pouco mais ou menos a mesma coisa; mede com o metro, com o estratagema já atrás indicado e, cortando coisa de \$20 de pano encarnado, que é uma rede, enrola nele o pano e entrega ao preto; este, por sua vez, pede-lhe cigarros e o monhé tira de um quitundo um ou dois cigarros e dá ao preto; pede uma agulha e linha e o monhé, se valer a pena, dá-lhe uma agulha e um bocado de linha; os pretos levantam-se e despedem-se do monhé, dizendo *cũahère* [kwahere! ou kwaheri!]¹⁹⁴ ao que o monhé responde da mesma forma, mas já com o riso sarcástico; mal o preto volta costas o monhé, ainda sentado, levanta as mãos ao ar e diz «álihando lilái» ou seja «obrigado meu Deus, manda mais tantos como estes».

O grande negócio do monhé está exactamente na permuta dos célebres panos, chegando mesmo a obrigar o preto a levar pano.

Em tempos, sendo eu amanuense do Comando Militar do Eráte [Erati], fui a Memba e um dia de manhã, por ser muito cedo, fui para casa de um monhé velho, a que chamavam «suruma», por vender esta planta, aliás proibida. Chegou um preto e acto contínuo foi com o moleque do monhé despejar a mercadoria; no entanto, o monhé foi cortando *lôpa* azul, dobrou e pôs a seu lado no chão. Quando o preto voltou, o belo

¹⁹⁴ Significa "Adeus!", "Até logo!", "Até mais ver!".

monhé ia impingir-lhe a *lôpa* [lopa]¹⁹⁵, ao que o preto se recusou, dizendo que queria dinheiro para pagar o imposto de palhota; então o monhé fez-lhe ver que já tinha cortado o pano e então tinha que o levar; eu, estando presente e revoltado por tão desonesto negócio, disse ao monhé que o preto não lhe pedira pano e portanto culpa alguma tinha de ele o ter cortado e, então, que ou dava o dinheiro ao preto ou o levava preso ao Comando Militar e ele então entregou o dinheiro ao preto; mas se eu ali não estou, o preto levava o pano e ficava sem dinheiro para pagar o imposto de palhota; e quantos casos destes se dão nessas espeluncas de monhés? Milhares.

Os cigarros que o monhé dá ao preto, findo o negócio, têm uma história. Como é hábito, às portas dos monhés, juntam-se muitos garotos que vão apanhando pontas de cigarros que trocam no monhé por um ou dois paus de *macaca* (mandioca seca); essas pontas, ou por outra, o tabaco delas é junto e misturado com tabaco de cigarros furados e que já não têm venda e um moleque do monhé senta-se fazendo cigarros, cujas mortallas vai o monhé buscar às caixas de mortallas para venda, tirando uma ou duas de cada livro.

Para se ver o que o monhé rouba ao preto e como o explora, vou contar um caso que vi há anos em Simuco e que me revoltou ao mesmo tempo que lamentava, como lamento, a sorte do preto entregue àqueles salteadores, sem a menor protecção.

Na época a que o indígena de algumas regiões, principalmente do litoral, chamam «da fome», as raparigas e mulheres tiravam as missangas que serviam de adorno no pescoço, pulso e cintura e iam trocar aos monhés por milho. Então o ganancioso, explorador e ladrão monhé, regozijando a miséria das desgraçadas pretas, apresentava aqueles imundos dentes e entregava-lhes um litro do milho, que antes fora vendido por seus maridos a um centavo o litro, a troco de missangas que representava cinquenta vezes mais.

Eu, confesso, como recuso todos os «presentes» dos monhés, lamento não haver uma loja em Chinga para ensinar o monhé a ser honesto e cumprir a lei, pois só uma aturada fiscalização põe termo a tanta exploração.

¹⁹⁵ Pano de ganga; do português “roupa”.

Mas todos os funcionários que podem exercer fiscalização são da minha opinião? Não, posso garantir; um há que se gaba que, na localidade, é ele o único que mais barato compra nos monhés; recebem «ságuates», etc., e assim perdem toda a acção moral para porem na ordem aqueles infames exploradores a bem do indígena, que todos temos obrigação de proteger, por ser ele com que nos entendemos para todos os ramos de actividade; e mal de nós em África, sem eles. Há realmente indivíduos dignos de todo o louvor. Conheci em Nacala, como comandante militar, o tenente Ex.^{mo} Senhor Bessa que, vendo na mão de um soldado europeu um quitundo de arroz que o soldado comprou no monhé a \$30 o litro, quando é certo que aquele senhor comprava a \$20, foi acto contínuo à loja entender-se com o monhé que lhe disse que a ele vendia a \$20 por ser comandante; pois acto contínuo aquele indivíduo pregou com o quitundo e o arroz nas vendas do monhé.

O meu proceder há-de ser sempre este, embora reconheça que actualmente a honradez, seriedade e dignidade e até mesmo a ilustração não dão valor pessoal ao homem, porque a sociedade está desmoralizada; reconhece-o quem há 20 anos reside em África e há 17 consecutivos não vai à Metrópole. Desembarquei em Lisboa, em 31 de Dezembro de 1910, pois ao fim de 3 meses estava de volta por me enojar o viver entre a sociedade; dá-se mais crédito a um ladrão que se apresente vestido à «papo seco», como lhe chamam agora, do que a um homem sério e honrado, embora modestamente vestido. Actualmente pode-se aplicar a norma: «tudo tens, tudo vales, nada tens nada vales», é assim que se conhece o homem de hoje; exemplos há muitos e muitíssimos: o homem hoje, vem do «nada», pobre, sem instrução nem educação; repentinamente apresenta-se no luxo, bem vestido à «papo seco»; é tudo; ele ocupa cargos elevados; ele é recebido na alta sociedade, mas não há um que pergunte, por curiosidade, donde veio aquele luxo, visto que poderá chover picaretas e panos encharcados, mas nunca dinheiro; quem nada tinha e hoje tem, dalgum lado lhe vem. A virtude e o saber foram uma questão secundária.

A importância no meio social vai para os que se apresentam bem vestidos, meias de seda e tudo de seda, vivendo à larga na sua principesca vivenda; e ninguém se importa se todo aquele luxo foi ganho com honestidade, com honra e a produzir utilidades para o público. A prevaricação

ou roubo, se houve, desaparece nos caros fatos usados pelo prevaricador. Geralmente o homem instruído é, por princípio, modesto e simples no trajar. Fala muito naturalmente, salientando-se quando se torna necessário prevalecer o Direito, irmão da Justiça, a Verdade e a Razão que ele não gosta de ver espezinados. De resto, é comedido, recatado e modesto. Mas será por isto bem visto? Não é; muitas e a maioria das vezes, é criticado por esse facto. A sociedade actualmente julga as criaturas pela craveira do luxo; poderá ser de costumes detestáveis e tornar-se até nojento pela sua detestável fraseologia e «salamaleques» que quer fazer decentemente, mas não sabe porque «de pequenino se torce o pepino», mas desde que se apresente com fatos de seda, meias da mesma fazenda; chapéus dos mais caros; etc., é cercado de mil atenções e vê à sua volta, a chamada alta sociedade; e o que é mais curioso, é que estes indivíduos sem educação nem princípios, perdem por completo a vergonha.

Não sou de opinião, e longe de mim tal ideia, de que o homem se apresente indecentemente em público; mas, de indecente a modesto vai muita diferença. Mas a sociedade chegou a este apuro, que fazer? Presentemente, o homem que se apresente com um fato da passada moda ou de baixo preço é anotado e um tanto ou quanto atirado à margem, seja ele instruído e educado. O caso é que à sombra do luxo e dos «salamaleques» exagerados de quem quer fazer-se muito educado, mas que não sabe, faz-se muita injustiça; vendo-se hoje homens instruídos em situações mais ou menos subordinadas. É o caso: «quanto tens quanto vales; nada tens, nada vales».

Pois eu serei dos últimos e com muita honra. Não é o luxo que a justiça de Deus julgará, mas sim as boas acções, a correcção e dignidade. Mas senhores, para quê tanto desprezo? Para quê tanta injustiça se o fim do que hoje vive ricamente ou com aparência de tal, e do que modestamente se apresenta, há-de ser o mesmo? Sete palmos de terra que a todos cobrirá sem diferença alguma, porque então tudo é pó e nada!!! Sou pobre, mas prezo-me em ser honrado, e já dizia Salomão, entre os seus velhos ditados: «Antes pobre mas honrado, do que rico e ladrão.»

Como ia dizendo: o monhé é explorador e ladrão de todos os mínguos «vinténs» que o preto auferir, mas creio que, da nossa parte, há um certo dever em lhe melhorar a situação. E como há-de ser? Fiscalizando e

multando o monhé ou então acabar com tal raça em Moçambique, onde não faz falta, como a não faz em Angola. Em tempos, num Posto, pedi providências sobre o facto dos monhés estarem pagando em Outubro por 15 e 20\$00 oleaginosas que pagavam em Julho 50\$00. Oficialmente não recebi resposta, mas da Administração escrevem-me particularmente «que realmente as oleaginosas tinham tido uma baixa, mas não tanta como o monhé deu ao preço de compra; mas o comércio é livre e o preto vai onde quer». Foi esta a resposta que recebi sobre tão importante assunto que não só prejudicava o preto como o próprio Estado, pois atrasou muitíssimo a cobrança do imposto de palhota. O comércio é livre, dizia aquele cidadão; imagine-se que, por acaso, o preto naquela altura era sobrecarregado com serviço de construções, etc., gratuitamente, quase todo o ano; à menor falta, era preso, etc., etc., e na ocasião em que é necessário proteger o preto da ganância e exploração dos monhés atira-se à margem e diz-se «o comércio é livre e o preto que vá onde quiser». Mas é assim mesmo, porque o facto passou-se.

Comércio do indígena

Nesta região, como em todas, resume-se na venda de géneros colhidos nas suas machambas, como: várias espécies de feijão, milho fino e milho grosso, amendoim, gergelim, etc. Os indígenas que habitam perto de rios, onde haja abundância de peixe, secam-no ao sol e vão trocá-lo por oleaginosas em locais onde não há peixe, e as oleaginosas vão então vender ao monhé. À primeira transacção chamam comprar tabaco ou géneros e à segunda comprar dinheiro; de forma que, para eles, tudo é comprar. Fica assim combinado.

O indígena vende ao europeu e, às vezes, a outros indígenas, galinhas (ou galos), patos, esteiras, quitundos, panelas de barro e outros objectos por eles manufacturados, como indicarei no capítulo seguinte, que trata da «indústria».

A mulher não pode vender coisa alguma sem licença do marido. Quem geralmente carrega os produtos para a venda é o homem, que contrata outros para o ajudar ou então vai o homem e seus filhos e, alguns, até as mulheres. Actualmente o preço médio da venda, quando a dinheiro, é (à razão de 30 litros cada carga): amendoim, 25\$00; gerge-

lim, 25\$00; milho fino, 10\$00; milho grosso, a troco de sal (30 1); feijão *jugo*, 10\$00; feijão *écutê* [ekhutxe], 10\$00; arroz limpo, 30\$00; feijão, *olôco* [holokho], 10\$00; cera, 1 quilo (bolas), 5\$00; tabaco, uma roda (como representa a figura 20), 4\$00.

Em tempos remotos, o comércio indígena limitava-se à permuta de gente, ou seja, a escravatura na acepção da palavra; hoje esta banuiu, por completo não garanto; mas, se há, é pouca e muito às ocultas. Com a presença do europeu, principalmente a autoridade, ou melhor, do Governo, o preto assumiu responsabilidades monetárias e outros encargos que o obrigam a procurar moeda ou dinheiro para os satisfazer e, assim, um comércio de carne humana transformou-se em comércio lícito (por parte do preto), que mais incremento tomará quando o Caminho-de-Ferro formar o sistema arterial, que dê vida e alegria a este rico Distrito.

A antiga moeda do preto eram os seus produtos, vinho por eles confeccionado e galinhas; hoje o preto vê dinheiro, mas não lhe dá valor enquanto houver o asqueroso monhé a sugar-lhe tudo. O monhé está à espreita e, em sabendo que o preto ganha 1\$00, aumenta este escudo nos artigos que lhe impinge. Assim estou convencido que o preto não tem gosto ao trabalho, um dia que o preto receba o seu salário, compre o indispensável e fique com dinheiro na mão, estou certo que tomará gosto ao trabalho e trabalhará; mas quando virá esse dia? Quando acabarem aqui os monhés. Pelo que deixo exposto, que é a expressão da verdade, o indígena macua de Moçambique não possui bois, cabras, porcos e outro gado.

Em Chinga há muito ferro e, portanto, indígenas que se dedicam ao ofício de ferreiro, vendendo os artigos manufacturados, pelo seguinte preço: machado, 5\$00; enxada, 5\$00; zagaia grande, 5\$00; pequena, 1\$00; facas, \$50, 1\$00 e 1\$50 conforme o tamanho. Vendem também esteiras a 2\$00; quitundos, *êtôcũas* [ithokwá]¹⁹⁶ a 2\$00 e 2\$50; painéis de barro a 1\$00, 1\$50 e 2\$00, conforme o tamanho.

Os galináceos vende a 2\$00 por cabeça e as frangas a 1\$00 e 1\$50; os ovos a \$10 cada.

O preto costuma emprestar dinheiro a outro, mas não é «agiota», diz ele «que é um favor e portanto não se paga».

¹⁹⁶ Singular “ethokwá”; peneira, joeira ou ciranda.

O preto, conforme o produto, assim o apresenta à venda, tendo o cuidado de secar bem os cereais e oleaginosas. O milho fino é colhido em cachos ou bandeiras e a mulher, batendo-lhe com um bambu, obriga os grãos a separarem-se e caírem para cima da esteira; é limpo e introduzido nuns sacos de casca de árvore ou de folha de palmeira brava; ao primeiro chamam *pita* [ephitxà] e ao segundo *ipáha* [epahá] (figura 10, n.º 2).

O milho grosso é consumido no mesmo saco, mas preparado da seguinte maneira: com a mão esquerda seguram a maçaroca, depois de descamisada, e com a direita, depois de extraídos alguns grãos, vão tirando os restantes com a palma da mão; para a limpeza, deitam na esteira que, dobrada, levantam ao ar, deixando cair o milho e as pequenas partículas são levadas pelo vento.

As várias espécies de feijões são malhadas por várias pessoas sentadas em volta e batendo com bambus; são também conduzidos na *ipáha* ou *pita*.

O arroz é batido como o milho fino e, depois de seco, pilado no pilão para largar a casca; é conduzido da mesma forma.

O gergelim é batido da mesma forma, depois de seco, e devidamente limpo é conduzido na *ipáha* [epahá].

A cera e tabaco tratarei no capítulo «indústria», bem como a borracha.

O amendoim é extraído da casca à mão e posto a secar ao sol, espalhado; de vez em quando passam-lhe por baixo em bambu, para o de baixo passar para cima e vice-versa. Quando está bem seco, muda de cor. É conduzido na *ipáha* [epahá]¹⁹⁷.

Os galináceos são transportados numa cangarra como representa a figura 10, n.º 3 e costumam pôr-lhe dentro bandeiras ou cachos de milho fino; dizem eles que as galinhas em viagem não bebem água.

Em viagem, conduzem alimento, geralmente *macaca* [nikhaka], panos, etc., numa pele de cabrito, em que a pele de um membro anterior é atada à do membro posterior do mesmo lado. Como indica a figura 10, n.º 1, é colocada às costas, à semelhança das antigas mochilas, modelo 1891 (que eu ainda usei), enfiando os braços pelas peles dos membros

¹⁹⁷ Saco ou alcofa feita de fibras da folha da palmeira brava chamada “mkutta”.

já ligados. Até a uma certa distância, se vão longe, as mulheres acompanham-nos com comida e, se for trânsito de pouca água, levam à cabeça uma panela semelhante à da figura 10, n.º 4.

INDÚSTRIA 32.

Indústrias europeias não existem, embora nesta região haja ferro em abundância, motivo porque há alguns indígenas ferreiros que, bem aproveitados e ensinados em oficina, muito produziram.

O indígena limita-se à manufactura de artigos para seu uso, alguns engenhos e dos quais vou procurar dar uma pequena ideia, juntando figuras por mim pessimamente desenhadas. Para a manufactura dos artigos, fazem uso de ferramenta tosca, que irei indicando conforme a descrição dos artigos.

Para comércio, o preto de Chinga nada faz; toda a manufactura se resume em artigos para seu uso e para vender a indígenas da região. Como preparam os panos da casca da árvore, ficou dito no capítulo vi.

Para a cultura do terreno, fazem enxadas, *ipa* [ihipá]; machados, *ipáço* [ipasó]; catana, *catana* [ekatana].

Para alimentação: sal, *maáca* [màkha], e preparam o mel, *ôrrávo* [oravo].

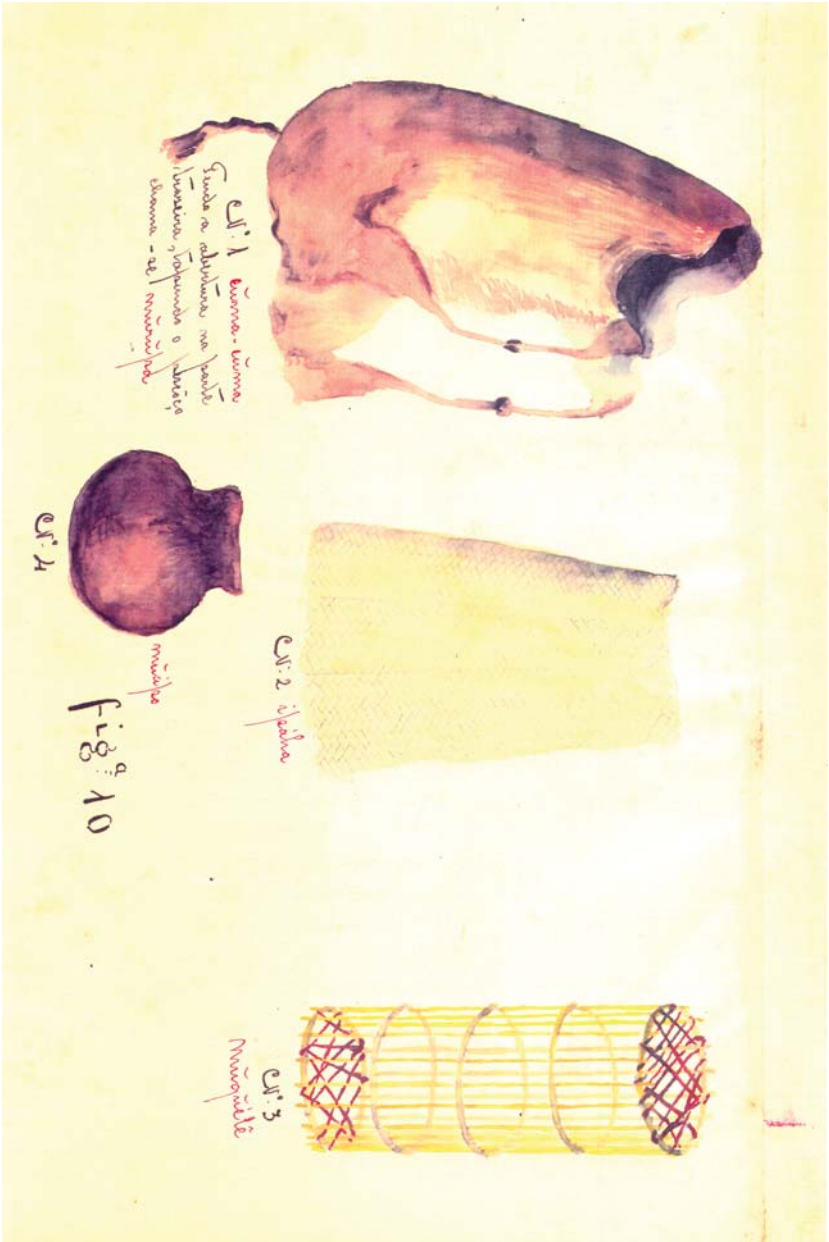
Armas defensivas: zagaia de diferentes espécies, *mavàca* [mavaka]; flecha, *mupa* [mùpa] (usam pouco); *machado* [ekatxemo]; *móca* [ekapó ou ekumputu].

Artigos de mobiliário e outros caseiros: cesto ou quitundo, *êtôcua* [ethokwá], esteiras; uma de caniço dos rios, *êtèrê* [etxère], nome do caniço, outra da folha da palmeira brava, *micuta* [mkutta], *m'tato* [ntxatxo]; bancos, *èhidgi* [ihitxe]; camas, *quitanda* [ekhixantta], nem todos usam; copos, còpo [ekópho]¹⁹⁸; pratos de madeira, *gamèla* [ekamèla]¹⁹⁹; de barro, *mũhàsa* [muhasa]; colheres (de pau), *colher*²⁰⁰; panelas, de várias qualidades, *mũàpo* [mwàpo].

¹⁹⁸ Sinónimos: “ekahi”, “ekamika”.

¹⁹⁹ Outros pratos: “mutxetxu” ou “muthethu”, “nikapeyo”, “mihasa”, “isinka”.

²⁰⁰ “Ekhwiyéri”, “ekhope”, “namukope”, “nikho”.



Toilete: para cortar a barba e cabelo: faca pequena, *nêmêto* [nimettho]; pente, *càquêla* [kakhela]²⁰¹; lavar as mãos, *mònháúa* [onyawa]; lavar a cara, *ôcũça* [okusa ou osusula]; lavar os pés, *uràpiha mûêto* [orapiha manàni]; lavar (em geral) *ũràpiha* [orapiha]; sabão, *sabão* [saphau] (é tirado de plantas próprias). As unhas, *êcàta* [ekatha]²⁰², cortam com facas compradas no mercado ou outra; para os dentes (limpeza), *m'sũáque* [mswakhi]²⁰³.

Bebidas fermentadas: cerveja (espécie de) *utêca* [otheka]; vinho, *vinho* [evinyu] (feito de frutos diversos); niphá, namíwa, nankeriliwa aguardente feita do vinho.

Tabaco, *sône* [sòna]: é usado para fumar, *cũilicuili*²⁰⁴ (em Muite *nhu-cũa*²⁰⁵), cheirar (em pó), *ũncã* [omũnkha], mascar, *m'cũra*²⁰⁶.

Linha para coser, *linha* [nlinya]; agulha, *cingano* [sikano] (a comprada no mercado); corda, *m'coi* [mukhoi] (há várias qualidades); fio de pesca.

Óleos e azeite, *macũria* [makhura], há várias qualidades.

Para transporte, **pita* e *ipàha* [epaha, plural ipaha].

Ornamentos: faca para a tatuagem, *êhôca* [ehoka] ou *nêmêto* [numettho]²⁰⁷ (são quase iguais).

Com a designação dos vários ofícios e indústrias, vou procurar fazer uma fraca descrição de como o indígena executa os vários artigos para o seu uso. As bebidas fermentadas têm um capítulo especial.

Carpintaria — O carpinteiro do mato é geralmente um carpinteiro manhoso; mas, alguns aproveitados em oficinas, muito poderiam produzir. A ferramenta do carpinteiro resume-se ao seguinte: machado, *ipàço* [epasó]; enxada, *éêmo* [ehemo]; **iôpata* (acção de cortar); fura-douro, **m'têmũlêlo*; escopro ou formão, *mũàquêlo*²⁰⁸; faca (indígena), *muàlo* [mwàlo]; rebecca, *pũrũma* [puruma] (figura 11); (a enxó em

²⁰¹ Sinónimos: “ephenta”, “ekapusho”, “ehatxulo”.

²⁰² Mas a palavra “ekatha” designa o dedo de uma pessoa; unha diz-se “nikharu”.

²⁰³ Palavra de origem «swahili»; literalmente significa o pau para limpar ou escovar os dentes. “Okhura mswakhi”: limpar os dentes com escova de pau.

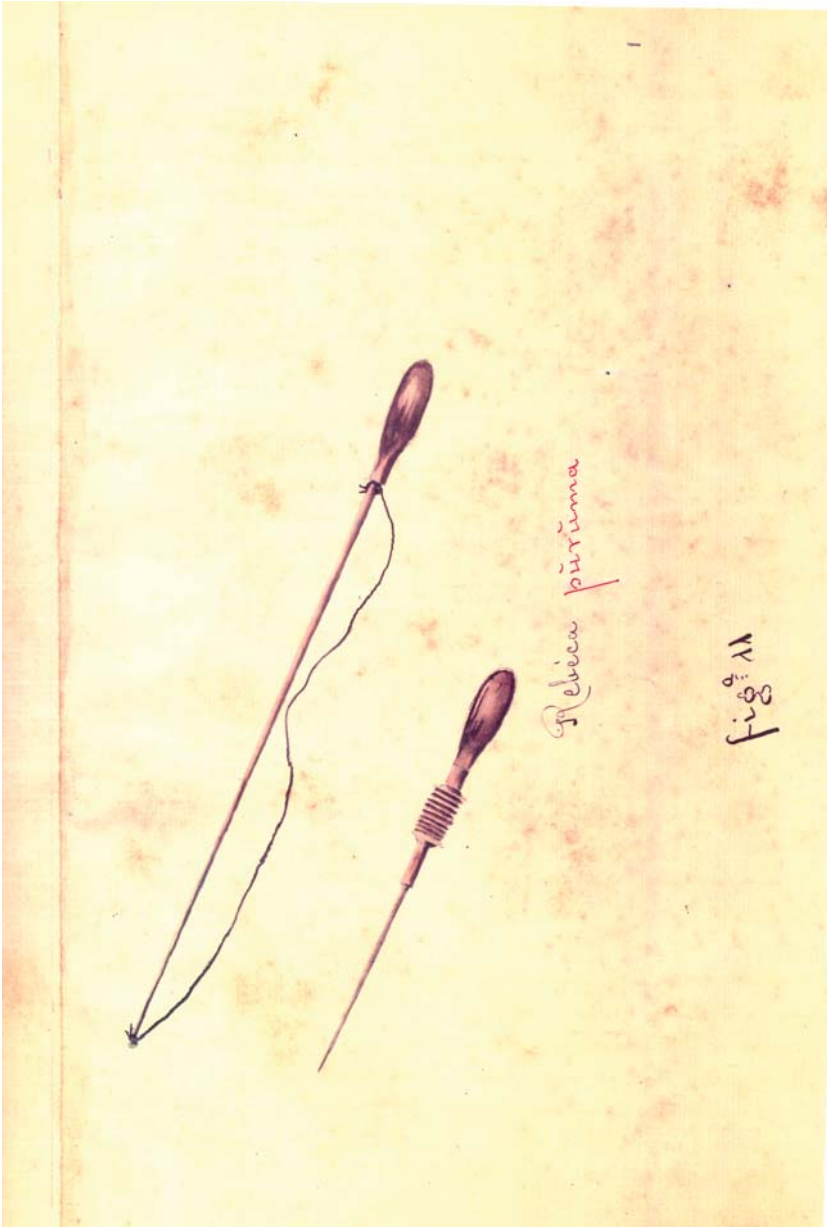
²⁰⁴ Palavra não identificada. Mas aspirar e expirar fumo de tabaco diz-se “ompaha sòna”, “ompaha sikaro”, “omutha sòna” ou “omuja sòne”.

²⁰⁵ Idem.

²⁰⁶ Palavra não identificada, mas mascar tabaco diz-se “omutxatxa sòna”.

²⁰⁷ Ou “nimetho”.

²⁰⁸ Palavra não identificada. Em muitos locais é usada a palavra de origem portuguesa “efurumau”.



Muite tem um nome próprio, **êũadjo*); grosa ou lima (para melhor), *êtũpa* [etũpa].

O serviço do carpinteiro, se tal se lhe pode chamar, limita-se em executar alguns artigos de mobiliário e caseiros, mais ou menos toscos.

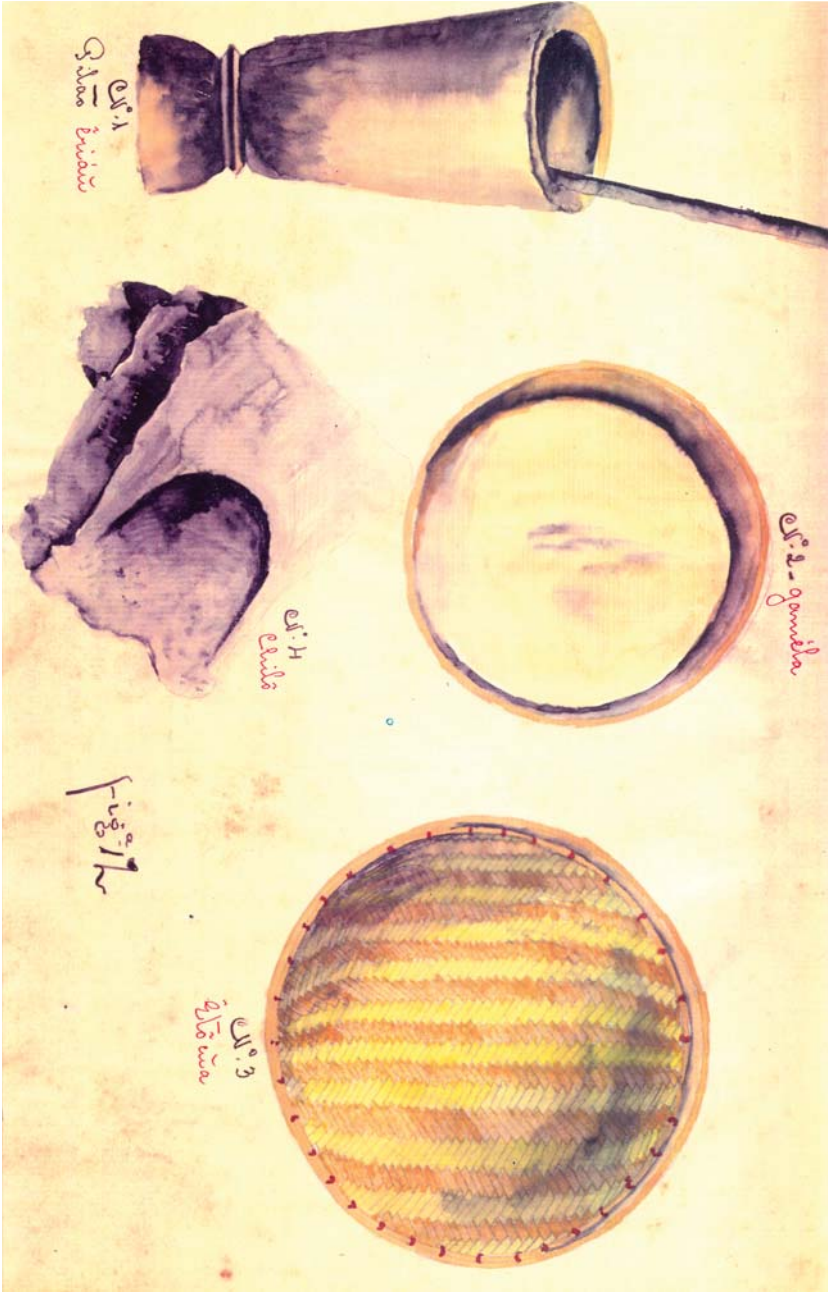
Claro é que há carpinteiros que aprenderam com europeus e estes trabalham regularmente; um foi cipai neste Posto e, no ano findo, foi quem me valeu na construção de cadeiras, aparador, mesas, etc., embora as medidas e outras indicações fossem por mim dadas, mas trato aqui apenas do indígena que se dedica à construção de objectos para outros indígenas, dos quais nós aproveitamos alguns, como sejam: as gamelas, pitões e outros, mas todos feitos a enxó, escopro, faca e um pau, *écòpo* [ekopó], que serve de maço. Descrevendo os artigos:

Bancos — Há duas qualidades: uma chamada *èhidgi* [ehitxe] e outra *m'parato* [mparattho] (figura 6). O primeiro é feito de pau-preto que, sendo mais rijo, obriga o uso do escopro e maço, mas os pés e ornamentos são preparados à faca, para que o preto tem uma paciência espantosa. Ignoro se ainda hoje existe em Chaonde um régulo que fazia objectos curiosos com o pau-preto e até serviços de chá e café e no Niassa o régulo *ajáũa* [yao] Camoendo, que eu conheci no Posto de Amaramba, trabalha admiravelmente em zagaia muito curiosas e perfeitamente acabadas; este régulo fazia a lança da zagaia em pau-preto e a lança em ferro, às vezes de três pontas e roscada em marfim que adaptava ao pau-preto também roscado; era um homem de muita habilidade. O outro banco de nome *m'parato* [mparattho] pode ser feito de qualquer madeira, mas geralmente empregam **m'tili*; que é uma madeira fácil de cortar à faca e de que fazem as gamelas.

Gamelas — Maiores ou menores, têm todas o mesmo nome de gamela. Fazem-nas da madeira chamada *m'tili* [m'tili], tirada do tronco de uma árvore que atinge grande altura, casca verde e se encontra muito, próximo dos rios grandes, como no rio Muite, onde há muitas. Para fazerem as gamelas, cortam a árvore a machado e tiram-lhe vários bocados, ou seja, tantas quantas as gamelas.

Com a enxó aparelham a madeira e dão-lhe o feitio dum prato, como a figura 12, n.º 2, dá uma ideia.

Alguns, mais habilidosos, fazem uma fechadura de madeira com



uma lingueta, onde há dois entalhes e nestes entra a chave, obrigando a lingueta a avançar e a recuar.

Fundição de ferro. Serralharia — ferreiro

Como em Chinga há muitíssimo ferro, há indígenas que se dedicam à sua extracção e vendem aos ferreiros. Estes homens aproveitam para forno os morros de mûchem (formiga branca) *ũècha* [oweshe]²⁰⁹, como dá uma ideia a figura 13, que é um forno tirado do natural, à direita da estrada para Nampula, não muito longe do rio Malapane. Cavam o morro de alto a baixo até ao nível do terreno; em baixo abrem uma pequena porta; dentro do forno, na base e um tanto junto à porta, abrem uma cova um pouco funda. O morro de muchem em cima é cortado formando um plano. Partem a pedra que contém o ferro com o malho e dela extraem pequenos fragmentos daquele metal, e a que chamam **m'ravo*; este ferro é deitado para a cova feita na base até à superfície e, sobre o ferro, carvão e brasas e tapam a porta com uma camada de argamassa. A parte superior do buraco e, portanto do morro, é também tapada com argamassa, onde fazem três orifícios que dão entrada a três tubos de foles iguais ao da figura 14; sobre o morro sentam-se três homens e cada um deles faz funcionar o seu fole, fornecendo constantemente vento para o interior do forno. O ferro, à alta temperatura a que é submetido, vai-se fundindo e formando uma só peça e quando esta está pronta, ou por outra, o ferro todo ou quase todo fundido, fende a argamassa da porta e começa a sair; logo que tal facto se dá, tiram a matraca da porta; puxa o ferro para fora do forno e deita-lhe água por cima, deixando-o assim ficar dois dias. Findos estes vende-o ou, se é ferreiro, vai aplicá-lo da seguinte forma: malha o ferro com o malho indicado na figura 15 e que é uma grande pedra com uma face plana e à qual são ligadas tiras de casca de árvore, *m'coi* [mkhoi]²¹⁰ formando duas argolas por onde seguram; o ferro parte aos bocados e estes são colocados na forja organizada como indica a figura 14. O rapaz ou homem que está ao fole²¹¹, com as duas mãos, abrem-no e, ao mesmo tempo que o fecham,

²⁰⁹ Também “erruwa”, no idioma elómwè e nos dialectos eshaka e exirima; o mesmo que “ovèra”.

²¹⁰ “Mukhoi” em exirima de Cuamba e em elómwè.

²¹¹ “Murupa”, mas entre os Chacas “épévera”. A forja, constituída pelo fole, fornalha e bigorna é





carregam-lhe para o ar passar pelo tubo de bambu, *èpèvèra, que, para se não queimar, penetra num tubo de argila, *chiliŭa, que por sua vez transmite o ar à forja onde está o carvão *macàla* [makhala]²¹². Quando o ferro chegou ao rubro, tiram com uma pinça (grande) de bambu ou ferro a que chamam *êpano* [epanó]²¹³, que correspondem e fazem o mesmo serviço que as tenazes. Segurando com a tenaz, vai malhando com o martelo da figura 13, n.º 2, aperfeiçoando a obra com o n.º 4 da mesma figura e assim fazem: enxadas, *hipa* [ehipá], machados, *hipaço* [epasó], zagaia, *nivàca* [nivaka], facas, *mùàlo* [mwàlo], encho, *èhêno-iôpàta*²¹⁴, catanas, *catana* [ekatana ou ophanka], espécie de roçadeira, *èhèco*²¹⁵, parafusos, faca para tatuagem, *èhôca* [ehoka]²¹⁶, navalha para barba, *nimêto* [nimettho], pregos, agulhas para cozer esteiras, *n'tôto* [ntottho], etc., etc.

Alimentação — Para condimento ou alimentação, o indígena apenas prepara sal, ou seja, substância salgada substituindo aquele e mel, *ôrravo* [oravo].

À falta de sal, queimam folhas secas duma planta chamada *ètũro*²¹⁷; outras: *mũquici* [mukisi], *m'tûtô* * (há na serra de Chinga), *cũtũma* * (tem um aroma agradável), as cinzas resultantes deitam-nas no caril, tornando-o salgado. Usam ainda as cinzas duns paus chamados: *m'côhi* [mkhoi"?] e **m'coucórê*.

Para conseguirem o mel, arranjam um molho de capim atado a um bambu (quando o enxame está numa árvore alta) e chegam-lhe fogo, produzindo, como é natural, muito fumo; aproximam este archote «do cortiço» e as abelhas, *pèpèlê*²¹⁸, umas caem atordoadas; outras fogem; seguidamente corta o pau a machado e, tirando os favos, espreme-os entre

designada por “nvekhu”.

²¹² Textualmente: brasa extinta.

²¹³ Tenaz, pinça e turquês.

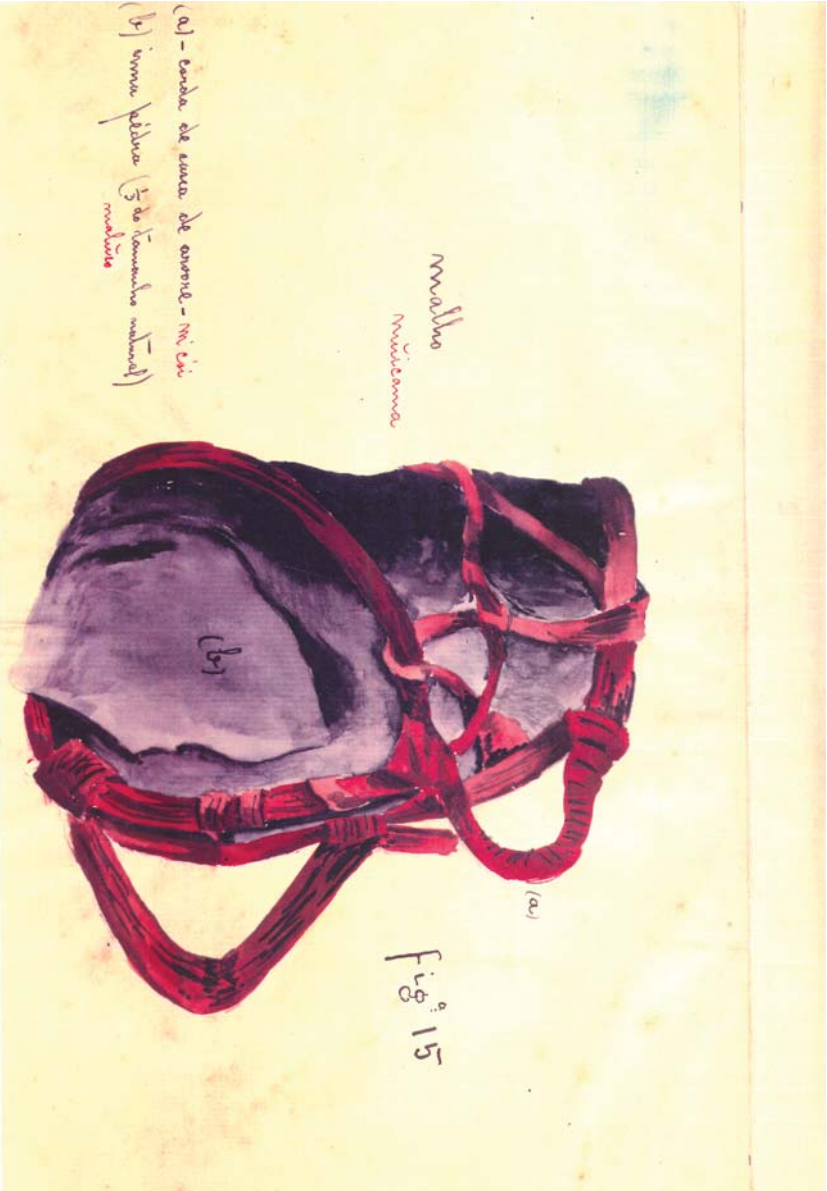
²¹⁴ Expressão não identificada. Talvez “n'patho” entre os Chirimas.

²¹⁵ Palavra que designa hoje a foice. Em Cuamba e na Alta Zambézia chama-se “txeko”; entre os Chacás do Lúrio, “etxelelo”.

²¹⁶ “Ehotthá”, em Cuamba, “hotxá”, no Lúrio.

²¹⁷ Palavra não identificada, talvez “mtthulo”, planta silvestre cujos frutos, “itthulo”, semelhantes às brinçelas.

²¹⁸ Palavra não identificada. O termo genérico para designar as abelhas é “enuwi”, plural: “inuwi”. Há muitas variedades, cada uma com o seu nome: por exemplo, “ekulihi y'oravo”, “namapwe” ou “namopo”, “mapi”, “ovali”, “olepho”, “kurupa”, “niwophi”, etc.





as mãos, recebendo o mel numa panela. Este mel depois é coado. Fica a

Cera — que coloca numa panela para a liquefazer ao fogo; feito isto, ou a cera arrefece com o molde da panela ou formam bolas. Costumam, para enganar os monhés, introduzir no meio terra para aumentar o peso e enganar o monhé; mas este nunca compra cera sem a cortar pelo meio.

Armas defensivas — São as zagaiais feitas pelo ferreiro, como ficou descrito na página anterior. A propósito direi que chamam à acção de juntar o carvão e preparar a forja *ôttũcũmanha*²¹⁹.

«Toilete» — Pente: chamam-lhe *càquêla* [kakhela] e está representado na figura 19. É formado de bambus um tanto aguçados na ponta e unidos por meio de corda entrelaçada, de forma a unir os extremos superiores, afastando as pontas aguçadas.

Facas para barba e cabelo — Uns usam a navalha comprada no mercado e cabo metálico, canivete; a mesma de cabo de madeira, *napauta* [napanta ?]²²⁰; vidro de garrafa ou qualquer outro vidro e ainda a faca própria para barba e cabelo, *nimêto* [nimettho]²²¹, que é um pouco maior que a da tatuagem, *êhôca*²²². As unhas cortam com qualquer lâmina cortante.

Dentes: como ficou dito, limpam-nos com umas raízes formando um pincel e a que chamam em geral, **m'sũàque*.

Substâncias aromáticas — Em Chinga, o aroma do preto é quase o mesmo; parece que se combinaram gastarem essências todas da mesma firma; é um tanto fedorenta, assemelhando-se ao cheiro de baratas ou coisa parecida. No entanto, em Nampula usam o sândalo (do mato), *mũcũne* [mukhuni], em pequenos bocados furados e por onde enfiar um cordel que vai atar ao pescoço; outros colocam os fragmentos de sândalo em azeite de qualquer qualidade, e assim os conservam dias até o sândalo transmitir o aroma ao azeite, com o qual untam o corpo.

Sabão — Na falta de sabão, substituem-no por plantas; assim: um pau chamado **nametãliũa* (raiz) — mergulha em água e raspa com uma faca e a substância que sai espalha no pano que esfrega com força, pro-

²¹⁹ Palavra não identificada. Talvez “othukumanya”. A forja, compreendendo o conjunto formado pelo fole, fornalha e bigorna é chamada “mvekhu”, plural: “mivekhu”. “Ohana” é dar forma ao ferro por meio do fogo e do martelo.

²²⁰ O termo genérico para faca é “mwàlo”, para navalha é “kalavethe” ou “ekalavethe”.

²²¹ Palavra que deriva de “oettha”: cortar, barbear.

²²² Palavra não identificada com este sentido. “Eshoka” significa lula. Tatuagem: “ehukú”, plural: “ihukú”, ou “nikwantxa”, plural: “makwantxa”. Tatuar: “opopha ehukú”.

duzindo espuma tal como sabão e lava muito bem o pano. A outra planta é a raiz (tubérculo) duma planta chamada *éçàlámálite* [esalamalitti]²²³, que esfregada na roupa produz espuma como o sabão.

Tabaco — O tabaco é preparado para três fins: fumar, fazendo uso do *ènhugua*²²⁴ (figura 20), e para fumar como cigarro, enrolado em folha de bananeira; ao primeiro sistema (**estava nûlicûili**) *cũlicũili* [ekwilikwili]²²⁵ e ao segundo *ômũdja* [omuja]. Para cheirar (em pó), *ũnca* [omunkha]²²⁶. Para mascar (aos bocados), *ũncũra*²²⁷.

Passo a dar ideia de como o tabaco é preparado e usado para os três fins.

Fumar em *ènhũgũa* — deitam água na cabaça, *ènhugua*, até meia altura, pouco mais ou menos. Colocam o tabaco, *sône* [sòna], em pequenos bocados no bocal de barro, *namacáli* [ekhali] e sobre este uma ou duas brasas, *nicòtòpa* [nikottope !]²²⁸, que carregam com os dois dedos, indicador e anelar (mas isto sem se queimarem, que é o mais interessante), e chupam pela **m'pêta*, que é o bambu que está na parte superior da cabaça; o fumo passa pela água e vai para a boca, frio, que é exactamente o que eles querem conseguir com aquele engenho. Para viagem usam o de bambu, mas, geralmente, levam no saco da pele de cabrito, *m'ũpa* [murupa], apenas o bocal de barro, *namácàla* [ekhali]; o resto preparam no mato, na ocasião.

Para cheirar — Reduzem o tabaco a pó pela seguinte forma: vão buscar um caco duma panela, a que chamam *éváli*²²⁹, e que é sempre o mesmo (enquanto durar); cortam à faca o tabaco muito miúdo e deitam para o caco; com uma pedra a que chamam **mũchilelo* reduzem o tabaco a pó pela fricção entre a pedra e o caco reduzido a pó, que esteja, colocam o caco no solo e deitam sobre o pó seiva de embomdeiro, *m'lapa* [ou mulapa]²³⁰ ou cinza de mandioca queimada passada por água, a cuja mis-

²²³ Esta palavra também é usada para indicar uma variedade de mandioca.

²²⁴ Grafia não identificada. Para designar o cachimbo e suas variedades conhecem-se as palavras “epukulu”, “ekwuilikwi”, “ekole”, “mulàpi”, etc.

²²⁵ Sinónimo: “mulape” ou “mulapi”.

²²⁶ “Omunka sòna”, cheirar tabaco em pó.

²²⁷ Palavra não identificada. Mascar tabaco: “omutxatxa sòna”.

²²⁸ A palavra escrita deste modo significa casca da cabaça, de qualquer fruto e mesmo do ovo.

²²⁹ O mesmo que “ekhali”.

²³⁰ A seiva do imbondeiro chamam m'tiquila.

tura da cinza, *étŭri*²³¹, e da água, *máze* [màsi ou màhi], chamam **macár*. O pó do tabaco é muito bem misturado com este líquido, para ficar mais forte, e o caco é posto ao fogo para o pó ficar seco; depois deitam-no para dentro duma caixinha de bambu, às vezes cheia de ornamentos; a tampa desta caixa é segura pela pressão do ar atmosférico actuando de cima para baixo, porque a tampa (uma fina roda de bambu) é ajustada e colocada de forma que fica quase rarefeito o ar da caixa; na tampa está atado um fragmento de correia (pele de boi), por onde puxam para abrir. À caixa chamam **chicompê* ou **chitendê* (em Muite **carica*). Para cheirar, agarram uma porção do pó, previamente deitado na palma da mão e bem remexido com a faca, com os dedos polegar e indicador e chegam a uma das ventas, outras seguram o pó entre a cabeça ou falangeta do dedo polegar e falanginha do dedo indicador, chegando os dedos um pouco afastados às ventas, de forma ao pó entrar nas duas ao mesmo tempo, mas respiram com tal força que produz certo barulho e às vezes um som semelhante a um trombone.

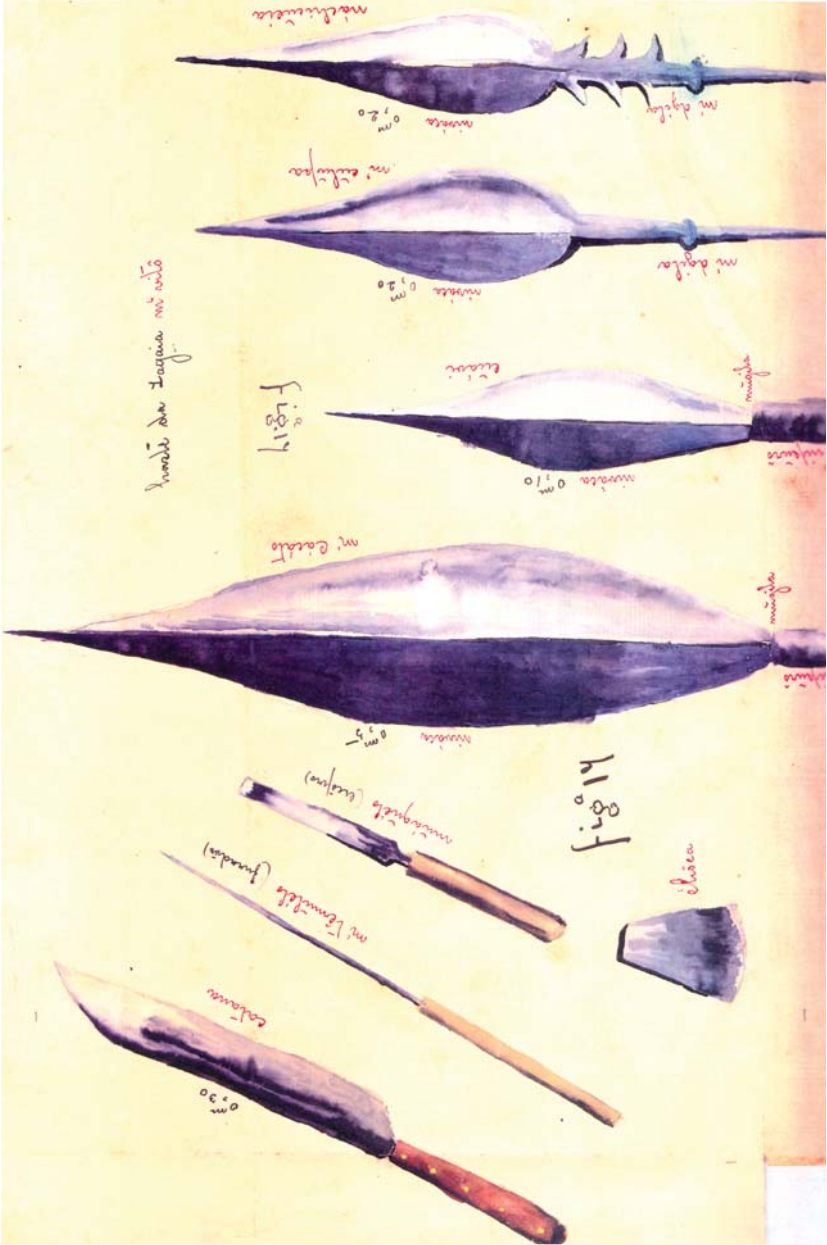
O tabaco a alguns não produz impressão alguma, outros espirram, *ŭàchàmŭré* [wàshamura], mas às vezes com força dupla à empregada para absorver o tabaco; vão sempre impingindo o pó nas ventas até se esgotar na palma da mão e, depois, para não perder uma única pitada, com a palma da mão, de baixo para cima, esfregam nas ventas, respirando ainda com mais força; às vezes acontece três ou quatro indígenas procederem à mesma operação, e então é ouvir aquela música interessante mas deveras desagradável.

Para mascar — Cortam um ou dois bocados pequenos de tabaco e colocam-nos entre os dentes e lábio inferiores; seguidamente sacam de uma caixinha, onde têm uma massa feita de água e um pó branco de uma concha calcária que há na praia chamada **cŭlôto* ou então, como em Chinga, outra chamada **m'combe* e tiram um bocadito que colocam também entre os dentes e o lábio; dizem que fortalece o tabaco e desinfecta a boca (acredito) e quando o tabaco, dentro da boca, perdeu a força por completo, deitam fora.

Para o comércio — Formam rodas como representa a figura 20 da

²³¹ “Makári”, sem plural, é a cinza de certos vegetais utilizada no fabrico do rapé.





seguinte forma: colhem as folhas maiores e vão-nas estendendo com linhas, ao sol, colocando-lhes em cima e em todo o comprimento, abrangendo-as todas, um bambu com pedras nos extremos para não ser levado pelo vento. Assim estão as folhas um dia ou dois e, depois de secas, no dia imediato de madrugada (por as folhas estarem húmidas), vão buscá-las e juntando-as às cinco de cada vez, sobrepostas, enrolam e vão pondo de parte os rolos assim formados; feito isto, vão enrolando dois a dois como se fosse uma corda e fazem um cordão relativamente comprido que é enrolado em espiral, como representa a figura; para que a espiral se não escangalhe, espetam um bambu no último extremo do cordão do tabaco, dirigido para o centro, até onde chega. Para o conduzirem, metem estas rodas sobrepostas dentro de uma gaiola ou «cangarra» como indica a figura 10, n.º 3.

Goma para colar — Acontece rasgarem-se as notas do Banco e eles então recorrem à goma para as colarem, quando as não cosem com agulha e linha.

A goma é extraída de um pau chamado *rôcôce* [rokosi ou rokozi ou rokoji], para o que lhe dão um golpe a machado e é a seiva que é expelida que lhe serve de goma; e o que é certo é que pega muito bem. Também costumam usar a seiva da borracheira, *m'pira* [mphira].

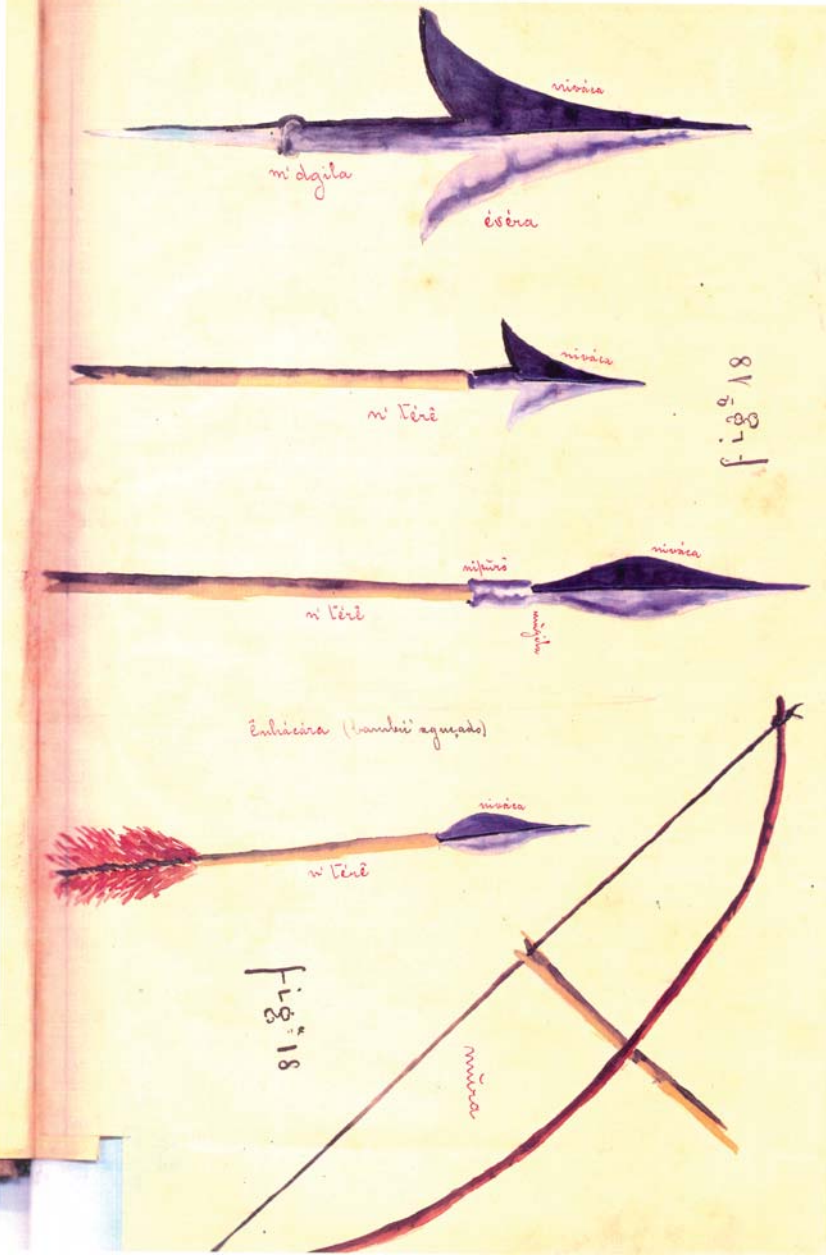
Para mim, a melhor é a do cajueiro fervida em alguma água ou mesmo **m'bila*, mas esta é encarnada e não serve.

Vários utensílios — Outros artigos de uso

Mas primeiramente vou tratar da extracção e preparação da borracha, *m'pira* [m phira]. Uma vez, dão golpes vários na borracheira e a seiva recebem-na no braço que encostam ao tronco da árvore; tiram-na e fazem-na rodar entre as palmas das mãos e assim formam pequenas bolas, que vão vender ao mercado. Isto é um processo muito rudimentar e primitivo e a borracha fica muitíssimo suja. Outros dão longos golpes na borracheira e a seiva corre para uma lata que é atada com corda ao tronco da árvore; este processo é mais prático e limpo.

Óleos — O indígena extrai óleo de várias sementes; vou procurar dar uma ideia dos vários processos por eles seguidos, conforme as espécies da semente. Chamam ao óleo *màcuria* [malhura].

Gergelim — É primeiramente levemente torrado; seguidamente é



deitado no pilão e, ao mesmo tempo que é triturado, vão-lhe deitando, a pouco e pouco, água quente até ficar uma massa; feito isto, carregam com força o pau do pilão sobre a massa e o óleo vem à superfície e vai para um recipiente para o que inclinam o pilão; mais alguma água quente e a mesma operação e assim sucessivamente até deixar de aparecer óleo à superfície da massa.

Amendoim — Procedem da mesma forma.

Rícino, *icũria* [ekhura ou ekurya]: é levemente torrado e pilado em seco no pilão. Estando em massa, deitam esta numa panela que contém água e é submetida à ebulição pelo fogo. Com a continuação da fervura, o óleo vem à superfície da água e é tirado com todo o cuidado.

Pepino, *mechire* [mushir i] — Da mesma forma.

*Itáca — Semente de *maráca* [nraka], espécie de melancia pequena. Da mesma forma que o rícino e pepino.

Coco — O miolo do coco é ralado num ralador, *iéraro* [eraru]²³², como o da figura 6. Para tal, sentam-se ou montam-se na parte de trás do ralador e com a metade do coco vão friccionando a polpa branca nos dentes da roda dentada que tem espetada na frente e a polpa vai caindo num recipiente que para tal fim é colocado por baixo. Esta polpa assim unida é deitada em água fria; depois é espremida na mão e vai expelindo o líquido leitoso que é recebido numa panela; o líquido entra em ebulição à acção do fogo e ao fim de certo tempo começa a aparecer à sua superfície o óleo, que se vai tirando com uma colher.

Agulhas — Usam três qualidades: uma de ferro para coser as esteiras a que chamam *ichó* [nso ou nshoi] e é feita pelo ferreiro indígena. Outra de bambu, agulha para coser as esteiras feitas de folha de palmeira brava, **m'tatũ* (figura 19) e finalmente as agulhas à venda no mercado, a que chamam *cingano* [sinkano ou singano].

Só a de bambu merece explicação. Cortam um bocado de bambu aguçado num extremo; o outro é batido e as fibras resultantes são enroladas juntamente com o cordão que cose a esteira.

Pólvora — Dizem que em Chinga a não sabem fazer.

Cesteiro — Quintundos ou *êtôcũa* [ethokwá]. Há três espécies: uma grande, *tára* [mpapara ?]; outra, um pouco menor *êtôcũa* [ethokwá];

²³² Do português ralo.



outra, mais pequena, **namèlala*, e a última, pequena, **èpàgê* (às vezes serve de prato).

Estas cestas são feitas da seguinte forma: formam o fundo, que é um entrelaçado de folha de palmeira brava, de duas a duas, ficando como mostra na figura 19, n.º 1, em quadrado. Passam depois a fazer um arco, *réco* [nreko], que é tirado do caule de uma trepadeira chamada **napàcũê*. Voltam os cantos do quadrado feito do entrelaçado já dito, tornando-o côncavo; colocam em volta, pela parte de fora, o arco, *réco*, e correspondendo a este um arco de bambu, pela parte de dentro; tanto o arco de dentro como o de fora são furados nos pontos por onde passa uma corda que os segura e aperta; as pontas, do fundo, que saem fora dos arcos são cortadas. O fundo é esfregado com uma massa encarnada, feita pela trituração duma raiz **ôcuco*, a fim de ficar mais rijo e para «gingar» dizem eles.

Linhas — Fazem duas qualidades: para coser pano e para pesca.

Para coser, é feita de algodão; para tal, puxam alguns fios e vão enrolando-os, juntando uns aos outros; a linha resultante vai sendo enrolada em volta dum pequeno bambu; para enrolarem os fios, chegando a certo comprimento, seguram a parte da linha já pronta entre os dois primeiros dedos do pé.

Em Chinga não fazem pano de algodão, mas fazem-no em Molòcuè, num local chamado Mihávane.

A linha para pesca, **n'titũ*, é feita duma planta fibrosa chamada **nũquéli* e a rede duma outra planta também fibrosa chamada **cógi*.

Copos — O preto, desde que tenha sede (seu maior tormento em marcha), bebe água de qualquer maneira, até com as mãos, ou fazendo com a mão uma espécie de concha, ou atirando com a mão a água para dentro da boca. Geralmente usam vários objectos que substituem o copo. Assim: casca duma abóbora chamada *massũco* [nsuko], que é preparada da seguinte maneira: cortam a abóbora ao meio e as duas metades são sujeitas à cozedura em água; logo que estejam cozidas, tiram-lhe toda a polpa e semente e atravessam dois bambus em cruz, de bordo a bordo; põem ao sol e, estando seca, constitui o copo, a que chamam *êcàhi* [ekahi]. Outro é preparado da casca do coco, partida ao meio e a

que chamam *cáta* [ekatxa]²³³; usam geralmente este copo, em casa, para tirarem a água da panela para consumo e é atravessado por um pau que serve de cabo para lhe pegarem. Finalmente qualquer lata das que nós abandonamos, como as de banha, ervilhas, etc., serve-lhes de copo.

Pratos — O mesmo *êcàhi* [ekahi] pode servir de prato para a massa de farinha, *chima* [eshima]. Uma panela pequena a que chamam *nicàpo* [nikapu], um prato de barro, **mahàra*, para o caril que tenha molho. Um cesto pequeno, **êpàgi*, e prato de madeira, *gamela* [ekamela].

Bancos — Há um de madeira preta, *êhidgê* [ehitxe], outro de madeira clara ou mesmo branca, **m'paráto* (figura 6). São feitos a enxó, faca e escopro, *mũàquêlo*²³⁴ (figura 17).

Camas — Usam as camas formadas em quatro forquilhas, *ôlili* [olili] (figura 6) e outros, muito raro, a *quitanda* [ekhitxantxa], representada na figura 22, muito usada por nós à falta de outra cama. O colocar das cordas, *cambala* [ekhwampala], é da seguinte forma:

Atam a corda dum lado e na parte superior; depois dão umas três ou quatro voltas no sentido do comprimento e na última volta a corda vai um pouco mais para diante, uns trinta centímetros, e nesse sítio torna a dar três ou quatro voltas, e assim sucessivamente. Na última volta, que é no último extremo, passa a ponta a dar a volta no sentido da largura, passando alternadamente, por baixo e por cima, das cordas apertadas e colocadas no sentido do comprimento, mas muito unidas, para o que de vez em quando lhe batem com um bambu ou pequeno pau; estas cordas umas vezes ficam todas juntas da cabeceira aos pés; outras vezes em grupos de cinco e seis voltas, espaçadas como representa a figura 22. São feitas de madeira fácil de cortar. A esta cama chamam *m'côre* [ekhori] ou *quitanda* [ekhitxantxa].

Cordas para ligações — Usam a corda feita de folhas da palmeira brava, **micũta*, e a esta corda chamam *cambala* [ekhwampala] (figura 22). São feitas com três tiras de folhas secas, enroladas como uma trança de três pontas.

A outra corda, *m'cói* [mukhoi], **òritiũa*, é feita com tiras de fibra de casca de árvore a que chamam *m'coi* [mukhoi] e por isso chamam à corda

²³³ O mesmo que namaroso.

²³⁴ Palavra não identificada. Sinónimos: “ephaló” e “etcikòpolo”.

m'coi [mukhoi] *òritiüa* [oritthwa ?]²³⁵, enrolada. As fibras podem ser tiradas das seguintes árvores: *m'tònia* [ntxònya], *nampôvê* [namphovo], **tácàta*, *m'tácüre* [mutùkhura] e *m'lapa* [mulapa], sendo a última o embondeiro ou baobab a de melhor qualidade. Para tirarem estas tiras de casca dão um golpe no tronco da árvore, junto ao terreno; agarrando na ponta, puxam com força para cima, arrancando o alburno em tiras. Estas fibras são usadas em construções de palhotas, pontes, etc., mas quebram em secas, com muita facilidade, razão por que eu mando fazer as cordas que executam da seguinte maneira: separam fibras finas e estas são reunidas às três e quatro, formando assim duas pontas: colocam estas pontas sobre uma perna, separadas; com a palma da mão e com movimento de trás para diante, obrigam as fibras das duas pontas a enrolarem-se e com movimento contrário, também com a palma da mão, as pontas enrolam-se formando a corda. Quando a primeira porção de corda está concluída, necessário se torna ligar-lhe outra e, para tal, arranjam as fibras como na primeira e intercalam as pontas de uma na outra, prosseguindo a operação como atrás ficou dito. Toda a corda, por muito fina que seja, como linha de pesca, cordel para enfiar nas missangas, etc., é feita pelo mesmo sistema, sobre uma perna (coxa).

Panos para transportar gêneros (figura 10). Usam: pele de cabrito silvestre, **cũmcũma* ou *mũrũpa* [murupa]²³⁶; saco feito de folha da palmeira brava, *ipáha*²³⁷, e saco tirado das árvores, *pita*²³⁸.

A pele de cabrito é preparada da mesma forma que surramos as peles. Depois de surrada, é untada com qualquer óleo e esfregada entre as mãos até ficar macia e bem flexível. Os sacos extraídos das árvores: corta, no comprimento que deseje, um tronco duma árvore chamada *m'pàcàla* [mphakala]; bate com um pau em cima deste, para lhe tirar a epiderme e depois soltam ou separam a parte superior do líber ou livrilho, do tronco, ou melhor, da madeira; e ao mesmo tempo que vão batendo com um pau,

²³⁵ O verbo “oritha” significa “torcer”, “retrocer fio com, para”, “trançar” ou “entrançar dois ou mais fios, cordões, etc.”

²³⁶ “Murupa” significa “saco”, e hoje “pasta” de pele de antílope ou macaco, e também o “surrão”, o “fole de ferreiro” e a carteira de couro. Mas também servia para designar a sacola de folha tecida de palmeira.

²³⁷ Palavra não identificada. Provavelmente “epaha”, plural: “ipaha”.

²³⁸ Palavra não identificada. Provavelmente “epaha”, plural “ipaha”.

outro homem puxa pela epiderme como quem tira a pele a um coelho; tirada a epiderme, que forma o saco, é puxada para os lados para alargar as fibras e finalmente fechado dum lado, onde é atada uma corda.

Fica assim formado o saco a que chamam *pita* *[ephitta ?].

O saco chamado *ipàha* [epaha, plural; ipaha] é formado pelas nervuras secas da palmeira brava, entrelaçando uma por entre duas, formando um conjunto conforme representa a figura 10.

Panelas — As qualidades de panelas (figura 7) são várias, a saber: *mũapo* [mwapu], nome de panela em geral; *caricô* [ekarikho], serve para cozinhar a massa de farinha *chima* [eshima]; *nicápo* [mkapu], para cozinhar o caril ou matápa; *mũnô* [munó], para transportar água; *mũhása* [muhasa], serve de prato;²³⁹ *êcàli* [ekhali] para conservar a *utêca* [otheka], pouco serviço faz porque depressa dão consumo à *utêca* [otheka]; *m'tôcótitũ* [muttokotthiho], para fazer ou preparar a *utêca* [otheka]; **êtitimũ* (a mesma, com gargalo); *mũcala* [mukala]²⁴⁰, para conservar a água na palhota (substitui a talha da Europa). Estas panelas são feitas geralmente por mulheres e da seguinte forma: vão buscar terra própria chamada *ôlôcũ* [oloko], que tiram a grande profundidade do solo; amassam esta terra com água, mas pisada com o pau do pilão, formando uma argamassa compacta. Tomam uma porção desta massa e dão-lhe exteriormente o feitio da panela que desejam fazer; com a mão, vão tirando terra formando a concavidade e quando esta é tal que se aproximam as paredes da panela à espessura que devem ter, passam a tirar a terra com uma tira de bambu em arco. Se tem gargalo, formam-no à mão. Feito isto, com uma pedra lisa, com a panela húmida, alisam por fora e por dentro, e assim pronta é posta em sombreio ou dentro da palhota para secar; estando seca, juntam uma porção de lenha, *icũne* [ekuni ou ekhuni] e com todo o cuidado colocam em cima as panelas; cercam de lenha pelos lados e por cima e chegam-lhe fogo. Quando o fogo se extinguiu por completo e as panelas estão quase frias, dão-nas por concluídas. Claro está, se pretendem cozer 8 panelas, aproveitam 4 ou menos.

Esteiras — Há duas espécies: *m'tátũ*²⁴¹ e *êtèrê* [etthere]. A primeira

²³⁹ Panelinha destinada ao caril quando se come a massa “eshima”.

²⁴⁰ Esta palavra, ou “mukana”, designa o rebordo de uma vasilha qualquer.

²⁴¹ Palavra não identificada. No entanto, “mtathi” é a cana da mapira e de outras plantas e que



é um entrelaçado semelhante ao do quitundo *êtocũa* [ethókhwa] e do saco *ipáha* [epaha, plural: ipaha]. A segunda é feita com o caniço dos rios chamado *êtêrê* [etthere], que deu o nome à esteira. Cortam o caniço pelo meio e batem-no, espalmando-o. No solo, ajustam os caniços assim espalmados, uns ao lado dos outros e juntos; com uma agulha de ferro, *n'tôto* [nttottho] (feita pelo ferreiro indígena) e com uma corda fina ligam as tiras atravessando geralmente perto dos nós e, quando a agulha passou o último caniço, tiram a agulha e formam um nó para a corda não sair; mais adiante repetem a mesma operação e assim sucessivamente.

Cigarreiras, *charũteira* — São feitas da nervura duma palmeira chamada *rente* [rentte]²⁴² (figura 19). O entrelaçado é feito da mesma forma que na esteira e cesto ou quitundo. As tiras com a cor escura são metidas durante um dia dentro do lodo dos rios, quando as tiram, vêm quase pretas ou arroxeadas-escuras. Com o mesmo entrelaçado de palmeira brava fazem uns coadores para *utêca* [otheka], a que chamam *mũhũcũla* [muhukula] e que tem o feitio de um carapuço.

Também fazem gaiolas para pássaros, a que chamam *écàèla* [ekayela ou ekhalela]; empregam para tal a cana do milho fino, tirando-lhe a casca exterior; as grades da gaiola são feitas com pequenos bambus que, digo, cujos extremos entram na cana com facilidade.

As gaiolas, algumas são muito bem feitas e interessantes. Algumas gaiolas têm num pequeno compartimento, uma armadilha, **màvãriha*, para agarrar outros pássaros; é preparada da seguinte forma: em cima tem uma tampa, também de grade, que abre por um lado, de baixo para cima, na parte levantada, é atada uma fina corda ou fio, tendo duas pontas compridas; numa é atada uma pedra e cai para a frente, ficando a pedra suspensa; na outra uma pequena cavilha de bambu que segura um estrado feito de tiras de bambu, num encalhe num destes bambus, mas comprido e cujo extremo sai fora da gaiola; sob o estrado colocam meixoeira, *mahèlê* [mahele]. Está a porta levantada presa pela cavilha, o pássaro, ao canto do que está na gaiola e para comer a meixoeira, salta no estrado que desce soltando a cavilha, pelo que a porta abate ao peso da pedra, fechando.

serve para fazer portas e vedações entrançadas.

²⁴² Palmeira-anã também chamada “rentxe”, “errentte”, “marita”, etc.

Jogos — O termo jogo é traduzido por *mũchũa* [mushuwa]. Só vi até hoje um jogo entre os macuas chamado *m'pàlê* [mpale ou mpalwe],²⁴³ que tanto pode ser feito numa tábua como no próprio terreno. É formado por um retângulo, tendo o lado maior 10 buracos, ou covas, para melhor dizer, e o menor 4, ou seja, ao todo 40 covas, *maliti* [malitti]. Jogam dois indivíduos, dispondo cada um de 20 covas e em cada cova duas pedras; fazem para ali um movimento espantoso que ainda não tive ocasião nem paciência para ver; o caso é que um «come» ou tira as pedras de outro e o que no final ficar sem pedras perde o jogo.

Instrumentos musicais — Há os tambores, *gômas* [ikoma, sing. ekoma], indicados na figura 3, que são feitos de madeira chamada *cũvêro* [kuveru] e ainda *m'paca*²⁴⁴, fáceis de cortar à faca; os bocados de tronco cortados são despídos da casca e furados a escopro; feito isto, tapam dum lado com pele de ruminante ou duma cobra; um há tapado dos dois lados, a que chamam *êiôto* [eyotto]²⁴⁵, já referido mais acima. Os outros instrumentos são:

*Viêla*²⁴⁶ — É tocado à semelhança de rebeca ou violino (figura 23).

Compõe-se: duma cabaça, *êcàhi* [ekahi], onde fazem um orifício no fundo. Na boca, a cabaça é tapada com uma pele de cobra ou, onde haja rios grandes, um lagarto chamado *halà* [ehalá]; a pele é esticada e presa à cabaça com pequenos bambus; junto à pele, ou pouco mais baixo, a cabaça é furada em dois pontos por onde passa um pau, saindo dum lado uma porção pequena, onde é atada uma corda de embondeiro, *m'lapa* [malapa], da qual o outro extremo vai atar, esticando a corda, no extremo superior de um pequeno pau que atravessa perpendicularmente o primeiro; pouco mais ou menos a meio do «braço» do instrumento é colocada uma corda que abraça o pau e a corda superior, esticando-a; sobre a pele é colocada uma pequena tábua colocada verticalmente e onde assenta a corda: é o «caveleto». Para tocarem este instrumento, a cabaça fica deitada

²⁴³ É óbvio que os macuas conhecem outros jogos ou passatempos [yothêliha], como, o jogo de atirar pedrinhas ao ar, jogo parecido com o rapa, jogo com covas parecido com o das damas, etc. A todos eles designam por “mushuwa”, e o instrumento próprio de cada um é designado por “eshuwa”.

²⁴⁴ Deve tratar-se da “mpakala”; o termo “mpaka” designa a cangarra grande para transportar o algodão, e também um tipo de celeiro.

²⁴⁵ “Eyotto” é o nome de uma doença provocada pelos espíritos e, por extensão, o nome do tambor e da dança que compõe o ritual da cura.

²⁴⁶ O mesmo que “sese” ou “zeze”.

e junta do corpo; com a mão direita pegam num bambu «arco» que arrasta na corda superior; o dedo indicador da mão esquerda assenta sobre a corda superior, no sítio onde assenta a outra corda que a estica, os outros dedos vão assentando na corda conforme os sons que querem tirar.

Chitàta [shitata ou shitathi] — Uma cabaça furada no fundo, por onde passa uma corda, com um nó da parte de fora e que vai segurar, por baixo, uma pequena tábua que é assente sobre a cabaça. A cabaça é para dar mais som e nela é que está o instrumento constituído da seguinte forma: 6 a 12 lâminas de ferro, umas mais curtas que outras, seguras e sobre uma haste de ferro que, por meio de arames, é seguro à tábua; dum lado desta haste, a certa distância, há um pequeno pau, no sentido da largura, que levanta as hastes de ferro; do outro, uma outra haste de ferro levanta as extremidades da lâmina onde se toca. Para fazer uso do instrumento, seguram no *êcàhi* [ekahi] ou cabaça entre as palmas das mãos e com os dedos polegar e indicador da mão direita carregam de raspão nas pontas das lâminas dando som, ao mesmo tempo que, da mesma forma, o dedo polegar da mão esquerda faz o acompanhamento. Alguns indígenas tocam este instrumento sem fazerem uso da cabaça, segurando simplesmente a tábua.

M'càripo [mukaripu ou mukharibu] — Compõe-se de uma cabaça *êcàhi* [ekahi], no cimo da qual são feitos dois pequenos orifícios, por onde passa uma corda que segura uma tira de bambu; dum extremo a outro deste bambu é atada uma corda de fibra de embondeiro, bem esticada, de forma a obrigar o bambu a dobrar-se em arco; pelos mesmos orifícios feitos no cimo da cabaça, passa uma corda que passa sobre a que liga os extremos do bambu, obrigando-a a conservar-se bem esticada. Para tocarem o instrumento, colocam a cabaça com a boca junto ao corpo; com a mão direita, percutem sobre a corda principal do instrumento, enquanto os dedos polegar e indicador da mão esquerda tocam na mesma corda para dar os sons desejados.

**Pilico* (em Muite, *màcũilõ* [makwilo]) — Compõe-se de algumas tabuinhas de *m'bila* [mpila], furadas nos dois extremos, por onde entram uns pequenos bambus ou cavilhas que as seguram, um tanto distanciadas, a dois paus também respectivamente furados; com um pequeno pau ou dois, batem sobre estes, ao meio, produzindo vários sons. Já vi

a mesma coisa, mas substituem os dois paus por uma cova no terreno, sobre a qual são colocadas, distanciadas, as tabuinhas de *m'bila*.

*Cananana*²⁴⁷ — É muito simples; uma tira de bambu em cujos extremos é atado o cordão feito da fibra do embondeiro, mas de forma a obrigar o bambu a dobrar em arco. Seguram no bambu com ambas as mãos, colocando a linha ou cordão sobre os dentes da frente e da maxila superior; com os dedos tocam na corda, puxando-a com as unhas, dando vários sons conforme abrem ou afastam mais ou menos os lábios.

²⁴⁷ Palavra não identificada. Nos dicionários consultados existe a palavra “kanahani” ou “namahani” que significa a pedra de moer. “Kanakali” é o nome do instrumento musical descrito, o mesmo que “txinkiriki” entre os macuas-chirimas.

NAVEGAÇÃO 33.

Como em Chinga só há rios que não são muito largos, mas alguns fundos, apenas fazem uso para a sua travessia em época das chuvas das casquinhas a que chamam *nicŭla* [nikula] e são feitas da casca das árvores próprias, como as chamadas *m'pacŭla* [mpakala], **namecŭeli*, *m'rôto* [mrottho]²⁴⁸ e **namepiri*. Para fazerem a casquinha, cortam a machado o tronco da altura igual ao comprimento da casquinha que desejam; feito isto, a machado também, dão um corte na casca, no sentido do comprimento e extraem-na; depois põem-lhe fogo dentro para a espalmar, planificando-a. Com o machado ou enxó, gastam nas extremidades e estas, justapostas e bem assentes, são cosidas com corda *m'coi* [mukhoi], para o que fazem buracos ou furos com o bico de uma zagaia, **nàchicŭcia* ou **cuávi*.

Seguidamente, colocam no sentido da largura e de borda a borda, bambus grossos que obrigam a casquinha a conservar-se aberta e ao mesmo tempo para o passageiro se sentar (fazem de bancadas). Navegam à cana ou vara (de bambu, a que chamam **m'cipi* ou com um remo, *nicàci* [nikásya]. O marinheiro «piloto», quando faz uso da vara, coloca-se de pé na frente daquele engenho perigoso e, especando a vara no fundo do rio, firma-se nela e obriga a casquinha a navegar; quando é levada à mercê da corrente, vai para a retaguarda e com o bambu dentro de água vai guiando a casquinha; não tem leme e este é substituído pela própria vara e local onde o marinheiro «de água doce» se coloca. O remo é feito dum pequeno bambu, tendo bem atado num extremo a metade da casca dum fruto do embondeiro; fazem uso dum só remo, que é empunhado pelas duas mãos e ora rema à direita ora à esquerda. Se o rio tem

²⁴⁸ Ou “murottho”, “murotxo” e “muruttu”. Árvore cujas flores e madeira são amarelos.

bastante e forte corrente, não partem do ponto fronteiro ao do destino, mas mais a jusante; quando a casquinha chega à corrente, é por esta levada. Mas ao mesmo tempo o marinheiro procura a todo o transe fazê-la avançar e o mais interessante é que a casquinha vai encalhar mesmo no ponto desejado.

Confesso; se um cidadão pacato corre perigo dentro dum grande paquete da Union Castle ou mesmo de Empresa Nacional em dia de temporal, não o corre menos dentro destes engenhos em rios largos e principalmente fundos, como o Monapo, Lúrio e outros. As casquinhas podem transportar poucos passageiros, até 6 o máximo, e bagagem que não tenha muito peso. O indivíduo, ao entrar na casquinha, toma uma posição que lhe pareça mais cómoda para toda a viagem e durante esta não se pode mover muito, pois, caso contrário, arrisca-se a tomar um banho que, no fim de contas, podia-o ter tomado em casa, devidamente nu e numa banheira, sem se arriscar a ser filado pelo jacaré *êgonha* [ekonyá] que, como bom operador, faz amputações com a maior facilidade. No entanto, as portagens são baratas: o passageiro que queira atravessar o rio M'Luli [Lúrio], por exemplo, entrando no términus da estrada interrompida, nada paga; mas, entrando mais a jusante, paga \$20 (e ali não há vales). Tenho ideia que no rio Muite pagavam \$02; no Lúrio \$04 e no M'Cuburi \$02, isto para pretos porque o europeu geralmente dá mais (quando é da qualidade de pagar).

JUSTIÇA 34.

Palavra cuja existência é uma esperança vã, pela qual toda a humanidade anseia nas ocasiões em que a ela tem que recorrer como último apelo, mas que a maior parte das vezes passa com velocidade vertiginosa para voltar, sim, mas já transformada, numa sua parente bem afastada e a que dão o nome de injustiça.

Qual delas é verdadeira e preferida? É o que resta saber, porque uma ou outra está à mercê da significação que lhe queiram dar e assim qualquer delas causa surpresa no ânimo do atingido. Só um parente há que pode produzir uma ou outra à mercê das conveniências e esse não o conheço, mas chamam-lhe «empenho» uns e «cunha» outros; e ainda há quem lhe chame «primo», «cunhado», etc. No entanto, a que mais milagres e sensação produz é a injustiça. Em todo o globo terrestre habitado pelo homem civilizado, a justiça é representada por uma mulher (certamente depravada e sem vergonha) sentada num escabelo, empunhando numa mão um sabre ou espada e, na outra, uma balança ordinária, em que o fiel está perfeitamente perpendicular ao 0 do quadrante. Parece dizer que a justiça «corta a direito» e «não faz distinção» sendo igual para todos. E a injustiça terá algum símbolo para ser representada? Não tem porque não devia existir. Mas infelizmente, sem símbolo, existe e é a sua existência que ocasionou a variada significação atribuída à justiça; assim um inglês, sábio entre os nossos antepassados, dizia «que a justiça é uma teia de aranha, que só agarra os pequenos e deixa escapar os grandes». Diz a «Sabedoria das Nações» que quando o Sol nasce «lucet omnibus» — luz para todos, mas assim não é com a justiça, irmã inseparável da verdade, que, por sua vez é ligada por afinidade à razão, que às vezes tão cara fica ao homem para a adquirir.

O que é certo é que mais fácil é fazer-se justiça do que a sua derivada injustiça, embora a espécie humana compreenda uma e outra e assim é

que o preto, também da espécie humana, embora alguns europeus não o queiram classificar como tal, tem nítida percepção de qualquer injustiça que lhe seja feita, assim como reconhece a justiça que se lhe faz, chegando a agradecer, finda a pena, com uma das tais continências à «paisana».

Em meu entender, devemos procurar fazer justiça a quem a merece, lembrando-nos sempre de que temos deveres para com os nossos semelhantes e entre eles «não fazer a outrem o que não queiramos que nos façam». O homem injusto é certamente odiado pelos próprios amigos (mas não os de Peniche) e «amicum perdere est damnum maximum», ou seja, «perder um amigo é a maior das perdas».

Considero realmente o indígena como inferior e não como escravo e, mesmo para este, necessário se torna a benevolência; a história antiga dá-nos factos que põem em evidência esta norma.

Um outro facto que mostra que o superior deve ser afável para com os seus inferiores, correspondendo às demonstrações submissas e respeitadas por parte destes, é o seguinte: um cavalheiro inglês William Goch, governador de Virgínia, achava-se conversando com uns indivíduos em Williamburgo, quando passou um preto que o cumprimentou, cumprimento que foi correspondido pelo governador; vendo isto, o outro disse: «Então V. Ex.^a abaixa-se para saudar um negro?», ao que o governador respondeu: «Certamente, pois sentia muito que o negro se mostrasse mais delicado do que eu.» (Imaginemos o original do quadro, e façamos uma ideia da cara de parvo com que o outro ficou, com a fidalguia e todas as suas qualidades).

Em Esparta viu Demonoux um cidadão maltratar barbaramente (como o sentenciado Ramalho na estrada) um escravo e disse-lhe: «Cessa de mostrar-te semelhante a teu escravo.»

Para que o europeu possa fazer justiça ao preto, precisa de lhe conhecer as tradicionais manhas, estudar atentamente os seus hábitos; conhecer a língua indígena o suficiente para compreender e fazer-se compreender, para não estar à mercê dum intérprete também preto, mas perigosíssimo para bem da justiça. Provado está que é impossível, por enquanto, aplicar a nossa legislação penal ao preto e, como tal, necessário se torna elaborar códigos especiais, respeitando, dentro do possível, os usos e costumes.

Vou tratar das penalidades aplicadas a vários crimes, mas em tempos remotos, antes da vinda da autoridade europeia. Antes, direi que o preto aplicava a pena de talião «quem com ferros mata, com ferros morre»; e, digamos a verdade, se ainda hoje assim fosse, mesmo entre europeus, não havia a décima parte dos crimes que hoje se praticam, alguns bárbaros, e não aturávamos os criminosos em Moçambique ocupados em cargos elevados e comerciando livremente, como qualquer cidadão. Ponhamos os olhos, por exemplo, no sentenciado Ramalho, que está em Nampula podando laranjas e é proprietário em Chalãua de terrenos roubados ao Estado, bem como barracões, autorizado, veio pela administração. Este homem ou «bicho», como já disse, é um assassino de profissão com crimes às costas. Acha-se cumprindo 27 anos de degredo; mas com vantagens que nunca na Metrópole teve e que muito homem livre não tem em África. Vejamos: tem moleque, e portanto quem lhe lave os pés; faz toda a casta de pouca-vergonha e sempre a rir-se — goza de protecção; tem machileiros e leva os que quer sem licença; etc. Este homem, acabada a pena, o que, creio, não faltará muito, atendendo aos indultos do dia 5 de Outubro, vai para a Metrópole e, chegado lá, como não tem quem lhe lave os pés, como tem que andar a pé, etc., mata um desgraçado cidadão para vir cumprir a pena de «andar mais à vontade e gozar mais garantias do que eu». Assim nunca acabará a criminalidade e, pelo contrário, aumentará, como realmente tem aumentado assustadoramente.

Passo pois a descrever as penas aplicadas em conformidade com os crimes, há muitos anos, antes da vinda do europeu a estas paragens.

O régulo constituía tribunal, sendo ele presidente e juiz, embora estivessem presentes alguns homens mais velhos, que constituíam o júri, mas o que o régulo fizesse, estava bem feito.

Adultério, *òràrũa* [oraruwa] — pagava o adultério 4 galinhas; se a mulher era do régulo, tinha que pagar uma espingarda.

Aleivosia — desconhecem.

Atentado ao pudor, *m'véca*²⁴⁹ — não havia castigo.

Burla, *ômũàpa* [owaka] — não havia castigo.

²⁴⁹ Palavra não identificada. Talvez “oveka”.

Cativeiro, *méssuculo*²⁵⁰ — não prendiam pessoa alguma. Só o régulo tinha o direito de prender.

Rapto, **mütèũiha* — não havia.

Dano — pagava o culpado 4 galinhas e duas enxadas.

Declarações falsas, *ũôta* [wòtha]²⁵¹ — pagavam galinhas.

Desobediência, *òlôlo*²⁵² — pagavam galinhas e pano.

Difamação — desconhecido.

Embriagues, *ôhàpàliũa* [ohapalihiwa] — o que causasse prejuízos pagava galinhas ao prejudicado.

Envenenamento, *mirretê* [muretxe]²⁵³ — o régulo mandava chamar um polícia dos seus e mandava aplicar ao criminoso pancadas com um pau até morrer.

Furto, *ũia* [yowiyiwa]²⁵⁴ — pagava o equivalente ao roubo em galinhas.

Estupro — o régulo prendia o acusado e amarrava-o com as mãos nas costas, amarradas também. Depois ordenava que fossem buscar a mulher que ficava com o régulo.

Homicídio, *uàcánhèria*²⁵⁵ — morria à pancada ou com um tiro.

Incêndio — o régulo avaliava os prejuízos e o criminoso pagava o equivalente em galinhas, etc.

Infanticídio — em Chinga matavam o criminoso, mas no Muite não, porque diziam eles «mata o que é seu, ninguém tem nada com isso».

Injúria — pagava com qualquer coisa ao injuriado.

Ofensas corporais — não havia castigo desde que não resultasse a morte.

Tirada ou fuga de presos — por tirar um preso, pagava ao régulo; por deixar fugir, morria à zagaiada.

Violação de sepulturas — pagam à família duas pessoas.

²⁵⁰ Palavra não identificada. Talvez “musukulu”.

²⁵¹ A palavra significa “enganar”, “mentir”, “falar mentira”, “intrujar”, “falsear”, etc.

²⁵² A palavra “ololo” significa “palermice”, “parvoíce”, etc. Desobediência: “mvèhero”, “ohíwelela” ou “ekhòtxelo”.

²⁵³ Envenenar “ohela yòja”, etc. “Muretxe” significa “remédio”, “veneno”.

²⁵⁴ Ou “wiya”.

²⁵⁵ A palavra homicídio costuma ser traduzida pela expressão “wiviwa wa mutxú”. “Uàcánhèria” provem provavelmente de “wàka”: cortar com catana, abrir um buraco, fender, rachar, cortar em cunha, etc., “wàcánhèria”, significaria “cortado com catana”, etc.

Abuso de autoridade — preso um ano.

Falsificação ou adultério de géneros destinados à alimentação — um mês de prisão.

Como não tinham dinheiro, as questões eram pagas a galinhas, pessoas, etc., e os crimes mais graves puniam-nos com a morte.

De certo, haverá curiosidade em saber onde, nesse tempo, adquiriam as espingardas e pólvora. Compravam há muito tempo, aos monhés, a troco de cera, marfim e borracha. Escusado será ir buscar casos a tempos antigos. No ano de 1915, sendo eu comandante deste Posto, o régulo *Minhãcũ* tentou uma revolta e, depois de o pôr na ordem, consegui prender um seu filho, actual régulo que me declarou na secretaria que seu pai tinha comprado as espingardas e pólvora aos monhés Rajá e Haneli, na parte fronteira a Porto Amélia; e realmente eu conheci estes monhés nas lojas dos quais pernoitei algumas vezes quando vinha do mato para Porto Amélia; tinham as lojas em Bandar, perto de *Mũéve*.

Como se vê, era o régulo que julgava e condenava; hoje está muito reduzida a sua autoridade, motivo porque o indígena não lhe guarda muito respeito. Eu tenho procurado evitar prender régulos exactamente para evitar que lhe percam o respeito por completo, o que não pode ser por o régulo, ainda assim, ser a autoridade no mato com quem se entende a autoridade administrativa. Indivíduos há que prendem régulos e cabos de terra arbitrariamente, o que é inconveniente, por o indígena do seu regulado lhe perder o respeito e ainda mais se o régulo é punido com castigos corporais.

Faz-se muita injustiça por este interior e é de lamentar que o indígena não tenha a liberdade de apresentar a sua queixa às entidades superiores, porque não pode sair sem o tal célebre passe. Já assisti ao caso de dois régulos irem a Moçambique à Sub-Intendência apresentarem a sua queixa e, por não terem passe, nem foram atendidos e ainda voltaram presos para o local de proveniência, onde certamente, foram mais uma vez castigados. De forma que o indígena ou o régulo não tem o arrojo de ir pedir um passe a uma autoridade de quem se deseja queixar; sem o passe, não só não é atendido como ainda é punido; e então que fazer? Sujeitar-se ou fugir se puder. Isto são factos que se têm dado. Que efeito produzirá, calcule-se, uma autoridade administrativa que durante um ano e quatro meses prendeu e teve retidos na prisão 25 régulos, 8 cabos

e 3 chefes de terra, dando-se a circunstância, agravante para o caso, de morrerem por doença ou qualquer outro facto, mas durante a prisão, 5 régulos e 3 cabos? Um efeito péssimo.

Actualmente o maior número de pleitos entre indígenas é por questões de mulheres e outros casos a que chamam «milandos». Claro está que também há crimes na acepção da palavra, como sejam os de morte ou roubo, sendo este último de pouca importância geralmente porque o preto infelizmente nunca terá nem verá nas suas mãos dinheiro, enquanto existirem nesta Colónia os célebres exploradores monhés! Quase sempre os crimes de morte têm proveniência de questões de mulheres e por efeito do uso excessivo de bebidas inebriantes. Desde que assumi a chefia deste Posto, só um crime de morte se deu.

Os crimes que se dão, na maioria, são por causa das mulheres e o que é curioso é o seguinte: o preto, a maior parte das vezes, tem uma e às vezes duas mulheres de que ele gosta, de resto; outras que tenha são para culimar nas machambas e outros serviços.

Actualmente, quase todos os milandos são resolvidos pela autoridade e um há em que o queixoso exige dinheiro, como recompensa, que é o adultério. Mas voltemos ao assunto. O europeu nunca poderá fazer justiça sem conhecer as manhas do indígena da região. Há indígenas que têm mulheres para culimarem a machamba apenas, e na altura do imposto de palhota, dão-lhe toda a liberdade e até, combinados com elas, deixam-nas ter relações com outro homem e acto contínuo vêm à secretaria exigir ao outro o dinheiro do imposto de palhota; estes casos são às dezenas e eu então resolvo o milando castigando o acusado como merece, e nada mais, fazendo ver ao queixoso que se o acusado prevaricou é castigado, mas não paga porque estas pagas só se fazem às meretrizes ou mulheres que vivem de «tal officio». Deu em resultado que os milandos de mulheres diminuíram consideravelmente. No entanto, à sua verdadeira mulher ele tem amizade e então não consente que dela abusem e é quando se dão os crimes. Há europeus e até autoridades que ligam pouca importância ao casamento do preto do interior, quando é certo que é um facto importante e, percorrendo os Acórdãos da Relação de Moçambique (que possuo desde 1913 a 1920), vê-se que a maioria dos crimes de homicídio são por questões de mulheres. Eu entendo que a au-

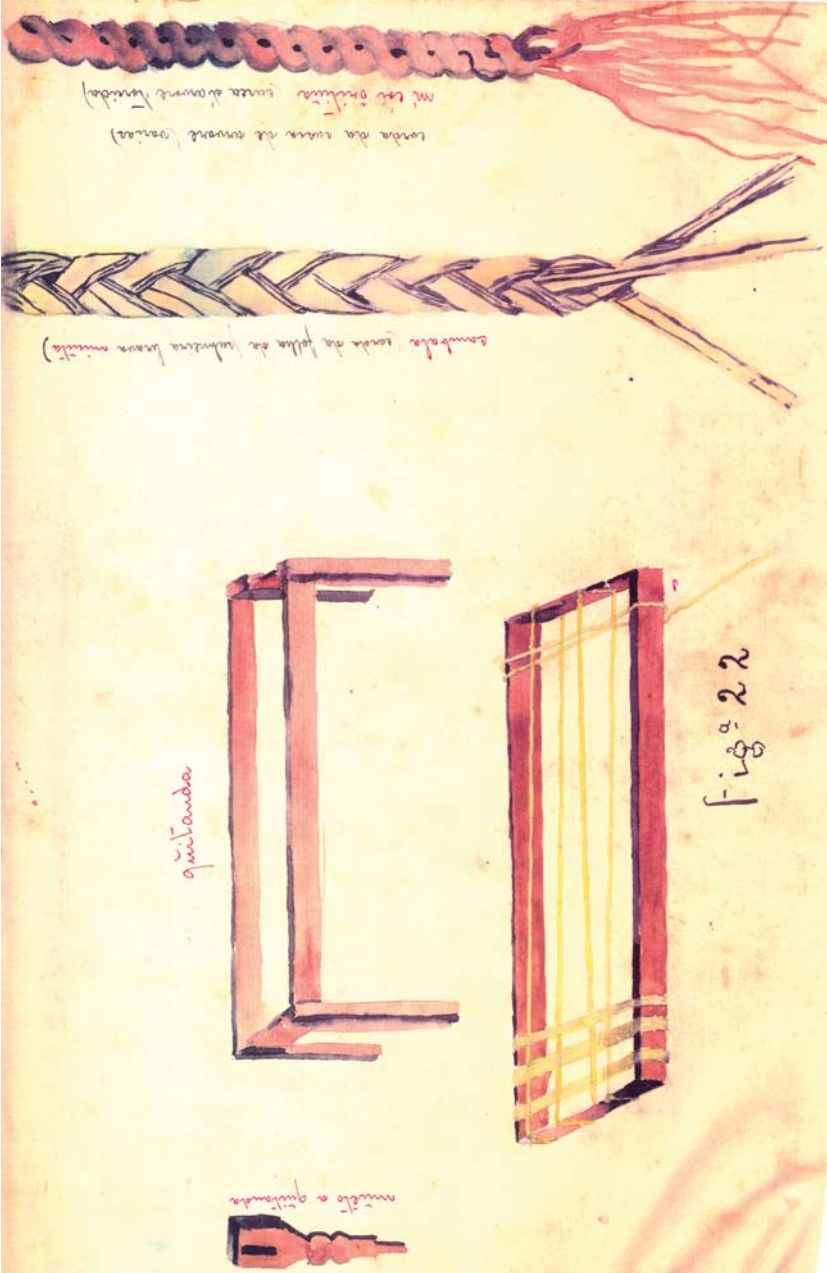
toridade administrativa tem muita missão de responsabilidade que não seja escrita e contas, mas indivíduos há que pensam o contrário e dão «bota». Isto é que é uma verdade. Entre vários casos que se têm dado, há o de uma mulher do regulado M'Rica, que aqui reside desde os três anos de idade com a sua mãe e está legalmente casada com seu marido. Um dos célebres machileiros de Nampula, que dizia ser seu irmão, entendeu que devia vir buscar a sua irmã para a dar a um moleque dum europeu em Nampula e levou-a. Claro está que seu marido e mãe vieram queixar-se ao Posto; peço para a Administração a captura da mulher e é-me enviada com a condição de voltar para Nampula «por lá estar casada», dizia a nota.

Averigui bem o caso e a mulher era legalmente casada em Chinga, para onde veio com sua mãe, ainda criança. Fiz ver para a Administração que não estamos autorizados a tirar a mulher ao indígena para a dar a outros. Felizmente, a Administração entendeu que a mulher aqui devia ficar com seu marido. Agora sei que a mulher está atacada de venéreo transmitido pelo tal moleque.

Ora, até 1919, nada havia que regulasse tão importante assunto e muitas injustiças se fizeram; felizmente hoje há o Código de Registo Civil da Província sabiamente organizado por uma Comissão de antigos residentes nesta Província e muito competentes para o organizarem. Este Código, como outros, possuo eu e volta e meia estudo-os e consulto-os procurando bem desempenhar o meu cargo e acho bem empregado todo o dinheiro em livros desta natureza. Na dedicatória ao Ex.^{mo} Sr. Governador Geral, diz «A comissão responde que a regeneração do indígena se há-de fazer mais pela mulher que pelo homem... Civilizando a mulher, que a mulher é que é a base da família, seja qual for a sua qualidade e o seu estado. O destino da fêmea é a domesticidade e desta é que há-de resultar o progresso da família». Isto é um facto e eu entendo que civilizar a mulher não é tirá-la ao seu marido, consentindo-lhe a casar aqui; fugir, abandonar o seu marido e ir amancebar-se com A; deixar este e ir casar com B, etc.

Assim não se civiliza, debocha-se a mulher, que ainda, além de tudo isto, se apresenta a seu marido carregada de venéreo. Dá isto ocasião a reclamações, constantes queixas, fugas e até crimes. Nós que administra-





mos povos atrasados, devemos procurar civilizá-los e uma das providências a tomar é reprimir este mau hábito da mulher deixar o marido, ou vice-versa, sem uma razão plausível. A mulher indígena não é senhora das suas acções e bem o diz o Código do Registo Civil da Província no seu art. 595.º § 3.º As mulheres são sempre consideradas menores, salvo quando chefes de povoação com idade superior a 18 anos e por isso estão sempre sujeitas a seus pais, maridos, tutores e chefes de povoação...

A dita mulher tem mãe e marido em Chinga; podia abandoná-los? Não. A minha missão e de todo o indivíduo que administre povos de raça inferior e ignorantes das leis é atendê-los nas suas reclamações e queixas dentro da lei e da justiça e não os interesses ou caprichos de A ou B.

De Nampula, têm vindo vários indígenas a Chinga roubarem mulheres e até crianças e levam-nas; não garanto, mas creio que anda por lá negociata; há dias foi preso um homem que levava uma rapariga para Nampula, indo roubá-la à mãe quando esta se encontrava ausente; tomei as providências necessárias e a filha voltou para a mãe, onde se encontra. Já antes, outros homens tinham vindo de Nampula com o mesmo fim, mas fugiram. Agora dá-se o caso de uma mulher aqui casada que foi levada para Nampula, pedi a sua captura e da Administração nova nota dizendo que a mulher após o cumprimento da pena, «volta para Nampula».

Outra queixa se apresentou nesta secretaria: um homem a queixar-se que sua mãe, que foi comprada por um indígena de Nampula, e portanto sua escrava, veio a Chinga há dias com outro homem e levou a filha, que aqui está casada, para a dar ao seu «senhor».

Há tempos o célebre intérprete de Nampula, «entidade ali respeitável», roubou uma mulher a seu marido; pedi providências mas o intérprete Francisco ainda hoje está com essa mulher, naturalmente rindo-se da minha pessoa à sombra da liberdade e protecção que goza em Nampula. Claro é que, com um intérprete desta natureza e cipais como os de Nampula, alguns recrutados entre machileiros que já antes tinham cadastro, nunca pode haver justiça nem o preto a reclamar com medo e o bom andamento da administração e política indígenas é que é prejudicado. Em África, desde que o intérprete e cipaio (e actualmente os três machileiros) não estejam devidamente disciplinados, nunca o europeu pode fazer justiça e algumas vezes é mártir por graves faltas cometidas

por aqueles indivíduos, por não saber o que se passa em tão vasto interior; é conveniente para este caso, um homem de muita confiança ou até mulher para informar. No entanto, o melhor sistema é disciplinar o intérprete e cipais, ter estes a residirem perto do Posto numa sanzala, que é o que não encontrei neste Posto, nem se vê em toda a Circunscrição, e habituar o indígena a ter respeito no cipai como autoridade, mas não lhe ter medo e queixar-se cada vez que o cipai prevarique em seu prejuízo; só assim haverá sossego na região; alguns europeus, nem lhes convém ter os cipais na ordem por coisas, mas eles são os prejudicados, pois um dia, por acaso, que se proceda, por qualquer circunstância, a um inquérito, os indígenas então queixam-se e o europeu é o único responsável; o que é certo é que às vezes a autoridade ignora o que há pelas povoações, bem como um Ex.^{mo} Sr. Governador ignora o que se passa no Distrito e no entanto os factos aparecem um dia de surpresa; mas que culpa tinha aquele Ex.^{mo} Sr.? Quem é hoje que cai na asneira (assim se pode dizer) de dizer ou escrever a um Sr. Governador narrando-lhe factos passados no interior do Distrito? Eu não, com certeza; dizem que é preciso provar, mas como? O que é certo é que os casos dão-se e vão-se dando. Justiça, repito, onde está ela? Bem dizia o sábio inglês: O serviço de justiça é o mais difícil de desempenhar, pois dele depende a boa política indígena.

A forma de interrogar o preto é também importante para o descobrimento da verdade, porque o preto canta conforme se toca, e alguns indivíduos há que fazem do preto um boneco de palha e interrogam-no conforme as conveniências e eis a razão por que atrás pergunto se hão-de provar factos atribuídos a outros: não depende do preto, mas a parcialidade de quem interroga, e isto tem-se visto imensas vezes; e muitos casos há em que, na forma de se interrogar o preto, padece o inocente e salva-se o culpado; de mais que há o grande inconveniente em o preto não saber ler nem escrever e portanto escreve-se à vontade do freguês. Há um facto que põe em evidência o que deixo dito: quando do célebre relatório «Ross», o cônsul americano, Sr. Stail, em Angola, disse: «Ross andou a percorrer o território para arrancar dos indígenas declarações que não são verdadeiras» (é o caso).

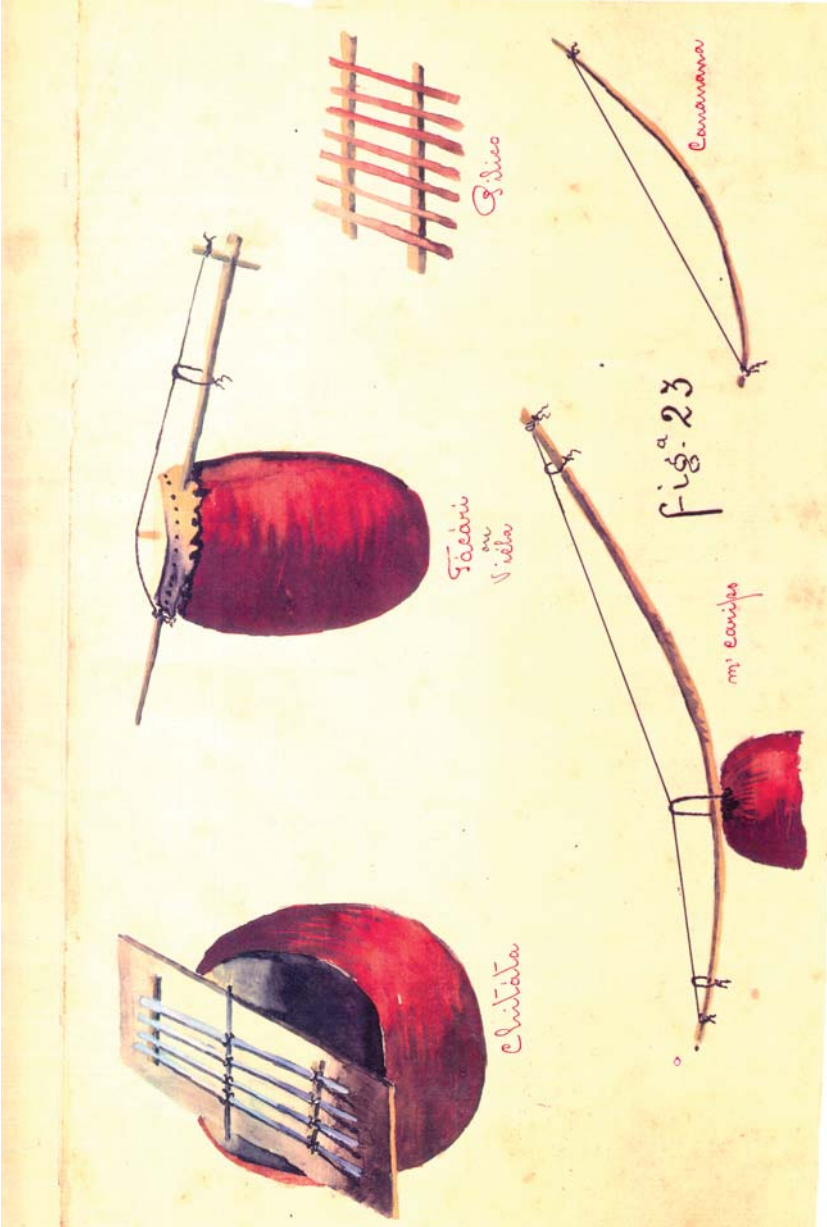
«O preto se for perguntado, amavelmente, sem arrebatamentos, confessa geralmente a verdade. Se lhe falarem imperiosamente, meten-

do-lhe medo, ele diz sempre que sim ou que não, conforme a vontade de quem o interroga. Assim calculo eu que o Dr. Ross tivesse formulado habilmente um questionário que os obrigasse a responder à medida dos seus desejos. E em lugar de lhes perguntar amavelmente: Tu gostas dos portugueses? Ao que eles responderiam que sim, Ross perguntou enérgica e autoritariamente, se eles não gostavam dos portugueses — ao que eles, estou certo, responderam imediatamente que não.» Isto diz o americano Stail, mas mal sabe ele que, na forma de interrogar indígenas há cá muito «Ross» que os interrogam conforme as conveniências. Bem dizia o sábio inglês.

Mas, pergunto eu agora, quem é o mártir no fim de tudo? Sempre o preto. Portanto, repito, querendo fazer-se justiça em assuntos onde haja que interrogar pretos, tem que haver imparcialidade e interrogar o preto legalmente, ou seja, fazer-se a tal justiça.

Indivíduos há que abusam da ignorância do preto e da sua fraqueza de raça, fazendo-lhes barbaridades que, se as fizesse a europeus, bem caras lhe ficavam.

Finalmente, direi que, para pôr termo a alguns crimes bárbaros que indígenas ainda hoje praticam, necessário é, sobretudo, extinguir a ociosidade; educar o preto; discipliná-lo e obrigá-lo ao trabalho, acabando de vez com o tal voluntariado; e, ao mesmo tempo, protegê-los nos seus direitos contra alguns indivíduos, que, pelo facto do preto ser um ignorante e de raça inferior, entendem que se hão-de sujeitar a todos os caprichos, castigos bárbaros, espoliação, abusos e até trabalho gratuito. Muito mais poderia dizer sobre este assunto, mas lembro-me sempre do Ross.



35. ASTROS, CLIMA, METEOROS E METEOROLOGIA

Não estou habilitado a informar cientificamente se o clima em Chingá é saudável; eu sempre me dei bem e se adoeci agora uma ou duas vezes foi por outros motivos, para que o clima em nada influiu; uma vez não foi mais que a continuação do estado anémico em que vim de Moçambique devido a estar quase seis meses na situação de suspenso sem vencimento algum, passando imensas necessidades; a segunda vez foi quando dirigia a construção de uma grande ponte na estrada Nampula-Ribàüè, onde pernoitava entre pretos, numa pequena palhota toda em capim e com uma fogueira à laia de preto, pois a Administração nem petróleo tinha para me fornecer. Os meus antecessores, à excepção de um que se lhe meteu em cabeça que estava tuberculoso, mas gordo que parecia um pote, os restantes creio que gozavam de saúde.

Sobre meteorologia, quase nada posso dizer, por não haver estação meteorológica, que seria conveniente haver, devido à altitude a que se encontra Chingá. No entanto informarei de que as chuvas são regulares e começam em fins de Novembro, acabando por completo em fins de Junho. No ano findo caíram muitas chuvas torrenciais acompanhadas de fortes ventos, geralmente de oeste, e formidáveis trovoadas. Em fins de Junho-princípios de Julho, as chuvas são muito poucas e começa a sentir-se um frio intenso. Também tem havido a chamada «chuva de pedra».

Os indígenas só conhecem o mau tempo pela aparição das nuvens, *mécũ* [mèku], escuras. Dizem que os ciclones, *alũpũre* [anayúpuri], trovoadas, *êtare* [itari]²⁵⁶, chuva, *êbrila*²⁵⁷, e outros fenómenos são provenientes de Deus que os manda. Chamam à lua *mũêre* [mwéri], ao sol *zũa* [nsuwa], às estrelas, *tènèrê* [ithenèri], à via-láctea ou estrada de

²⁵⁶ Série de trovões: “wòpa itari”, “okukuteeya muluku”.

²⁵⁷ Palavra não identificada. Outras designações: “epula”, “mirupi”, “ekasikasi”.

S. Tiago, *àciciri*²⁵⁸ e nada mais conhecem; olham para os astros muito espantados; vêem e ficam-se a olhar como qualquer pateta que nada tem que fazer ou como qualquer indivíduo que finge saber muito de astros e não percebe patavina. No entanto, sem tais conhecimentos, eles conhecem quando se aproximam as chuvas e alguns há que parecem discípulos do Saraguçano.

²⁵⁸ Palavra não identificada. Outras designações: “mureramaka” ou “mulelamaka”.

36. RECURSOS SANITÁRIOS E HIGIÉNICOS

O indígena, em geral, recorre a plantas silvestres para se tratar, para o que consulta o curandeiro, *òtòcôça* [otokosa ou othokoza]²⁵⁹.

O preto actualmente não tem repugnância em ir ter com o europeu e já vai abandonando os seus curandeiros e vêm ao Posto pedir para os tratarem; noutros tempos, só havia médicos e hospital em Moçambique, para onde não queriam ir por ser longe. Entre o enfermeiro indígena e o europeu, preferem este, dizem, porque sabe curar, trata melhor e não pede pagamento.

No capítulo respectivo, tratarei deste assunto mais desenvolvidamente.

²⁵⁹ A palavra “otokosa” ou “othokoza” significa “esgravatar”, “procurar”, “investigar”, “indagar”. O adivinho propriamente dito é chamado “nahako” ou “mulipa a ehakó”, ou ainda “maipithela”; o acto de adivinhar é designado por “wàsa ehakó”.

SUPERSTIÇÕES 37.

O preto actualmente não é tão supersticioso, no entanto ainda conserva certas manias, convicto que são a realidade. Coitados, vivem na lua e ainda há quem afirme que a lua é desabitada; vamos lá que também há muito europeu que às vezes está na lua sem dar por tal e eu sou um deles, confesso. Entre as superstições que eu conheço, há as seguintes: para que o milho fino produza bem, empregam um meio a que chamam **mũàlèlo*. Põem ao fogo uma panela com água, deitando nesta um pau, *mũàvi* [mwàvi] e cabelo de cavalo-marinho dos rios, *tomôto* [ttho-motto]. Quando a água ferveu bem, espargem a água pela machamba e ficam muito convencidos que o milho há-de vir abundante e de boa qualidade. E levanto-me eu às 2 e 3 horas da manhã par aturar gente desta natureza.

Quando a coruja, *nicũncũne*²⁶⁰, canta sobre a palhota, é sinal que alguém residente na palhota ou sua família há-de morrer.

Há um insecto encarnado com pêlos pretos a que chamam *nũlũcũa*²⁶¹ que, quando aparece na palhota, indica grande novidade.

Quando canta sobre a palhota um pássaro de cor cinza, a que chamam *namame* [namàne]²⁶², dizem que dentro de uns três ou quatro dias alguém há-de morrer.

Há uma cobra com duas cabeças, chamada *êtòca* [etthoka], que indica grande novidade, quando entra num buraco e sai por outro próximo.

Aproxima-se a chuva, quando morre a cigarra, *nhètê* [enyetê]. Também dão pela aproximação da chuva ouvindo cantar um pássaro encarnado a que chamam *quiàra* [khyare].

²⁶⁰ Palavra não identificada. Outros nomes: “esisi” ou “ezizi”, “edhidhi”.

²⁶¹ Palavra não identificada. Outros nomes: “mwana-a-muluku”, “namuluku”.

²⁶² Variedade de coruja.

38. GUERRAS

Nunca tiveram guerras, a não ser de tribo contra tribo, há muito tempo, por questões de mulheres.

Na ocasião da Grande Guerra, viram em Chinga muitos soldados ingleses, mas não sabem para quê (nem eu).

PROVA POR MEIO DE JURAMENTOS 38.

Como toda a gente, o preto para provar a verdade usa as suas juras que são, por pessoas de família: **mũhánólê*, pela família; *uêçámũna*²⁶³, pela avó; *mamàiolê*²⁶⁴, pela mãe; *titiòlê*²⁶⁵, pelo pai; *tataiolê*²⁶⁶, pelo avô; *mamerrôcôrràca* [mwamurokoraka]²⁶⁷, pelos irmãos.

Palavra de honra, não dão, porque ninguém pode dar o que não tem. Há ainda outras provas de juramento, onde entram uns adivinhos a que chamam *m'cũiri* [mkhwiri ou mukhuiri]²⁶⁸. Estes homens, uns grandes intrujões, armam em feiticeiros para encontrar criminosos; para chamar chuva, à falta desta, e outros factos.

O feiticeiro *m'cũiri* [mkhwiri ou mukhuiri]²⁶⁹ senta-se no solo e ouve com toda a atenção ou fingindo que «a liga» as razões apresentadas pelas partes (queixoso e acusado) sem comentários; muito sério, como se realmente fosse uma pessoa de categoria como qualquer «intérprete». Manda colocar no fogo uma panela cheia de água e deita-lhe dois pequenos paus *mũávi* [mwávi]²⁷⁰; mas a panela fica completamente cheia, à devida temperatura a água entra em ebulição e, como a panela está cheia, sai caindo no fogo; se a água sair e os paus se conservarem na

²⁶³ Grafia não identificada. “Muna” designa irmã e avó; mas “uêçá” não foi identificado.

²⁶⁴ Palavra composta de “mama”, “y” e “ólê”. Esta última partícula significa o pronome demonstrativo, “aquele”, “aquela”.

²⁶⁵ “Titi” + y + “olé”.

²⁶⁶ “Tata” + y + “olé”.

²⁶⁷ “Mwa” + a + “murokora + aka” (“murokora” = irmão).

²⁶⁸ Esta palavra significa “feiticeiro”. Adivinho diz-se “nahako”, ou “mwakuli” ou “namwakula”. Para designar o curandeiro temos as palavras e expressões seguintes: “mkhulukana” ou “mulipa-m'rette” ou ainda “namakasuva”.

²⁶⁹ Deve ler-se: O adivinho, nahako”,...

²⁷⁰ Era chamada a prova do “mwavi”, “mwasi” ou “mukai”. A palavra “mwávi” é o nome de uma árvore cuja casca é muito venenosa (*Erythrophleum guineense*). Com o veneno extraído desta casca faz-se a “prova judiciária” ou ordália; prova de inocência ou de culpa. Também se pode fazer o julgamento por meio desta prova, hamado: “mwàvi wa'tthepo”.

panela, indo a água apagar o fogo, como é natural, o acusado não tem culpa alguma e é absolvido, se os paus, pela ebulição, saírem da panela juntamente com a água, é culpado.

Às vezes acontece o culpado não se conformar e então é sujeito a outra forma de julgamento. Colocam no solo duas panelas: uma, contendo água fria e outra, água à temperatura de ebulição, mas no fundo desta panela está uma agulha ou pequena pedra. O acusado introduz as mãos na água fria e seguidamente na água quente sendo necessário trazer a agulha ou a pedra; se as mãos empolarem, é culpado; caso contrário, não tem culpa; e o mais curioso é que a alguns empolam as mãos, mas a outros não²⁷¹.

Noutros tempos havia outra prova: ministravam uns pós extraídos de certa raiz em água, que o acusado bebia; se ele vomitasse ou mesmo morresse (o que acontecia muitas vezes), era culpado; se o veneno lhe não produzisse efeito estava salvo. Mais tarde passaram a executar esta prova num cão ou galináceo; hoje já não existe tal prova [de mwavi].

As provas com a água são actualmente muito usadas e o preto fica realmente convencido que é culpado, embora o não seja.

Eu não creio nestas juras, como é natural, mas casos há que necessário se torna recorrer a estes hábitos. Há bastantes anos, estava eu no Niassa no Posto de Mähũa (Maúa). Ali, como em todo o Distrito, há antropófagos²⁷² (de Chinga já seguiram para Nampula três mulheres). O régulo Mähũa queixou-se-me que em sete dias tinham morrido oito pessoas devido aos antropófagos e pediu licença para fazer um batuque especial para descobrir os criminosos. O batuque é da seguinte forma: reúne-se toda a gente da povoação num grande batuque, em que comparece o régulo, cabo, etc. Enquanto dançam formando uma grande roda, o feiticeiro²⁷³ vai tirando os que lhe parecem suspeitos. Terminando o batuque, os suspeitos formam um círculo e o feiticeiro coloca-se no meio dançando, fazendo umas caretas medonhas e dando saltos; a certa altura faz sinal e tudo se calou, ficando constituída a roda dos suspeitos. O feiticeiro pega

²⁷¹ Esta é chamada a prova “wapeya masi”.

²⁷² As crenças na antropofagia fazem parte das crenças na feitiçaria. É interessantíssimo ver como o autor acredita nelas!

²⁷³ Ler: adivinho.

numa pequena cabaça com a mão esquerda, ficando o braço unido ao corpo; com a mão direita faz vários movimentos e vai dizendo uma lengalenga em sũáhili (kisuahĩli); na cabaça está uma espécie de boneco de pau-preto, mas a forma é redonda dum extremo e no outro, aguçado; a parte redonda tem dois pequenos feijões encarnados, como olhos; claro é, com o movimento do corpo, propositadamente feito, a mão esquerda move-se constantemente e o boneco que está dentro da cabaça, com a parte aguçada para cima, anda num sarilho, mas sempre encostado aos bordos da cabaça; terminada a lengalenga, pára o movimento do corpo e portanto o da mão onde está a cabaça e o boneco fica imóvel encostado à borda da cabaça; para onde estiver voltado o bico ou extremo aguçado do boneco, está o criminoso. Isto executou-se e o criminoso, suposto, foi ao Posto. Ele não era culpado, mas acusou os verdadeiros culpados que foram presos e tudo confessaram.

A propósito, direi alguma coisa sobre estes antropófagos, que infelizmente ainda hoje os há em toda a parte. São factos destes que é de muita conveniência serem do conhecimento do europeu que administra pretos, e portanto tem a seu cargo o civilizá-los. Esta gente, se tal nome se lhe pode dar, costumam envenenar o indivíduo escolhido para comerem; há-de ser são, não ter feridas e gordo. Note-se que isto foi-me narrado pelos próprios antropófagos quando os interroguei para levantar o respectivo auto; preferem crianças por ser a carne mais tenra e mais fáceis de envenenar; para tal, chamam-nos e oferecem-lhes comida que a criança, na boa-fé, come, mal sabendo o seu trágico fim; morta a criança, é conduzida para o cemitério com o acompanhamento do costume, mas os antropófagos também vão a chorar, já para iludir os presentes e já para verem onde fica a sepultura. Altas horas da noite desse dia, vão ao cemitério e desenterram o cadáver, levando-o para uma palhota no meio do mato, onde é retalhada, cozinhada e comida. Dizem que a carne é colocada sobre um estrado de bambu, tal como qualquer carne, com fogo por baixo; quando está estourada, cozem-na em água e comem com a massa de farinha, *chima* [eshima]. Esta gente custa muito a encontrar entre a população; vivem pouco, o que é fácil de compreender.

Conhecem-se pelos lábios grossos, rachados e arroxeados; olheiras e os olhos azulados e mortiços. Em Mähũa (Maúia), viram na palhota duma

velha a mão de uma criança, e ela, desconfiada, foi escondê-la numas pedras da serra Navanga. À noite, acompanhado de dois cipais,²⁷⁴ fui com a velha para ela entregar a mão da criança; eu nunca vi quadro mais horroroso: a velha, dobrada para a frente, braço estendido e a mão na atitude de chamar, olhando para as pedras, dizia com voz lúgubre «nhama-nhama quitüé, nhama-nhama quitüé»²⁷⁵ — estava ela, diziam os presentes, chamando a carne; confesso que aquela cena incomodou-me bastante e preferia que me aparecesse o leão a ver uma tão horrorosa tragédia.

A mulher foi presa para o Posto, mas passados dias morria com qualquer doença; mas fui informado de que o próprio régulo manda «comida» a esta gente, mas envenenada, o que só ele sabe; os régulos não querem esta gente nas suas povoações. Há dias, em Chinga, desconfiei da aparência de uma mulher e interroguei-a como se tivesse pleno conhecimento de que ela comia gente e realmente comia, como confessou, acusando mais duas que foram presas; uma delas tinha obrigado sua irmã, de 9 anos, a comer carne de um homem que pouco tempo antes tinha morrido e que ela foi buscar à sepultura. Acho de uma grande conveniência ir acabando com esta gente tão prejudicial e que, como disse, acostumam crianças a comerem carne humana e portanto a aumentarem o número de antropófagos. Eu farei o que puder e todos quantos consiga encontrar mando-os para a sede da Administração, que fará como entender.

²⁷⁴ O autor grafa deste modo esta palavra, mas passou a ser mais usual grafada “sipai” ou “sipaio”.

²⁷⁵ Expressão não identificada. Carne: “enamã”.

ESTADO SANITÁRIO E ASSISTÊNCIA AO INDÍGENA 40.

Tratando-se de um assunto desta natureza, natural será que trate primeiro de mencionar os nomes que os indígenas dão às diversas partes do corpo. Não têm nomes especiais para os diversos ossos, chamando a todos *macũava* [nikhuva], ôsso.

Os membros do flanco direito distinguem com a palavra *malôpũana* [mulopwana] (homem), creio que por ser o membro que geralmente trabalha mais e, assim, para dizerem braço direito, dizem *môno* [mòno] *melôpũana* [mulopwana]; e é este o termo com que indicam tudo quanto fique para o lado direito, bem como *môno metiana* [mòno mulopwana] (mulher) tudo quanto fica para o lado esquerdo, ou será talvez por ser o membro mais forte, em geral.

Português	Indígena
Cabeça	Mũro [muru, plural: miru]
Corpo	Êrũto [erutxu, plural: irutxu ou erutthu]
Ossos (em geral)	Macũva [makhuva, sing. nikhuva]
Testa	Êũdge [eyũji, eyũdji ou eyũtxi]
Olhos	Maito [maithop]
Nariz	Êpũla [ephula, plural: iphula]
Orelha	Niaro [nyàro, nàro ou niyaru]
Rosto	Cànòne [ekhove, plural: ikhove ou owitho]
Dentes	Maino (mu ou nino) [maino, sing. nino]
Queixo	Êrèro [ereru] ou mantxerere
Pescoço	Chicô [eshiko, plural: ishiko ou exiko]
Ombro	Nicáta [nikhata, plural: makhata]
Braço	Môno [mòno, plural: myòno]

Português	Indígena
Mão	Matata [matata, sing. ntata]
Dedos da mão	Êcata [ekhata, plural: ikhata]
Unhas	Macàro [makharu, sing. nikharu]
Costelas	Paràre [maparari, sing. niparari ou iparari]
Externo	Êhòdgê [ehotxe]
Coluna vertebral	Metana [muthana, plural: mithana]
Cotovelo	Côcũino [ekhòkhwinu, plural: ikokwino]
Mamas	Nipèlê [màpéle] [nipele, plural: mapele]
Umbigo	Mütèco [muthekhu, plural: mitheku]
Costas	Êtũli [etxuli] ou ettuli
Cintura	Êiũno [eyũnu]
Ancas	Êcótũa [ikhétwa, sing. ekhétwa ou ekhòtwa]
Sovaco	Mũcápũane [nikaphwa, plural: makaphwa ou mukaphwa]
Nuca	Ôcôhi [ekohi, plural: ikohi]
Boca	Êano [eyano, plural: iyano]
Língua	N'lũme [nlumi, plural: malumi]
Faces	N'làco [nlako] ²⁷⁶
Gengivas	Òhinine [ohinini]
Garganta	Memilô [mmilo, plural: mimilo]
Ouvidos	Ôârũne [owaruni]
Nádegas	Macũto [makhutxu ou makhuttu]
Anus	M'tũmũ [nthumu, plural: mathumu]
Tripas	Marupô [marupo, sing. nrupo]
Estômago	Nipo [niphú, plural: maphú ou nipwipwi]
Fígado	Hàpa [hapa]
Baço	Massàço [masaso] ²⁷⁷
Coração	Mũrima [murima, plural: mirima]
Rins	Iciô ²⁷⁸
Bexiga	èvéhò [eveho] ²⁷⁹

²⁷⁶ Outras designações: “ithoni”, “ithoi” ou “ikhove”.

²⁷⁷ Outra palavra: “katxama”.

²⁷⁸ Palavra não identificada. Outra palavra “ntximakelo”.

²⁷⁹ Outra expressão: “ehupara ya miyoso”

Português	Indígena
Veias	Metica [mutika]
Coxa	Êtara [etará]
Perna	Mũipalê [mwĩpali] ²⁸⁰
Joelho	Nicũa [nikutha]
Púbis	Ênêna [enena ou nipumpu]
Barriga da perna	Natũro [natori]
Canela	Êcôça [ekosa] ²⁸¹
Pé	Não [nnàni, plural: inàni ou nanàni ou nnawo]
Dedos dos pés	Êlipũi [elipwi, plural: ilipwi]
Pénis	Ũmbôlo [mpolo ou mulôma]
Vulva	Nhànhôco [nanyoko ou enena]
Testículos	Êqũetê [ekhete, plural: ikhetê]
Palma da mão	Metata [matata] ²⁸²
Lábios	Êano [iyano, sing. irukulu]
Peito	Mũrima [murima ou va mirima] ²⁸³
Barriga	Êrũcũlo [erukulu, plural: irukulu]

Aos cabelos e pêlo do corpo chamam: cabelo (em geral), *main'hin* [ni-yihi, plural: maiyih]; sobrancelhas, *macũicũi* [makhwikwi]; pestanas, *macũicũi* [makhwikwi] (o mesmo nome)²⁸⁴; barba, *m'jàràpa*²⁸⁵; bigode, *èrèro* [ereru]; pêra, *èrèro* [ereru] (o mesmo nome); pêlo sobre o púbis, maũnte ??? *macũiti*²⁸⁶, ao sangue dão a designação de *êpòme* [ephomé].

Aos cinco sentidos: cheirar, *ũncã* [uwnkherya]²⁸⁷; ouvir, *ũiũa* [wiwa]²⁸⁸; paladar, *òtápũela* [wotela]; ver, *ôéha* [oweha ou wona]; apalpar, *ũàpàpela* [wapapela].

²⁸⁰ “Mwĩpali” significa canela da perna; perna: “mwetxó”.

²⁸¹ Outra palavra: “Mwĩpali”.

²⁸² Outra expressão: “mpuwa mwa ntata”

²⁸³ “Va mirima” é a parte externa do peito; a parte do tronco contém os pulmões e o coração chama-se “ekakasa” ou “etxirima”, ou ainda “ethotolo”.

²⁸⁴ É um erro: pestanas = “iyàphi”.

²⁸⁵ Palavra não identificada, Outro nome: “ereru” ou “eneru”.

²⁸⁶ Palavra não identificada, Outro nome: “nipwiti”. Púbis propriamente dito: “nipumpu”.

²⁸⁷ Ter cheiro, sentir o cheiro. “Wimurya”: farejar.

²⁸⁸ Outras expressões: “osivela”, “olawiha”.

O estado sanitário na região, não tendo sido mau. Mosquitos aparecem no tempo das chuvas.

A maior mortandade, creio que em todo o Distrito, é nas crianças de tenra idade, isto devido às mães que tantas vontades e mimos querem proporcionar aos filhos, que lhes consentem tudo quanto lhes apetece fazer (até bater na mãe), e se notar que ao filho apetece *chima* [eshi-ma], feijão e até *utêca* [otheka], não põem obstáculo algum em lhos dar; como é sabido, a mãe preta é incapaz de castigar corporalmente o filho que chore seja porque motivo for, mas ignora os cuidados a dispensar a uma criança, e eis a razão por que estou de crer que a maior mortandade das crianças provém geralmente de desarranjos no aparelho digestivo, isto é opinião de quem nada percebe de diagnósticos.

O indígena, inconscientemente, e devido ao espírito de conservação de que é dotado, arranja as doenças. Mesmo que possuam dinheiro para comprar uma manta, não a comprem e agasalham-se de noite com a tradicional fogueira, *môro* [moro]²⁸⁹, que muito lhes prejudica o organismo e compreende-se: a palhota é de pequenas dimensões, sem janelas e apenas a célebre porta de bambus ligados uns aos outros; neste ambiente se reúne a família sentada em volta da fogueira; desde que o preto saia da palhota onde estava submetido a uma temperatura relativamente elevada, sujeita-se a um resfriamento, que lhe produz constipações, bronquites, etc. O preto, onde chegou, para pernoitar, a primeira coisa de que trata é da fogueira, junto à qual adormece e tão junto que chega a queimar-se; mas a fogueira extingue-se e ele, sem dar por tal, fica à mercê da humidade da noite; e assim é que a pneumonia ataca muitíssimo os pretos, bem como o reumatismo. Desde criança que o preto é levado pelos pais, principalmente a mãe, à ruína do organismo. Começa pelo uso das fogueiras que prejudicam como atrás disse e ainda o fumo resultante da combustão, que, de algumas madeiras, bastante prejudica o organismo. Sem dúvida, eles conhecem as madeiras impróprias para a tradicional fogueira e assim dizem que não servem as seguintes:

²⁸⁹ “Moro” significa “fogo”; fogueira diz-se “nikho” ou “eiyykho”; atear o fogo: “otethera moro”; acender o fogo: “opattiha moro”.

M'bila [mpila], produz dores no baço; *rocôce* [rokosi]²⁹⁰, produz tosse intensa; *cũlũco* [kulukho ou ekukukho], não prejudica a saúde, mas não usam porque, dizem, o fogo desta madeira atrai muito as trovoadas e «Deus quando está zangado, parte a cabeça da gente»); *cánhũco* [kanhu-pu ?], produz inchação pelo corpo, bem como o *m'pêpo* [mphepu]²⁹¹.

Dizem que as melhores madeiras para fogueira na palhota são: *m'pàcàla* [mpakala]; *m'rôto* [mrottho]; **tàcàta e còcòro* [kokoro] (de todas tiram corda, *m'cói* [mukoi]).

No entanto, há uma infinidade de madeiras na flora desta região e de certo hão-de queimar algumas prejudiciais ao organismo.

As mães, como é sabido, conduzem o filho às costas, escarranchado e apoiado nos quadris; para tal, é seguro ou amparado por um pano ou coisa parecida que, sendo apertado sobre as nádegas da criança, vêm as pontas ser atadas na frente da mãe, na altura dos peitos e assim a mulher faz todo o seu serviço, como culimar na machamba, confeccionar as refeições, pilar os cereais, maticar palhotas, para o que transportam a terra e água à cabeça, etc., e em todos estes serviços, os movimentos são variados, o que obriga o filho a produzir trabalho superior às suas forças, embora inconscientemente; faz mágoa ver as mulheres com a panela da água à cabeça, e o filho às vezes recém-nascido, completamente encharcado devido à água que lhe cai por cima e com a terra, não fica molhado, como é natural, mas vai-lhe a terra para a cabeça e para os olhos; nos batuques, algumas mulheres entregam o filho a outras, mas no geral dançam com o filho às costas, bamboaleando-se noites inteiras e o desgçado do filho tem que «gramar» aquela brincadeira e é obrigado a dançar também, embora às costas da mãe, acompanhando todos aqueles variados e remexidos movimentos, e isto quando a mulher não se estatela no chão sobre o filho que fica a berrar que nem um chibo. Ao fim do filho adquirir dois anos para três, a mãe, sem o abandonar, deixa-o no entanto à vontade, comendo e bebendo o que quer, numas palhotas e noutras e, muitas vezes, pelo contágio, adquirindo doenças que não tinham. Eu já vi crianças co-

²⁹⁰ É uma árvore de seiva viscosa, da qual se faz visco para agarrar passarinhos, cigarras e para outros fins. O mesmo fisco serve para fixar as flechas de ferro nos respectivos cabos.

²⁹¹ A casca desta árvore serve para fazer o recipiente refrigerante que substitui a serpentina no alambique. Os frutos depois de fermentados servem para destilar, dando boa aguardente.

merem terra. A acrescentar a tudo isto, há as águas, algumas péssimas, que o preto ingere, causando-lhe disenterias, que os levam à sepultura.

Passo a indicar o nome porque os indígenas designam diversas doenças.

Português	Indígena
Abcesso	namecôno [nipotthe] ou namàkara
Amenorreia	nihôço [miyoso]
Amigdalite	êcũára [ekwkwara]
Antrax	namecôcha [namukoxo]
Blenorragia	nihôço [ekisonono ou ekasinyonyo]
Bubão indolente	nipôtê [nipotthe]
Calos	nicũma [nikuma] ²⁹²
Calvície	n'tari [ntari]
Catalepsia	êhilê [etxile]
Cataratas	mũana [mwàna]
Chorea-Dança de S. Victo	nêpa [nepa]
Búbas	tũlo [epũlu ?]
Dor de cabeça	mũrro [murú]
Constipação	uàchamũlê ²⁹³
Coriza	m'rêpũê [murepwe]
Dartros	êtuco [ethuku]
Delirium tremens	ètètèmiri [ettettemerya]
Dentes a abanar? ²⁹⁴	
Dor de dentes	maino [dentes]
Diarreia	nihàco [nihako ?] ²⁹⁵
Dores de gravidez	m'còpũ
Disenteria	namelũco [mavaluwo, ovaluwa ou munamuluku]
Embriaguez	ôhàpaliũa [ohapaliwa] ²⁹⁶

²⁹² Outras designações dos calos dos pés: “nrusa” e “ntuza”; dos calos das mãos: “nrusa” e “nimaku”.
²⁹³ Palavra desconhecida. Outras designações: “kamasi”, “hamasi” e murepwe”. “Waxamurya” é aspirar.

²⁹⁴ Dentes: “maino”, sing. “nino”.

²⁹⁵ Palavra desconhecida: outras designações: “mavaluwo”, “ovaluwa”, “ohavaluwa”, “otxutxuvule wa mmirimani”, “ohara”.

²⁹⁶ “Ohapala”: embriagante; “ohapaliwa”: fazer embriagar.

Português	Indígena
Entorse	ônhôcòla [wònyokola]
Epistaxis (sangue no nariz)	miròlèla [mirolela]
Hérnia	nipôtê [nipotthe ou mushipa, mushipata, shipatta] ²⁹⁷
Espasmo da glote	ipũmũ [iphumu]
Febre	n'tépũcha [ertekusha ?] ou ettekuxa"
Doença no fígado	nàcũnhũnho [ikhunyunyū]
Feridas (em geral)	nicũata [nikhwatta]
Dores de barriga	macũrũmèla
Doenças nos olhos	maito òquiũareia [maitho ?]
Doença (em geral)	êrrêta [eretta]
Frieiras	mataũitãũê [mathawithawĩ]
Vómitos	ôràpeia [nrapheyo, marapheyo ou orapheya]
Hemicrânia (dor de metade da cabeça)	munêpa (do diabo) [minepa]
Hemoptise (vômito de sangue)	ôràpeia êpome [orapheya ephome]
Hemorroidas	namegigi [mwaxariya]
Hidrofobia	n'lũma [nluma]
Laringite estridulosa	òg'onga [ongonga]
Orquite	icabôbũê [ikhapwepwe]
Otorreia	éáro
Parasitas (piolhos)	êtũpô [etthupo ou etxupo]
Parasitas	nanvêca
Prolapso do recto	m'cuètê [mukhwette]
Prurido (em geral)	marũtũèla [marutthuwela]
Reumatismo	mamecôco [namákara ?]
Sarna	ôvèlê [ovele]
Soluços	nàticũmê [matekhumwe] ou natekume]
Sífilis	sála ²⁹⁸
Ténia	mihaco [muhako ou mówa]
Tinha	icàca [ikakha] ²⁹⁹

²⁹⁷ Outros nomes de acordo com o tipo de hérnias: "mwanukokho", "mwamkokho", "epulumwa".

²⁹⁸ Palavra desconhecida: outras designações: "ettokho" ou "musekene ou "mushekeneke".

²⁹⁹ Palavra não identificada; sinónimo: "okulutthu".

Português	Indígena
Tosse	còtòmòla [okothomola]
Úlceras varicosas	namecôche [namukotxe ou namukoxo]
Varíola	êtûvi [ettuvi, etxuvi]
Variolóide	êtûvi a marûpi [ettuviya martupi]
Venéreo (em geral)	mecéquénéquê [musekeneke]

Os nomes das causas de morte são:

Acidente, *nùrrêê* [murette]³⁰⁰, porque tem alguém que mandou; afogado, *àcũchi* ∞ *ua maze* (a água levou); anemia, *ũóta*; asfixia, envenenamento, *mirrêê* [mirrette]³⁰¹ (alguém arranhou); gangrena (está podre basta) ?; paralisia, ? [nanttethe]; queimaduras, *áhôvia* [wosiwa?] (queimado com o fogo); ruptura (nunca faz força), «também estou por essa»; suicídio, *ônànàriria àhiciva* [onariwa wisiva]; zangado (matou-se); tísica [elapaha ou okothomola].

Às dores dão o nome da parte do corpo que lhe dói; assim por exemplo: vê-se o indígena com uma tira de pano atado em volta da cabeça e arrumado a um bambu; pergunta-lhe qual a doença que o ataca e ele diz logo **nàcũnhũho* e se se lhe perguntar o que tem, responde *mũrro* [murú], *maito* [maitho], maino, etc., ou seja, cabeça, olhos, dentes; de forma que a resposta é: ou que tem cabeça, tem olhos, tem dentes, etc.

Sobre a habilidade do preto para inventar doenças, já tratei em capítulo anterior.

Quando se querem escapar a qualquer serviço, arranjam doenças. Não me esquecerei duma cena muito interessante: quando eu era Chefe de Posto de Amaramba, no Niassa, segui com os cipais para a sede a fim de se organizar a coluna contra o Matáca; havia um cipai, cujo nome me não recordo, que ia de má vontade e, durante a marcha, volta e meia inventava uma doença; num «pequeno alto» o cipai esfregou-se com umas certas folhas que encontrou no mato e no dia imediato estava coberto de

³⁰⁰ A palavra “mirrette” tem outros sentidos, como se verá na nota seguinte. Acidente no sentido de desgraça, azar: “otakhaliwa”.

³⁰¹ A palavra “murette” significa “remédio”, “medicamento”, “tratamento” e “veneno”. Envenenar diz-se “ohapala”, “ohapalia” ou “opahula”, também “wiva ni murette”, “ouwiihiwa mirrette”. Envenenamento: “ojihiwa” ou “ouwiihiwa mirrette”.

feridas; claro é, não pôde seguir para as operações. Mas isto não admira, porque assisti a um caso semelhante durante a marcha da 11.^a Companhia Indígena de Infantaria, de Ribàue para Nampula, de que eu fazia parte, e no entanto o facto, muito verdadeiro, deu-se com um soldado europeu da Companhia Disciplinar. Este soldado, em marcha, volta e meia gritava e o comandante da Companhia perguntava-me do que se tratava e eu então informava-o de que me parecia que era um soldado europeu que, na retaguarda, alegava doença e não podia andar; chegados ao novo quartel, de então, da companhia, onde havia um reduto muito bem construído, ali nos colocámos; mas como na frente nos ficavam as casas do quartel que tinham portas e janelas fechadas, no dia imediato de madrugada o senhor Comandante deu ordem para que as janelas e portas fossem arrombadas, mas dentro de uma dessas casas estava dormindo o tal soldado; fui eu e um soldado europeu que à coronhada metemos portas e janelas adentro, mas a certa altura sai por uma porta traseira o tal soldado descalço e de dólman de cáqui na mão a fugir e a gritar, pensando que eram os tão falados alemães e temidos; de forma que o soldado que horas antes alegava doença e que não podia andar, corria naquela ocasião com uma velocidade vertiginosa e descalço.

O indígena de Chinga é saudável, pelo menos na aparência e ao Posto só têm vindo tratar-se de úlceras varicosas. São estas e a lepra as piores doenças, creio eu, que ataca o indígena. Na área deste Posto, tanto a lepra como as úlceras não abundam muito felizmente. Para a lepra creio não haver ainda cura radical e o único recurso para evitar a propagação é o isolamento. A lepra é muito contagiosa, sobretudo nas relações sexuais, mas é curioso que o filho de leprosos nasce sem o menor sinal de lepra e esta vai então aparecendo com a idade; creio que este facto é devido ao largo período de incubação. O que é evidente é que é uma moléstia que se propaga com facilidade e só com o isolamento dos leprosos se conseguirá talvez que o número dos atacados, em número já bastante avultado, estacione ou, pelo menos, diminua a propagação de tão horrível doença.

As úlceras varicosas de carácter fagedenico, que, embora não produzam os efeitos destruidores da lepra, é também bastante prejudicial, chegando a atingir enormes dimensões, resistindo meses a todos os

tratamentos e profundando até à tibia; depois da cura, deixa cicatrizes que, a maior parte das vezes, produzem deformações, e principalmente quando o indígena se trata com curandeiros, pois, curam a ferida mas não aconselham o padecente a assentar o pé no chão, embora com sacrifício, alguns havendo que ficam aleijados por se arrumarem a bambus com o pé voltado para baixo, que, depois da cura, assim fica. Em Muite curei uma mulher que apresentava uma enorme úlcera na perna; ela, com sacrifício, assentava a planta do pé no chão, embora auxiliada com o bambu onde se arrumava, mas curou-se e não ficou aleijada.

Doenças venéreas em Chinga há poucas, pois sendo de importação, quanto mais para o interior, menos se encontram e isto devido ao pouco contacto com gente do litoral, onde geralmente há mais venéreo; no entanto, Nampula é um foco e, como atrás disse, apareceu venéreo a uma rapariga que, levada por um indígena para Nampula, lá o adquiriu por um moleque dum europeu.

Boubas — Há pouco.

Sífilis — Em Chinga não aparece muito devido à pouca ou nenhuma concorrência do europeu ou indígena do litoral ou centros de população europeia, donde geralmente tão destruidora doença propaga.

Febres — Ataca muito o indígena, embora pareça que não. Eu tenho-as tratado em pretos, bem fortes, e já salvei uma preta duma biliosa que chegou a pôr-se «na pele e ossos»; dei-lhe água a beber em grande quantidade que ela vomitava juntamente com a bÍlis e assim sucessivamente até a água sair límpida ou quase; era o sistema seguido em Tete no ano de 1907 que eu vi dar bom resultado e salvar muito europeu.

Elefantíase, *manàra*;³⁰² só há um homem em Chinga, no regulado Ni-heia, atacado desta doença.

Hemeralopia — Moléstia nervosa em que o indivíduo não vê de noite, ou seja, após o sol-posto. Não há em Chinga e falo desta doença por haver muito preto padecente. Na área de Chinga há a nictalopia — o inverso do antecedente; o homem vê até ao pôr do Sol, depois perde a vista.

Passo a descrever a forma como os «doutores» indígenas *mecũlũcano* [sic] [mukhulukana]. Por ser curioso e talvez de proveito, junto uma

³⁰² Palavra não identificada. Outras designações: “nipite”, “nasipela” e “nasipiha”.

colecção das plantas que pude obter, lamentando não poder preparar e apresentar mais, mas estamos na época seca e como é de prever não se presta para obter plantas capazes de coleccionar. Conforme for descrevendo o uso das plantas, coloco na frente destas o número correspondente na colecção³⁰³.

M'tũmê [mtthume³⁰⁴ ?], nome de umas dores de cabeça; pila no pilão três qualidades de plantas (só as folhas), **cũlèlèla* (1), **mũtôcôti* (2), **mũhipi* (3), a massa resultante é deitada em água, que é submetida ao fogo. Com esta água quente, aplicam massagens na cabeça, das n.º 1 e 3, aproveitam, respectivamente, a vagem e a flor.

Blenorragia, *nihôço* [ekisonono]; da raiz duma planta *êôlôa* [eolowa ?]³⁰⁵ (4) preparam uma infusão para beber e com as folhas em infusão, com o líquido resultante banham o corpo.

Há outra planta que me não foi possível obter, chamada *m'tchàhi* [mtali ?], há em Muite. Da raiz, que é tuberculosa, cortada aos bocados, esfregam com força entre as mãos e apertam, expelindo um líquido que fermenta ao mexer com um bambu; este líquido é bebido com pouca água.

Outra planta que também não pude obter **nàchicucia*. A raiz é triturada no pilão e vai ao fogo em água, juntamente com bocados de galinha. Comem a galinha e de vez em quando vão bebendo a água, dizem que em três dias, passa a blenorragia.

Dores nos dentes, *maino*: formam uma infusão da raiz de uma planta, *m'purunha* [mpurunya]³⁰⁶ (5) e folhas de **pépê* (6). Bochecham com o líquido resultante.

Outra receita: corta um bocadinho de raiz da planta *m'cũria*³⁰⁷ (não consegui obter) e com ele carrega sobre o dente dorido.

Dentes a abanar: prepara infusão da raiz, **ôlôa* (não consegui obter) e bochecha.

³⁰³ Ainda não foi encontrada outra notícia desta colecção.

³⁰⁴ A palavra "mtthume" é usada para designar O Profecta, O enviado, referindo-se a Maomé.

³⁰⁵ Árvore de madeira muito mole que pega e rebenta com muita facilidade. É usada nos cercados dos quintais.

³⁰⁶ Planta pequena e rasteira usada como remédio na fanação e na cura de algumas doenças.

³⁰⁷ Palavra e planta não identificadas. "Mkuri" (?), a árvore ou arbusto do mangal; ou "mkuryo", os paus que se utilizam no interior das paredes como taipa?

Para as dores de cabeça, ainda há outra receita: pilam caules das plantas, *môco* [mòko] e **talala* (ou bocadinhos da madeira) e colocam em água que é submetida à ebulição. Ao mesmo tempo que com uma porção do líquido resultante, banham a cabeça, outra porção bebem.

Dores de barriga, *merrimane*: faz uma cozedura de folhas de **m'chè-qùècha* (7); fibras do tronco desta e folhas da **m'pêũ* (8). Bebem a água resultante da infusão.

Outra: tira a casca da planta (do caule) *còcôa* [khokowa ?]³⁰⁸ (32), pila e submete à cozedura. A água resultante bebe.

Diarreia, **nihàco*: escolhe folhas da planta **namahũco* e são piladas, da massa resultante, uma parte aplica em massagens na barriga e outra é deitada em água fria que bebem.

Dores de barriga, *macurumèla* [makhurumela]: pila a casca dum arbusto chamado **m'cũcũra* e deita em água que é submetida à ebulição. Bebe ainda quente e produz efeito purgativo.

Tosse, *còtòmòla* [okothomola]: queima até se reduzirem a cinzas o fruto (vagem) da planta *talàla* (9) e as folhas da **megèlèlè* (10). Deitam as cinzas em água e bebem.

Dartros (semelhante a varíola), **nameçũpi-cũpi*: lavar todo o corpo com a água resultante da cozedura da casca dum árvore **m'còlòcôma* (11) e gavinhas de **távê-távê* (12).

Dores no estômago, **màgê*: prepara infusão das folhas da planta **namicôto* (13) e bebe o líquido resultante.

Doença nos olhos (inflamação): raspa a raiz da planta **m'tèpètê* (14) e o pó resultante é metido na boca e lançado para os olhos com assopro.

Outra receita: deita em água que é submetida ao fogo a casca do caule da planta **m'còlòcôma*; o líquido resultante pouco quente serve para banhar os olhos.

Cataratas, **mũana*: outra pessoa tapa com a mão o olho do doente e conta até 5, juntando sucessivamente os dedos ao polegar; «opinião do curandeiro»: quando tem sorte fica melhor.

Dores no fígado, *hàpa* [hapá ou nahapá] ou *niparàre*³⁰⁹: queima até re-

³⁰⁸ Nenúfar.

³⁰⁹ Palavra e planta não identificadas. Mas existe a palavra “niparari” que significa “costela”, “lado”, “flanco”.

duzir a cinza as folhas e raiz da planta *napàto* [napatho]³¹⁰ (15) e esta cinza é introduzida numa incisão feita à superfície da pele e na altura do fígado.

Orchite, **èquétê*, queima até reduzir a cinzas as folhas da planta **m'tàràũàja* (18). Faz diversas incisões na pele, em volta da cintura, e introduz-lhe a cinza.

Mordedura de cobras: pila num pilão as folhas das plantas **rèpè-rèpè* (19), **nicàruê* (20) e **melhalèla* (21) e a massa resultante põe em água a cozer; com uma pena de galinha passa a massa resultante sobre a ferida.

Feridas produzidas por zagaia: mastiga a raiz da planta **mavàca* (22) e, estando bem mastigada, lança-a sobre a ferida assoprando.

Outra receita: faz um furo na folha da planta *êlói* [aloe ?] por onde sai um líquido que deixa cair sobre a ferida. Com a infusão das raízes da mesma planta, faz as lavagens da ferida.

Dores nos rins: queima até reduzir a cinzas as folhas e flores da planta **namôro* (26) e introduz as cinzas numa incisão feita na altura dos rins; feito isto, deita cinza para dentro do fruto **mũhũũô* (de forma semelhante à romã) e coloca-o enterrado no sítio onde o doente se deita. Planta **muhũũô* (27).

Inchação: aquece ao fogo a raiz da planta **m'ràvaràva* (28) e assenta sobre o local inchado.

Quaisquer feridas: reduz a cinzas as plantas **namiheia* (29) e **còcôa* (30), juntas. No pilão, pila a casca do caule da planta **èvico* (31) e coze em água, com que lava a ferida, aplicando-lhe depois as cinzas.

Têm também medicamentos para efeitos diversos que eles julgam, na sua fraca mente, serem eficazes; assim:

Depois do primeiro filho que morreu à nascença, para que outro nasça vivo, pila no pilão a raiz da planta **qũirica* (16) e deitam em água a ferver. O líquido resultante dão à mulher para beber.

Para o filho crescer e desenvolver-se: a mesma operação com a raiz da planta **nàtêna* (17).

Para terem sorte: golpeia as raízes das plantas **mũlèva* (24) e **mũtèa* (25) e junta-as, atravessadas por um pequeno bambu, ligando-as com

³¹⁰ Variedade de mandioca amarga.

a casca do tronco da m?utèa; feito isto, mete na dobra do pano que coze, enrolando-o à cintura.

Hemorroidal, **namegigi*: aquece a lâmina ou lança de uma zagaia e chega ao ânus.

Boubas, *tũlo*: queima, reduzindo a cinzas, um pequeno fruto da cor da papaia madura e do tamanho duma ameixa; estas cinzas são deitadas sobre as boubas.

Dores de gravidez, *m'còpũ* [mkhopo]³¹¹: pila a raiz de uma planta **m'pidgi* e deita em água que é submetida à ebulição juntamente com a barbatana caudal do peixe de água doce *m'copũ* [mkhopo], conhecido na Metrópole por siluro. A água resultante bebem mãe e filho.

Dores de ouvidos, *iàro* [ephau-ya-naru ?]: pila uma pedra do rio, **êcama*, juntamente com as folhas da planta *chilêàmũali*³¹² e comprime-as na mão; o líquido expelido cai dentro do ouvido.

As plantas que não têm indicação do número são plantas que me não foi possível obter nesta época, como muitas mais.

Os curandeiros recusam-se a informar sobre as plantas medicinais, mas, conforme já tive ocasião de dizer, o preto, sendo bem levado ou, por outra, sabendo-se lidar com ele, vai para toda a parte e faz tudo quanto lhe mandarem, embora com sacrifício. Como era natural, gratifiquei o curandeiro como outros informadores.

Os indígenas, entre esta imensidade de plantas, fazem uso de muitas que se curam, por um lado, prejudicam, por outro, e tem ainda o inconveniente de não saberem dosar; sabem que o óleo de rícino é purgativo, mas aplicam-no à toa; as folhas do mesmo rícino piladas e aplicadas sobre a pele são cáusticas, mas aplicam grande quantidade. Nunca me esquecerei dum caso que há uns 18 para 19 anos presenciei em Tete. O encarregado do Depósito do Material de Guerra era o 1.º sargento Jorge de artilharia; um dia apareceram-lhe umas manchas sifilíticas nos braços e, quando procurava um curandeiro, apresentou-se-lhe um soldado indígena, auxiliar do mesmo Depósito, que lhe disse que a sua mulher sabia curar. Veio a mulher e disse que aquelas manchas eram «chindões» (veneno em língua da Zambézia) e prometeu curar. O 1.º sargento espe-

³¹¹ Esta palavra é o nome dum peixe de água doce.

³¹² Palavra e planta não identificadas (? ya mwàli).

rou uns dias, até que se apresenta a mulher com uma garrafa contendo água quase incolor, mas preparada com umas raízes; recomendou ao 1.º sargento que bebesse um copo pequeno (de vinho do Porto) de manhã e um à noite. O 1.º sargento bebeu o primeiro copo e, passados cinco minutos, perdeu a vista que, passados momentos, lhe voltou; isto dava-se sempre que bebia o remédio. As manchas desapareceram e o homem pagou uma libra em ouro muito satisfeito. Há tempos ouvi dizer que o Jorge morreu na Metrópole com fortes dores no estômago e certamente motivadas pelo tal remédio que lhe curou a sífilis, mas desorganizou-lhe o organismo, levando-o para a sepultura.

Empregam manhas muito interessantes. Também em Tete e em Chifumbase, onde eu era comandante militar, estava um indivíduo ex-sargento Gouveia que estava doente e vivia com uma preta; esta um dia começa a queixar-se de dores e pediu ao Gouveia para consultar o curandeiro. O homem consentiu e apresenta-se o curandeiro que se comprometeu a trazer o remédio. Passados dias vem com o remédio e declara que era preciso que o branco o bebesse para transmitir à mulher com o contacto. Como é hábito, o curandeiro bebeu primeiro e depois bebeu o branco. No fim de tudo aquilo, a mulher que queria outra coisa e combinou com o curandeiro de forma a que fosse fácil dar ao branco algum remédio para lhe aumentar o vigor sexual, o que conseguiu.

Como estes e outros factos, há imensos e eu com os vinte anos desta Província, conheci muitos mas, confesso, tenho-me esquecido.

Direi finalmente que, enquanto puder, e dentro da minha fraca ciência médica, hei-de fazer todos os possíveis para tratar o preto, mesmo adquirindo à minha custa os medicamentos, visto que os da Ambulância do Estado são poucos. Necessário se torna, pois, convencer o indígena a procurar o branco, o que a pouco e pouco se vai conseguindo, abandonando os seus curandeiros que só prejudicam o organismo por não saberem dosear os medicamentos que aplicam e o prejuízo que produzem, embora curem algumas doenças.

41. ALIMENTAÇÃO

Ao tratar deste capítulo, mencionarei animais que não constam na capítulo «Fauna», mas, francamente, os animais por este extenso mato são tantos que fácil é esquecer um ou outro.

A alimentação do preto pode considerar-se dividida em duas: época de crise, a que chamam «de fome», *êtála* [etala] e a de abundância [mulala]. A primeira é de Fevereiro ou Março a Julho para Agosto e a segunda de Agosto até Janeiro; facto este ocasionado pelo hábito do preto que «enquanto dura, vida e doçura — em acabando, gemendo e chorando».

O caso é que na época da escassez, comem frutos e outros produtos do mato, que bastante lhes prejudica o organismo, levando muitos para a sepultura.

Vou mencionar, dentro do possível, os produtos de que se alimenta o indolente macua.

Na época a que chamam «da fome» recorrem ao seguinte: *macaràcũa* [mukarakwa], fruto da palmeira brava; comem a parte fibrosa da casca, a qual é difícilima de digerir, chegando mesmo a inibi-los de evacuar, **miòlê*; uma trepadeira cuja raiz é um tubérculo que se encontra a grande profundidade e que comem cozido, cortado aos bocados, *ũêpa* [wepá], tamarindo (falarei adiante quando tratar da confecção dos manjares), **etêma*, fruto, *tũcũra* [tukhura], *chimbalaũ*, fruto, **êtũlo*, fruto, **m'rimô* (fruto de uma grande palmeira), **m'pêpo* (nome dado ao *êtũlo* seco) (comem a amêndoa), **nàcũma* (fruto), **macũnàpa* (fruto muito doce e gostoso), *m'làpa* [mulapa] (fruto do embondeiro ou baobab), **jululo*, (semelhante ao *êtũlo*, mas muito doce), **pũèré-pũèré*, (gramínea, fruto do capim), **êcôça*, (cavam muito fundo para a extrair, comem a semente), **êtiu* (semelhante à batata), **m'paraũa* (fruto pequeno esverdeado), **êcũti* (acácia; a vagem é grande e preta, contendo umas semente,

como feijões, grandes e azuladas, envolvidas em polpa encarnada). Algumas destas frutas e outras são ácidas e portanto azedam o estômago.

Quando as chuvas abundam, vão então colhendo da machamba pela ordem que indico e cozinhando, os seguintes produtos:

**Massũco* (espécie de abóbora carneira). É a primeira coisa que comem da machamba. Colocam uma panela ao fogo com água, contando com a que a abóbora deita, mas esta é cozida com casca, sementes e tudo; comendo-a assim.

Màcũo [makhuwo] e *mahélê* [mahele]: o primeiro é o milho grosso ou burro; pode ser torrado no fogo sobre um caco numa panela, removendo-o constantemente com um bocado de bambu, cozido em água, pilado como arroz e cozido, e em *chima* [eshima]; para a *chima* [eshima], pilam o milho no pilão triturando-o em pequenos bocados; depois é posto de molho por espaço de uma ou duas horas, findas as quais volta para o pilão para ser reduzido a farinha. Preparada a farinha fazem a massa *chima* [eshima], como adiante direi. O *mahélê* [mahele] (mexoeira) só o comem em massa, depois de reduzido a farinha no pilão. O meio empregado e a forma como comem, direi no fim. *Marũpi* [marupi] (espécie de alpista) só usam em *chima*. Tem duas colheitas durante o ano; à primeira chamam **càtiuê* e, à segunda, **nihalamàta*.

Nàgê [naitti ?] (semelhante ao *mahélê*). Comem em caldo a que chamam *mahàsa* [mahasa] e que é confeccionado tal como o nosso caldo de farinha. Também serve para «chima», mas não usam muito.

Ôlôco [holoko] (feijão pequenino, verde, muito usado pelos banianes): fazem uso dele cozido em grão ou pisado como caril para acompanhar a «chima». Assim, costumam misturar qualquer azeite, se têm.

Êcũtê [ekutxe] (feijão encarnado de forma semelhante ao «chicharro»). Pode muito bem substituir o nosso feijão encarnado, principalmente em puré ou cozido com peixe, principalmente bacalhau. O preto faz uso deste feijão cozido com *macaca* [makhaka] (mandioca seca), pisado e feito em massa como caril para acompanhar a «chima».

Méli [mele] (milho fino). É o único cereal que o preto mais aprecia para a *chima*. Costumam usá-lo: em *chima*, pilado, em pequenos fragmentos, como arroz, cozido (substitui realmente o arroz, mas é seco), posto de molho e comido em cru ou ainda em verde, comido cru ou pila-

do, formando caldo «mahása», que dão muito às crianças; *êtao* [ettawo] ou *jũgo* (feijão esférico e amarelo)³¹³. Há europeus que apreciam muito o puré deste feijão, eu confesso, não acho grande preciosidade. O preto usa este feijão: cozido, inteiro, torrado no fogo ou pisado e cozido, para caril.

Êpũiri [epwiri] (feijão muito apreciado pelos piriquitos). Usam-no: em verde, pisado e feito com caldo «mahása»; cozido, em maduro (seco) e, seco também, pilado, formando massa como caril, para a «chima». *Maràpo* [marapo] (abóbora amarela); comem-na cozida, tal como a *«massũco».

Chũäre [eshwari] (tomate pequeno). Deitam em água quente; tiram-lhe a película e amassam-no, servindo para acompanhar a «chima»; é também usado, como tempero, no caril de carne ou peixe.

Mandioca, faz uso dela: crua, assada e cozida. Depois de seca toma o nome de *macaca* [makhaka] e, assim, comem-na crua, cozida, assada e em «chima», depois de reduzida a farinha no pilão. *Mũhácũa* [muhakhwa], gergelim, assado em grão ou, então, depois de assado é pilado no pilão, formando uma massa em que deitam sal e serve de *matàpa*³¹⁴ ou caril para comer com a «chima». Tiram azeite para tempero.

Metècha [mtesa] ou *mendũim*³¹⁵ (?), amendoim. Comem-no assado (depois de seco) cozido em verde e como caril como o gergelim. Do amendoim tiram azeite para untar o corpo.

Mechire [mshiri ou mushiri], pepino. Comem-no cru e da semente extraem azeite.

Maràca [maraka, sing. nraka], melancia pequena. Comem-na crua. Da semente a que chamam *itàca* [etthaka] extraem azeite.

Namacôto [namakotto], um feijão branco, grande³¹⁶. Este feijão é muito perigoso e para ser consumido, é necessário cozê-lo em três ou quatro águas, caso contrário o indígena expele uns vômitos azulados e cai para o chão sem sentidos, podendo conservar-se assim três horas.

Para o consumirem, levam-no em água ao fogo e depois da água entrar em ebulição, tiram-lhe a casca. Seguidamente volta ao fogo em outra água, onde se conserva sujeito à fervura. Tira a água, põe nova e

³¹³ Feijão que se cria debaixo da terra.

³¹⁴ Espécie de esparregado feito de folhas de abóbora.

³¹⁵ Amendoim grosso. Termo genérico para o amendoim: “manttuvi”, “mattuvi” ou “manduvi”.

³¹⁶ Feijão mascate, grande, espécie de fava.

volta para o fogo e só ao pôr do Sol o comem cozido. O feijão é muito rijo. Eu já comi este feijão cozido com azeite, vinagre e alho picado e, francamente, gostei e achei saboroso e na aparência parece favas.

Os animais que costumam consumir, em caril (só cozido em água e sal) para acompanhar a chima, são:

Galinha, *malàco* [elakhu], ou galo, *m'tupi* [muthupi], cozida ou assada como adiante direi; *màculê* [nikhule], rato de casa, assado ou cozido; *nhama* [enamá], qualquer carne do mato, assada ou cozida; *macôze*³¹⁷, espécie de caracóis com a concha cônica. Depois de bem lavados, comem-nos assados ou cozidos; *cuca* [ekhuka], espécie de jibóia; da banha tiram tempero para o caril e a carne comem-na assada ou cozida; *êgônha* [ekonya], jacaré. Assado ou cozido: *halá* [hala], lagarto dos rios; *ênhôto* [enhotto], um grande lagarto que há no mato, mas de cor escura; morde e costuma andar nas árvores, onde eu o vi; *êcáia*, [ekhaya], pangolim, *nècũ*³¹⁸, rato de palmeira; *n'rei* [nrei ou nrai], esquilo voador (salta muito alto); **inhàça*, **chócũ*, *nicuêto* [nikwettu], ratos, sendo o último das serras; *caràra* [ekharara], lagarta de várias cores (são assadas sobre uma lata); *tiquili* [thikili], grande lagarta verde; *lhôpa* [ihopa, sing. ehopa], peixes; *êcàla* [ekhala], caranguejo dos rios; **canhàca*, camarão; *hàvára* [havara], leopardo; *càramo* [kharamu], leão; *nàhũô* [nahuwo], toupeira; *èpôdgê* [epotxa], rato que vive próximo dos rios; *êtedgi* [etttheji], como um rato, mas grande; vive em buracos, próximo dos rios. Já comi carne deste animal e é muito gostosa (não é rato); **mũnhápa*, rato com o pêlo semelhante ao do leopardo; **m'róane*, rato parecido com o anterior; **êcòpa*, grande rato de palmeira; *tòrô* [tthoro ou ntthoro], rato do mato (muito interessante); *èmétê* [emette], rato do mato com pêlo amarelo-claro; *m'sòpê* [nasope], gafanhoto (como toda a qualidade assado no fogo sobre uma lata); **nũme*, rã (atingem grandes dimensões); *cuàto* [kwathu], gato doméstico; *maràta* [nrattha], pato mudo; *canga*, pintada; *còlôlo* [ekhololo], a mesma sem a substância córnea sobre a cabeça e com um bonito penacho semelhante ao das galinhas paduanas, mas preto; *êcuàli* [ekhwali], perdiz; **nicũara-cũêça*, galinha do mato; **napiri*, galinha pequena, do mato; **iũrũtê*, outra espécie de galinha pequena; *chàca* [shaka], milhafre; *sici* [esisi], coruja.

³¹⁷ Palavra não identificada. Termo genérico: “ekhoropa”.

³¹⁸ Palavra não identificada. Outras palavras: “eshelekethe”, “nashipeka”, etc.

À excepção das lagartas, comem todos estes animais, assados ou cozidos.

Passo a dar uma ideia da forma como estes animais, cereais e legumes são preparados e cozinhados.

A «chima» é uma massa de farinha, *pèpa* [ephepa], extraída dos seguintes cereais: *mèli* [mèle], milho fino; *nàcũo* [nakhuwo], milho grosso; *marũpi* e *máhéli*, meixoeira; *macàca*, mandioca seca; *m'zôro* ou *m'vũca*, arroz (ao arroz branco como o da Índia, chamam *galianane*); **puérê-puérê*, semente de capim especial e é semeado na machamba; **nàcũérê-nàcũérê*, semente do malache (do mato). Chamam ao arroz avermelhado tili. O cereal é triturado em pequenos fragmentos e posto de molho em água; passada uma ou duas horas deitam no pilão e pilam, serviço que pode ser feito por uma só mulher ou por duas; é interessante duas mulheres a pilarem, porque trabalham a compasso e de tal forma que os dois paus não se juntam no pilão nem se chocam; para atingirem o cereal todo, fazem com que o pau, rodando, arraste pelas paredes do pilão. Quando notam alguma farinha no pilão, enquanto uma mulher vai pilando, outra separa a farinha, para o que se serve da *ètõcũa* [ethókhwa] da seguinte forma. Tira do pilão o conteúdo e deita para a *ètõcũa* [ethókhwa] e, com uma mão, espalha muito bem e obriga a desagregarem-se as pequenas partículas; depois segura na *ètõcũa* com as duas mãos em sítios opostos, ficando o bordo entre os dedos polegares e a palma da mão; obriga a *ètõcũa* a mover-se, dando-lhe com os quatro dedos por baixo enquanto o polegar bate em cima e assim a farinha, como mais leve, fica na parte de trás da *ètõcũa* e a parte granulada passa para a frente, com um impulso, levantando a parte dianteira da *ètõcũa*, ao mesmo tempo que lhe dão uma pancada por baixo obrigam a parte da frente a baixar, saindo os grânulos que tornam para o pilão, e assim sucessivamente; é uma operação que parece muito fácil, mas exige muita prática; é interessante ver raparigas de 8 e 9 anos a fazerem este serviço para adquirirem a prática precisa. A farinha resultante é espalhada sobre uma esteira e ao sol para secar. Está portanto feita a farinha. Vamos ver como fazem a *chima*. A fogueira é sempre feita no chão e colocadas em volta umas pedras para assentar a panela, ou mesmo sobre a lenha. A panela vai ao fogo com água (sem sal) e quando esta começa a entrar

em ebulição, ou seja, quando a camada de água junta ao fundo da panela, se torna mais leve pelo aquecimento e portanto começa a passar para a superfície, deitam uma pitada de farinha, dizem eles, que para mais depressa entrar em ebulição ou ferver; eu creio que a farinha serve para eles saberem quando a água ferve; pois a farinha nada influi para acelerar a ebulição. Logo que notam a água a ferver, deitam às mãos cheias, farinha (de qualquer espécie); se é uma só mulher, ampara a panela com uma curta forquilha segura no solo, se são duas pessoas, uma ampara a panela, com as mãos, e a outra vai preparando a «chima» [eshima], para o que está constantemente a removê-la com um bambu, **mũcôri* (uma tira de bambu, muito bem alisada à faca), com as duas mãos; este bambu percorre as paredes da panela inteiramente para que a massa se não pegue; de vez em quando deitam-lhe água, que de princípio, ou seja, antes de deitar a farinha, tiram da panela com a cabaça, *icàhi*, e colocam a seu lado, no chão. Quando a «chima» está pronta, metem o *icàhi* [ekhali ???] na água fria e com ele vão tirando a *chima* em porções com a forma semi-esférica, devido à concavidade da cabaça; se têm colher de madeira, procedem com esta, da mesma forma. Claro é, que este sistema é empregado para todas as farinhas. Tirada a «chima», deitam na panela alguma água para mais facilmente tirarem os resíduos de massa que ficam aderidos às paredes e fundo da panela.

As farinhas também as preparam por fricção numa pedra a que chamam *chilô* [chilá ?] (figura 12, n.º 4); esta pedra na parte superior é picada. Para preparar a farinha, procedem da seguinte maneira: a mulher ajoelha com os dois joelhos no chão e voltada para a pedra, junto à parte mais grossa e que está levantada, devido a umas pedras que por baixo são colocadas. Os grânulos do cereal, depois de estarem de molho, são colocados sobre a pedra e triturados por meio de outra pedra mais pequena de superfície lisa, segura com as duas mãos; de vez em quando, com uma mão, levam para sob esta pedra os grãos que carnalmente se afastam; a própria pedra vai levando na sua frente a farinha que vai caindo para um cesto *êtôcua* [ethókhwa], que está assente no chão, com o bordo debaixo da pedra na parte oposta à que se acha a mulher, pelo que o bordo oposto se levanta. Esta farinha, como é de prever, fica mais bem preparada que no pilão, mas mais trabalhosa de preparar, cansando mais a mulher que a prepara.

Nesta pedra, *chilá*, também reduzem o feijão a pequenos fragmentos quando, com ele, querem fazer caril para comerem com a «chima».

Como caril, usam: o galináceo, ou cozido em água e sal ou assado à forma a que chamamos «à cafreal». Para tal, a galinha é depenada e lavada; cortam-lhe a cabeça e abrem-na no sentido do comprimento; esfregam-na com sal e malagueta moída; seguidamente é atravessada por um bambu aguçado e colocada perto do fogo, sendo o bambu espetado obliquamente no terreno. A ave vai cozendo lentamente para o que a voltam de vez em quando.

Os ratos são assados da seguinte forma: passam-no por cima do fogo para queimar o pêlo; depois este é extraído esfregando com uma faca, ou por outra, raspando com a parte cortante da faca, a fim de lhe tirarem o pêlo; lavam-no e assam-no sobre as brasas depois de esfregado com sal. Tudo o mais é cozido em água e sal; quando têm algum azeite, deitam no molho; os que podem, principalmente pretos que têm salário, preparam caril de amendoim, pisado, feito em caldo, misturando-lhe açafrão. O tamarindo também lhes serve para temperarem o caril e, para tal, é pilado e da massa resultante fazem umas bolas que conservam, quando dele querem fazer uso, deitam a massa numa «*êtôcũ*» e com água, vão apertando entre as mãos, a água cai em baixo numa panela acidulada pelo tamarindo.

Como disse, o preto, em quanto lhe restam cereais, entendem que os hão-de consumir de uma vez e então a toda a hora comem. É ver os cipais a todo o instante com a cabaça, «*icàhi*» [ekahi], na mão, a comerem, ora milho grosso cozido, ora milho fino verde em cru, ora «*macàca*» [nikhaka] cozida, etc.; e o mais curioso é que vêm a consumir em verde, metade da produção da machamba; as mulheres, na época da colheita, até enfiam na boca dos filhos, ainda de mamar, milho fino em verde e cru e então é ver as crianças entupidas a berrarem como um chibo e desalmadamente. É claro que, consumindo assim, além da tradicional *utêca* [otheka], chega a certa altura e os mantimentos esgotam-se; ei-los pelo mato comendo frutos prejudiciais à saúde; originando disenterias e outras doenças que os levam à sepultura.

BEBIDAS FERMENTADAS 42.

Eis o assunto que, embora pareça estar resolvido, não está nem nunca estará. Enquanto o preto fizer cultura, há-de sempre fazer o seu único vinho para consumo, a que chamam *utèca* [otheka]. Verdadeiramente, em meu fraquíssimo entender, a *utèca* só é prejudicial ao preto em dois casos: consumir cereais que tão necessários lhe são para sua alimentação, e, atendendo à sua fraca mentalidade, embriagarem-se com facilidade, ocasionando desordens e até crimes, pois que a bebida ao preto, em excesso, dá-lhe para desordeiro, provocador e, ainda pior, vai buscar questões antigas já esquecidas, para se vingar.

No entanto, repito, é impossível fiscalização porque o preto, quando não possa fazer a *utèca* [otheka] em casa, fá-la no mato às ocultas, como eu já vi em Imala.

Há indivíduos, com o feitio de se salientarem e fazerem ver ao público, sobretudo aos que não conhecem este meio africano, que se gabam que na sua área o preto não faz *utèca* [otheka]; o preto não fuma *súruma*, etc., e no fim de tudo, os pretos bebem *utèca* [otheka] e fumam *sūrŭma*, gabando-se que enganam o europeu, que realmente é enganado, o garanto, sendo então muito pior que se tivesse «fechado os olhos, e não se gabasse». Isto é uma verdade e garanto-o eu que há 20 anos lido com pretos. Pois eu não me gabo do que não faço nem posso fazer e de igual forma não me saliento; só desejo que me façam justiça, de resto, chamar aos bons maus e aos maus bons pouco me incomoda. Desde que em minha consciência cumpra com os meus deveres e não dê ocasião à crítica e censura de estrangeiros, que é o mais importante, não castigando barbaramente o preto; abusando da sua fraqueza de raça; prendendo arbitrariamente aos centos, deixando-os morrer nas prisões, etc., estou tranquilo como português que sou, nasci e desejo morrer.

Passo a dar uma ideia de como o preto prepara a *utêca*. Põe em água (de molho) uma porção de milho fino, que passados dois dias cria raiz e toma o nome de *m'rôpo*; é este que substitui o lúpulo na cerveja. O **m'rôpo*, chamemos-lhe assim, é reduzido a farinha no pilão; esta, junta com farinha de milho, é submetida ao fogo com água, numa panela. Tendo previamente reservado uma porção de farinha de *m'rôpo*, põe esta, só, em água, e submete ao fogo. Formam-se assim dois líquidos resultantes da cozedura de farinha *m'rôpo* e milho num e só *m'rôpo* noutro; estes dois líquidos juntam-se, são bem mexidos com um bambu e deita-se o líquido resultante para panelas devidamente tapadas; passados dois dias está a fermentar e nesta altura é doce; dois ou três dias depois, está pronto para consumo. Geralmente ao terceiro dia já o bebem.

Preparam, quando podem, «vinho» de frutos e entre eles conheço o de caju, mandioca, manga, banana, ananás e nalgumas partes milho fino e laranja.

Para prepararem o vinho, fazem uma coisa semelhante ao alambique, mas da seguinte forma:

Para melhor me fazer compreender, vou comparando as partes componentes do engenho do preto com o alambique. Suponhamos uma panela das que chamam *m'tôcôtiũ* [muttokothilo], é a que substitui a caldeira. Nesta panela, por meio do bico da zagaia, fazendo rodar o cabo ou lança desta entre as mãos, fazem um orifício na parte superior e neste orifício introduzem uma ponta de um cano de uma espingarda, modelo antiquíssimo, como de pederneira, a que chamam *capũiti* [kaputthi]; este cano, a que dão o nome especial, para o caso, de *meliti* [mulutthi], passa dentro de uma espécie de calha feita da madeira de **nipàué* muito dura e que é conservada pouco mais ou menos paralela ao terreno, amparada por duas forquilhas espetadas no solo, onde assenta e tem um orifício em baixo, que é tapado por meio de rolha; nesta calha deitam água fria; nestas condições, a calha de madeira é o refrigerante e o tubo, a serpentina, sem contudo apresentar tal forma. A panela que substitui a caldeira, ou seja, *m'tôcôtiũ* [muttokothilo] é hermeticamente tapada por outra a que chamam, para a ocasião, *mecũmèlo* [mukumelo] e substitui o capitel; o cano ou tubo no outro extremo fica assente sobre qualquer recipiente, como seja outra panela ou prato, ou ainda uma lata. Eis o alambique; o

seu funcionamento, é fácil de prever; as frutas são pisadas no pilão e o líquido deitado na panela «caldeira» assente sobre fogo forte; o líquido entra em ebulição e os vapores, devido à sua expansibilidade, saem pelo cano que, mergulhado em água fria, os liquefaz devido à brusca mudança de temperatura e então o líquido resultante sai pelo outro extremo do tubo e vai caindo no recipiente.

O tubo ou cano da espingarda precisa estar sempre em água fria e para tal abrem o orifício no fundo da calha de madeira, tapam-no e deitam nova água. Claro está que o recipiente onde cai o líquido (panela, lata, etc.) é também tapado. O líquido resultante guardam-no em garrafas para consumir. O fruto que usam mais é o caju, de que há grande abundância.

Há outro processo de preparar o vinho, mas a única diferença está em que o cano da espingarda é envolvido em pano, onde deitam constantemente água fria, substituindo assim a tal calha de madeira.

Outros indígenas há que não estão para tanto trabalho e limitam-se a extrair no pilão o suco do fruto e deitá-lo numa panela, onde o conservam até fermentar; depois coam-no e bebem. É insuportável o cheiro do vinho de caju, embora haja europeus que o bebem. Em minha opinião, este vinho é que deve ser proibido, aplicando uma forte multa a quem o fabricasse, pois prejudica a saúde do indígena, trazendo-o sempre num estado lastimoso e inútil, seja para que for. É tanto ou mais prejudicial que o tão falado e combatido «vinho colonial» impingido ao preto do Sul da Província.

43. ARROLAMENTO DE PALHOTAS E RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO

Conforme expus no meu relatório que acompanhou o arrolamento de palhotas e recenseamento da população, cumprindo com o que dispõe o n.º 18 das Instruções Provisórias para os serviços do arrolamento e cobrança do imposto de palhota, de 1917, saí do Posto e dirigi-me para o regulado de Namacôro, como deste, tinha necessariamente que voltar ao Posto, assim fiz disposto a ir ao regulado M'Cota, o que não pude conseguir por o rio Nagiũa levar muita água; voltei ao Posto e segui para o regulado Niheia; sendo informado de que o Nàdgiũa dava passagem a vau, segui para o regulado M'Cota e, no regresso, ao M'Rica, quase na mesma linha. Voltei ao Posto e aguardei que o rio Namaita desse passagem, seguindo logo que pude para o regulado Tàrũa; podia, a corta-mato, ir ao regulado Minhàcũ, mas tendo chovido torrencialmente, o rio Namaita inibiu-me de seguir, tendo que voltar ao Posto. Daqui, aproveitando a estrada, fui ao regulado Niheia, junto e aquém rio M'Luli; passei este sobre a ponte e cheguei ao Mũavano e deste é que segui para o Minhàcũ, tendo primeiramente arrolado o chefe Miràpũê, junto e além-rio M'Luli, e assim aos baldões de um ponto para outro percorri perto de 380 quilómetros. Os regulados Minhàcũ e Mũavano, em 1915, estavam dentro da área de Chinga, mas agora fui encontrá-los além-M'Luli, estando Minhàcũ muito longe, perto do rio Metivaze.

Como com o tempo tudo muda, encontrei tudo modificado e, em minha opinião, com prejuízo da administração indígena. O meu antecessor agregou o régulo M'Rica, como chefe da povoação, ao régulo Namacôro, estando aquele a 30 quilómetros deste; como podia o régulo Namacôro exercer cabalmente a sua autoridade em indígenas a 30 quilómetros? Propus para que o regulado M'Rica voltasse a existir como em 1915 muito bem existia; chamava ao régulo M'Cota, Namacôro do

Namilaze, o que estabelecia uma enorme confusão, visto haver dois Namacôros; mas se o nome do homem sempre foi M'Cota, por que motivo havia de ser Namacôro? É realmente curioso. Os indígenas residentes nas proximidades do Posto arrolam-nos sem régulo, chamando «Área do Posto» como se o chefe do Posto fosse um régulo; inclui tudo no regulado Namacôro, visto ser este o régulo.

O régulo Miràpũê, que já o era em 1915, bem como o Mũavano, foram agregados como chefes do régulo Minhàcũa a 40 quilómetros!! O Miràpũê voltou a organizar o seu regulado e o Mũavano da mesma forma; com este, dá-se um caso curioso: o chefe de Posto Aguiar olha para o homem muito atento e dá-lhe na administrativa gana para exonerar o régulo «por se parecer com ele»; é inacreditável — mas muito verdadeiro. Ora, que o régulo se parecesse com o Aguiar na cor, não duvido; mas nas feições, confesso que não acho parecido ou eu sou fraco fisionomista.

Todas estas propostas foram aceites pela Administração na pessoa do 2.º aspirante Araújo, armado em secretário interino e encarregado do expediente, motivo porque só o administrador quando vier resolverá o assunto.

Do que não resta a menor dúvida é que devido a proezas de cipais e outras, o régulo Minhàcũa saiu da área do posto e foi para muito longe, além-rio M'Luli; o régulo Miràpũê, também além-M'Luli próximo do rio; o régulo Mũavano, além-M'Luli, junto à estrada Nampula-Ribàũé e à «propriedade» do sentenciado João Ramalho.

Os régulos M'Rica e M'Cota estão além-rio Nàdgiũa quando o M'Cota em 1915, residia e tinha a sua povoação atrás e perto do Posto. Em conclusão, sendo os limites deste Posto, o rio M'Luli, com Nampula; e o rio Nàdgiũa com Mũrũpũla, verdadeiramente, estão dentro da área do Posto apenas os régulos Namacôro, Tàrũa (mais perto de Ribàũé do que de Chinga) e Niheia que ainda tem gente além-M'Luli. Nestas condições, as receitas do Posto (imposto de palhota, apenas) não pagam a despesa com chefe de Posto, intérprete, cipais, etc., e então, ou o Posto terá que acabar, ou a sua área tem que aumentar, sendo limitada por outros rios além-M'Luli e além-Nàdgiũa. Pode dizer-se que «isto já assim está desde 1921 ou 22», mas que culpa tenho eu? Necessário é que um dia tal assunto se resolva, que reputo importante para bem da disciplina.

Procedi ao arrolamento de palhotas sem obstáculo algum, mas no regulado Niheia, onde está a propriedade do tal Oliveira, houve, como já previa, oposições que ocasionaram o arrolamento ficar incompleto.

Regressei ao Posto e qual o meu espanto quando recebo uma carta dirigida ao chefe do Posto, do empregado do Sr. Oliveira e onde dizia: «Tendo eu mais ou menos os meios empregues (sic) pelas autoridades quando estas tenham que procurar (ilegível)... a captura de qualquer indivíduo (sic) cujo este segue (sic) empregado do Balcão ou responsável por qualquer estabelecimento, leva-me a crer que V. Ex.^a sabendo que este indígena era o único responsável pelos armazéns o não tivesse mandado prender! Sem que nomeasse alguém da sua confiança para o substituir; por isso, e para que se lhe possa pedir responsabilidades, peço a V. Ex.^a o favor de informar o que há de verdade sobre a captura e em caso de verdade, quem foi o indígena que o substituiu.» O dito indígena não foi preso e apenas foi ser arrolado como devia, voltando novamente para a propriedade, mas eu que aqui não estou para dar satisfações a qualquer «quidam» e escrevi ao tal empregado, dizendo-lhe que lesse e aprendesse e que perdesse um tempo precioso a dizer asneiras.

Aquele homem, ignorante, queria que eu fosse primeiramente com todas as atenções saber se o «senhor Amade» era encarregado dos armazéns; o «senhor X», encarregado dos celeiros e um outro «senhor número tantos» encarregado de qualquer coisa, a fim de lhes comunicar que ia proceder ao arrolamento, ou «enviando-lhes um atencioso ofício» sem faltar «a saúde e fraternidade» e substituí-los por pessoa da minha confiança ou, à falta desta, por mim mesmo. Eu muito teria que dizer sobre este senhor Oliveira, mas são assuntos já tratados com a Administração, sem que, contudo, até hoje ainda não tenham solução. Enfim, o senhor Oliveira armou ali em autoridade e... haja saúde. O que é um facto é que nem eu nem o régulo sabemos qual a população indígena em M'Luli.

O arrolamento de palhotas tem variado de ano para ano, ora diminuindo, ora aumentado, conforme a gana administrativa de cada um.

Percorri o arquivo e consegui formular o mapa que se segue:

Anos	Palhotas		Arrolados Diferenças		Pagas Diferenças		Obs
	Arroladas	Pagas	Para mais	Para menos	Para mais	Para menos	
1920-921	2247	?					
1921-922	2276	?	29				
1922-923	2375	2869	99	?			
1923-924	3381	3319	1006	450			
1924-925	3744	363					
1925-926	2590	1154					
1926-927	2063	1980	527				
1927-928	2093	1350	30			530	Pagas até 12 de Novembro

Eram chefes do Posto

1920-921 — Sr. Luiz António Sande

1921-922 — O mesmo

1922-923 — Sr. João Ladislau de Freitas

1923-924 — Sr. Joaquim Trigueiros

1924-925 — Sr. Arnaldo Roque d'Aguiar (não fez arrolamento)

1925-926 — Sr. João Teixeira Gomes de Barros

1926-927 — desde Novembro — O actual (o arrolamento era do Sr. Barros)

1927-928 — O mesmo

No arrolamento de 1927-928, não estão incluídos os régulos Minhàcua e Mũavano que perfazem umas 400, mas que para a comparação é necessário juntar e então Chinga arrolou, relativamente ao ano de 1926, 2493 palhotas, incluindo suplementares.

Pelo mapa junto nota-se grande oscilação na população e ultimamente uma diferença para menos no total de mil e tal palhotas devido à má política indígena do chefe Aguiar e aos castigos bárbaros aplicados pelo sentenciado João Ramalho, quando «encarregado» da abertura de estrada Nampula-Ribàué, que é do conhecimento da Administração.

Com toda a franqueza de que sou dotado, devo dizer que há um

tempo para cá tem saído gente, sobretudo mulheres que gente de Nampula vem aqui buscar e leva; estou farto de pedir providências e nada; estou certo que o 2.º aspirante Araújo providencia, mas os cipais, no estado de insubordinação em que estão, encobrem os fugidos e enquanto aquele 2.º aspirante, actualmente mandando na Circunscrição, não puser na ordem os cipais, machileiros, incluindo os seus privativos, que são os piores, e principalmente o célebre intérprete, nunca terá solução tão importante assunto. Passo a expor alguns casos de fugas e pela qualidade dos personagens se chega à conclusão que é uma verdade o que deixo dito.

Na nota n.º 14 de 2 de Fevereiro — Peço, digo, comunico que o indígena Mũantapa do regulado Namacôro ausentou-se com sua mulher para Nampula, indo residir para casa do cipai «Anice». Este cipai foi alistado entre os machileiros privativos do dito aspirante. Foi enviada para o Posto sua mulher e mais tarde veio o Mũantapa.

Nota n.º 17 de 12 de Fevereiro — Comunico que o indígena Náhûô de régulo M'Cota, quando soube que eu ia para o arrolamento, fugiu para Nampula.

Em nota n.º 135/32 de 28 de Fevereiro — Manda apresentar o Mũantapa dizendo que foi encontrado em casa do cipai José (ex-machileiro) e não Amice. Este M'ũantapa tornou a fugir para Nampula e lá está. Mas já antes, em nota n.º 60 de 4 de Dezembro de 1926, eu comunicava que seguiram para Nampula com o sentenciado Ramalho o seu cozinheiro Loiuéque e moleque M'Tũlê, ambos do regulado Namacoro, sem passe, pelo que pedia providências.

Nota n.º 67 de 25 de Dezembro — Comunicava que o mesmo sentenciado obrigou 8 homens do regulado Mũavano a conduzirem-no em machila. Nem uma nem outra tiveram resposta.

N.º 12 de 1 de Fevereiro do corrente ano — Comunico que o intérprete Francisco da sede roubou a mulher ao indígena Namiacũpe do regulado Niheia — Também não teve resposta.

N.º 32 de 4 de Março — Comunico que o indígena Namélétôco do regulado Namacôro fugiu para o regulado Nàpapàta, casa do Nicòpua.

N.º 35 de 12 de Março — Peço o indígena Capiàle do regulado Namacôro que fugiu para o regulado M'Lôlo, em casa do Nahàge.

N.º 42 de 19 de Abril — Reclamo o indígena Còrãta do regulado Niheia que fugiu para Nampula, regulado Melèheia.

N.º 52 de 7 de Junho — Comunico que o indígena Canelôcia do regulado M'Rica foi em tempos para Nampula para machileiro do 2.º aspirante Araújo. Veio aqui buscar sua irmã, casada em Chinga, e levou-a para dar a um moleque em Nampula.

N.º 503/29 de 16 de Junho — Dizem da sede que o Canelôcia não foi machileiro do aspirante Araújo, mas sim do ex-secretário Cardoso. Manda apresentar a mulher a fim de ser punida, voltando para Nampula, visto lá estar casada.

N.º 56 de 16 de Julho — Digo e apresento argumento provando que a mulher deve ficar em Chinga, onde tem sua mãe, onde está casada havia dois anos e onde reside desde pequena, fazendo ver que não estamos autorizados a tirar a mulher a ninguém.

N.º 566/29 de 19 de Julho — Manda apresentar a mãe e marido da mulher Fátima a que alude a nota 56.

N.º 583/29 de 3 de Agosto — Diz que a mulher Fátima fica em Chinga. Telegrama n.º 22 de 10 de Junho — Peço a captura do indígena Calima do regulado Namacôro que fez um roubo de 265\$00 e fugiu para Nampula para casa do cantoneiro M'Püechiũ; levou consigo uma rapariga e já antes tinha roubado a mulher doutro indígena.

Eu, prevendo que as providências seriam as mesmas que do antecedente, tomei-as eu e mandei-o prender por um cipai do Posto, o que realmente se deu comunicando imediatamente no telegrama n.º 23 de 15 de Junho, que o Calima fora preso. Ele, na secretaria confessou os roubos e disse onde se encontravam e no telegrama n.º 24 de 16 comunico que o Calima confessa o roubo e diz que o dinheiro e panos deu-os a guardar a seu sobrinho M'Püèchia, cantoneiro em Nampula na estrada para Mossuril e que a rapariga estava na propriedade do senhor Almeida. Na Nota n.º 53 de 18 de Junho confirmo o telegrama n.º 24 de 16.

Nota da sede n.º 500/24 de 16 de Junho — Diz que Calima foi punido com 180 dias de prisão que cumprirá no Posto e diz para averiguar se foi ele que cometeu o roubo e providenciar no sentido do roubado ser indemnizado.

Confesso que fiquei sem saber que fazer; pois se comuniquei umas duas vezes que o dinheiro e panos estavam em poder do cantoneiro M'Püèchia!! Comuniquei que o próprio Calima declarou que deu o dinheiro ao cantoneiro? Como ia eu providenciar? Não garanto, mas parece-me que andou ali Francisco. Foi nesta altura que enviei a nota n.º 53 acima referida, mas até hoje, nada; e o homem roubado ficou sem o que é seu.

Nota n.º 51 de 1 de Julho — Comunico que a mulher Mürrètée do Cônũàpũanha, do regulado Niheia, fugiu para o Meléheia de Nampula.

Nota da Sede n.º 673/24 de 21 de Setembro — Manda apresentar o Nôpuano dizendo que por informações do régulo Muléheia, foi arrolado na sede; diz mais que o régulo foi punido. Já em nota n.º 50 de 16 de Julho, eu tinha tratado do mesmo assunto.

N.º 59 de 16 de Julho — Comunico a fuga do cipai Boma que cometeu faltas graves.

Telegrama n.º 26 de 15 — Já tinha comunicado a fuga daquele cipai e lembrava que ele tem o irmão Nahage com os machileiros em Nampula, sendo provável que lá se escondesse.

Telegrama n.º 29 de 19 de Agosto — Comunico que o Boma foi visto a caminho de Lũnga.

Nota n.º 67 de 31 de Agosto — Peço o indígena M'Tütürũa do regulado M'Rica que fugiu para Nampula, regulado Namuito.

N.º 70 de 9 de Setembro — Peço dois indígenas do regulado Tàrũa, o Mũhũla e Mũlũpa; o primeiro fugiu para Nampula para o regulado Namuito casa do Caixote, ex-cipai, hoje carpinteiro; o segundo para o regulado Niũaro casa do Tatiná e lembro que ainda não foram presentes os indígenas constantes das notas n.º 52 e 54.

N.º 74 de 20 de Setembro — Comunico que o indígena Cũache do regulado Namacôro fugiu para o regulado M'Rônha para casa do Pique-nine. A sede sobre estes respondeu que o indígena pertence à área de Nampula, e que a mulher vinha para cumprir o castigo e voltava. Nota n.º 723/32 de 25 de Outubro.

N.º 76 de 30 de Setembro — Mando apresentar em Nampula dois homens que foram presos na estrada quando levavam à força uma rapariga menor. Comunico que havia dias, um homem do regulado Namacôro,

que antes fugira para Nampula, fora preso na estrada quando levava uma menor para Nampula. Lembro que talvez em Nampula haja negócios de menores.

N.º 80 de 9 de Outubro — Peço a captura do ex-cipai António que fugiu para Nampula, constando estar ao serviço do Sr. Pedro Baeça. De Nampula disseram que não estava lá.

Telegrama n.º 41 de 24 de Outubro — Que este António veio a Chinga, fugindo novamente para Nampula, gabando-se que o não haviam de prender. Peço providências. Veio preso.

Nota n.º 82 de 1 de Novembro — Mando apresentar o indígena M'Tà-petino que se queixa que gente de Nampula veio buscar a sua irmã para a entregarem a outro indígena.

Telegrama 43 de 11 de Novembro — Comunico que o Mũantapa (vide Nota 14 de 2 de Fevereiro) e suas mulheres tornou a fugir para Nampula para casa do cipai José, que assim me desconsidera e peço providências.

Nota n.º 84 de 15 de Novembro — Comunico a fuga do indígena Nacũco para Nampula, para casa do indígena Caixote, ex-cipai e actualmente carpinteiro; foi cipai em tempos neste Posto. O indígena Nacũco cometeu aqui roubos e cumprida a prisão fugiu para Nampula.

Comunico mais que o ex-cipai Menane veio ao regulado Namacôro e levou uma rapariga chamada Lévané.

Comunico que a mulher M'Pũrũrũa tem uma filha em Nampula de nome Naine, digo, amigada com o Naine, que em 1915 (que eu me recorde) foi como cipai de Chinga para Ribaué (então Comando Militar). Voltou de castigo para Nampula, onde cumpriu prisão. Veio para Chinga como cipai; foi aqui castigado e voltou para Nampula, onde se encontra. A mulher M'Pũrũrũa, já referida, fugiu agora para Nampula com outra sua filha, para casa do célebre Naine.

Comunico mais, que se apresentou no Posto a pagar o imposto de palhota, a mulher Pàcèri que está em Nampula, para onde fugiu, amigada com o indígena Namũeto, ex-moleque do Sr. Sousa.

Como se vê, assumi posse do Posto em 21 de Outubro de 1926 e desde Abril de 1927 (corrente ano) é que se estão dando constantemente fugas e roubos de mulheres. Porque será? Com toda a franqueza o vou dizer.

Noto um certo desprezo pela administração e política indígenas, ramo de serviço importantíssimo; toda a atenção é para as estradas e luxos de arborização, automóveis, etc. Sem dúvida, necessário se torna embelezar as várias regiões deste Distrito, mas há a atender à política indígena e outros factos de que tratarei no Capítulo Estradas e Construções. A população de Chinga é pequena e portanto proporcionalmente mais carregada com serviço — eis um dos motivos da fuga de gente de Chinga; mas este facto já vem muito de trás; pelo mapa de comparação dos arrolamentos de 1921 a esta data vê-se que até 1924-925, a população aumentou, mas no ano de 1925-926 há uma diferença para menos de 1154 palhotas, que é importante e provém da má política indígena e péssimo procedimento do então chefe de Posto Aguiar. Como não haviam de fugir os indígenas? Aquele senhor mandava os machileiros caçar galinhas (domésticas) nas povoações com a rede de caça (uma espécie de caça «de arrasto»); mandava buscar aos centos de ovos e nada disto pagava; este contingente de galináceos (voluntários) e respectivos ovos mandava-os vender em Namialo, Munapo, etc. Tinha coisas interessantes: o seu cozinheiro, natural de Moçambique (distrito), era um negro forte; o Aguiar almoçava no átrio compreendido pelas três casas e bebia vinho, whisky, etc. Já um tanto ou quanto toldado pelos efeitos do álcool, chamava os cipais e um de cada vez era obrigado a lutar com o cozinheiro; quando o cipai era vencido, ia acto contínuo para a prisão por não servir para cipai; de noite ia na machila até ao rio Namaita e determinava a hora de chegada ao Namaita e ao Posto; quando falhasse a hora, os machileiros iam todos para a prisão depois de os castigar corporalmente e a valer. Exigia ao então intérprete Luiz que desse panos para a preta com quem vivia; deu em resultado que o intérprete perdeu-lhe o respeito e um dia fez uma nota para a sede dizendo que o intérprete não cumpria as suas ordens!! Como queria aquele homem que o intérprete o respeitasse? Todos estes factos e outros ocasionaram a fuga de muita gente para Nampula, Ligonha e Murrupula.

Sobre o tal sentenciado Ramalho, disse o suficiente para provar que foi um grande contribuinte para a fuga de muita gente. Este Ramalho veio, infelizmente, para Chinga, com nota urgente n.º 403/25 de 20 de Novembro de 1924. Em Setembro de 1926, foi para Nampula, onde esteve

preso por causa de ser acusado de tomar parte no roubo dos 50 000\$00 (não duvido). Já em Agosto de 1925 o cipai Sèvène matara um homem, na estrada, por ordem do sentenciado Ramalho, único responsável e hoje em Nampula podando laranjeiras e olhando pela «sua propriedade».

Por curiosidade, transcrevo a guia com que se apresentou em Nampula o tal Ramalho.

«Em virtude da nota da Secretaria Militar n.º 1202/53 de 21 de Outubro de 1924 segue para Nampula para prestar serviço na Circunscrição da Macuana o sentenciado da Guiné n.º 890, João Ramalho», segue o estado de pagamento. A verba lançada em Nampula. «Apresentado e segue para o Posto de Chinga para ser empregado nos serviços da construção da estrada directa Ribãüé-Nampula.» Nampula, 27 de Outubro de 1924. «Apresentado e segue para o serviço da estrada.» Chinga, 5 de Novembro de 1924. Alguém pensará que este bandido foi trabalhar como pedreiro ou coisa parecida, mas não: foi como «encarregado da construção» tendo como «adjunto» o soldado Queiroz da Companhia Disciplinar. O resultado era de prever: castigos corporais e bárbaros, mortes, etc., no entanto o sentenciado lá está em Nampula, ameaçando e dizendo «que sabe... muita coisa» e ainda proprietário dum terreno onde ainda hoje tem indígenas trabalhando. Enfim, um homem feliz, embora um assassino de profissão. Mas creio que este sentenciado era insubstituível, porque o chefe de Posto, com saudades dele (quando preso em Nampula), enviou o telegrama n.º 1 de 14 de Janeiro de 1926 que era do teor seguinte: «Constando-me que o sentenciado Ramalho, encarregado estrada Chalãüa, está preso motivos desconfiança cumulidade roubo dinheiro imposto, efectuado seu colega Rafael, peço para informar quais resoluções pensam tomar à cerca mesmos trabalhos a fim poder regularizar envio pessoal trabalhador aquela localidade.» Da sede respondem «N.º 2/25 de 15 de Janeiro — Referência seu 1 de 14, sentenciado Ramalho segue hoje reassumir serviços estrada». No entender do meu antecessor, estava salva a situação!!!

A grande quantidade de gente que daqui fugiu, mesmo que agora queira voltar às suas terras, não pode, devido aos célebres passes.

Mas há mais factos a ocasionar que esta área tenha pouca população. Embora sejam machileiros ordinaríssimos, há a mania que os machilei-

ros de Chinga são bons e assim qualquer cidadão pedia machileiros de Chinga contratados por meses; ora, era natural que findo o contrato, aqueles homens fossem mandados regressar às suas terras mas não se deu nem dá tal facto. Que eu saiba, o 2.º aspirante Araújo pediu 24 e destes, uns armou em cipais, tal como antigamente se armavam os cavaleiros e outros para lá ficaram para Nampula; o Ex.^{mo} Senhor Neutel também levou 24 machileiros e creio que hoje tem só 8, dos restantes, uns voltaram e outros ficaram em Mogincual, creio eu. Quando o tal senhor Aguiar foi chefe deste malfadado Posto, fugiram perto de 40 que não voltaram; ora somando, só estes que eu sei, perfazem um total de 76 aproximadamente.

Dá-se a circunstância que agora os indivíduos fugidos em tempos querem à viva força levar gente para Nampula, mas só há uns tempos para cá, que é mais interessante e se vê pelas datas das notas a que atrás me refiro.

E assim a população de Chinga foi desaparecendo até hoje, sem que, confesso, providências fossem e sejam dadas. É de lamentar. No entanto, eu vou empregando todos os esforços para que a população volte, mas vejo-a sair sem que alguém me atenda.

Os indígenas que daqui fugiram, já saíam com mulheres de Chinga «por procuração» — ainda há dias veio à secretaria pagar imposto uma mulher do regulado M'Cota que casou agora com um indígena que há pouco tempo fugiu para Nampula; veja-se a que estado isto chegou.

Disse-me em Muíte o Ex.^{mo} Sr. Secretário dos Negócios Indígenas que a população de Moçambique tende a diminuir e perguntou qual a minha opinião, parecendo-lhe ser a falta do lobolo que há no Sul; em parte será, mas há outras causas. Pondo de parte as fugas de Chinga para Ligonha; de Malema para o Niassa e território inglês e outras, há um mal que é o seguinte:

Há actualmente muitos indígenas, ou seja, de há 4 ou 5 anos até hoje, que abandonam as suas mulheres, muitas com filhos, para se amancebaram com raparigas entre 5 e 13 anos de idade; é de lastimar ver homens com cabelos brancos, cujas concubinas são crianças de 6 a 9 anos; eu, no meu fraquíssimo entender, reputo importante este facto para o decréscimo da população. Existe sem dúvida o Código de Registo Civil muitíssimo bem organizado, mas o que é certo é que não tenho notado a sua

aplicação sobretudo desde que os assuntos de política e administração indígenas estão um tanto abandonados e entregues a gente nova sem a prática precisa para tratar de tão importante assunto, ligando toda a atenção a estradas luxuosas, ou seja, a coisas que se vêem para criarem fama e protecção (que realmente conseguem), abandonando os assuntos que o público não vê e que portanto em nada influi para adquirir a fama de bom administrador, mas os resultados estão-se vendo e de futuro se verá mais, o que é pior; como ia dizendo, não noto aplicação do dito Código como se vê por exemplo pela forma como o 2.º sargento Araújo, hoje a mandar na Circunscrição, resolvia o assunto a pág. 68 tratado em nota n.º 52 de 7 de Junho; veja-se a facilidade com que aquele «administrador» tirava a mulher ao marido para a dar ao moleque dum europeu. Mais tarde, outro e outro caso. Um homem de 40 anos casar com uma rapariga de 10 anos é absurdo. Para bem do serviço, da moral, da política indígena e ainda no intuito de se levar avante a tão falada civilização a dar ao preto, desejava que me indicassem a melhor forma de reprimir tal facto. A dificuldade está na ocasião do arrolamento e na verdade depara-se-nos dois casos a resolver: ou arrolar todas as raparigas de idade superior a 5 anos ou arrolar as que estão casadas ou então nem umas nem outras. Não as arrolando na totalidade ou só as casadas, somos borlados pelo preto que se pinta para tal e ainda se gaba, o que é pior; arrolando todas, há a crítica e dá-se o facto quando da presença do Ex.^{mo} Sr. Dr. Juiz Botelho da Costa, que se indignou por ver raparigas de 9 anos com o bilhete de imposto; mas aquele senhor ignora que o preto vem à secretaria pagar o imposto de palhota e não diz se é criança ou mulher e chegando a casa entrega-o à concubina, que muitas vezes é uma criança.

O que é um facto é que a mulher abandonada, além de não procriar, tem dificuldade só em pagar o imposto de palhota, causando dois prejuízos e uma criança de 5 a 17 anos também é impossível de procriar. Entendo que só punindo severamente o sedutor e pais da criança se porá termo a um tal estado tão prejudicial no acréscimo da população e interesses do Estado. No entanto, resta-me a esperança que este mal feito relatório e outros de abalizados tratando do assunto melhorarão ou remediarão, no alto critério de quem depende a sua solução, estes factos criados por mero arbítrio do indígena.

Há ainda a notar a questão das mulheres de soldados ao activo serviço. Chegamos ao arrolamento em qualquer regulado e apresentam-se mulheres declarando que seus maridos são soldados, eu pergunto-lhes sempre porque não acompanharam os maridos. O Regulamento para o Recrutamento das Forças Indígenas e bem assim o das Circunscrições dizem que o soldado é dispensado do imposto de uma palhota; mas de qual? pergunto eu; o indígena deixa aqui a sua mulher e chegado à localidade do quartel da Companhia arranja outra que é alojada na sanzala ou temba militar e nestas condições fica tendo duas mulheres, uma na temba e outra em Moçambique, havendo portanto prejuízo do imposto de uma palhota, e mesmo admitindo que possam ser dispensadas as duas, o que é um grande prejuízo para o Estado, necessário seria que as Companhias de Depósito e Recrutamento enviassem uns impressos que seriam entregues às mulheres dos soldados, tal como se faz para os indígenas que emigram, visto a tendência do indígena para enganar; mal de mim e mal da Fazenda se isentasse de imposto de palhota todas as mulheres que dizem que seus maridos são soldados.

Ao terminar este capítulo, apresentou-se, vinda de Nampula, a mulher Lévana do regulado Namacôro de que trato (páginas atrás). Diz a mulher que um ajudante a foi buscar juntamente com o ex-cipai Menane; este voltou para casa e ela ficou presa e veio para Chinga; diz que o Menane é que a veio aqui buscar. Finalmente, sobre a forma de se fazer o arrolamento, direi: que é difícil. Se é feito palhota por palhota, então a época das chuvas não se presta; em primeiro lugar porque o capim, machambas e outros arbustos não deixam descortinar as palhotas e o arrolador, que é o chefe do Posto, terá que andar meses pelo mato atendendo às constantes chuvas, algumas torrenciais; há opiniões de que assim o régulo não encobre os amigos e os que o gratifiquem; encobre na mesma porque o macua vive isolado, alguns a 5 quilómetros do régulo e portanto se este não indica as palhotas, como há-de o arrolador lá ir? E mesmo que assim fosse, encontrava-se a palhota abandonada e o régulo informava que não tem habitante; que fazer? queimar a palhota? Não se pode fazer, porque as leis o não consentem. O principal é ter os régulos, cipais e todas as autoridades indígenas devidamente disciplinadas; o arrolador irá a cada povoação, onde toda a população deve estar reunida;

acabado o arrolamento, espera uns dias e, de surpresa, manda cipais (subordinados e disciplinados) a fim de trazerem ao Posto os que não estejam arrolados; passado um ou dois meses, a mesma coisa e assim o indígena, com o tempo, ou até mesmo no ano seguinte, já não falta ao arrolamento. Neste Posto, após o arrolamento, arrolei 330 palhotas. Não convém que o régulo saiba o número de palhotas a pagar no seu regulado, pois pode ter mais e, acabado aquele número, não traz nem mais um indígena a pagar. É conveniente proibir os agricultores e seus empregados a intrometerem-se nas operações do arrolamento, deixando a autoridade operar livremente e nunca o agricultor fazer arrolamentos, pois se os há sérios, há-os também como o de M'Luli, que os esconderia como esconde agora não consentindo que a autoridade lá vá, mas que há-de ir enquanto eu tiver à minha responsabilidade o arrolamento e cobrança do imposto de palhota na área sob minha jurisdição. Eu dou uma única numeração às palhotas arroladas e a cada indígena entrego um papel onde apenas consta o número que lhe coube e nada mais; este é o sistema antigo e que, para mim, melhor resultado dá e a prova é ver o arrolamento de Nampula, numerado por povoações, vi uma enorme confusão e difícilimo de encontrar um número de palhota; o 2.º aspirante Araújo quando veio para o Quadro Administrativo disse em conversa que «ia ver como os meninos sargentos faziam o arrolamento»; era assim mesmo como está feito o de Chinga e diga agora qual deles dá melhor resultado; não admira, pois aquele aspirante nunca tinha feito arrolamento algum e portanto disse-o inconscientemente; no entanto perdeu um tempo precioso e a prova vê-se hoje; sem dúvida, a cobrança faz-se mas só descarregam passados dias pelos talões e com uma dificuldade espantosa, quando é certo que em Chinga o preto apresenta o papel com o número, que eu encontro com facilidade por a numeração ser seguida e descarrego conforme vão pagando. É muito mais prático; facilita o serviço e poupa tempo. Em Nampula, por acaso, é este o primeiro ano que se faz o arrolamento nominal, ou seja, o senhor Araújo teve que recorrer ao arrolamento «dos sargentos».

44. ESCOLAS

Fala-se com grande insistência na grande necessidade de educar e civilizar o indígena; em minha opinião, a educação do indígena deve compreender: artes e ofícios, agricultura aperfeiçoada, educação cívica e, em último lugar, ler português e assinar o seu nome que tão necessário lhe é para certos actos, sobretudo em serviço de justiça, onde algumas vezes o preto gira como um manequim. Mas educar o macua não é empresa fácil e eu digo-o por experiência própria; o macua só pode ser educado ou, por outra, só se civilizará de hoje a muitíssimos anos, visto que temos que educar a criança, pois «burro velho não aprende línguas» e a criança de hoje é que virá a ser de futuro o preto africano civilizado; mas, para educar as crianças de hoje, necessário é tirá-las do convívio das povoações e até dos próprios pais e é para isto que eu aprovo as missões religiosas; é o sistema do estrangeiro que as tem espalhadas até nas nossas colónias desnacionalizando o preto, o que é necessário a todo o transe combater; e como? Com missões religiosas também. Hoje já há em Moçambique muito preto e mulato que sabem pelo menos ler português, pois esses homens espalhados pelo interior, talvez, não garanto, dessem resultado; assim, em cada Posto Administrativo haveria uma escola com um ou dois monitores indígenas remunerados; eu garanto sob minha palavra de honra que, se me derem um ou dois pretos para monitores, para o Posto onde eu esteja, sem mais remuneração alguma, comprometia-me a conservar uma escola; e como cada Posto poderia ter um enfermeiro indígena, essa escola a organizar poderia compreender: leitura, ginástica, elementos de escola de soldado, jogos desportivos, enfermagem, etc., e, da mesma forma, escola para raparigas. Para tal se conseguir, era necessário acabar com os monhés que têm sido a desgraça do preto e proibir expressamente o suáhili, esta peçonha importada do

território inglês e que lentamente vai desnacionalizando o preto de Moçambique. As crianças assim educadas em contacto com o europeu a ele se afeiçoariam embora aos domingos pudessem ser visitados por seus pais e outra família. Só encontro um inconveniente que é nas fugas e faltas à escola; eu, quando era pequeno e faltava à escola ou na papeleta figuravam más classificações era punido por meus pais, além da palmatória que me aplicavam na escola; com as lágrimas nos olhos recordando a minha infância, ainda me lembro que as primeiras palmatoadas que me foram aplicadas, foi no antigo Liceu Politécnico na Calçada do Combro e por uma senhora; tinha eu cinco anos de idade; fiz exame de instrução primária aos sete anos e meio e aos onze entrei no Colégio Militar, onde apanhei muito bofetão dum senhor. capitão Moura a pedido de meu pai e no entanto estou vivo e se não estou são e rijo não é devido às palmatoadas, mas aos 20 anos de África. Porque se não há-de castigar a criança preta para se educar?

A nossa acção civilizadora está sendo muito censurada e é um perigo sobretudo actualmente que há tanto estrangeiro por este Distrito e em maior número alemães e costuma dizer-se «mais vale prevenir que remediar». É necessária muita cautela porque o preto não conhece o dono nem o bem que se lhe faz, isto é um facto. A maioria dos estrangeiros neste Distrito tem moleque e outros serviçais que, propositadamente, tratam com muito carinho e são-lhes realmente afeiçoados e, como tal, contam-lhes todas as novidades: «que mecunha Fulano fez isto e tal, etc...»; «que mecunha Fulano está em Moçambique porque tem milando, faz assim, assim, etc., etc.» e isto é um perigo, creio eu.

O que deixo exposto sobre escolas não é irrealizável e o que será difícil é a assídua frequência das escolas e proibir em toda a Província o suáhili; este poderá acabar lentamente fazendo ver aos indígenas os inconvenientes, ao mesmo tempo que se vai proibindo e a frequência consegue-se, castigando como disse e animando os rapazes com jogos, ginástica, etc.

Receita para as escolas sairia da própria escola com as várzeas depois de tirados os géneros para consumo; carne há em abundância e mesmo na escola poder-se-ia criar porcos, cabritos, galináceos, etc., para consumo e até para vender. O macua tem a mania de ser «monhé» e apre-

senta-se perante os que o não são com uma certa importância, julgando ser mais esperto que os outros; mas para ser «monhé», como eles dizem, tem que aprender o suáhili e então só proibindo o suáhili, punindo quem dele fizesse uso, se consegue a dedicação do preto à escola europeia, portuguesa.

ESTRADAS, REPARAÇÕES E CONSTRUÇÕES 45.

As estradas que existem dentro da área do Posto são:

De Chinga até rio M'Luli — 35 quilómetros ap.— para Nampula

Chinga até rio Mùcâtô — 35 » » — » Ribàüé

Chinga » » Nagiüa — 15 » » — » M'ürr'üpüla

Perfaz um total de 85 a 90 quilómetros de estrada, aproximadamente.

Tomei posse do Posto em Outubro e, portanto, próximo da época das chuvas; as estradas não estavam más e as pontes é que precisavam reparação, o que logo tratei de executar. No mês de Novembro começam as chuvas, que, no ano findo, foram torrenciais em Chinga, acompanhadas de fortes ventos a ponto de arrancarem a cobertura de zinco de uma das casas, que, no mesmo dia, foi reparada. Disposto a trabalhar, como sempre, propunha-me a construir uma sanzala para cipais, que, como os de Nampula e M'ürr'üpüla, vivem nas povoações dos indígenas alguns a mais de um quilómetro e o intérprete numa casa na estrada para Nampula, também a mais de um quilómetro, o que é muitíssimo prejudicial à boa política indígena e disciplina e a prova estava em que o sentenciado Ramalho, pagando aos cipais, fazia aqui tudo quanto queria; milandos não vinham à secretaria, etc., etc., e outros casos de tal natureza que o cipai Boma entendeu por bem fugir. Em Nampula, a mesma coisa ou pior; nestas condições, na nota n.º 48 de 25 de Outubro, ou seja, 15 dias depois de tomar posse, pedi autorização para construir a sanzala; a nota foi a informar ao secretário interino, que não é outro senão o 2.º aspirante Araújo, que acha muito natural os cipais viverem pelas povoações, etc., e informa: «A Portaria Provincial n.º 140, publicada no B. O. n.º 25 do ano findo, proíbe a prestação de 7 dias de serviço gratuito nas estradas, visto ter sido criado um fundo especial designado 'Fundo de Estradas' — por onde devem ser pagas todas as despesas que se relacionem com os mesmos serviços: como até à data da

publicação da referida Portaria, era só o serviço de estradas o único que se podia fazer gratuitamente, em virtude do art. 136.º do Regulamento das Circunscrições Civas, aprovado por P. P. n.º 671-A de 12 de Setembro de 1908, que caducou com a publicação da citada Portaria 14, de 1925, julgo por isso, segundo o meu modo de ver, que o Sr. Chefe do Posto de Chinga não poderá fazer a construção da sanzala, para os cipais e intérprete, para o que solicita a devida autorização em sua nota n.º 48 de 25 do corrente mês, a não ser com o serviço dos presos existentes naquele Posto, e que estejam legalmente condenados ou com indígenas devidamente pagos para esse fim, os quais está estipulado (sic) o salário de 1\$50 diários com alimentação, visto tratar-se dum serviço especial. 29-10-926. O secretário (sic) (as.) Francisco de Araújo.»

O 2.º aspirante Araújo perdeu um tempo precioso a procurar Boletins Oficiais e a escrever, ensinando ou querendo ensinar, tanto a mim como ao senhor Administrador, falecido, Duarte Melo, o que é do nosso conhecimento; razão tinha aquele Ex.^{mo} Sr. O aspirante não percebeu patavina do que se tratava e só se lembrou de fazer ver a mim e ao senhor. Administrador que conhecia a P. P. n.º 140, mas, mesmo assim, deu gato; os sete dias de serviço gratuito eram para as estradas e outros serviços de utilidade para os indígenas, como seja, a própria sanzala dos cipais, embora o senhor aspirante não lhe ache utilidade alguma. No entanto, exactamente devido à P. P. referida, é que eu pedia autorização para que fosse feita a sanzala e se o senhor Administrador delegou no aspirante Araújo, armado em secretário e hoje em administrador, é por ser ele aspirante o que tinha à sua responsabilidade o cofre, fazendo pagamentos, etc., e portanto o que o senhor aspirante Araújo devia ter dito, sem andar com rodeios, era a resposta fatal de «não há dinheiro» e assim ficava tudo resolvido como sempre, conforme vou passar a expor.

Como não havia mobiliário capaz e um dos cipais conhecia o ofício de carpinteiro, pedi autorização para contratar dois serradores e perguntava qual o salário a pagar. O Ex.^{mo} Sr. Administrador não mandou a nota a informar ao aspirante Araújo e autorizou os serradores com o salário de 1\$50 diários. A nota pedindo os serradores era n.º 49 de 29 de Outubro do ano findo e a da Administração autorizando era n.º 383/40 de 29 (telegrama). Construíram-se 6 cadeiras, mesas, um aparador, etc. Os

serradores trabalharam desde 1 de Novembro a Maio ou Junho do corrente ano; pois até à data só receberam os salários de Outubro, Novembro e Dezembro, embora estejamos em Novembro do corrente ano.

Embora tendo a certeza que a resposta seria «não há dinheiro» por parte do tesoureiro, aspirante Araújo, organizei um projecto para construção de casa nova, visto a actual se conservar em equilíbrio devido à terra «mataca» que tem nas paredes e já contar 19 anos de existência. É um facto curioso, mas autêntico, alguns indivíduos partirem do princípio que as verbas orçamentadas são só para as sedes das Circunscrições e ali morre todo o dinheiro que entra e eu tenho sido infeliz, pois já no Posto de Muite construí uma casa onde a pouca despesa foi toda à minha custa e fechaduras inglesas, fechos, dobradiças, cal e pó de sapato para caiação, etc., era tudo à minha custa e tudo lá ficou como herança de quem tanto ali trabalhou para no fim ser de lá deslocado. A resposta é sempre «não há dinheiro», e eu estou como o meu patrício Bocage «se há ou não... eles o dirão». Como disse, tencionava construir nova casa, para o que ainda se fez um tijolo para experiência, queria reparar as estradas sem luxos prejudiciais, mas, pelo menos, cumprindo com o Decreto do Alto Comissário n.º 668 de 17 de Novembro de 1917 sobre, digo, que publica e manda pôr em execução o «Regulamento de conservação, arborização, polícia e cadastro das estradas». Casualmente transitou por este Posto o Ex.^{mo} Sr. Engenheiro Mendonça que me disse que talvez o Posto fosse extinto ou, pelo menos, ser deslocado e então não valia a pena estar com trabalhos inúteis. Abandonei a ideia da estrada e da casa, e passei a tratar das estradas, sem luxo, mas aproveitando o mais possível o piso natural do terreno, embora espalhando uma pequena camada de terra batida a maço. Chegam as chuvas e começa o meu martírio, com falta de gente, ferramenta, etc. Parece mentira, mas havia no Posto e em carga uma enxada, que já não era enxada, e dois machados nas mesmas condições. Começa um chuveiro de correspondência e eu aflito sem saber que fazer. Em nota n.º 28 de 26 de Fevereiro do corrente ano, perguntava eu se o Posto era extinto ou deslocado. Pelo telefone, disse-me o aspirante Araújo que não sabia.

Nota n.º 219/18 de 4 de Abril — Recomenda a reparação das estradas. Notas n.º 418/32 de 17 de Maio, 521/32 de 27 de Junho, 571/48 de 22 de Julho, todas recomendavam reparação nas estradas.

No telegrama n.º 52/18 de 1 de Março, era-me perguntado se as estradas da área do Posto davam passagem a carros ou se somente a de Ribàüé está intransitável. Em telegrama n.º 2 de 2 de Fevereiro tinha eu comunicado que a estrada Chinga-Ribàüé estava intransitável devido aos rios terem levado as pontes. Em telegrama n.º 3 de 22 de Fevereiro comunicava que Ribàüé informava que a estrada sua área não dava trânsito; já a de Chinga estava reparada. Ao telegrama supra n.º 52/18 da sede, respondi que a estrada Chinga-M'Luli dava trânsito, mas Chinga-Ribàüé não, conforme informava Ribàüé. Continuava pedindo ferramenta e como naturalmente o «tesoureiro» dizia que «não havia dinheiro», recebi o telegrama em que me dizem que só enviam duas picaretas, visto não haver mais, isto em resposta ao meu telegrama n.º 8 em que pedia 30 enxadas, 10 machados, 2 picaretas, 4 pás e 2 marretas; dizia neste telegrama que se não fosse fornecida a ferramenta, os indígenas teriam que fazer uso da ferramenta própria (esta é a 6.ª acusação a nós feita na Sociedade das Nações). O petróleo ainda não tinha vindo. Mas, sem petróleo e sem ferramentas, ia-se trabalhando em Chinga como se podia e os camiões sempre a transitarem, mas um dia qual o meu espanto quando recebo o telegrama n.º 123/18 em que sou ameaçado de procedimento disciplinar e eu sempre a trabalhar sem ferramenta e sem petróleo para me alumiar e foi assim que estive vinte dias a construir uma grande ponte para acabar a tão falada «rampa da morte» que já não existe.

O tempo ia passando e eu arreliado sem ferramenta nem pessoal para serviço, o que fiz para a sede em nota n.º 72 de 9 de Setembro, em que pedia providências para que das restantes Circunscrições fazerem sair os indígenas que, a título de irem às lojas, andavam a escapar-se aos serviços das estradas, nota que foi aproveitada pelo 2.º aspirante Araújo para fazer ver a sua bela administração, enviando circulares para toda a parte, a que não ligaram importância alguma, como era de prever, pois aquele 2.º aspirante devia limitar-se a pedir providências à Secretaria Civil, que, por sua vez, as tomaria. Mau serviço de quem é novo, pouco prático e que só quer salientar-se por conveniência, e ainda, que se vê a mandar em indivíduos de mais idade, mais instruídos e ainda de categoria superior. Resumindo: a ferramenta recebida foi: como disse, em Abril, 2 picaretas; em 19 de Maio: 2 picaretas, 5 pás, 4 machados e 1 marreta

(martelo de pedreiro). Já por fim, em 15 de Setembro: 6 pás, 2 marretas, 2 machados; em 2 de Outubro: 12 enxadas. Com a ferramenta incapaz que havia no Posto, só em Setembro pude fazer alguma coisa com a seguinte ferramenta, assim distribuída: enxadas, 26, sendo 3 boas; machados, 22, sendo 10 bons; picaretas, 7, sendo 2 boas; pás, 13, quase todas inutilizadas; marretas, 2, sendo um martelo.

Eis a ferramenta que só em Setembro e Outubro me foi fornecida para arranjar 90 quilómetros de estrada, e esta ferramenta era a já incapaz para serviço em Nampula, mas diz o «tesoureiro»: Não há dinheiro.

Sobre indígenas para trabalhar, de princípio dispunha de 30 e por fim, em Setembro e Outubro, consegui reunir 212; à sede em Nampula, com 4000 homens aptos para serviço, aproximadamente, e pelo mínimo, podia ter auxiliado o Posto, mas não só não auxiliou como ainda pediu para o Posto de Murrupula 200 homens. Em Nampula não se olhou a despesas; fizeram como os alemães na guerra: «ou vai ou racha» e atacavam em massa. Só na estrada Nampula-Ribaué, na parte de Nampula, às ordens do aspirante Chagas, fora o resto, estavam 350 homens!!! No entanto, em Nampula, havia homens a plantarem ananases e outras plantas; fazer avenidas e outros luxos, enquanto Chinga, o malfadado Posto, se lamentava com falta de ferramenta e trabalhadores. Mas, para o público, a maioria da população de Moçambique não olham a estes factos e chamam bom administrador a quem tem boas estradas sem saberem como elas foram feitas; se houve maus tratos corporais nos indígenas; o caso é que, havendo uma boa estrada, o administrador é bom; e digo assim porque, conversando com vários indivíduos em Moçambique, e falando-se de administradores bons ou maus na sua especialidade, a teoria é sempre a mesma: «Fulano é um bom administrador e a prova é ver as estradas.» Como se o administrador não tivesse ou não tenha outros serviços de muita responsabilidade, como administração e política indígena (as principais), etc. Uns dias por acaso que estive em Nampula, foram-se alguns homens queixar do sentenciado Lucas que aplicava pancadas; mas que importância tinham as pancadas? Haja estrada com muita terra por cima para «inglês ver» e está tudo feito.

Eu comparo Nampula com uma mãe depravada que gasta em luxos o que é dela e dos filhos, deixando estes na miséria. Realmente, quem pas-

sar em Nampula e vir aquele luxo, como boas casas de alvenaria (boas por serem novas); avenidas arborizadas; os funcionários bem instalados e alguns com um luxo espantoso; bem vestidos e calçados; constantemente a motocicleta a girar, até para ir à horta; passeios de automóvel até Ribàüé, Malema, etc., etc., e chegar a Chinga, fica desapontado: encontra um pardieiro todo esburacado e já com 19 anos de existência; o chefe do Posto, muito modesto e, como tal, vivendo modestamente porque as 10 libras que vence não chegam para mais, o garanto (mas muito me honro nisto), eis o filho abandonado, pedindo recursos à mãe e ela, sem vergonha, a gastar o que é dela e do filho, só em luxos.

Dito isto, pergunto: Nampula aproveitou milhares de homens; boa e abundante ferramenta; aspirantes a vigiarem o serviço; capatazes; sentenciados; e finalmente a enormíssima despesa ali feita? Digo já que não, e vejamos: Chinga, com os poucos recursos que tinha, no ano passado, sempre conservou as estradas a darem trânsito e sempre por elas transitaram camiões com 1200 a 1500 e mais quilos; a ponte sobre o rio Namaita por quatro vezes foi levada pela corrente e, como se pôde ver, sempre se reconstruiu e toda a gente que aqui transitava, e não era pouca, se queixava da estrada de Nampula; é que eu tenho por hábito reparar as estradas para trânsito permanente e não para as entidades superiores verem na ocasião. Vejamos no ano presente. A estrada directa Nampula-Ribàüé, onde se gastou um dinheirão com mais de 400 homens, um aspirante, sentenciado, capatazes, etc., não dá trânsito a camiões com carga, que se vêem na necessidade de transitar por Chinga. A estrada Nampula-Chinga ignoro como está, mas ainda há dias um camião teve avaria por um grande salto que lá deu; nesta estiveram também uns 300 homens com capatazes, sentenciado, etc., primeiramente imitando outras estradas também para vista, deitaram sobre o tabuleiro muita terra batida; reconheceram que, vindo as chuvas, ficava intransitável, lá foram outra vez 300 homens tirar e espalhar a terra; parece-me que em vindo as grandes chuvas há-de ficar um tanto inutilizada. A estrada Nampula-Mürrüpüla, na parte de Mürrüpüla dizem que está boa, mas na área de Nampula não, pois ainda há dois dias o Ex.^{mo} Sr. Doutor Rodrigues foi por ela para Mürrüpüla e teve que regressar a Nampula por Chinga, dizendo a mim que «ainda bem que o Ex.^{mo} Sr. Governador

por lá não passou». As restantes ignoro. Dito isto, não sei para que o 2.º aspirante Araújo faz tanto reclame e manda fazer, sobre as estradas de Nampula; é que ele sabe que hoje é bom administrador quem tiver boas estradas pela opinião de muitos indivíduos de Moçambique. Em conclusão: eu serei um bom administrador? Não sei; o que garanto é que sou honrado e pobre. Aguardemos a época das grandes chuvas e veremos as boas estradas. Acho que as diversas receitas deviam ser distribuídas proporcionalmente por quem pertencem.

46. PESSOAL AO SERVIÇO DO POSTO

Como é sabido, o pessoal ao serviço deste Posto, limita-se ao chefe do Posto, um intérprete e 8 cipais. Acho poucos cipais, não para o serviço permanente, mas para a época do arrolamento e cobrança coerciva do imposto de palhota.

Encontrei os cipais com uma certa liberdade e creio que era doença da Macuana, para o que muito tem contribuído os cipais viverem nas povoações, juntamente com os indígenas. Consegui construir uma sanzala para cipais e uma casa para o intérprete, com os poucos presos que tem havido e os cipais estão entrando na ordem, lamentando apenas as garantias e liberdades dadas aos cipais em Nampula, de que estes não gozam, não andando muito satisfeitos. Os cipais aqui formam às 4 h, vão para o serviço; os de Nampula, que vi eu, comparecem às 8, 9 e quando lhes dá na gana; os cipais aqui vivem na sanzala, os de Nampula andam livremente pelas povoações; os cipais aqui, se quiserem algum indígenua para lhes prestar qualquer serviço, incluindo na sua machamba, pagam antecipadamente na secretaria o respectivo salário; em Nampula têm tido homens trabalhando nas suas machambas, grátis, facto que se dá também com o intérprete. O intérprete de Chinga reside a 15 metros da residência do chefe do Posto; o de Nampula está longe e vive com toda a liberdade e sabe Deus o que por lá vai; o intérprete em Chinga vai para toda a parte a pé; o de Nampula tem 12 machileiros que o transportam grátis para onde ele for; etc., etc.

Isto não é justo e bom era que se conjugasse a disciplina para bem da política indígenua, pois que o preto, vendo a protecção e liberdade dadas a cipais e intérprete, não se queixa na secretaria com medo e em Nampula há muitíssimos. Prenda-se o intérprete, cipais e machileiros, incluindo os privativos do Sr. Araújo, e veremos o que sai daquele meio.

CULTURAS DO POSTO 47.

Nunca fiz nem faço, senão para presos, quando haja presos disponíveis. O que me custa mais ouvir da boca do preto é a tal «machamba do Governo» como se o Governo precisasse de machambas. Realmente fazem-nas até para vender os seus produtos, cuja importância entra como receita para a Administração; mas com isto nada lucra o Posto, pelo menos nos que tenho estado, porque todas as receitas morrem na sede da Circunscrição, e eu não concordo com o facto de o Estado, ou seja, a Circunscrição, estar a fazer concorrência e até prejuízo aos particulares. Suponhamos que o agricultor X, por exemplo, cultivou terreno, onde gastou dinheiro e semeou oleaginosa; procede à colheita e dirige-se a uma casa de monhé que se compromete a pagar-lhe as oleaginosas a tanto, nem a Circunscrição que fez a cultura com presos e que portanto nenhuma diferença lhe faz, e oferece as oleaginosas por metade, claro é que o monhé compra primeiro as da Circunscrição e depois, se precisar, recorre ao europeu, mas já não pelo preço antes estipulado, dizendo que comprou na Administração a tanto; eu não concordo com tal sistema, embora a minha fraca opinião seja de valor nulo.

48. IMPOSTO DE PALHOTA

Quando tratei do arrolamento de palhotas, falei em assuntos que se ligam com o imposto de palhota, embora pouco desenvolvidamente. O imposto de palhota é um ramo de serviço importantíssimo, pois não só é a principal senão das principais receitas, como ainda prova o estado de submissão do indígena, visto ser a única contribuição monetária que paga ao Governo.

É tão importante a receita do imposto de palhota, que, se pode dizer, é dela que vive a célebre Companhia do Niassa, bem como a Companhia da Zambézia (arrendatária do Estado) e, principalmente, os célebres subarrendatários que, com raríssimas excepções, é do que vivem. Muito poderia dizer sobre tal assunto, porque em 1919 fui comandante militar da Maravia em Chifumbaze, Distrito de Tete, no prazo do Sr. Carl Wiese, onde não havia estradas, escolas, nem coisa alguma e a atenção era apenas para o «mussôco», onde, direi a verdade, o preto era altamente explorado. Segue o mapa comparativo da cobrança efectuada desde o ano de 1921, pelo que pude obter no arquivo do Posto.

Anos	Palhotas arroladas/ /cobráveis	Diferença			Obs.
		Pagas	Para mais	Para menos	
1920-1921	2247	?			Não encontrei no arquivo
1921-1922	2276	?			
1922-1923	2375	2869	494		
1923-1924	3381	3319		62	

Anos	Palhotas arroladas/ /cobráveis	Diferença			Obs.
		Pagas	Para mais	Para menos	
1924-1925	3744	?			Não consegui saber quantas palhotas foram pagas
1925-1926	2590	?			
1926-1927	2063	1980		83	
1927-1928	2093	?			Cobrado até 30 de Nov., 30 de Nov., 1600

O serviço passou por várias mãos e está numa confusão descomunal, o que torna difícil organizar-se uma estatística que seja a expressão da verdade. O que se nota é que por causa da guerra muita gente saiu da região e só em 1923 para 924, começaram a voltar em grande quantidade. Em 1924 para 926, esteve infelizmente a chefiar o Posto o tal Sr. Aguiar, de forma que no arrolamento de 1925-926 fez o arrolamento uma diferença para o anterior de 1154 palhotas; assim a população tem aumentando lentamente, mas o mal é da gente que saiu e mesmo que queira voltar não pode por causa dos tais passes e então vêm aqui buscar pessoas de família e amigos; eu tenho evitado tal facto para não desabitatar Chinga; de Murrúpula tenho sido auxiliado pelo senhor chefe daquele Posto, ex-2.º sargento com bastantes anos de permanência no Distrito, bastante conhecedor do assunto; já de Nampula não acontece o mesmo por a Administração estar entregue a um 2.º aspirante com pouco mais de 5 anos de serviço e pouca prática e mesmo conhecimentos de tão importante assunto, fazendo andar os serviços numa confusão e trapalhada difícil de remediar pelo administrador que para lá for. Estou ansioso para que vá alguém para Nampula, a fim dos serviços se harmonizarem. Alguém pensará que estou embirrando com o dito 2.º aspirante porque, sendo de categoria inferior à minha, dá-me ordens; não é justo realmente, mas pouco me incomoda visto estar aqui mais sossegado e longe da intriga; o caso é que falo com razão; em tempos, por engano, enviei a mais para Nampula, do produto da cobrança do imposto de palhota, perto de 400\$00, por acaso, no dia em que dei pela falta do dinheiro, veio-me visitar o agricultor Sr. Pereira que me encontrou muito arreliado pronto

a prender os meus serviçais; passa-se tempo e vem ao Posto o 2.º aspirante Chagas, que ao falar-lhe no assunto, lamentando a minha pouca sorte, me diz: «olhe; na sede apareceram perto de 400\$00 a mais»; e disse-me que o dinheiro dos Postos não é contado; fiquei sabendo que o dinheiro está em Nampula; mas não perguntaram para os Postos, como era natural, se faltava dinheiro. Outro caso: o meu colega de Mürüpula foi a Moçambique levar uma avultada quantia proveniente do imposto de palhota; chegado ao Banco, procederam à contagem do dinheiro e faltavam 600 e tal escudos; e onde haviam de faltar?, em Nampula (da sede); o meu colega entrou com dinheiro seu e pediu uma declaração em que o dinheiro faltava na sede. Apresentou em Nampula a declaração e até hoje está desembolsado daquela importância. Tudo isto devido à falta de método no serviço e andar ali tudo numa trapalhada que ninguém se entende. No fim de tudo isto, é prejudicado altamente o serviço e nós que estamos sujeitos às ordens que saem daquele caos. No capítulo «Estradas» já toquei neste assunto; pois tenho ouvido aqui em Chinga a vários indivíduos que só viram as estradas, que consta em Moçambique que o 2.º aspirante Araújo tem feito uma «bela administração — basta ver as estradas». É o caso; mas que grande avaria as tais estradas onde o Estado fez uma avultada despesa e onde trabalharam milhares de indígenas vigiados por sentenciados, aspirantes, capatazes, etc., e, ainda assim, as estradas Nampula-Ribãúé e Nampula-Mürüpula deixam muito a desejar; é o tal caso: «por fora, tudo são folhos; mas por dentro nem saias tem». Eu creio que fiz mais alguma coisa com 200 homens apenas e 4 cipais, acrescentando a circunstância de só em Setembro me ser fornecida ferramenta quase toda incapaz por já ter servido em Nampula; mas o que querem? Naturalmente eu sou um péssimo administrador comparado com o 2.º aspirante; pois confesso, tal facto, honra-me muito porque actualmente, na maioria, os de mais fama são os piores e pouco me incomoda a fama desde que, em minha consciência, desempenhe, como posso, o cargo, com dignidade e sobretudo honradez; de resto, à fama da população de Moçambique, pouca importância dou por saber que não é a expressão da verdade, mas sim interesses pessoais.

Pelo mapa atrás, vê-se que actualmente nunca se cobram as palhotas enroladas, no geral; em Nampula «dizem» que já cobraram tudo e ainda

ultrapassou, isto com grande reclame; não se lembram que em Chinga, passaram dois régulos para Nampula; um com perto de 500 palhotas e outro com perto de 200; arrolaram a torto e a direito, gente de Chinga para lá fugida e levada, etc. No entanto, com esta franqueza de que sou dotado, devo dizer que não sei como classificar um tal proceder: o 2.º aspirante Araújo está armado em secretário e tesoureiro desde a saída do secretário de facto, José Casimiro Cardoso, e portanto servindo e auxiliando, como é seu dever, o administrador; como se compreende que este funcionário não indicasse ao senhor administrador o que faz hoje para arrolar mais de mil e tantas palhotas como ele diz? Francamente acho caricato para não dizer outra coisa; e agora convenço-me que o falecido administrador Duarte Melo tinha razão quando se lamentava a mim, que não tinha quem o auxiliasse e quando escreveu uma informação que foi encontrada numa pasta no seu gabinete particular, após o falecimento, que tencionava levar ao conhecimento das entidades superiores.

Como disse, actualmente é raro cobrarem-se as palhotas arroladas e os motivos são vários:

Noutros tempos era arbitrário ao preto pagar o imposto em género ou a dinheiro e assim os milhares de mulheres tinham facilidade em trazerem ao Posto o produto das suas machambas; hoje, como não pode ir às lojas com os cereais, luta com dificuldade para alcançar o dinheiro e o maior número de palhotas que ficam por cobrar são exactamente das mulheres solteiras; estas mulheres não podem ser dispensadas do imposto de palhota porque resultaria abandonarem muitas os seus maridos e então, na minha fraquíssima opinião, seria melhor o seguinte:

Há unidades militares, como seja por exemplo a 5.ª Companhia Indígena de Infantaria, que luta com dificuldade para conseguir a ração para as praças indígenas e então poder-se-ia cobrar em género o imposto das mulheres solteiras que não pudessem adquirir dinheiro, mas por um preço mais baixo que o do mercado, para, no entanto, as obrigar a procurar o dinheiro. Ficará assim solucionado um tão importante assunto e que tanto prejuízo dá ao Estado? Creio que talvez.

Estudou-se há anos a melhor forma de se conseguir que a importância do imposto de palhota desse entrada, quase na totalidade nos cofres do Estado. Prenderam-se os homens; mas estes estando presos

não podem ir procurar dinheiro. Com trabalho: não deu resultado por causa de abusos. Em género também não deu, já pelos abusos e já por serem em grande quantidade e portanto sujeitos a deterioração e, até hoje, só houve um meio: «reter (não presas) as mulheres no Posto, e é um facto: ainda as mulheres vêm a caminho já os maridos e parentes e até amigos estão às dezenas no Posto a pagarem o imposto de palhota. Há pretinho que guarda o dinheiro e faz o seguinte raciocínio: «se prenderem a mulher, pago; senão, fica o dinheiro para o ano» e isto sucede em anos seguidos.

O que é um facto é que o preto hoje tem a liberdade de pagar se quiser e até de trabalhar se quiser; de forma que o A pagou o imposto e viu que o B que não pagou nada padeceu e então o que faz o A no ano imediato? Não paga; e assim a cobrança vai diminuindo. O ano passado, sendo ainda administrador o falecido Sr. Duarte Melo, o 2.º aspirante Araújo, que é sempre infeliz nas suas teorias, disse-me num bilhete que mandasse para a sede os homens que não tinham dinheiro para o imposto, a fim de serem mandados para serviços remunerados; eu para lá os mandei, mas lá disseram-lhes que não havia serviço e, ainda pior, porque estiveram para lá sentados muitos dias e ainda sem lhes darem de comer; isto provo eu com a nota do Posto n.º 65 de 23 de Dezembro do ano findo, é claro, e que era do teor seguinte:

«O indígena M'Paniña do regulado M'Cota apresentou-se no Posto declarando o seguinte: Foi preso para Nampula como remisso ao imposto de palhota. Chegou a Nampula e serviço algum lhe foi dado nem ração e tem-se assim conservado; a sua mulher foi a Nampula levar-lhe alimento e desapareceu, constando-lhe pelo seu filho, que ia com a mãe, que a mulher estava em Nampula. Apresento a V. Ex.^a o assunto que resolverá como de justiça for.»

Mas havia lá mais e este veio ao Posto para tratar da questão da mulher; ainda a concorrer para a quebra do imposto de palhota em Chinga, há as fugas de indígenas para Nampula, onde ficam sob a protecção de cipais, machileiros e ex-cipais, assunto de que já falei. Até no decorrer da cobrança do imposto de palhota, se reconhece a velhacaria e também a esperteza do preto; aproveita o imposto de palhota para fazer ver à mulher que é seu amigo e então esconde o dinheiro, aguardando que a

mulher seja levada para o Posto; passado um dia ou dois da mulher estar no Posto, ele vai com o dinheiro buscá-la e diz então à mulher que o foi pedir emprestado por ser «muito seu amigo». Outros aproveitam a ocasião para se verem livres das mulheres e até das sogras. Até para conhecerem a autoridade europeia eles aproveitam-se da ocasião; há pretinho que trás propositadamente \$50, 2\$50 e até notas de 10 e 20\$00 a mais, a ver se lhe ficam com os trocos «para quebras». Mas é um péssimo costume porque o preto leva dinheiro a mais propositadamente. Em Muíte se me queixam que no Niassa o chefe do Posto não lhes dava o troco dizia «você vem pagar e não vem receber» (bela teoria).

Creio ter exposto os vários motivos que dificultam a cobrança do imposto de palhota, facto que reputo, como disse, grave e importante; grave porque o imposto de palhota, como única contribuição que o preto paga ao Estado, prova o seu estado de submissão e importante pelo prejuízo que dá aos cofres da Fazenda.

49. CORREIOS E TELÉGRAFOS

Outro serviço que o chefe de Posto desempenha, mas que o retém no Posto, principalmente em Chinga que é estação intermediária. Esta estação é a que estabelece ligação entre Nampula e Ribàüé — Nampula e Mürrüpüla e ainda Alto Molòcuè; só eu sei o trabalho que tenho e empate de tempo a atender constantemente ao telefone, ora Nampula a pedir Ribàüé e vice-versa; ora Nampula a pedir Mürrüpüla e Alto Molòcuè, etc., e a maior parte das vezes chama-se Ribàüé para atender a Nampula; Nampula responde, mas quando quer falar com Ribàüé, já lá não está e, então, mais quinze minutos a chamar Ribàüé e quando Deus quer, Nampula, como está à espera, abandona o aparelho; no entanto aparece Ribàüé e torna-se a chamar Nampula e assim sucessivamente; eu chego a indignar-me com tal serviço que me empata das 7 $\frac{1}{2}$ ou 8 às 11 e das 14 às 19, quase constante; além disto, não se ouve bem de Alto Molòcuè em Nampula e tenho eu que estar uma hora a repetir as palavras a maior parte das vezes em cifra e telegramas, muitas vezes de 60 palavras e mais. Ora isto é muito natural para um funcionário dos Correios e Telégrafos que outro serviço não tem, mas não para um chefe de Posto Administrativo, que tem que atender milandos, imposto de palhota, serviços exteriores, autos, etc., etc. Chega o serviço de reparação de estradas e eu, para atender ao serviço do telefone e correio, saía às 2 $\frac{1}{2}$ e 3 horas da madrugada e estava no Posto às 8, isto diariamente; ia ver os serviços, dava a minha ordem e voltava, pois não concordo que esteja um preto, como seja o guarda-fios, ao telefone a ouvir telegramas tanto oficiais como particulares, que não convém que o preto saiba, principalmente agora que é tudo por telegramas, creio que para evitar despesas em impressos para notas e envelopes, pois telegramas há que são umas perfeitas notas e de 60 e 80 palavras.

No entanto, devido ao trânsito constante de carros automóveis (camiões), eu sabia, como sei, o estado das estradas, pois interessa aos próprios *chauffeurs*; um dia recebo um telegrama da administração, havia então administradores, perguntando-me a permanência nas estradas e para informar os dias de saída e regresso ao Posto; respondi que diariamente ia às estradas, tendo alguma permanência, mas não podia estar ausente muito tempo devido aos serviços telefónicos, mas que estava sempre ao facto do estado das estradas; qual o meu espanto quando recebo o telegrama n.º 18 de 18 de Maio e que é do teor seguinte: «Referência 15, não são de atender as razões por serviços estradas preferir telefónicos e correios», ameaçando-me disciplinarmente se as estradas não estivessem prontas. Ora o Sr. Administrador ameaçou-me disciplinarmente por causa do serviço de estradas; agora vejamos um telegrama em que o Sr. Director dos correios, fazendo de mim um funcionário telégrafo-postal, me ameaça disciplinar se lhe não enviar uns modelos com uns números muito esquisitos, como seja 823 e 834 e outras coisas mais. Francamente é dar um tiro na cabeça: sou encarregado da ambulância, encarregado da estação telégrafo-postal, encarregado das estradas e chefe de Posto; imagine-se se eu fosse ameaçado disciplinarmente pelo Sr. Director da Farmácia do Estado; Director dos Correios e Telégrafos, Director da Repartição de Estradas e Administrador da Circunscrição, era melhor pôr termo à vida.

O regulamento das Circunscrições Cíveis, aprovado por P. P. n.º 671 A de 12 de Setembro de 1908, diz: «Art. 175.º — Compete aos indivíduos que desempenharem o serviço dos correios e telégrafos:

- 1.º A transmissão e recepção de telegramas.
- 2.º A conservação dos aparelhos telegráficos.
- 3.º Mandar inspeccionar a linha com frequência pelos guarda-fios a fim de se conservarem sempre no estado de serviço.
- 4.º Receber as quantias que constituem o produto da expedição de telegramas particulares e prestar contas ao administrador de Circunscrição e
- 5.º Conservar as fitas... etc.»

Quando fui encarregado da estação de Chifumbaze (Tete) e mesmo aqui em Chinga, em 1915, era só aqueles serviços que desempenhava e

a Direcção enviava mensalmente o expediente e alguns impressos mais necessários para expedir o correio e ainda: uma vela, uma pau de lacre, uma caixa de fósforos e 4 paninhos para atar nos sacos do correio depois de escrita a direcção. Actualmente o Sr. Director dos Correios alterou por seu arbítrio a P. P. n.º 671 A e entende que forçosamente hei-de desempenhar o serviço da estação como qualquer funcionário do Quadro dos Correios e Telégrafos que, outro serviço não tem, o que não pode ser; mas, mesmo assim, confesso, desempenho-o dentro do possível, visto que é serviço do Estado, mas ao menos, aquele senhor que dê os dados precisos e impressos e expediente que só fornece por requisição. Só quem está neste cargo sabe as dificuldades e desgostos por que passa. O Sr. Director dos Correios queria uma estatística dos telegramas recebidos e expedidos no Posto, numa relação-modelo qualquer coisa; mas francamente não sei para quê, visto haver uma estação em Nampula que recebe todos estes telegramas e o chefe, que é funcionário da especialidade, manda tudo para a Direcção; os telegramas expedidos por Chinga são transmitidos para Nampula e os telegramas recebidos em Chinga são recebidos de Nampula, de forma que o Sr. Director quer reunir os mesmos telegramas, de Chinga e Nampula, mas enfim faço-lhe a vontade desde que me dê instruções sobre serviço que não conheço e não é das minhas funções. De forma que o Sr. Administrador diz: «os serviços administrativos preferem; faça o que eu mando». Concorro plenamente. Pela opinião e insistência do Sr. Director dos Correios a dar ordens directamente e ameaçando disciplinarmente, o «serviço do correio e telefone prefere». O caso é que o Sr. Director lembrou-se de pedir providências para a administração, mas como à testa desta está o 2.º aspirante Araújo, que precisa de se tornar agradável e tem satisfação em desconsiderar os chefes de Postos que verdadeiramente são de categoria superior, envia uma nota-circular para Chinga e Murrupula, n.º 751/3 de 11 de Novembro, transcrevendo o telegrama e no final diz «Chamo a atenção de V. Ex.ª para que de futuro não se repitam casos idênticos, que colocam mal todos os funcionários que se prezam de terem em ordem os serviços a seu cargo», ou seja, uma advertência ou repreensão por escrito a que se refere o art. 3.º do Regulamento Disciplinar.

Eu, que sou mártir pela forma como correm os serviços a cargo actualmente do 2.º aspirante, enviei uma nota em que lhe dizia, em refe-

rência à parte final: «e então, como bem e leal camarada que sempre fui, tenho imensa satisfação em não colocar mal V. Ex.^a». Reconheço que é de uma grande economia ter chefes de estação telegráfica e dos correios por 35\$00 mensais, menos do que ganha o guarda-fios, quando o chefe de estação de facto vence mil e tal escudos, mas o chefe de Posto tem muito em que pensar e que trabalhar se quiser desempenhar o seu cargo cabalmente e então conveniente seria chamar a esta estação que é intermediária, de 3.^a classe, e colocar aqui um funcionário dos correios e telégrafos; o chefe da estação de Mürüpūla só dá comunicação para Alto Molòcuè e não é tão prejudicial o guarda-fios ouvir os telegramas, a maioria em cifra, e é só às 8 horas sem ser mais incomodado, mas em Chinga, é para Ribàüé, Mürüpūla, Alto Molòcuè e Nampula com telegramas pedindo captura de indígenas e outros assuntos que não convém que o preto conheça.

50. CONCLUSÃO

Dou por concluído este mal alinhavado relatório, mas muito verdadeiro, começado no dia 12 de Outubro e só terminado hoje, por os vários serviços me não permitirem ser mais assíduo.

Era este relatório destinado a ser oficialmente enviado à Administração da Circunscrição e por isso está dirigido ao Ex. Sr. Administrador. Alguém, no decorrer da leitura pensará que faço censuras; longe de mim tal ideia e sob minha palavra de honra juro que não é com tal sentido; sou um velho colono desprotegido, que há mais de vinte anos ando aos baldões por esta Província à mercê da sorte, que cada vez mais de mim se afasta. Não censuro como disse, e apenas, tendo amizade ao Distrito de Moçambique, onde resido há mais de quinze anos consecutivos, trato de factos verdadeiros que se poderão remediar a tempo, entregues ao alto critério e vasta inteligência da entidade superior do Distrito.

Ex. Sr., vou caminhando para a sepultura e lentamente sinto acabarem as minhas forças vitais e não quero deixar de contribuir para a futura história dos povos africanos, com os meus fracos conhecimentos. Reconheço que sou mal visto, não por todos, confesso, neste Distrito onde se vive de ilusões e mentiras e quando um homem que é honesto, é franco e verdadeiro, dizendo o que sente, chamam-lhe neurasténico (muito em moda), é mal visto e odiado pelos que usam da mentira e fingimento, mas satisfeito fico quando presto algum serviço às entidades superiores que bastante necessitam de quem as elucide. Deixemo-nos de ilusões e de factos e conquistas dos nossos antepassados; trabalhemos como eles, que quiseram e puderam, no progresso desta rica Colónia, que, como as restantes, são os alicerces da nossa nacionalidade; não milito em partido algum político e é coisa que nada me influi, visto que o único partido porque jurei defender, vertendo o meu próprio sangue se preciso for, é a

minha Pátria; juramento fiel e sagrado feito perante a bandeira desfraldada, quando ainda contava 18 anos de idade.

Como disse, não milito em nenhum dos variados partidos políticos que hoje existem no País, mas vivo assim satisfeito, creio mesmo cumprindo um dever, embora reconheça que hoje só é feliz quem militar em qualquer partido ou esteja sob a protecção de um político; pois serei infeliz, mas político nunca; costuma dizer-se «quem torto nasce, tarde ou nunca se endireita». Frequentei o Colégio Militar de 1895 a 1902, internato onde se educa o homem do futuro, e tenho notado que os homens de mais valor, hoje, foram alunos do Colégio Militar; trabalhei, tenho trabalhado e trabalharei, mas como nasci infeliz, infeliz serei até ao último dia da minha existência.

Tenho a plena convicção que até hoje tenho trabalhado como posso e as minhas forças o permitem para bem desta Colónia, embora o trabalho dum mesquinho funcionário da minha categoria seja um átomo comparado com a produção de homens de talento.

Chinga, 13 de Novembro de 1927.

O Chefe do Posto

Francisco Alexandre Lobo Pimentel

Tratando esta relatório, talvez mal feito, mas verdadeiro, de usos e costumes indígenas que de futuro podem ter muito préstimo, oferece esta obra ao muito ilustre

Ex.^{mo} Senhor Governador do Distrito de Moçambique

O autor

POSFÁCIO SOBRE O CONTEXTO HISTÓRICO, AUTOR E RELATÓRIO

Por Gerhard Liesegang

1. INTRODUÇÃO

Na documentação acessível do *Arquivo Histórico de Moçambique*, Francisco Alexandre Lobo Pimentel notabilizou-se duas vezes de maneira muito diversa: a primeira, ao ser exonerado em Maio de 1914 do cargo de Chefe de Posto, juntamente com o seu superior João Soares Guedes¹, na sequência de uma sindicância de Novembro de 1913, respeitante à violação dos direitos da população local. Pimentel tinha trabalhado em Maúá, no então Concelho de Amaramba, na parte ocidental dos territórios sob administração da *Companhia do Niassa*. Não foram muitos os Administradores ou Chefes de Posto envolvidos num dos muitos escândalos de abuso dos direitos da população local que a administração da *Companhia* puniu desta maneira.

A segunda, ao responder, em 1927, no vizinho “Distrito de Moçambique”, a um *Questionário Etnográfico* de forma bastante extensa, descrevendo aspectos do mundo africano que o circundava e o seu próprio campo social, produzindo o manuscrito que agora se edita, destacando-se assim como o funcionário público que mais amplamente nesta década se dedicou à descrição do meio cultural africano (e europeu) que o rodeava. O longo texto constitui uma fonte importante sobre os Macuas centrais e sobre a administração local na década dos 1920. Este trabalho é um dos “tesouros” do *Arquivo Histórico de Moçambique*, e desde cerca de 1982 que se falava da necessidade de publicá-lo².

¹ *Boletim da Companhia do Niassa*, p. 1812, ordens de 1865 e 1866 de 8 e 13 de Maio de 1914.

² Devo o primeiro conhecimento deste trabalho a António Sopa e Eduardo Medeiros, cerca de 1982-3, tendo para mim sido de interesse o Cap. 4. Foi Eduardo Medeiros que me convidou a escrever esta introdução, em substituição de um colega sobrecarregado com outros trabalhos.

Tanto a sindicância como a redacção do manuscrito relacionam-se provavelmente com uma estrutura de carácter pouco flexível em relação a outros colegas em situações hierárquicas duvidosas, explodindo em protestos e críticas sobre o mau funcionamento das instituições, exibindo ao mesmo tempo um interesse declaradamente paternalista em relação à população local. Um conflito de autoridades e o desejo de mostrar o seu valor devem ter contribuído bastante para dedicar algum tempo a formular respostas a questões colocadas num questionário que fora elaborado no longínquo ano de 1916.

Depois de assim ter lançado esta hipótese no que toca ao seu carácter e motivações, lancemos um olhar sobre o que conhecemos da sua biografia, a situação social em que escreveu, estrutura da sua obra, bem como a situação do distrito de Moçambique e dos Macuas no seu tempo.

2. BIOGRAFIA DE F.A. LOBO PIMENTEL

2.1 Percurso

O autor nasceu presumivelmente em 1884 em Lisboa e lá cresceu, vivendo internado no Colégio Militar entre 1895 e 1902 ao que tudo leva a crer³. Por assim dizer, passou lá parte da sua juventude.

Aprendeu, ao que parece, muita história nacional - talvez já tingida por um certo antimonárquico e sentimentos anti-britânicos -, aritmética, ciências naturais e algumas frases de latim, algum inglês, talvez francês e o gosto pela leitura. Possuía assim uma cultura geral acima da média, mas ficou talvez algo traumatizado psiquicamente pelo tempo nesta Escola, que possivelmente não concluiu.

Referências na obra agora publicada deixam seguir a sua carreira em Moçambique. Em 1907, já estava em Tete⁴, mas não sabemos se como Cabo ou 2º Sargento. Cerca de 1908-1910 trabalhou no mesmo distrito, como comandante militar da Maravia, em Chifumbaze⁵. Actuou, portanto, a norte do rio Zambeze, entre populações matrilineares. Em 31

³Vd. Cap. 50 do Relatório.

⁴Vd. Cap. 40 do Relatório.

⁵Vd. Cap. 40 do Relatório.

de Dezembro de 1910 desembarcou em Lisboa, mas três meses depois foi novamente para Moçambique “por me enojar o viver entre a sociedade” europeia com o seu materialismo⁶.

Em 1911 foi amanuense nas Obras Públicas em Lourenço Marques, presenciando ali a revolta de uma companhia europeia⁷. Talvez tenha seguido neste mesmo ano para a Ilha do Ibo, no território da *Companhia do Niassa*, sobre a qual inclui algumas observações referentes à estrutura social. Aparece pouco depois no interior, já como Chefe do Posto de Amaramba, no Concelho do mesmo nome, que tinha a sede em Cuamba. Estava neste Posto em 1912, a partir do mês de Março. Foi este o ano da organização da coluna contra o Mataka (Mataka)⁸. Nas listas do pessoal em serviço publicadas no *Boletim da Companhia do Niassa* é sempre referido como Chefe de Posto do Lago Amaramba, mas parece ter servido ali apenas em 1912. Durante a maior parte de 1913 deve ter actuado em Maúa (Mahua, Muwa), um outro Posto do mesmo “concelho”, onde, segundo o plano de distribuição do pessoal, devia estar colocado o enfermeiro de Cuamba, Porphyrio da Luz Alves⁹.

Com 28 ou 29 anos de idade, e com pouca inclinação e aptidão para controlar e disciplinar um sistema geral de administração colonial já implantado, Pimentel tem de superintender uma estrutura local de sipaios chefiada por um cobrador de impostos, o “Buanamussoco”¹⁰, que era talvez o “Cabo indígena Nachombe”, ou um súbdito ou familiar do régulo de Maúa. Estes faziam assaltos a casas roubando milho, enxadas, e ainda caravanas de comerciantes africanos, etc., além de cobrar os impostos. A capacidade dos Africanos locais para pagar impostos reduziu-se provavelmente em 1913 devido a maus anos agrícolas e pelo facto de, em 1913, ter diminuído o recrutamento de trabalhadores para a África do Sul, donde provinha muito do dinheiro para pagar o imposto¹¹. Mas a máquina de co-

⁶ Vd. Cap. 31 do *Relatório*.

⁷ Vd. Cap. 29 do *Relatório*.

⁸ *Boletim da Companhia do Niassa*, p.1516 (30-3-1912), e pp. 1555, 1587, 1626, 1671, 1701 etc. até 31-12-1913) e no *Manuscrito de Pimentel*, Cap. 40.

⁹ *Ibid.* (O enfermeiro era possivelmente mais necessário em Cuamba, onde viviam os europeus de mais prestígio).

¹⁰ Buanamussoco (Bwana Musoko), “senhor do imposto”, é um termo do swahili rudimentar que foi utilizado quase como língua franca na estrutura administrativa da Companhia do Niassa.

¹¹ Imposição da cessação de recrutamento a norte do paralelo 22, e redução da procura para o

brança de impostos continuava a operar, prendendo e internando mulheres em acampamentos prisionais para obrigar os seus maridos e tutores a pagarem os impostos¹². Em outras zonas no território da *Companhia do Niassa*, os Africanos locais não podiam muito mais fazer que fugir ou negociar com os raptos. O sistema de detenção de mulheres para obrigar os maridos a pagar o “imposto de palhota” era habitual neste período em quase todo o Moçambique, mas especialmente na Zambézia e no Niassa. Só havia de abrandar por volta de 1930. Mas já por volta de 1910-13 havia no Ibo queixas sobre o procedimento dos Administradores, como na zona de Metuge, geralmente sem o mínimo efeito. Mas em Maúá, em 1913, uma estrutura paralela com funcionários não portugueses presenciava estes desmandos e protestava contra eles. Era a *Nyassa Consolidated* que tinha em Porto Amélia um chefe, F.V. Beste, e em Maua um representante, Percy John Cazes. Esta *Companhia* tinha recrutado, entre outros, trabalhadores para as minas da África do Sul. A Cazes queixavam-se os Africanos roubados pelo “Buanamussoco”, que entre outros crimes, “abusou e raptou raparigas que levou presas para a sua palhota na povoação de Mahua”. Eles não podiam queixar-se na secretaria do posto da *Companhia do Niassa* porque os “sipaios lhes batiam”.

Num dos casos, Pimentel admite numa carta a Cazes que estava “indignadíssimo com estes malandros que no Cuvire roubavam algodão, sal, e tiraram à força, missangas às mulheres, etc.” E informava: “Eu só soube por uma carta em “suaire” [sic: suaile, swahili escrito com caracteres árabes] que me mandou Cuvire todo indignado”¹³. Essa admissão era talvez implicitamente a principal falta que a sindicância feita em Novembro de 1913 pelo 2º Cabo do corpo da Polícia Militar, António Arnaldo Trindade Sanguinhos apurou contra ele¹⁴. Trindade Sanguinhos libertou também mais de 200 mulheres presas e doentes, forçadamente acantonadas em Maúá.

Em 14 de Novembro, Lobo Pimentel marchou para o comando militar dos Anguros, também em Amaramba, mas uma lista de empregados da

Catanga e outros destinos.

¹² Do texto de Pimentel em 1926-27 depreende-se que isto ainda se praticava.

¹³ AHM. GG. Proc. Cx 92, Processo de sindicância, fol. 11. Cazes deve ter sido o indivíduo a quem Pimentel se refere no fim da sua Introdução.

¹⁴ *Ibid.* fol. 29-30.

Companhia do Niassa ainda o menciona como fazendo parte do quadro em 31 de Dezembro de 1913. Em 31 de Março de 1914 encontra-se em Porto Amélia, no mesmo dia em que o seu superior é suspenso do serviço¹⁵.

Quando Pimentel foi demitido em Maio, anunciou-se que uma cópia do seu processo de sindicância seria mandado para as autoridades judiciais¹⁶. É possível que no período a seguir vivesse seis meses na Ilha de Moçambique, numa situação de “suspensão” e “sem vencimento algum”, o que menciona nas suas notas autobiográficas dispersas pelo manuscrito. Outra cópia da sindicância foi certamente mandada para Lisboa, porque estes e outros casos eram assuntos tratados em correspondências entre os governos português e britânico, que podem ter exercido alguma pressão neste caso.

Na sindicância havia pouco que incriminava Lobo Pimentel pessoalmente e o processo deve ter sido arquivado em fins de 1914 ou início de 1915, permitindo-lhe iniciar uma nova etapa da vida na mesma área profissional.

Como ele próprio informa, Pimentel actuava em 1915 como Chefe de Posto de Chinga, numa altura em que o Distrito de Moçambique era “Distrito Militar”. É possível que já estivesse ao serviço da 11ª *Companhia Indígena de Infantaria*, com sede em Ribáuè¹⁷, que deve ter administrado Chinga. Pouco depois participava na Guerra. Em 1914 tinha começado a 1ª Guerra Mundial, no qual Portugal entrou no ano seguinte. No decurso da Guerra encontramo-lo em serviço na 11ª *Companhia Indígena de Infantaria*, como chefe de um grupo de auxiliares de Mucapera, já famoso como aliado de Neutel de Abreu na conquista da Macuana (Makhuwana) e, provavelmente, no fim da Guerra, como amanuense no Quartel do Erati.

Em 1920, o Distrito de Moçambique deixa de ser militar, mas só em 1923 as estruturas civis estão mais ou menos montadas, substituindo as militares. Os Cabos e Segundos Sargentos anteriormente anónimos, que dirigiram Postos Administrativos, passam a aparecer com os seus nomes

¹⁵ *Boletim da Companhia do Niassa*, p. 1804, referindo ao 31 de Março de 1914. ver também Ordem 1854 de 31-3-1914 e 1866 de 13 de Maio de 1914, p. 1812.

¹⁶ *Boletim da Companhia do Niassa*, p. 1812, Ordem 1865 de 8 de Maio de 1914.

¹⁷ Vd. Cap. 40; Ribeiro 1917: 545. Ribeiro não indica para esta zona os nomes dos oficiais subalternos.

nos *Anuários de Lourenço Marques*, já como elementos da administração civil. Francisco Alexandre Lobo Pimentel surge-nos assim como Chefe do Posto de Muíte, na grande Circunscrição de Iamala, perto do rio Lúrio, lugar que possivelmente já tinha ocupado por um ou dois anos. Muíte era então uma zona longe das principais estradas e dos telégrafos. Os africanos iam dali à costa, quase duzentos quilómetros, para vender os seus produtos na estação seca.

Em 1925 Pimentel devia aparentemente ser transferido para o Posto de Chinga, na circunscrição da Macuana, com sede em Nampula, no âmbito de uma rotação de quadros, previsto talvez todos os dois anos, mas foi para Chinga só em Outubro de 1926, trocando o posto com João Teixeira Gomes de Barros, que em Janeiro de 1928 foi transferido de Muíte para Chaonde, na circunscrição de Memba¹⁸.

O Posto de Chinga era igualmente situado no interior, mas numa zona mais elevada, perto do rio Ligonha e da Zambézia, a oeste de Nampula e ao norte de Murrupula. Uma estrada principal cruza o território do Posto. A sede do Posto era igualmente um nó de telecomunicações, com uma linha que ia da costa e Nampula para o Alto Molócue e Zambézia e outra para Ribáuè e Mutuali. Nampula, novo centro em que já se investe em casas de pedra, ficava apenas a cerca de 40km. É em Chinga que Pimentel responde em 1927 ao *Questionário Etnográfico*. Fica ali provavelmente até 1930. Sobre a sua vida posterior não consta nada de seguro na documentação disponível no *Arquivo Histórico de Moçambique*¹⁹.

2.2. Personalidade e inserção social de Pimentel

É possível que alguns dos contemporâneos de Pimentel lhe reconhecessem uma certa capacidade de administração e elementos de cultura geral pouco comum, mas outros o menosprezassem ou provocassem com obstáculos administrativos desnecessários, e o chamassem de “neurasténico”²⁰. A referência a estes aspectos na obra mostra que isto deve ter sido matéria

¹⁸ *Boletim Oficial*, 119 Série 1928, p. 11, E.N. 15 de 4/1/1928.

¹⁹ Não sabemos se ele foi reformado e foi para a Metrópole. Por coincidência, no momento em que F.A. Lobo Pimentel desaparece como Chefe de Posto de Chinga, um “A. Lobo Pimentel” toma conta dos correios de Moma, no mesmo território (*Anuário de Lourenço Marques*, 1930). Seria o mesmo, ou um parente?

²⁰ Fala p.e. de louvores que teve em Muíte.

de conversa com colegas e de auto-análise. Pimentel não fazia parte dos poucos militares promovidos dentro da administração civil. Ficava entre aqueles que entravam no quadro como Chefes de Posto e não foram promovidos ou aparentemente não podiam participar em concursos.

Pode-se especular se a visita à Metrópole em 1910-11 não tenha sido destinada à procura de uma companheira ou a um emprego que lhe permitisse casar e que o seu regresso rápido fora resultado de uma frustração nesse sentido²¹. O superior de Pimentel no concelho de Amaramba, J. Soares Guedes, estava casado e vivia com a mulher, mas os Chefes de Posto não tinham geralmente companheira europeia. O seu ordenado e as construções nas quais viviam geralmente eram feitas com materiais locais, não davam para isso. Uma referência a reacções a dores de parto pode significar que teve uma companheira africana e filhos com ela.²²

Aparentemente não gostava ser transferido, criava raízes locais.²³ As suas alcunhas, que refere, talvez conscientemente, deixam antever uma transformação dos seus modos de lidar com o público e certos problemas. Em 1915 ele é “Mweettapure”, o “indivíduo malcriado que se comporta à toa”, em 1926-1927 é “Xaavirika”, o que “dança com as pernas”, ou “Mpeherya”, o que “se levanta muito cedo”²⁴. As mudanças no nome parecem indicar que ganhou um certo autocontrolo, mas agora, com 43 anos, a paixão para o uso da palavra e explicação do seu mundo ainda não estava extinta. Usa a palavra dentro de um meio de funcionários no qual há uma certa competição sobre quem sabe mais dos africanos que se administram, quem conhece as técnicas administrativas mais eficazes.

3. SITUAÇÃO SOCIOPOLÍTICA NA QUAL A OBRA SURTIU

Interessa referir aqui o contexto imediato em que escreveu, e inserir esta situação em processo na História Colonial da Província de Nampula (ou no tempo colonial: Distrito de Moçambique) e da Colónia de Mo-

²¹ Vd. Cap. 31.

²² Vd. Cap. 14.

²³ Vd. Cap. 45, referência à sua construção em Muíte.

²⁴ Vd. Cap. 4.

çambique, esboçar a actividade investigativa dos Serviços dos Negócios Indígenas que providenciaram o ponto de partida para Pimentel.

3.1. Os Serviços dos Negócios Indígenas e a recolha de informação etnográfica

Como foi dito, o trabalho tomou como ponto de partida um questionário mandado responder em 1916 pelos Serviços dos Negócios Indígenas. Isto obriga-nos a olhar brevemente para estes Serviços. A Reforma Administrativa de 1907 tinha criado um Secretário dos Negócios Indígenas e sobrepô-lo a uma estrutura preexistente de controlo e administração da emigração para a África do Sul. O primeiro Secretário dos Negócios Indígenas foi Francisco Ferrão de Castelo Branco, que preferia chamar-se só Francisco Ferrão. Era jurista, e veio aparentemente ainda muito novo, com cerca de 25 anos (?), sob o mandato do Governador-Geral, A. Freire de Andrade. Pediu informações sobre as actuais províncias de Maputo e Gaza e fez um inquérito na zona dos Prazos, pondo a nu alguns abusos dos arrendatários. Estes não gostaram das acusações e responderam, fazendo provavelmente pressões através do *lobby* colonial em Lisboa, para que a instituição fosse abolida ou Ferrão se demitisse. Ferrão, irmão do Conde da Ponte, demitiu-se, possivelmente ainda em 1909, e entrou depois como sócio na empresa *Breyner & Wirth* que era agente da WNLA em Moçambique²⁵. Entre 1910 e Outubro de 1914 não houve Secretário dos Negócios Indígenas, continuou apenas a Intendência de Emigração, a estrutura já referida que acompanhou a emigração para a África do Sul e para as Rodésias, São Tomé, etc.²⁶ O decreto 953 de 15 de Outubro de 1914 recriou o Secretariado e dois dias depois António Augusto Pereira Cabral, que se tinha notabilizado com um trabalho sobre os africanos de Inhambane em 1910, foi nomeado Secretário. Cabral, depois com o título de *Chefe da Repartição Central dos Negócios Indígenas* chefiou os Negócios Indígenas durante 21 anos até 1935²⁷.

²⁵ Botte, 1985/6, III: 1, 133 e passim sobre a actividade na empresa Breyner & Wirth. Sobre a demissão, jornais poderiam talvez dar algumas dicas. O que é apresentado aqui é uma interpretação hipotética dos dados. Ribeiro 1940 não o refere, nem tão pouco aparece no Cod. 2531 depois de 1907. É possível que o próprio Secretário do Governo, ao tempo António Sousa Ribeiro, era contra Ferrão e o omitiu de propósito do texto do *Anuário* de 1940.

²⁶ Ribeiro 1940.

²⁷ A.H.M., Cod. 2531; Ribeiro 1940: 301 segs.

Foi talvez em 1924 que Pimentel recebeu em Muite a visita de Augusto Cabral, que lhe transmitiu a noção [errada], possivelmente ganha em Inhambane, que a população africana de Moçambique estava a diminuir, e talvez o incitasse a dedicar-se à etnografia²⁸. Cabral, além de estudar as condições dos Africanos *in loco*, recolheu dados para completar o seu tratado de antropologia colonial de Moçambique, para o qual já dispunha de alguns materiais contidos nas respostas a um questionário etnográfico que circulou em 1916 e parece ter sido respondido até 1922 por uma pequena minoria de funcionários administrativos. A “antropologia colonial” de Cabral foi publicada, em 1925, com o título “*Raças, usos e costumes dos indígenas da Província de Moçambique*”²⁹, mas Pimentel não se refere a ela. A *Companhia de Moçambique* publicaria em 1928 uma obra semelhante, com bases mais sólidas, que G. de Bivar Pinto Lopes (1864-1944), um participante nas guerras de ocupação, tinha preparado em 1922-3 condensando aparentemente respostas ao mesmo questionário³⁰.

Podemos concluir, portanto, que a Antropologia Colonial portuguesa, entanto que antropologia e etnografia nas colónias, teve em Moçambique e na maioria dos territórios portugueses raízes locais. Só a partir da década dos anos trinta, influências metropolitanas paralelas aparecem e eventualmente se sobrepõem às estruturas locais, mas não se substituem a elas. Só depois do fim do mandato de Augusto Cabral, em 1935, é que novos questionários foram postos a circular, como o de 1937 sobre a escravidão³¹. Alguns governadores, como J. de Figueiredo, incluem a antropologia nos seus relatórios. Em 1940, inicia-se a “Missão Etnográfica” do jurista António Gonçalves Cota, que durante alguns meses entrevista Africanos do rio Maputo ao Rovuma sobre a sua história, instituições como casamento e estrutura social, com o fim de estudar a possibilidade de codificar o direito privado africano³². O material de Cota só foi par-

²⁸ Vd. Cap. 43.

²⁹ A designação oficial de Moçambique era nesta altura ainda “Província de Moçambique” e não “Colónia de Moçambique. Entre os fornecedores de dados mencionados por Cabral, 1925:3 não aparece Pimentel.

³⁰ Lopes, Gustavo Bivar Pinto, 1928 - Respostas ao questionário etnográfico apresentado pela Secretaria dos Negócios Indígenas em Lourenço Marques... Beira: Imprensa da Companhia de Moçambique

³¹ Veja sobre este assunto Pereira 1998: x.

³² AHM, GG processos Cx. 2202, Doc.11 Missão Etnográfica. Cota, José Gonçalves, 1944 - *Mitologia e direito consuetudinário dos indígenas de Moçambique*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de

cialmente aproveitado para publicações. Podemos portanto dizer que a Antropologia era conhecida como termo na década dos 1920, mas que o encorajamento oficial para investigação antropológica não parece ter sido muito grande e era intermitente.

No que toca às sociedades matrilineares do centro e norte de Moçambique a maior parte da investigação fazer-se-ia na segunda metade do século, começando com alguns estudos de funcionários como Soares de Castro³³ e Abel dos Santos Baptista, continuando com António Jorge Dias e Margot Dias, Eduardo Medeiros e Christian Geffray. Só os últimos quatro aprofundaram o estudo das estruturas matrilineares de parentesco que constituía aparentemente uma incógnita para Pimentel, não obstante alguns dos seus princípios já terem sido registados na Ilha de Moçambique nos meados do século XIX.

3.2. Contexto administrativo imediato

Em 1926 e início de 1927 havia dois governadores interinos no Distrito de Moçambique, funcionários locais, que possivelmente nunca saíram da Ilha para visitar o Distrito, que correspondia à actual Província de Nampula. Na circunscrição da Macuana, com sede em Nampula, o titular do lugar de administrador, António Nunes Ghira, um dos primeiros graduados da escola colonial em Lisboa³⁴, estava ausente, a trabalhar no Ministério das Colónias, em Lisboa.³⁵ Havia em 1926 um administrador, Duarte de Melo, que morreu. O lugar do Secretário estava aparentemente vago e só preenchido interinamente por aspirantes. Havia dois Chefes de Posto, um em Chinga, outro em Murrupula, ambos já com longa experiência.

Em 1927, tomou posse um novo Governador do Distrito, José Justino Botelho de Castro e Silva. Em 1928, há finalmente outro administrador da Macuana em Nampula, o administrador ausente é nominalmente

Moçambique; 1946 - *Projecto definitivo do Estatuto do Direito Privado dos Indígenas da colónia de Moçambique*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique; 1946 - *Projecto definitivo do Código penal dos indígenas da colónia de Moçambique*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique

³³ Castro, Soares de, 1941 - *Os achirimas : ensaio etnográfico*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 89 p; e *Os Lómoês no Larde*. In: Boletim Geral das Colónias, Ano XXVI, n.º 304 (1950), pp. 21-68

³⁴ Ribeiro 1917:28

³⁵ *Anuário*, Casa Bayly.

transferido e Lobo Pimentel continua a trabalhar como Chefe do Posto de Chinga. O posto de Chinga e Pimentel já não aparecem no *Anuário* de 1930. O próprio Pimentel já tinha indicado que as receitas eram menores que as despesas e depois do início da crise económica mundial o Estado teve de suprimir despesas e o Posto de Chinga. Na documentação vista, não consta nada sobre o destino de Pimentel.

Quando desapareceu dos registos dos funcionários do Distrito de Moçambique uma nova geração de funcionários tomou posse, muitos dos quais formados na Escola Colonial, sediada em Lisboa. No ano de 1931, Abel dos Santos Baptista é chefe do posto de Murrupula. Vinte anos mais tarde haveria de notabilizar-se com um outro trabalho etnográfico sobre os Macuas³⁶.

3.3. Situação sócio política e económica no distrito de Moçambique

Em 1927 o comércio de escravos era uma lembrança longínqua em Chinga. É possível que este tenha, ainda por volta de 1880, influído nas guerras na zona. Mas a breve invasão Ngoni, algum tempo antes (ca.1855-70), era lembrada melhor³⁷.

A ocupação colonial definitiva, por volta de 1908³⁸, não parece ter deixado em Chinga memórias de encontros dramáticos. Do tempo da Primeira Guerra Mundial que em 1917-18 tinha assolado o território havia algumas recordações³⁹, mas estas ficavam longe das preocupações de Pimentel.

Já mais perto das suas preocupações estava a construção de estradas. Muitas delas estavam, pelo menos na estação seca, uma maravilha para os poucos carros e camiões, que as utilizaram por volta de 1926-1933. Isto confirma Sacadura Botte que viajou em 1928 de Quelimane para Nampula e Mossuril passando pelo Alto Molócué e provavelmente, por Chinga⁴⁰.

³⁶ Baptista, Abel dos Santos, 1951 - *Monografia etnografia sobre os Macuas*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 59 p.

³⁷ Vd. Capela e Medeiros, 1985; e Cap. IV do *Relatório*.

³⁸ Ribeiro, 1917, inclui Chinga nos Postos fundados em 1908.

³⁹ Túmulo de Almada Negreiros que morreu em Muete em 1917, lembranças pessoais de Pimentel.

⁴⁰ Botte, 1985/6, I: 133 e segs.

A tese de A. Chilundo, que reconstrói aspectos da história de transportes na província de Nampula e utilizou também fontes orais forneceu-nos elementos para um pano de fundo da história socioeconómica na década dos anos 20. Descreve o recrutamento de trabalhadores para a construção de estradas e do caminho de ferro, as obrigações das mulheres dos homens contratados, aspectos da cobrança dos impostos, faz ainda referências ao crescimento do sector das plantações na zona costeira e as suas necessidades de em mão de obra.

Em 1927, estamos em muitas zonas do interior ainda no período mercantil. Em anos bons, os africanos iam vender nos portos costeiros amendoim e gergelim (sésamo), às vezes também cereais. Andam distâncias de 250 a 300 km e vendiam também cera e algum tabaco curado em trança, que lhes permitia possivelmente adquirir no regresso alimentação ao longo do percurso. Não se cultivava ainda algodão, que entre 1930 e 1937 havia de transformar o interior⁴¹. Mas há já uma cobrança de impostos em dinheiro e trabalhadores eram recrutados para fora da região desde há cerca de 15 anos. A migração para os territórios da *Companhia de Moçambique* (Beira, etc.) parece pouco frequente. De destinos como S. Tomé e África do Sul poucos regressaram. As plantações de sisal de J. Ferreira dos Santos e de outras empresas na zona costeira da Província (então Distrito) que surgiram cerca de 1921-1922 também começaram a exigir bastante mão-de-obra, assim como as estradas construídas para os poucos automóveis. A construção do caminho-de-ferro estava a progredir lentamente para Nampula, que em 1935 haveria de tornar-se a capital do Distrito. Como Pimentel refere, em 1927 já se faziam investimentos de vulto em Nampula.

A colonização do interior por europeus estava no início. A única cultura rentável era o tabaco, mesmo este onerado pelos altos custos de transporte.

O norte de Moçambique era também a zona para aonde foram transferidos presos europeus e africanos de dentro e fora da colónia que tinham sido condenados a degredo. O depósito dos sentenciados tinha sido estabelecido em 1887 ou pouco antes.⁴² Entre 1895 e 1920 passava

⁴¹ Chilundo 1995, especialmente Cap. 3,4, e 5. O autor cita Pimentel na pág. 218 no Cap. 5.

⁴² Ribeiro 1940 sobre Distrito de Moçambique. O número de sentenciados metropolitanos na Ilha deve ter sido bem menor do que os mandados para Angola na altura.

por esta instituição também a maior parte da fina-flor da elite tradicional moçambicana conotada como resistentes ou inconvenientes ao sistema colonial e seus agentes. Grevistas e activistas políticos europeus foram também mandados para lá em certos momentos. Mas a maior parte eram presos por furtos, peculato e homicídios. Alguns foram depois libertados com residência fixa no Distrito. Aí se insere o “sentenciado Ramalho” muitas vezes referido no trabalho.

Quando Pimentel escreve, a *Companhia do Niassa* ainda administra as terras ao norte do Rio Lúrio, mas já não dava tanto que falar como ainda por volta de 1922, quando milhares de pessoas fugiam do seu território devido ao sistema de cobrança de imposto. Em Muíte, ainda tinha tido informações da *Companhia*, mas em Chinga estava mais virado para Nampula e para a Zambézia, para onde tinham imigrado alguns dos habitantes de Chinga.

4. ESTRUTURA DO RELATÓRIO

4.1. Contexto e Estrutura

O manuscrito foi enviado ao superior hierárquico, o administrador da Macuana, em Nampula, mas era destinado e oferecido ao Governador do Distrito [José Justino Botelho de Castro e Silva]⁴³. Não sabemos se depois seguiu dali para o Governador-Geral, José Cabral, que tinha governado a zona na I^a Guerra Mundial e deve ter tido algum interesse nele.

O manuscrito é composto em dois volumes. O primeiro tem 200 pp, o segundo 100; no total são 299 páginas escritas, subdivididos numa longa Introdução, que ocupa mais de 10% do volume, e cinquenta Capítulos, alguns dos quais de poucas linhas (p.e. Guerras, Cap. XXXVIII). Pensamos que segue a ordem do *Questionário Etnográfico* de 1916. Emprega categorias que encontramos na obra de Cabral (1925). Os Capítulos XII-XXV, com excepção do Cap. XVI (circuncisão) orientam-se noções do direito romano. Outros misturam assuntos, p.e. Cap. XX: domicílio e construção da casa, já tratada no Cap. VI sob usos e costumes. Os Capítulos XLII a IL,

⁴³ Vd. Introdução e Cap. 50.

são predominantemente uma avaliação pessoal da rotina administrativa colonial no seu tempo. Muito do que descreve sobre a herança cultural ou “Usos e Costumes” é repetido sob outros títulos (Cap. V, Divertimentos, Cap. XI, Saudações, parte do Cap. XLI, Alimentação, etc.).

Pimentel iniciou a redacção final aparentemente no dia 12 de Outubro de 1927, um ano depois de tomar posse, e acabou-a no dia 13 de Novembro, o que significa que deve ter escrito cerca de 10 páginas por dia. Sinais visíveis de uma redacção apressada como repetições, excursos desnecessários parecem abonar este cálculo. Uma colecção de plantas e as aguarelas mencionadas na introdução já tinham sido provavelmente preparadas com antecedência.

Certos capítulos, como o XXXIX (agricultura) tratam deste conteúdo mas voltam a focar as figuras preferidas do seu discurso, entre eles, o sentenciado João Ramalho.

Finalmente, referir ainda as aguarelas de objectos de artesanato que Pimentel incluí no manuscrito. Nas poucas tentativas de etnografia que há em Moçambique desenhos, aguarelas, etc. são bastante raros.

4.2. A obra como retrato da ideologia e territorialidade coloniais

Não obstante toda a sua agressividade e desmarcação, Pimentel partilha bastantes atitudes sociais com conterrâneos e contemporâneos. Desconfia dos britânicos,⁴⁴ critica os pequenos comerciantes indianos⁴⁵ e os precursores da agricultura europeia no interior de Nampula⁴⁶. Estas atitudes inserem-se parcialmente no nacionalismo português do seu tempo, nacionalismo esse que já no tempo de João Belo a partir de 1926 e mais ainda no tempo de Salazar (a partir de 1928) e na sequência de crise económica mundial, irá servir de base para uma política nacionalista de capital e do emprego⁴⁷.

Traz bastante da sua filosofia, p.e. na longa tirada no início do Capítulo 34 sobre justiça, e anteriormente sobre a civilização e moda (no Capítulo 3 sobre o comércio). Recusava ver “bichos nos africanos”⁴⁸, mas

⁴⁴ Cf. Introdução e *passim*.

⁴⁵ Cap. 31.

⁴⁶ Caps. 29-30.

⁴⁷ Ver Clarence-Smith 1990: 153 segs.

⁴⁸ Cf. Introdução.

muitas outras das suas atitudes claramente enunciadas são o do pequeno colono para quem os comerciantes de origem indiana são concorrentes. Alinha com a maneira de ser do funcionário administrativo que critica a maneira de viver e sobreviver dos colonos agricultores; como funcionário experiente desmarca-se dos diletantes e principiantes na área da administração de Postos Administrativos, que maltratam a população e a levam a fugir, que não conseguem fazer um recenseamento em condições, etc.

Como aliás muitos dos pequenos colonos que se dedicaram a agricultura, respeita a competência técnica dos africanos no que toca aos recursos do seu meio, mas de outro lado propaga o mito da improvidência dos africanos⁴⁹.

Descreve com pormenor muitas técnicas de produção, mas há certos assuntos que ficaram fora do mundo que conheceu, compreendeu e conseguiu descrever. Não penetrou muito na estrutura sociopolítica e na religião dos Macuas da sua região.

No que toca à estrutura social, em certos trechos parece haver uma dominância de conceitos europeus e do paradigma patrilinear europeu que distorce a descrição, como no Cap. 22 (Poder paternal e legitimidade dos filhos), Cap. 13 (Casamento). A descrição inclui no entanto observações que podem ser úteis para a interpretação de certos aspectos.

4.3. A contribuição etnográfica e histórica da obra

Pimentel acabou o seu trabalho com a constatação profética que queria contribuir “para a futura história dos povos africanos”⁵⁰.

De facto conseguiu isso. Criou uma fonte importante, embora seja um testemunho bastante personalizado e descrevendo problemas do momento, omitindo outros. Entre as informações que Pimentel fornece, há certamente algumas que são erradas. Do outro lado, há certamente observações reconfirmadas por outras fontes, temáticas onde as observações completaram as descrições e explicações de fontes orais e escritas. Há também informações não confirmadas que parecem dignas de crédito.

No que toca à história, informa-nos sobre movimentações das popu-

⁴⁹ Cf. Introdução e o fim do cap. 41.

⁵⁰ Cap. 50.

lações macuas que Pimentel pode observar entre 1915 e 1927.⁵¹ Estas observações são provavelmente também válidas em parte para o séc. XIX. Descreve uma estrutura clânica aparentemente estável, mas uma população bastante móvel no interior, mobilidade que tinha talvez contribuído para a homogeneidade linguística da população macua da região.

O seu trabalho ilustra o dia a dia dentro da estrutura colonial numa certa fase histórica do norte de Moçambique. A sua própria linguagem aproxima-se às vezes daquela dos discursos de capatazes e de alguns colonos que ainda se podiam ouvir nos anos 60 do século XX. Ela própria é parte de um contexto colonial e em si um documento. Não deve ser entendido no contexto actual.

Uma considerável parte do trabalho é um discurso dentro da classe dominante na qual havia vozes discordantes sobre o africano, sobre a maneira de administrar etc. Partilha muitos preconceitos, mas questiona outros. Só parcialmente está dirigido às gerações posteriores que se querem informar sobre o passado.

É desta forma um texto importante como fonte que permite várias leituras. Contém elementos importantes para antropologia, história regional, história colonial, informa sobre a complexidade da dominação colonial, etc.

Gerhard Liesegang

Maio de 1999

⁵¹ Cf. Capítulos 8, 18, 43.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

DOCUMENTOS NÃO PUBLICADOS

Arquivo Histórico de Moçambique: Fundo do Séc. XIX: Códices: Cod. 2531 Termos de Posse, Intendência de Emigração; Fundo do séc. XX: Governo Geral, Processos, Cx 92 (inclui correspondência sobre a sindicância de Pimentel).

Cx. 2202, Doc.11, (COTA, J. Gonçalves, [Monografia Ethnográfica] Monografias dos Usos e Costumes dos Povos Indígenas da Província do Sul do Save, s.d. ca. 1941)

BIBLIOGRAFIA

ANUARIO DE LOURENÇO MARQUES. Lourenço Marques: Casa Bayly [Publicado aproximadamente em Abril de cada ano].

BOLETIM OFFICIAL do Governo-Geral de Moçambique, IIª Série.

BOLETIM DA COMPANHIA DO NIASSA, Porto Amélia, 1894-1929.

BOTTE, Theodórico César de Sande Pacheco de Sacadura 1985/1986: *Memórias e Autobiografia*. Maputo: edição do autor (composta e impressa na Minerva Central, 3 vols)

CABRAL, A. Augusto Pereira, 1910: *Raças, usos e costumes dos indígenas do districto de Inhambane*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional.

CABRAL, António Augusto Pereira 1925: *Raças, usos e costumes dos indígenas da Província de Mocambique*. Lourenço Marques: I.N.

CAPELA, José, e MEDEIROS. Eduardo, 1986: *O tráfico de escravos de Moçambique para as Ilhas do Indico. 1720-1902*. Maputo: NE, U.E.M.

CHILUNDO, A. G. 1995: *The economic and social impact of the rail and road transportation systems in the colonial district of Mozambique (1900-1961)*. Tese de Ph.D. Minnesota

CLARENCE-SMITH, Gervase 1990: *O III Império Português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema [Original: *The Third Portuguese Empire*, 1985]

FERRÃO, F. 1909a: *Circunscrições de Lourenço Marques*: Respostas aos quesitos feitos pelo secretário dos negócios indígenas, Dr. Francisco Ferrão. Lourenço Marques

FERRÃO, F. 1909b: Relatórios das investigações a que procedeu o Secretário dos Negócios Indígenas, sobre a emigração dos indígenas, nos districtos de Quelimane, Tete

e sobre outros assumptos mencionados na Portaria Provincial n.º 268 de 13 de Maio de 1908. *Relatórios e informações anexos ao Boletim Oficial*, ano de 1909: 210-263

GEFFRAY, Christian 1985: La condition servile em pays makhuwa. *Cahiers d'Études Africaines* n.º 100 (vol. XXV-4) pp. 505-535. GEFFRAY, Christian 1990: *Ni père ni mère: Critique de la parenté: le cas Makhuwa*. Paris: Seuil [184pp.]

LIMA, Alfredo Pereira de 1971: *História dos Caminhos de Ferro de Moçambique*. Lourenço Marques: CFM [3 vols]

LOPES, G. de Bivar Pinto 1928: *Respostas ao questionário etnográfico apresentado pela Secretaria dos Negócios Indígenas em Lourenço Marques ... parte referente ao território da Companhia de Moçambique*. Beira (Companhia de Moçambique) [XXIV, 122, IX, 25 Pp parte principal datada de 2/2/1923].

MACHADO, A.J. de Mello 1970: *Entre os Macuas de Angoche*. Lisboa: Prelo

MEDEIROS, Eduardo 1985: *O sistema linhaeiro Macua-Lómwe*. Maputo: UEM-Letras (policop.)

MEDEIROS, E. 1997: *História de Cabo Delgado e do Niassa (C. 1836/1929)*. Maputo (Medeiros, Central Impressora)

PEREIRA, R. M. 1998: Introdução à reedição de 1998. In: Jorge Dias: *Os Macondes de Moçambique, I: Aspectos Históricos e Económicos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Instituto de Investigação Científica Tropical. [pp. V-LII, primeira edição do texto de Dias 1964]

RIBEIRO, A. Sousa ed. 1917 *Anuário de Moçambique* planeado e coordenado por Sousa Ribeiro. Lourenço Marques: I.N.

RIBEIRO, A. Sousa ed. 1940 *Anuario de Moçambique*. Lourenço Marques: I.N. e Serviços de Estatística.

